

Tese em Educação.

O DESAFIO DA MUDANÇA:
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA CAVEIRA DO RIO DE JANEIRO.

Aluna: GessianeAmbrosioNazario Peres.

Orientador: Prof. Dr. José Jairo Vieira.

O DESAFIO DA MUDANÇA:
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA CAVEIRA DO RIO DE JANEIRO.

Gessiane Ambrosio Nazario Peres.
Orientador: Professor Dr. José Jairo Vieira.

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Educação.

Banca Examinadora

José Jairo Vieira - UFRJ (Orientador)

Ana Ivenick – UFRJ (Examinadora)

Sônia Beatriz dos Santos – UERJ (Examinadora)

Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ (Examinadora)

Sandro José da Silva – UFES (Examinador)

Rio de Janeiro
Junho de 2020

CIP - Catalogação na Publicação

A437d Ambrosio Nazario Peres, Gessiane
 O Desafio da Mudança: Educação Quilombola e Luta
 pela Terra na Comunidade Quilombola Caveira do Rio
 de Janeiro. / Gessiane Ambrosio Nazario Peres. --
 Rio de Janeiro, 2020.
 318 f.

 Orientador: José Jairo Vieira.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
 Graduação em Educação, 2020.

 1. Educação Quilombola. 2. Identidade Quilombola.
 3. Relações étnico-raciais. 4. Comunidade Caveira.
 I. Jairo Vieira, José, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS.

Este trabalho foi um desafio para mim. Não apenas do ponto de vista de sua construção, mas do que ele me tornou. Com este trabalho eu amadureci enquanto pessoa, profissional e militante. Foi um período difícil o de sua construção. Foi realizado num período em que o país atravessou processos políticos históricos que mudaram para sempre o rumo de nossas vidas. Em 2016, a presidenta eleita sofreu um golpe que envolveu os poderes jurídico, parlamentar e midiático. A insegurança e o medo passou a dominar o imaginário de muitas/os que se importam e compreendem a profundidade de tal crise. Viver este período também me trouxe muitas amarguras que refletiram em vários sintomas em meu corpo: dores de cabeça, tremores e insônias. Tudo isso somado às preocupações típicas de um curso de doutorado. Felizmente, algumas medicações e terapias me ajudaram a continuar a escrita desta tese. No entanto apenas a leitura das autoras negras me ajudaram a compreender alguns sintomas que sentia como os sentimentos de inadequação e inferioridade presentes durante a escrita deste trabalho.

Também foi necessário contar com a ajuda e compreensão de várias pessoas, além da minha psicanalista Sandra Mônica e da psiquiatra Ana Valadão, que me ajudaram a entender a causa do meu problema e devolver minhas noites de sono e descanso. Agradeço a meu querido companheiro Sidnei Peres que segurou em minha mão nos piores momentos de minha crise de ansiedade e me ajudou a ver que era possível que eu terminasse este trabalho. Sidnei, você sempre tinha as palavras corretas para me acalmar.

Agradeço a meu pai e minha mãe, minhas irmãs e sobrinhos, sempre presentes me incentivando para que eu não desistisse.

Agradeço a meu querido avô por todo seu carinho e preocupação nos momentos difíceis e por se esforçar para que eu entendesse suas palavras não ditas.

Agradeço à Roberto dos Santos (Robertão) e seu filho Wallace, sempre dispostos a responderem minhas perguntas e me darem sugestões.

Ao Senhor João e Dona Almerinda; senhor Genil e Dona Maria que me receberam com todo o carinho para responder às minhas perguntas e me revelar o que consideraram importante.

Agradeço ao querido Senhor Afonso e família por me receberem com carinho e me revelarem fatos históricos relevantes para a comunidade. Jamais esquecerei da imagem do Senhor Afonso com a enxada em sua roça que com muita garra lutou para conquistá-la.

Agradeço à Maria, Jaqueline e Jandir por me apoiarem e abrirem caminhos para mim na Comunidade da Caveira.

Agradeço a todas as professoras, professores, diretoras, supervisoras, funcionárias e funcionários da escola que tiveram a gentileza de me permitir observar seus trabalhos. Não vou citar nomes por receio de esquecer alguém e principalmente porque prometi mantê-las(os) no anonimato.

Agradeço às minhas companheiras quilombolas Givânia, Márcia e Zélia, que pacientemente me aconselharam e instruíram para pensar a educação quilombola.

Agradeço à querida amiga Marta Antunes pelas palavras de carinho e sugestões para a composição do texto.

Agradeço à querida historiadora e amiga Nilma Accioli pelas ricas conversas e orientações nas quais pude compreender o que era a Fazenda Campos Novos.

Agradeço à minha querida amiga Caroline Nascimento pelas palavras de incentivo e pelos cânticos que tocaram em minha alma num momento tão difícil.

Agradeço ao meu querido orientador Jairo Vieira pela paciência, compreensão e respeito ao meu trabalho.

Bem, é impossível segurar as lágrimas ao pensar em todas essas pessoas que me ajudaram durante este percurso. Vocês estarão para sempre no meu coração.

Também agradeço as professoras Sônia, Leonilde, Ana e Andrea que na minha banca de qualificação me ajudaram a achar o rumo da escrita e o sentido desta tese.

Agradeço à querida Solange, secretária do programa, que sempre me impressionou e confortou com a sua eficiência em encaminhar nossas demandas.

Agradeço à FAPERJ pela concessão da bolsa de estudos para que eu realizasse a pesquisa tranquilamente em 2018.

Aos meus queridos pequenos estudantes da turma do 2º ano de 2019, que por mais inocentes que fossem, seguraram em minha mão durante as crises de ansiedade que tive na escola. Jamais esquecerei vocês.

A todos vocês que me fazem compreender a profundidade do sentimento de gratidão que está além de um ritual religioso de proferir bajulações a Deus. Eu entendo que agradecendo e honrando a ajuda de vocês eu estou agradecendo a Ele.

RESUMO: O presente trabalho teve como fio condutor a análise de um processo de luta pela terra da comunidade da Caveira, em São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro concomitante à luta por uma escola em seu território. Foi também analisado o processo de formação da identidade étnica e como estas complexas questões chegam no espaço institucional da escola e como os agentes escolares compreendem o que é ser quilombola e reproduzem em suas práticas pedagógicas. Incorporei a minha subjetividade e trajetória familiar, política e acadêmica como parte do contexto de estudo, evitando a omissão que muitas vezes o pesquisador comete com a justificativa da suposta objetividade científica, concebida como sendo baseada na neutralidade axiológica. A memória da luta pela terra, assim como a demanda por reparação histórica de comunidades negras autoidentificadas como quilombolas, é intrínseca ao processo de afirmação étnica na Caveira. Este trabalho discute as complexidades e condições sociais de implantação de um projeto político-pedagógico de educação quilombola, compreendendo tal cenário como desafiador para os sujeitos envolvidos, devido ao seu potencial de transformação da organização social do cotidiano escolar. Foi realizada uma etnografia durante três anos (2017, 2018 e 2019) na comunidade da Caveira.

ABSTRACT: The present thesis had as its guiding thread the analysis of a process of struggle for land of the Caveira community, in São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, concurrent to the struggle for a school in its territory. It was also analyzed the process of formation of the ethnic identity and how these complex issues arrive in the institutional space of the school and how the school agents understand what it is to be quilombola and reproduce in their pedagogical practices. I incorporated my subjectivity and family, political and academic trajectory as part of the study context, avoiding the omission that the researcher often makes with the justification of the supposed scientific objectivity, conceived as being based on axiological neutrality. The memory of the struggle for land, as well as the demand for historical reparation of black communities self-identified as quilombolas, is intrinsic to the process of ethnic affirmation in Caveira. This paper discusses the complexities and social conditions of implementing a political-pedagogical project for quilombola education, understanding this scenario as challenging for the subjects involved, due to its potential for transforming the social organization of school life. An ethnography was carried out during three years (2017, 2018 and 2019) in the Caveira community.

LISTA DE FOTOS E FIGURAS

1- Mapa Genealógico Quilombola: Gessiane Nazario.....	040
2- Incêndio na Favela do Pinto – Correio da Manhã, 11/05/1969.....	050
3- Secretaria Remove Restante da Favela – Correio da Manhã, 1311/1969.....	052
4- Casal Eugenio Honold e Jeanne Honold.....	073
5- Foto Jornal Gazeta de Notícias de 12/02/1917.....	079
6- Foto Luiz Honold.....	093
7- Foto Luiz Honold e Tatiana Leskova.....	093
8- Foto de Eugenio Honold e Família em frente ao casarão da Fazenda Campos Novos....	096
9- Foto de Antônio Paterno, o Marquês.....	100
10- Foto da Sede da Fazenda Campos Novos.....	101
11- Foto de Joaquim Português e família.....	106
12- Foto jornal “A noite”, 09/02/1949: falecimento de George Honold.....	107
13- Foto de jornal O Fluminense, 02/10/1956, com Ata de Loteamento.....	118
14- Quadro com notícias sobre os conflitos fundiários na Fazenda Campos Novos....	121-124
15- Foto Dona Aquilina (Lola) e seu ento Wallace.....	133
16- Foto Dona Jovelina no seu quintal.....	133
17- Foto do senhor Genil e seu filho Jandir.....;	139
18- Foto Robertão, Sr. João e seu falecido irmão Ilson.....	140
19- Foto do Sr. João e sua esposa Dona Almerinda.....	141
20- Foto jornal Última Hora 04/07/1964.....	142
21- Foto jornal O Fluminense 28/06/1973.....	157
22- Foto jornal O Fluminense 14/04/78.....	163
23- Foto jornal O Fluminense 12/03/1983.....	169
24- Foto jornal O Fluminense 18/04/1983.....	174
25- Foto Jornal do Brasil 07/06/1988.....	176
26- Foto Google: Território Quilombola da Caveira.....	183
27- Mapa do Território Quilombola da Caveira.....	184
28- Foto Quintal de Dona Jovelina.....	185
29- Foto de parte da fazenda que fica em frente ao quintal de Dona Jovelina.....	185
30- Foto Quintal de Dona Aquilina (Lola).....	186

31-Foto de vista da fazenda em frente ao quintal de Dona Aquilina.....	186
32-Fotos do Sr. Afonso em sua roça.....	189
33-Imagem de mapa com a disposição das “fazendas inacianas”.....	195
34-Foto do pedaço de madeira que sobrou do antigo cais, onde se amarrava os navios negreiros na Praia Rasa.....	197
35-Quadro de processos das comunidades quilombolas.....	209
36-Mapa das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.....	210
37-Foto do Certificado de Reconhecimento do Quilombo da Caveira.....	211
38-Quadro sobre importantes marcos históricos para a compreensão da territorialidade na Região dos Lagos.....	219-221
39-Foto do quadro de Dona Rosa que está na escola.....	222
40-Foto da Escola.....	233
41-Foto do painel de entrada da Escola.....	234
42-Foto da área da escola.....	234
43-Foto de parte da fazenda que fica de frente para a escola e ao lado do quintal de Dona Rosa.....	235
44-Foto de quadro de contação de história.....	247
45-Foto de atividade elaborada pelas crianças.....	248
46-Foto de atividade elaborada pelas crianças.....	249
47-Foto de cartaz com mensagem “somos todos iguais”.....	252
48-Foto de cartaz com mensagem “somos todos iguais”.....	253
49-Foto de cartaz sobre diversidade.....	253
50-Foto de cartaz sobre a páscoa.....	257
51-Quadro com opinião das crianças.....	262-263
52-Foto do Programa do Curso de Formação Continuada.....	277
53-Foto de Atividade Pedagógica Dirigida às Professoras da Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira.....	280

Sumário.

Introdução.....	012
Uma pesquisadora quilombola na academia: da periferia de São Gonçalo ao PPGE/UFRJ.....	013
Inquietações pessoais, problemas públicos e objeto de pesquisa: ciência, política e socialização acadêmica.....	022
Capítulo 1. “Nós temos parentes na Rasa”: a trajetória de uma intelectual negra e quilombola.....	039
1.1 – O incêndio na favela e a remoção: uma vida de dispersão e exílio.....	041
1.2 – O reencontro com os parentes na Rasa: linguagem, memória e silêncio.....	060
Capítulo 2. Eugenio Honold: quem era o dono da Fazenda Campos Novos?.....	072
2.1 – “O manganês ainda!”.....	076
2.2 – A crise do carvão e a proteção estatal.....	084
Capítulo 3. O tempo do Marquês: a revolta do cachimbo e o loteamento da Fazenda Campos Novos.....	096
3.1 – Antonio Paterno Castelo e o “clima de escravo”.....	097
3.2 – “Então tira o cachimbo da boca”: direito, moral e costume na revolta do cachimbo.....	109
3.3 - “Aí o Marquês passou essa briga pro Dácio”: o loteamento da Fazenda Campos Novos e o acirramento dos conflitos.....	117
Capítulo 4. “Minha arma é minha enxada, minha foice, porque eu limpo a terra”: a “Revolução de 64” e a repressão aos “comunistas” da Caveira.....	130
4.1 – A memória da repressão: o regime de terror e a resistência camponesa.....	134
4.2 – A expectativa da reforma agrária: a Fetag, o Incra e a continuidade dos conflitos.....	149

Capítulo 5. “Depois que passou a ser sindicato, antes era associação”: sindicalismo, desapropriação e assassinato de Sebastião Lan.....	161
5.1 – Associativismo e sindicalismo: o lavrador versus o grileiro.....	161
5.2 – A desapropriação da Campos Novos e a frustração na Caveira.....	166
5.3 – O assassinato de Sebastião Lan e a municipalização da sede da Fazenda.....	175
Capítulo 6. “Aqui era tudo negro”: a emergência do campesinato étnico.....	181
6.1 – Etnicidade, campesinato negro e ocupação fundiária: história, memória e identidade quilombola.....	190
6.2 – O novo quadro institucional pós-1988: a “ocupação tradicional” e os novos sujeitos do conflito agrário.....	200
6.3 – As três famílias fundadoras da Caveira: “somos remanescentes”.....	212
Capítulo 7. O desafio da mudança: educação quilombola como campo de incertezas, medos e inquietações.....	222
7.1 – “Dona Rosa é importante porque ela fez a história e ela representa os negros”: a escola quilombola na comunidade Caveira.....	223
7.2 – “Infelizmente lá não acontece nada sobre a história dos negros”: uma pesquisadora a procura do objeto.....	232
7.3 – “Aqui tudo tem que ter um pretinho”: racismo na escola quilombola.....	255
7.4 – O ciclo de palestras: o desafio da mudança.....	272
Considerações finais.....	292
Importância da educação quilombola na fase inicial da escrita.....	294
O que é educação quilombola?.....	296
Sobre Conceição das Criolas.....	298
Referências Bibliográficas.....	304
Anexos.....	315

INTRODUÇÃO

Aqui, apresento uma caracterização preliminar do objeto de pesquisa, como sendo a articulação entre o processo de formação da comunidade quilombola da Caveira, em São Pedro da Aldeia, os conflitos pela terra e a luta pelo estabelecimento da escola na comunidade. Traçarei, em linhas gerais, o percurso de construção teórica e metodológica adotado, com alguns elementos da minha trajetória acadêmica, privilegiando a discussão sobre a relação entre inquietações pessoais, problemas públicos e objeto científico. Proponho uma reflexão, que se estenderá pelo capítulo 1, sobre as conexões entre a minha condição de mulher pobre, negra e quilombola, meu envolvimento no debate público sobre a educação quilombola e a minha prática enquanto intelectual e pesquisadora. Estas considerações preliminares são fundamentais ao entendimento do caminho transcorrido na elaboração desta tese.

A discussão sobre o objeto desta pesquisa, que é a implementação da Educação Quilombola na Comunidade da Caveira, em São Pedro da Aldeia, deve considerar uma série de fatores que envolvem a minha trajetória acadêmica e pessoal. Tal trajetória foi importante para que eu compreendesse a minha própria construção identitária. Existe todo um histórico de lutas que me antecedeu e me fez produto desta ação. Utilizo neste ponto a reflexão de Bourdieu (2005) no qual ele apresenta uma análise de sua trajetória acadêmica sem nenhuma pretensão de estar realizando a mesma reflexão altamente qualificada do sociólogo francês, mas apenas para indicar um dos modelos que procurei me aproximar para a elaboração da reflexão de minha trajetória. Aproprio-me da consideração do sociólogo brasileiro Sérgio Micelli (2005), na introdução ao livro de Bourdieu “*Esboço de Autoanálise*”, para entender a construção do objeto desta pesquisa de doutorado a partir de um testemunho pessoal redigido com o enquadramento de uma história social da produção acadêmica de um autor, no qual acontecimentos de minha biografia se inscrevem num relato guiado pela “emoção raciocinada”.

As motivações que me levaram a escolha de meu objeto de pesquisa estão relacionadas à minha trajetória acadêmica, política e pessoal. Ambas estão ligadas, pois foi na universidade que tive a oportunidade de pensar em minha condição política e social e aprendi a relacionar isto ao aspecto acadêmico. A seguir farei um breve relato sobre como aconteceu minha trajetória política e acadêmica.

Uma pesquisadora quilombola na acadêmia: da periferia de São Gonçalo ao PPGE/UFRJ.

Em minha adolescência trabalhei como voluntária do departamento infantil em uma igreja evangélica pentecostal, Assembleia de Deus, num bairro da periferia de São Gonçalo onde eu e minha família morávamos. Após alguns anos, uma senhora dessa mesma igreja que havia acabado de inaugurar uma escola de educação infantil, convidou-me para trabalhar como auxiliar de turma em sua unidade escolar. Durante os dois anos em que fiquei trabalhando como auxiliar houve momentos em que tive que substituir a professora em algumas ausências e foi aí que comecei a refletir sobre a importância de se estar preparada para lidar com a atividade de magistério. Decidi e me empenhei a fazer faculdade de pedagogia porque queria ter um diploma e fazer concurso público, pois ouvia algumas colegas falarem da estabilidade que tinham no emprego público. Quando decidi estudar pedagogia eu não fazia ideia por onde começar a estudar e o que estudar. Então, ao conversar sobre o assunto com uma vizinha, ela me falou sobre um pré-vestibular comunitário que acontecia em uma escola estadual aos sábados. Combinamos e fui com ela e paguei o valor mensal de R\$ 20,00 para ajuda de custo dos professores.

Neste curso recebíamos orientações sobre as inscrições no ENEM e nos vestibulares.¹ Lembro-me de ter conseguido isenção da taxa de pagamento do vestibular. Lembro-me, também que, como não tinha computador, contava com a generosidade de algumas pessoas da igreja que possuíam e me deixavam realizar as inscrições, bem como acompanhar o processo de deferimento. Quando eles não podiam me receber, eu tinha de ir a uma lan house que tinha no bairro como aconteceu quando fui verificar o resultado da primeira fase e qual foi minha surpresa quando vi que havia sido aprovada. Fiquei muito motivada a estudar para a segunda fase onde também fui aprovada. Foi uma alegria muito grande em minha família quando souberam do resultado, pois era a primeira de uma família pobre, negra e de origem quilombola² a ingressar numa universidade e pública.

Foi no ano de dois mil e dez durante a disciplina relações étnico-raciais e educação, recém-incluída no currículo do curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense, que

¹Neste ano, 2006, os exames para ingresso nas universidades federais ainda não estavam submetidos ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

²Neste momento ainda não me identificava enquanto quilombola.

fomos levados a debater temas como o racismo presente em nossa sociedade. Tal investida me motivou a iniciar um processo de desconstrução de vários conceitos e práticas racistas internalizadas como naturais. Foi durante essas aulas que a professora introduziu vários temas relacionados às questões dos afro-brasileiros e dentre eles o das comunidades quilombolas, porém sob o ponto de vista histórico. Nesta aula eu comecei a pensar na condição de minha família enquanto “descendente de escravizados” e que reivindicavam terras na Rasa, bairro periférico do município de Armação dos Búzios. Até o momento eu não me identificava como quilombola, pois acreditava que apenas os mais velhos deveriam ser considerados como tal, pois possuía uma ideia muito restrita do que significava quilombo, concepção ligada ao senso comum associada a ideia de passado do que sobrou do quilombo de refúgio. Mas a professora começou a me questionar em conversas particulares: por que eu não me considerava quilombola já que minha família era? Comecei, então, a perguntar ao meu avô, tias e tios mais velhos sobre a história de nossa família e conforme estudava sobre escravidão e relações raciais no Brasil, algumas histórias que sempre ouvíamos e comentávamos entre família passaram a ter um novo sentido para mim na medida em que aos poucos fui aprendendo a estabelecer nexos com os acontecimentos históricos.

Também foi fundamental neste processo de ressignificação de minha identidade a leitura do texto “Subjetividade e Negritude” de autoria da professora doutora Maria das Graças Gonçalves (2010), a mesma que ministrava a disciplina e que conversou comigo sobre a importância das minhas origens. Neste texto ela discute como a ideologia racista interfere no processo de construção do Eu levando os sujeitos negros a se autodepreciarem devido às imagens negativas que a sociedade impõe sobre o corpo negro, chamando a atenção, também, para que educadores busquem conhecer este processo para lidarem com tais situações na escola. Dessa forma, começo a valorizar tais histórias que antes compunham a base das minhas inquietações pessoais enquanto jovem negra, pobre e moradora da periferia e se “transfiguraram em problemas sociais e depois no meu objeto de pesquisa num complexo processo de construção simbólica da realidade fundamental na estruturação social da minha subjetividade” (NAZARIO, 2020).³

Sendo assim, também compreendi a importância de, desde a escola básica, possibilitar oportunidades em que os indivíduos aprendam quem são, aprendam que são sujeitos históricos, produtores de cultura que agem e interagem no mundo a partir de seu lugar social.

³ Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico. In: Dealdina, Selma (Org.). Mulheres Quilombolas. Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. No prelo.

Também tenho aprendido o significado de se trabalhar com o tempo histórico, que não é estático e muito menos espontâneo, cabendo ao educador mostrar aos seus educandos os fatos históricos expondo-os simultaneamente. Nesse sentido também podemos nos remeter a Norbert Elias (2008) que trata a questão da historicidade do mundo social e chama a atenção para os perigos de se trabalhar com os fatos isoladamente, mas ter a sensibilidade de perceber o desenrolar dos fatos e suas consequências na história. Elias questiona algumas maneiras como se concebem a divisão disciplinar entre sociologia e história, como se uma se dedicasse ao presente e a outra ao passado; inclusive considerando como redundante a expressão sociologia histórica e discordando de que se trata de uma especialidade da sociologia, pois toda sociologia é histórica para ele. Ou seja, para Elias a compreensão da vida social só pode ser empreendida sob uma abordagem processual que não se limite a contextos temporalmente curtos ou restritos ao presente e a consciência dos sujeitos, inserindo-os em cadeias causais e de significado, ou em desenvolvimentos, de longa duração (ELIAS, 2006). Reproduzo aqui a reflexão de ordem teórica e metodológica sobre a minha trajetória elaborada em outro texto de minha autoria.

Pensar a sociogênese da minha trajetória acadêmica, compreendendo-a no âmbito de acontecimentos e processos da minha história de vida pessoal e política, não significa cair no erro da ilusão biográfica criticada por Bourdieu (2002), que concebe a biografia individual como a expressão de projetos inscritos em uma subjetividade naturalizada, e sim como trajetória socialmente construída em processos estruturados, mas não planejados, vistos em escalas espaço-temporais e níveis de análise e abstração diversos. É claro que tal estrutura só pode ser conhecida a posteriori, de forma distanciada e refletida, através das ferramentas teóricas e metodológicas da sociologia na qual minha trajetória acadêmica se inscreve em processos sociais e históricos transgeracionais que remetem: ao tráfico ilegal de escravos na antiga Fazenda Campos Novos, ao processo de expropriação fundiária pós-abolição na Rasa; inviabilização das bases sociais e econômicas de reprodução das famílias negras descendentes de escravos; racismo construído por formas de subordinação simbólica e material específicas à produção da categoria “os negros da Rasa”; conversão coletiva ao neopetencostalismo como forma de afirmação identitária diante dos “descendentes da família do traficante de escravos” e dos “brancos católicos”; migração de algumas famílias para contextos urbanos como a Zona Sul do Rio de Janeiro; remoção de favelas durante a ditadura militar; o movimento dos pré-vestibulares para negros e carentes;⁴ o movimento quilombola na Rasa, a Lei 10.639/03 que constituiu o marco legal e normativo para a criação da disciplina na UFF de Educação e Relações Étnico-Raciais;⁵ até chegar na minha entrada no Grupo Negras e Negros em Movimento e no Grupo Laboratório de Estudos sobre Movimentos

4Sobre o movimentos dos cursos pré-vestibulares para negros e carentes, cf. Nascimento, 2012.

Sociais, Trabalho e Identidade que foram fundamentais ao meu ingresso no mestrado de sociologia e no doutorado em educação. Repito: isto não corresponde a nenhuma evolução linear e teleológica (que apenas corroboraria a ilusão biográfica), mas a convergência e encadeamento de eventos e processos históricos e sociais, dinâmicos e complexos; cuja combinação imprevisível, inconsciente e não planejada pelos sujeitos envolvidos (e por mim, principalmente) resultou na configuração da minha subjetividade e das escolhas que constituem a minha trajetória acadêmica, pessoal e política (nos termos de uma concepção de sociologia histórica de Weber e Elias)⁶(NAZARIO, 2020).⁷

Também apresento um esforço de autoanálise (ou de socioanálise) do percurso de construção do meu objeto de pesquisa delineando o meu lugar de enunciação enquanto mulher, negra e quilombola, a partir do entrelaçamento entre trajetória familiar, política e acadêmica. Abordo as conexões entre engajamento político e pesquisa acadêmica, entre política e ciência, buscando dialogar com; W. Mills, P. Bourdieu, M. Weber, R. Lenoir, Djamila Ribeiro, bell hooks⁸ e outras escritoras feministas. Tais conexões são para pensar a minha trajetória como pesquisadora em educação e relações étnico-raciais no Brasil, no âmbito das bases e repercussões epistemológicas e metodológicas envolvidas na conversão de inquietações pessoais em problemas públicos e objeto científico. Esta reflexão é fundamental para afastarmos as visões positivistas de ciência baseadas em uma suposta separação absoluta entre sujeito e objeto de conhecimento. Destaco, portanto, que minhas escolhas teóricas e metodológicas, assim como a construção do objeto de estudo, estão entrelaçadas com aspectos significativos da minha biografia entendida sob o enquadramento de uma história social da produção acadêmica; ou mesmo de um testemunho pessoal guiado pela “emoção raciocinada”.

Objetivando um trabalho intelectualmente honesto, não pude aqui dissimular uma reflexão na qual sou uma mera expectadora sem ter sido afetada pela realidade que encontrei no meu campo, que é a escola. Sendo assim não pratiquei a distorção da minha personalidade (feminina, negra e quilombola) como mandam as regras da neutralidade axiológica da academia. Todavia, busquei inseri-las no conjunto de reflexões sobre a construção de meu

5Sobre a Lei 10.639/03 como fruto do processo de luta contra o racismo e demanda por direitos para a população negra, cf. Santos, 2005.

6Para a compreensão nesta perspectiva das trajetórias acadêmicas de Elias, Bourdieu e Hobsbawm, cf. Elias, 2001; Bourdieu, 2005; Hobsbawm, 2002.

7 Ver nota n. 3.

8 bell hooks nasceu em 1952, em Hopkinsville, cidade rural do estado de kentucky, sul dos Estados Unidos. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o pseudônimo pelo qual é conhecida, em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks, uma mulher indígena. Também optou para que seu nome seja referenciado com letra minúscula como forma de enfatizar mais o conteúdo de sua obra do que a sua pessoa.

objeto não sendo necessário descartá-las. Como pesquisadora quilombola, a relação com o conhecimento difere daquela de uma/um pesquisadora/or não quilombola: o conhecimento produzido na pesquisa transcende o saber acadêmico ao incorporar preocupações sobre as possíveis implicações políticas que esse conhecimento pode oportunizar para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Portanto, quanto mais científico, melhor relevância política ele terá para nós.

Enfim, a partir de minha própria trajetória compreendi a importância de valorizar as identidades das pessoas desde a infância, pois sendo parte de um grupo que é marginalizado pela sociedade estas pessoas precisam ter um esforço maior para alcançar uma posição valorizada na sociedade já que o direito a uma educação de qualidade lhe é restrito. Na medida em que me interessei em participar do movimento quilombola na Rasa, principalmente quanto à luta pela titulação das terras, e passei a frequentar as reuniões do movimento quilombola a questão da educação tem sido fundamental, para formar os sujeitos quilombolas, pois foi apenas na universidade que eu tive a oportunidade de ressignificar a minha identidade como negra quilombola e aprender a valorizá-la, compreendendo que a escola pode ser um espaço de fortalecimento ou negação da história e memória das famílias negras da Rasa. Por isso os grupos tradicionais⁹ têm lutado por uma educação diferenciada, que aconteça a partir dos próprios saberes do grupo.

Ao ingressar no Movimento Quilombola e frequentar reuniões com os agentes do Estado, percebi que não bastava eu ter consciência de meu lugar de fala, era necessário saber mais: entender toda a legislação e história dos direitos quilombolas. Comecei a pensar sobre o reconhecimento e valorização de minha identidade e ter dúvidas sobre elas na medida em que eu não nasci no território e ser apenas descendente. Então eu pensei: por que é tão normal aceitar que a família real branca, da Inglaterra, é dona de várias porções de terra por todo o planeta e os descendentes da 30ª geração são reconhecidos e naturalmente aceitos como herdeiros legítimos dessas terras, mas quando se trata de nós, negros quilombolas, imediatamente o pensamento racista que nos subjugou às condições de sub-humanos nos nega esse direito. Por acaso eu e minhas irmãs e outros primos somos menos humanos do que os descendentes da rainha da Inglaterra? No nosso caso, não se trata de herança, mas de reparação aos danos que a escravidão nos causa e aos traumas que causou em nossos

9 Refiro-me aos movimentos negro e indígena que há décadas tem a educação diferenciada como demanda importante de suas plataformas de reivindicações (PEREIRA, 2013).

ancestrais a ponto deles sequer conseguirem falar sobre os dias em que lutavam para não serem expulsos de suas terras. Não somos herdeiros de terras, de grandes propriedades, somos herdeiros de lutas, de uma causa e por ela vivemos. Destarte podemos remeter à discussão sobre a identidade étnica quilombola que pode ser entendida como uma construção social, produzida nas interações dos indivíduos ao longo da história.

Ao participar do grupo de pesquisa LEMSTI (Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade), cujos coordenadores eu conheci na Rasa enquanto realizavam trabalho de registro de memórias junto à Associação Quilombola da Rasa, que ouvi falar no mestrado em Sociologia e comecei a pensar na possibilidade de aprofundar meus estudos sobre relações étnico-raciais na escola e como isso acontecia na Rasa. Desde então passei a participar das atividades de pesquisa do grupo bem como a iniciar o aprendizado e o exercício de se fazer pesquisa de campo. A partir destas experiências compreendi, também, a relevância de se formar os professores para que estejam preparados para receber esses/essas estudantes e não silenciar suas memórias, mas pelo contrário, valorizá-las. O/a professor/professora também precisa estar preparado para lidar com as situações de racismo e discriminação contra essas pessoas e suas demandas. Com relação aos quilombolas a questão da terra é essencial para que eles existam e perpetuem seus costumes e práticas sociais e econômicas, portanto, a formação com relação aos direitos deste grupo também é essencial. Também tive a oportunidade de acompanhar de perto a pesquisa de mestrado de uma das alunas do LEMSTI sobre os pescadores e a pesca na Rasa (ALMEIDA, 2014), me possibilitando a inserção sobre o debate da construção da etnicidade e memória dos quilombolas da Rasa.

Dessa forma, conforme me reconhecia e valorizava a história de meus antepassados, entrei em um universo aparentemente tão familiar a mim, porém ocultado aos meus olhos, que é a forma sutil com que o racismo exclui as crianças negras e pobres da escola e a maneira pela qual todos os dias neste estabelecimento social (GOFFMAN, 2011) a criança negra tem sua autoestima atacada. Fatos esses que constatei durante a pesquisa de mestrado (NAZARIO, 2015).

Meu trabalho de mestrado, que teve por título: “Isso é uma questão muito política: Relações Raciais e Memória Quilombola no espaço escolar de Armação dos Búzios” (NAZÁRIO, 2015), foi dividida em três capítulos. No primeiro é realizado um debate sobre a lei 10639/03 em que escolhi alguns autores como referência na discussão acadêmica e política sobre Educação e Relações Étnico-Raciais e o que dizem sobre a referida Lei 10639/03 e suas

diretrizes. É fato notar que todos reconhecem que a Lei 10639/03 é um avanço para a educação no âmbito de uma educação plural e democrática e reconhecem também que ela é fruto da luta de décadas da população negra que sempre enxergou na educação uma possibilidade de ascensão social. Também foi pontuado entre os autores o problema de como os professores e a escola tratam a Lei: de uma maneira burocrática colocando a cultura negra no plano da exotização ao tratá-la como mais uma exigência curricular a ser cumprida. Para que se evitem estes equívocos é necessário que os/as professores/as em sua formação tenham acesso a conhecimentos acadêmicos sobre o conceito de cultura, identidade, etnicidade, sobre a história da África, sobre racismo e relações étnico-raciais no Brasil, sobre as comunidades quilombolas dentre outros para que se evitem tratar as culturas e histórias africana e afro-brasileira de uma maneira simplista heroicizando os atores históricos, eliminando a possibilidade de compreensão dos fatos históricos dentro de uma dinâmica temporal.

No capítulo dois do meu trabalho de dissertação discuto a história de Búzios e seus habitantes, ou seja, o espaço e suas configurações sociais e históricas: a escravidão e suas marcas na vida dos descendentes dos negros escravizados baseada em uma discussão sobre memória, etnicidade e território; a expropriação fundiária e a eliminação das condições de reprodução social das famílias quilombolas; o processo de urbanização e a valorização capitalista do lugar advinda com os empreendimentos turísticos e a especulação imobiliária. No capítulo três demonstro através de uma etnografia da escola, em como tais discussões teóricas do capítulo I e como a memória do grupo quilombola local é silenciada no espaço escolar através dos mecanismos sociais que impedem ou dificultam a implementação da Lei 10.639/03.

A partir desse trabalho, pude refletir sobre o debate acadêmico em torno da Lei 10639/03, que recentemente chegou a algumas escolas do município de Armação dos Búzios, incluindo a escola onde realizei a pesquisa de mestrado e, atualmente, doutorado. Durante os estudos de mestrado e doutorado, pude observar e perceber como os empecilhos para a realização de uma educação étnico racial se apresentam todos os dias na rotina dos professores. Dentre tais empecilhos encontramos desde conceitos que ainda não estão dominados pelos professores e professoras da educação básica, até práticas e atitudes racistas que passam despercebidas pelo olhar dos profissionais da educação.

Dentre as práticas citadas acima, remeto-me á forte predominância da visão culturalista na elaboração dos currículos escolares que acaba por reforçar o eurocentrismo e,

também, a exotização da cultura negra. Os conceitos não dominados pelos docentes a que me refiro são: cultura, racismo, identidade e memória quilombola; tratados de maneira genérica e essencialista em sala de aula, resumindo-se a “tarefinhas de arte”, murais e festinhas evidenciando a superficialidade com que a questão tem sido tratada na escola. Este fato se deve ao despreparo do (a) educador (a) frente ao que está sendo imposto pela Secretaria de Educação que exige que as professoras e professores tratem do tema em suas aulas. Tais abordagens são realizadas de maneira simplificada por falta do conhecimento que os próprios docentes se queixam de não ter acesso. Logo, é fácil observar a insatisfação desses educadores e educadoras em terem de lidar, no espaço escolar, com mudanças propostas a partir de lutas sociais por direitos específicos, impostas autoritariamente e transformadas em exigências e imperativos burocráticos pela Secretaria Municipal de Educação. (NAZARIO, 2015)

A alquimia social, na qual o Estado brasileiro transmuta benefícios públicos, duramente conquistados pela mobilização coletiva e pela reivindicação politicamente organizada, em encargos burocráticos e carga de trabalho excedente para funcionários, gera resistência explícita ou sabotagem dissimulada. (NAZÁRIO, 2015)

Portanto, toda e qualquer discussão em torno da educação do negro, só nos é possível, hoje, devido a um histórico de lutas que a população negra tem travado ao longo dos anos (PEREIRA, 2013), que culminou na Lei 10639/03. Tamanha articulação histórico-política não pode mais passar despercebida pela comunidade escolar, já que a mesma Lei 10.639/03 reflete a expressão politicamente organizada de criar no coração das crianças as condições essenciais para a formação de um cidadão antirracista. Sendo assim, não há como tratar da educação de crianças negras e quilombolas sem considerar o histórico de lutas sociais de seu grupo.

Os fatores de empecilho à efetivação de uma educação antirracista e de promulgação da identidade quilombola como já mencionado também são encontrados na escola quilombola que pesquisei. Dessa forma, constatamos um problema estrutural na formação dos educadores. É importante dizer que os/as profissionais de educação que trabalham na escola, não podem ser responsabilizados por não dominarem tais conhecimentos, se o próprio sistema não lhes fornece a estrutura adequada para a realização deste trabalho. Durante as observações participantes na escola quilombola, as profissionais com quem conversei demonstraram as mesmas insatisfações com relação à falta de conhecimento para tratar as questões quilombolas

em seus planejamentos e na escola. As atividades que contemplam as questões quilombolas nesta escola, segundo as próprias professoras, são tratadas apenas em datas comemorativas, superficialmente, dentro da matriz curricular do município.

As diretrizes curriculares quilombolas (Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012) apontam que o trabalho com a educação quilombola, não pode ser dissociado do diálogo com a comunidade em questão porque todo o currículo e ação pedagógica só terá sentido, para uma escola quilombola, se atender as questões sociais, ou seja, às suas lutas, sobretudo à luta por seu território, dos grupos quilombolas a que ela se destina.

Prosseguindo com a reflexão apontada acima sobre a associação das lutas sociais dos grupos quilombolas aos currículos escolares quilombolas, desenvolverei brevemente algumas questões em torno das comunidades quilombolas que ainda não estão e precisam ser compreendidas por todos os agentes externos que lidam com essas comunidades: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, professores, juízes, antropólogos, etc. A primeira noção que precisa ser compreendida é a noção de identidade quilombola. Existe um embate acadêmico que perpassa tais discussões. Esse entrave também é encontrado no meio jurídico¹⁰, e nas instituições que trabalham com as efetivações das titulações das terras quilombolas e naturalmente chegam ao senso comum. Trata-se do significado do termo quilombo e a definição do que sejam as comunidades quilombolas hoje. Quando se pensa em quilombo o que as pessoas comumente imaginam é que sejam aquelas comunidades descendentes de antigos quilombos de fuga durante o período da escravidão. Tal senso comum impregna as sentenças de processos jurídicos relacionados a tais comunidades como vemos recentemente no Supremo Tribunal Federal o julgamento da constitucionalidade do decreto 4887/03¹¹. Mesmo o Supremo decidindo favoravelmente às comunidades quilombolas ao decidir pela permanência do decreto, tais estereótipos sobre tais comunidades permanecem mesmo entre as pessoas que convivem com os/as quilombolas.

A morosidade com que as instituições do Estado tratam os processos de regulação fundiária das comunidades quilombolas pode ser qualificada de racismo institucional: o Estado reflete sua estrutura discriminatória contra as reivindicações da população negra

10 O judiciário brasileiro possui uma noção retrógrada e limitada para julgar as comunidades quilombolas. Surpreendentemente, o recente julgamento do decreto 4887/03 pelo Supremo Tribunal Federal reconhece o ressignificado do termo quilombola abrangendo a diversidade étnica, histórica e social de composição dessas comunidades.

11 O Decreto 4887/03, assinado pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, regulamenta os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das comunidades quilombolas.

quando os desumaniza ao negar reparações que poderiam colocar suas vidas em posições mais equalizadas com relação à população branca. Em sua expressão mais grave de desumanização, esse cenário tem sido marcado por assassinatos nos processos de resistência e sobrevivência de tais comunidades. É importante mencionar que no ano de 2017, o número de lideranças quilombolas assassinadas aumentou em 350% com relação ao ano anterior de 2016¹². Sem contar outras formas de violência como ameaças, torturas, despejos e negações sistemáticas de acesso a bens e serviços (CONAQ & TERRA DE DIREITOS, 2018). Soma-se a esse processo de racismo estrutural a Emenda Constitucional 95, sancionada pelo então presidente golpista Michel Temer, que congela as verbas destinadas aos serviços públicos essenciais como saúde e educação, incluindo as verbas destinadas para titulação de territórios quilombolas. Em 2017, o governo Temer liberou apenas 3.531.065 e menos de um milhão no ano de 2018 para regularização. Esse valor irrisório, beirando ao deboche, é inaplicável neste tipo de política em que é necessário realizar desapropriações que beiram a dez milhões em apenas um caso. E com mais de um ano de governo Bolsonaro, os trâmites administrativos de reconhecimento oficial das terras quilombolas estão paralisados. Sendo assim, podemos constatar a má vontade política alicerçada no racismo para inviabilizar a reparação às comunidades quilombolas. No caso do atual governo este racismo é explícito, basta lembrarmos das declarações ofensivas do presidente da república, antes de ser eleito, sobre os quilombolas.

Inquietações pessoais, problemas públicos e objeto de pesquisa: ciência, política e socialização acadêmica.

Wright Mills (1982) considera como principal tarefa, ou até promessa, da sociologia a explicitação sistemática deste laço entre experiência individual, principalmente quando remete a privações, e condicionamentos sociais em perspectiva histórica, desnaturalizando problemas como o desemprego, o fracasso escolar, a pobreza, percebidos muitas vezes como resultado de incapacidades (intelectuais ou morais) inatas ao indivíduo. Mills propõe como finalidade da sociologia ir além dos muros da academia, contribuindo para a formação de públicos, ou seja, fornecendo instrumentos cognitivos aos cidadãos comuns de modo a

¹² Para maiores informações sobre os dados de lideranças quilombolas assassinadas cf. CONAQ & TERRA DE DIREITOS (2018)

capacitá-los para intervir na esfera pública ao invés de ficar reduzida a massa consumidora de produtos/serviços e mensagens na esfera do mercado e dos meios de comunicação (eu acrescentaria também nas redes sociais).

O autor Remir Lenoir (1996) chama a atenção para outro movimento necessário nesse processo pelo qual passei de conversão da consciência ligado a transformação dessa inquietação pessoal em problema público: a transformação de problemas sociais em objeto sociológico. Portanto, há um processo contínuo de interferências (conscientemente reconhecidas ou não pelos pesquisadores) entre o universo acadêmico e o sociopolítico que não implicam nem em subordinação nem em autonomia absolutas do primeiro frente ao segundo. Isto não significa dizer que o discurso científico deve reproduzir o discurso militante ou engajado, muito menos as categorias e representações oficiais sobre o mundo social, mas sim romper com as hierarquias de credibilidade estabelecidas (como afirmou o sociólogo norte-americano Howard Becker, 1977) interpretando e dando visibilidade a outras categorias e representações não autorizadas sobre o mundo social, porém construindo uma narrativa propriamente científica (segundo os critérios e normas epistemológicas vigentes que regulam a comunicação e as interações entre pares). Como o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) define a sociologia como uma arte de combate ou como uma ciência que perturba; em uma concepção complexa e dinâmica entre ciência e política, afirma que a sociologia terá mais força política quanto mais científica for, rompendo com o senso comum leigo (ordinário ou profissional, como de advogados, juizes, economistas, psicólogos, antropólogos etc.) ou mesmo sociológico. A defesa (positivista) de uma ciência pura é mais ideológica e engajada do que aquela que explicita seus vieses, valores e posicionamentos éticos e políticos, porque oculta e ignora suas “impurezas” supostamente externas a ciência impedindo assim qualquer possibilidade de controle e monitoramento no processo de produção do conhecimento (BURAWOY, 2014).

Lenoir (1996) explica a distinção existente entre o problema social e o objeto sociológico e reflete a confusão que a sociedade faz entre o sociólogo e o assistente social que são profissões completamente distintas, pois tal confusão advém do fato da sociologia ter surgido ligada a ideia de reforma social no sentido de lidar ou propor soluções para os problemas sociais. O problema social é dado pela realidade empírica, já o objeto é construído. O problema social se impõe ao sociólogo e é representado por categorias e representações cujo processo de institucionalização e incorporação irrefletida deve ser objetivado na

pesquisa. As categorias fazem parte de um conjunto de certezas e, para isso Lenoir cita o exemplo das idades que são socialmente construídas e relativizadas a partir de diferentes sociedades e não são aspectos naturais. As categorias são, portanto construídas e naturalizadas.

Partindo da reflexão de Remir Lenoir, posso pensar em meu objeto de pesquisa que é o processo de implementação de uma educação quilombola em contexto de luta pela terra e afirmação identitária, que acontece dentro de um universo empírico que é a escola Dona Rosa, na comunidade Caveira, no município de São Pedro da Aldeia. No contexto científico, conceitos são diferentes de palavras da linguagem ordinária. Por isso o controle epistemológico do uso das palavras “educação quilombola”, “escola quilombola” foram necessários na construção do meu objeto, pois as categorias são objetos de disputa no mundo social. É necessário problematizar as palavras do mundo empírico dos sujeitos estudados e estar aberto para o exercício de desconstruir e historicizar o significado destas categorias. Cabe lembrar que a própria categoria “quilombola” é um termo jurídico-administrativo do Estado brasileiro (estabelecido na Constituição Federal de 1988) instituindo e consagrando um “problema social” que gera realidades (através da reformulação ou criação de leis, políticas públicas e órgãos estatais) ao nomeá-las, defini-las e dar-lhes estatuto oficial; produzida num campo de lutas e disputas socioambientais, fundiárias e étnicas e apropriadas por grupos e indivíduos envolvidos nestes cenários de conflito em torno do reconhecimento de direitos. O termo “quilombo” é objeto de lutas classificatórias e simbólicas no campo político e jurídico (como o Partido Democratas que questionou a constitucionalidade do Decreto 4887/2003 no Supremo Tribunal Federal através da Adi 3239/04) e acadêmico (que confronta alguns antropólogos e historiadores), repercutindo nas condições institucionais de garantia oficial de direitos.

Cabe lembrar que a formação das Ciências Sociais no Brasil não pode ser compreendida sem remeter a este vínculo entre temas, problemas e posicionamentos políticos (debates sobre raça e miscigenação; campesinato e povos indígenas; messianismo, clientelismo e patrimonialismo; religiosidade católica e de matriz africana; formação do Estado, povo e identidade nacional; modernização, atraso e desenvolvimento) e investigações, análises e interpretações sociológicas, antropológicas e historiográficas (IANNI, 2004). As áreas de estudos sobre Educação e Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola são caracterizadas por laços estreitos entre discurso acadêmico e posicionamento político, entre

pesquisa e intervenção. Assim como na área de estudos sobre Relações Raciais no Brasil, nestas áreas citadas acima os/as intelectuais e cientistas sociais negros/as são questionados/as quanto ao estatuto científico de suas pesquisas pelo simples fato de serem negros/as, baseado no pressuposto de um engajamento político e ético natural com o seu objeto que “contaminaria” suas análises e interpretações como se fossem incapazes de distanciamento crítico, de “objetividade” e neutralidade axiológica. Tal julgamento é muitas vezes prévio, antes de qualquer avaliação desta produção de conhecimento científico (na forma de artigos, livros, teses e dissertações), enquanto que ninguém questiona a suposta objetividade natural de cientistas sociais brancos quando estudam as relações raciais. Este é o racismo na academia se revestindo de argumentos científicos positivistas mesmo por aqueles que não se afirmam como racistas ou positivistas na academia. Caberia perguntar por que cientistas sociais negros/as importantes como Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez não tem a mesma visibilidade nos cursos de graduação em ciências sociais no Brasil. Será por que se pressupõe que suas obras não têm a mesma qualidade científica, ou a objetividade, daquelas dos/das cientistas sociais brancos/as oriundos de classes ou estratos sociais privilegiados e portadores/as de capital cultural condizente com o bom desempenho universitário? O argumento da neutralidade ou objetividade científica pode ser uma arma política, que se apresenta como “puro amor pela boa ciência”, na disputa por reconhecimento, prestígio, posições e recursos acadêmicos e que se camufla em argumentos isentos de intenção ou motivação interessada. Exemplo clássico do interesse desinteressado, que também encontramos no campo científico, de que nos fala Pierre Bourdieu (1996).

Weber (2011) propõe que a ciência não pode determinar os valores das pessoas, pois os valores não podem ser deduzidos necessariamente de qualquer fundamentação explicativa sobre a realidade. É preciso contextualizar, Weber está refutando a ideia positivista de transformação da ciência em uma nova moral secular, por exemplo, ou até em um novo dogma ou religião para o cidadão comum. A ciência, e a sociologia em particular, não podem nem prever o futuro nem dizer às pessoas o que elas devem desejar ou projetar para suas vidas, seu país ou para a humanidade. O conhecimento científico da sociedade pode esclarecer aos sujeitos as condições e consequências das suas ações ou decisões, mas nunca predizê-las ou determiná-las.

Para Weber (1979), não existe uma lei geral da história, um destino pré-definido, que conduziria a humanidade ou as sociedades num determinado sentido ou outro e que bastaria

às pessoas conhecerem para melhor se adequarem a tal movimento inexorável. A história (como a realidade social) para ele é uma realidade complexa e inesgotável ao conhecimento, que só pode ser compreendida através de pontos de vista subjetivos do pesquisador, informados por escolhas valorativas e teórico-metodológicas, que vão determinar o recorte do objeto, portanto os aspectos ou dimensões do real que serão considerados relevantes e aqueles que serão ignorados. Um acontecimento ou processo histórico (o capitalismo, a reforma protestante, a revolução industrial, a revolução francesa, o golpe militar de 1964 ou o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016) é resultado de uma convergência singular e imprevista ou não planejada pelos sujeitos envolvidos entre conjuntos de ações sociais num encadeamento causal cujas conexões de sentido são imputadas pelo pesquisador a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos atores. Para Weber, as potencialidades da ciência devem ser pensadas em relação a suas limitações, que é uma condição fundamental ao seu desenvolvimento.

A sociologia não estabelece relações empíricas entre fatos, mas relações lógicas entre problemas (WEBER, 1979). Ele não estabelece uma separação rígida entre juízos de fato e juízos de valor, tal distinção servindo para estabelecer a indispensabilidade dos valores ao conhecimento científico, mas também seus limites.

Primeiro, gostaríamos de questionar a opinião dos partidários da “neutralidade axiológica”, para os quais a mera instabilidade histórica e individual das tomadas de posição valorativas prevaletentes tem apenas o caráter necessariamente “subjetivo” da ética, por exemplo. Também comprovações empíricas de fatos são muitas vezes discutíveis, e talvez haja mais acordo sobre a questão de se deve uma pessoa ser considerada como canalha do que, por exemplo (precisamente entre os especialistas), sobre a interpretação do fragmento de um documento. [...] A função da ciência é, a nosso ver, exatamente a contrária: transformar em problema o que é evidente por convenção (WEBER, 2016: p. 572).

Sendo assim, é também necessário o monitoramento constante (logo sua permanente explicitação e não ocultamento ou eliminação), ou controle racional, dos valores subjacentes na condução da pesquisa de modo que não sejam menosprezados aspectos ou dimensões da realidade que contradigam os seus valores ou as teorias que orientam sua atividade científica.

Portanto, ciência e política estão intimamente entrelaçadas, mas não se confundem, correspondem a paixões e éticas diferentes. O que é fundamental é compreender o modo como se articulam e não cair na ilusão de uma ciência pura, não contaminada por questões

éticas ou morais; e como podemos contribuir com o debate público preservando a relativa autonomia da ciência e a qualidade acadêmica das nossas práticas e discursos enquanto sociólogos, antropólogos ou educadores. É de suma importância a reflexão sobre a dimensão política inerente a toda atividade científica, que remete tanto a inevitável intervenção (quer tenhamos ou não consciência dela) que nossa presença e ação provoca na situação que pesquisamos quanto a disputa por prestígio, recursos e posições que sustentam a existência no campo acadêmico. Todo o debate público em torno da demarcação das terras indígenas alçou um nível de qualidade acadêmica e permitiram que o antropólogo pudesse contribuir com a sua competência profissional, exercendo sua responsabilidade social, com as inovações teóricas e metodológicas introduzidas pela incorporação do debate conceitual e das pesquisas sobre grupos étnicos que reorientaram os estudos sobre as relações dos povos indígenas com a sociedade nacional. A ciência, no caso a antropologia, pode sim contribuir com a formação e melhoria da esfera pública, exatamente afirmando a sua competência e qualidade acadêmica, como no caso dos laudos cuja força política depende de sua fundamentação científica (OLIVEIRA, 1994). Por isso, a antropologia dos laudos é uma ciência que perturba e uma arte de combate, arena na qual ciência e política dialogam sem se anularem mutuamente.

Ainda sobre os nexos entre ciência e trajetória política, teve influência neste trabalho a questão do feminismo negro. Ao entrar em contato com a obra de Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2017) - que me conduziu a outras autoras negras como bell hooks (2019) e Giovana Xavier (2018) a reflexão sobre minha trajetória enquanto pesquisadora quilombola tomou uma dimensão mais profunda: permitiu-me pensar sobre o lugar de fala não apenas de uma mulher negra, mas uma mulher negra quilombola e acadêmica. Pensar sobre o que sejam essas interseções identitárias permitiu-me compreender as “revoluções internas” (XAVIER, 2018) que me fizeram reencontrar comigo mesma num exercício intelectual que me auxilia no desvendamento de certas correntes psíquicas que me imobilizam. Compreender as condições sociais as quais minha família foi subjugada e nós mulheres negras, “o outro do outro”, aquelas que, diferente das mulheres brancas, precisam romper com outros tipos de correntes como; a objetificação sexual de nossos corpos; o estereótipo de serventes e a negação da capacidade de produzir conhecimento.

Os lugares socialmente construídos para mulheres negras, quando rompidos por elas através do conhecimento causam “revoluções internas” não só em nós, que conseguimos rompê-las, mas em pessoas ao nosso redor, como na academia quando questionam a

autenticidade acadêmica de nossos estudos. Tais questionamentos decorrem do fato da ciência ser estruturada sobre padrão eurocêntrico que hierarquiza os saberes enquanto científico ou não. Lélia Gonzales enxergava essa hierarquização de saberes acadêmicos como “um produto da classificação racial da população” (RIBEIRO, 2018), pois o modelo universal de ciência é branco.

De acordo com Lélia Gonzales (RIBEIRO, 2018), as representações sobre mulher negra que permeiam o imaginário social colonizado da sociedade brasileira são a da “mulata” e a da “mucama”, a escravizada que trabalha no serviço doméstico. Tais representações são internalizadas desde cedo pela menina negra que aprende a se ver enquanto objeto sexual e possível trabalhadora braçal. Não pretendo desqualificar o serviço doméstico, mas problematizar a desvalorização dessas trabalhadoras que são tratadas como trabalhadoras subalternizadas e escravizadas quando o direito à regulação de seu trabalho lhe é negado pelo patrão. Esta representação internalizada por nós, mulheres negras, que nos define ao nos vincular a determinadas posições ou ocupações e restringido nossas expectativas subjetivas presas a um destino naturalizado, só é possível ser desfeita pelo acesso ao conhecimento. É através de uma educação libertadora que conseguimos visualizar o racismo que fora impregnado dentro de nós que nos impede de nos enxergarmos, enquanto intelectuais e ocupantes do “não lugar”: aquele que fora construído para homens brancos como na academia brasileira.

Os sentimentos de inadequação que muitas de nós mulheres negras sentimos quando ocupamos espaços na academia, sempre vem à tona quando somos questionadas sobre a veracidade científica de nossas pesquisas ou pela forma como lidamos com os saberes epistêmicos: a partir de nossas próprias experiências. Quando li em “Mulheres, Raça e Classe” de Angela Davis (2016) sobre o papel da mulher negra na luta pelo abolicionismo e sobre o lugar de fala desenvolvido por Djamila Ribeiro (2017), compreendi a importância de toda pesquisadora negra sempre destacar em seu trabalho seu lugar de fala a fim de demonstrar como a *educação emancipatória* (FREIRE, 2014) é importante para quebrar as correntes de opressão que impedem as pessoas de se enxergarem enquanto sujeitos de direitos e lutarem por eles. Uma educação democrática que atenda os direitos civilizatórios de todos, onde todos possam exercer o direito à sua diversidade. Essas autoras também me possibilitaram compreender a importância da memória de dona Rosa (que dá nome à escola da comunidade) e seu papel central na luta pela terra na comunidade da Caveira, pois a

mesma influenciou e incentivou as mulheres de seu tempo a enfrentarem o sistema. Ao ler essas mulheres, compreendi que subscrever a força de dona Rosa, assim como a de outras mulheres de sua comunidade, como inerente às suas subjetividades, ou seja, naturalizá-las de forma a idealizá-las é negar-lhes suas humanidades. É preciso compreender que elas precisaram se constituir enquanto mulheres fortes porque o Estado lhes fora omissivo e por isso tiveram de enfrentar uma realidade violenta. Por isso é importante reconhecer as dores e fragilidades dessas mulheres e seus pedidos de ajuda enquanto uma forma de restituição de suas humanidades negadas.

Tomando o processo de escrita da tese como um ato não apenas científico, mas também como o de lapidação de um/uma cientista, destaco a importância das autoras negras na minha formação que me ajudaram a enxergar as várias correntes de dominação não apenas sexista, mas a racista que nos condiciona a uma posição subalterna, de não nos enxergarmos enquanto intelectuais. Esse “confinamento” nos remete ao que Sueli Carneiro desenvolve sobre a opressão da mulher negra que sofre com o machismo e o racismo: “se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras, se o racismo é burlado, geralmente quem se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra, é experimentar essa condição de asfixia social.” (CARNEIRO, 2019).

Durante o processo de escrita desta tese, me vi presa a esta asfixia social. O peso da palavra doutorado causava-me uma certa paralisia intelectual enraizada neste pensamento colonial, sexista e racista de uma posição que não foi constituída para pessoas como eu. A produção de uma tese que é a produção de uma intelectual negra e quilombola é, portanto, uma dimensão humana que requer a leitura de autoras que tenham passado pela mesma experiência.

Partindo da reflexão sobre esta asfixia social, cabe destacar o protagonismo de algumas mulheres da comunidade da Caveira na luta pela terra, a partir dos seus próprios pontos de vista dos acontecimentos históricos que afetaram as suas vidas. À exemplo desta reflexão temos Dona Jovelina, 86 anos, da comunidade da Caveira, relatou-me com muito pesar quando no período da ditadura militar, os fazendeiros em comunhão com a polícia local, promoveram incansáveis estratégias de expulsão das famílias dos trabalhadores negros de suas terras. Houve momentos em que seu marido teve de fugir e ficar durante meses foragido para não ser capturado, preso e morto tanto pelos capangas dos fazendeiros quanto pela polícia que agia em favor daqueles fazendeiros. Dona Jovelina disse que sempre que eles

chegavam perguntando por seu marido, ou com palavras hostis, ela disse que “tinha que ser firme para falar com eles. Tinha que falar com firmeza senão eles não iam embora.” Tanto Rosa quanto Jovelina e outras mulheres não devem ser vistas nem como vítimas passivas, nem como guerreiras natas, mas apenas humanas. Reconhecer essas subjetividades sem idealizá-las enquanto supermulheres faz parte do processo de transformação social. Pensar nas condições históricas e sociais que levaram aquelas mulheres a moverem as barreiras do sexismo e as estruturas patriarcais de seu tempo, deve permear as práticas pedagógicas de uma educação libertária.

A luta da comunidade da Caveira pela titulação de seu território, bem como para ter uma escola em seu território pode ser vista como uma forma de valorizar a existência dessas pessoas. Pensar em educação quilombola é também pensar em feminismo negro, pois ambas as construções urgem preparar homens e mulheres conscientes de seu lugar na história e na sociedade para perpetuarem uma sociedade democrática e diversa.

A experiência de realizar uma pesquisa na área de humanas é como recortar um pedaço da realidade e buscar desvendar o que está oculto nela. O oculto representado nas ações e nos hábitos das pessoas que é a forma pela qual as instituições estão estruturadas no consciente delas. Neste trabalho, o fragmento escolhido para ser observado desta nossa complexa realidade é a escola. Uma escola que não foi pensada para ser uma escola comum, mas sim uma escola diferente da que conhecemos na realidade brasileira. Uma escola pensada a partir de um projeto desenhado pelo Movimento Quilombola brasileiro com o intuito de preparar as gerações quilombolas a conhecerem e enfrentarem suas realidades. A forma como a sociedade trata esta questão pode ser observada na maneira como toda a discussão política e ideológica representada nos documentos (das diretrizes curriculares quilombolas e diretrizes para a educação étnico-racial) vem sendo interpretada pelos atores no espaço escolar.

Para realizar a pesquisa de campo na escola, foi fundamental a leitura do texto sobre o trabalho de campo de Malinowski (1980) onde ele relata as dificuldades de adaptação tanto dele quanto das pessoas que estavam em seu campo de observação. Me identifiquei com a experiência do autor quando este relata a sua angústia e desesperança pela demora em conseguir se relacionar com as pessoas com quem precisava interagir. O autor chama a atenção sobre como se portar e os cuidados que o pesquisador precisa ter para entrar neste outro mundo. Para entrar neste outro mundo, a escola quilombola dona Rosa, precisei ficar

atenta para não me limitar a apenas um aspecto do meu campo para não tornar o meu campo numa realidade artificial. Por isso, para que eu entendesse a escola foi necessário entender a realidade em seu entorno e as pessoas que a frequentam. Estar atenta às “instituições nativas”, permitiu-me observar a forma de organização de meus/minhas observados/as, pois a forma de organização daquela instituição escolar é um recorte de como funciona todo o sistema escolar brasileiro. Ainda sobre estar atenta às formas de organização dos/das sujeitos observados/as, precisei observar a compreensão do significado de ser “quilombola” para todos envolvidos na escola: as professoras, os/as funcionárias/os, as crianças e os familiares. Estas ponderações me levaram a compreender as estruturas sociais incorporadas nos indivíduos com quem interagi.

A metodologia escolhida por mim e por meu orientador foi a observação direta e a observação participante, bem como entrevistas a boa parte dos atores que estão na escola. Em alguns momentos realizei observação participante ocupando posições e realizando atividades relevantes na vida social da escola¹³. Em outras situações apenas observei e registrei (coletando dados através de fotografias, gravações audiovisuais e anotações de campo) sem participar diretamente como em seminários de capacitação docente. A pesquisa foi fundamentalmente de caráter qualitativo, pois se baseou na inserção razoavelmente prolongada no cotidiano dos sujeitos estudados para compreender sua realidade social a partir das suas categorias, representações e experiências subjetivas constituídas no espaço da escola e fora dele.

Sendo assim, a investigação se estendeu ao processo de formação da Comunidade Quilombola da Caveira, ao contexto de construção da identidade étnica e a luta pelo reconhecimento do seu território tradicional pelo Estado brasileiro. Visando tal objetivo, realizei entrevistas abertas registrando e sistematizando relatos e consultando documentos sobre o passado e a situação atual da comunidade.

De acordo com Gilles Houle em seu texto de título “A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica”, os relatos de vida não tinham um reconhecimento científico e quando se reconheceu a sua importância no estudo dos processos sociais houve uma renovação no sentido de abordagem metodológica nas pesquisas sociais. “Não se tratando nem de técnicas ou métodos, mas um material que requer uma abordagem renovada na sociologia” (HOULE. 2008,p. 317). A volta da valorização das histórias de vida significava

13 Durante a pesquisa substituí algumas professoras em sala de aula, ajudava a guardar o lanche e distribuir as refeições no refeitório. Também participei de festas organizadas para e pelas (os) funcionárias(os).

também “o sujeito redescobrimo o seu vivido” (HOULE, 2008), porém, levando-se em conta a simultaneidade de uma história individual com a história da sociedade na qual o sujeito está inserido. [...] “a história da vida em sociedade, (...) nos levam a redescobrir que o objeto último da sociologia é a vida”.(HOULE, 2008, p. 320)

Deste modo, a pesquisa de caráter qualitativo, privilegiou a produção de dados através da compreensão do universo de significados dos sujeitos, das condições e modos de atribuição de sentido pelos agentes sociais, pois se baseia na observação direta, entrevistas (abertas) e em uma imersão intensa nas atividades e relações desenvolvidas no cotidiano da escola e da comunidade. O procedimento de investigação social qualitativa se apresenta como mais adequado para a abordagem do tema aqui apresentado, pois permite uma articulação mais interessante entre a generalidade das teorias e conceitos e a singularidade e complexidade dos casos estudados, de modo que sejam beneficiados mutuamente tanto os modelos abstratos de ordenamento lógico da realidade quanto a compreensão das situações empíricas particulares. Ou como Groulx (2008) nos apresenta as vantagens da pesquisa qualitativa:

Atento à pluralidade de construções de sentidos, o procedimento qualitativo leva preferencialmente, a adquirir uma percepção mais holística dos problemas e das questões, e a proceder a um “reenquadramento sócio-antropológico”, a fim de ter em conta o contexto sociocultural de cada situação-problema e de compreender a especificidade e a complexidade dos processos em jogo. (GROULX, 2008,p. 97)

Foi a etnografia da escola que me permitiu compreender e desvendar os empecilhos para que aconteça uma educação antirracista de valorização das memórias das famílias e de suas identidades de acordo com o estabelecido na Lei 10.639/03 e Resolução 8 de novembro de 2012. A utilização da etnografia nas pesquisas em educação de acordo com Claudia Fonseca (1999) oferece aos pesquisadores da educação “uma interação entre o pesquisador e seu objeto de estudo”. Segundo a autora, a etnografia como uma técnica investigativa com ênfase no cotidiano e no subjetivo é eficaz para transcender os métodos quantitativos. Acredita ser um instrumento essencial para compreender o intelectual da sociedade. Atesto que, concordando com a Cláudia Fonseca, a etnografia me permitiu desvendar os mecanismos sociais acima citados: através das ações dos atores e suas rotinas no espaço escolar. Fonseca acrescenta que tal técnica pode ser um rico e eficaz instrumento na intervenção educativa de qualquer professora ou professor ou de qualquer outro agente social, pois permite um

exercício essencial no campo da antropologia que é o de desvendar as diferenças entre os universos simbólicos do pesquisador e do seu objeto, ou seja, a multiplicidade de significados que as pessoas têm sobre a realidade.

Todavia, não podemos reificar o presente etnográfico e a experiência subjetiva do pesquisador em campo, que inclusive oculta sua condição de sujeito na situação em estudo e impede a inclusão na investigação de forças e estruturas translocais que determinam processos, eventos e ações observados localmente (GLUCKMAN, 2010 e BURAWOY, 2014). Pois a educação escolar e até mesmo as interações cotidianas em qualquer espaço escolar específico resultam de processos sociais e históricos estruturados, mas não planejados pelos sujeitos, implicando para seu entendimento escalas de ação e níveis analíticos de abstração diversos (ELIAS, 2006). Fonseca (1999) também critica certo uso das etnografias nas pesquisas em educação, que não empreendem um diálogo consistente e sistemático com as teorias e conceitos antropológicos e se reduzem a um relato introspectivo do pesquisador (confundido com a necessária reflexividade), a descrições pobres de casos e ao presentismo etnográfico.

Existe uma polêmica em sociologia da educação sobre as abordagens reprodutivistas que se filiam a uma perspectiva estrutural-funcionalista versus uma perspectiva construtivista que privilegia a cotidianidade escolar e a agência dos sujeitos (HAECHT, 1994). Considero que não se deve menosprezar a dimensão reprodutora da escola (simplificando-a como se tivessem como pressuposto meras teorias conspiratórias), contudo sem excluir as estratégias e ações dos sujeitos nas suas experiências cotidianas e ao mesmo tempo sem apagar a historicidade dos processos educativos que acontecem na escola em perspectiva de duração mais ampla. O que não se deve é considerar a reprodução como automática, naturalizando-a, mas como ela se dá em processos sociais específicos e observados em situações concretas e envolvendo determinados agentes.

A educação quilombola é um tema recente na história da educação brasileira no sentido da construção de seus sentidos e práticas pedagógicas. Dessa forma, para aprofundar a discussão busquei ajuda de minha companheira de luta e minha líder nacional, Givânia Maria da Silva. Givânia é quilombola de Conceição das Crioulas no município de Salgueiro, em Pernambuco. Conheci Givânia, quando li o trabalho acadêmico de uma amiga, a antropóloga Marta Antunes, que escreveu sobre essa comunidade e me encantou a experiência escolar que foi lá desenvolvida. A partir daí conseguimos trazer a Givânia para lançar e palestrar sobre seu

livro num seminário para estudantes de pós-graduação da faculdade de educação, na UFF. Mas antes disso, começamos a conversar por whatsapp e fazer muitos planos de luta no campo da educação. Um deles foi a criação, pela Givânia, de um grupo para unificar os professores quilombolas de várias partes do país para iniciar o movimento de professores quilombolas. Retornando a discussão da Givânia, o que pretendo discutir com essa rede estabelecida com uma importante liderança do movimento é de como eu tenho sido transformada através dos diálogos que tive com ela e outras professoras quilombolas de Conceição das Crioulas. Givânia me apresentou a Márcia, via whatsapp. Elas me ajudaram muito a pensar em questões indispensáveis para a educação escolar quilombola, que introduzi nas palestras que participei na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Pedro da Aldeia. Quando Márcia Juscilene do Nascimento me enviou sua dissertação de mestrado e comecei a ler, percebi que estava diante de uma importantíssima referência para os estudos em Educação Escolar Quilombola, além de ter me provocado algumas “revoluções internas”. O trabalho de Márcia Juscilene do Nascimento (2017), não é apenas uma referência, mas uma inovação no campo acadêmico. Uma obra que afronta o epistemicídio trazendo a compreensão que a teoria sobre o que seja a educação quilombola somos nós (quilombola). A teoria está nos/nas próprias quilombolas, com mestres da comunidade. Márcia nos leva a refletir sobre o que são e quem são as mulheres e homens intelectuais quilombolas no espaço acadêmico. O formato de seu trabalho, nos agradecimentos, Márcia inova fazendo-o em forma de cordel sensibilizando e preparando o leitor para visitar páginas inéditas de uma discussão que todos interessados na educação desejam compreender: o que é educação quilombola. A autora também nos auxilia a compreender que, nós, intelectuais quilombolas somos pilares na mudança do sistema educacional e na luta contra o epistemicídio acadêmico.

Ler e ouvir sobre a experiência de Conceição das Crioulas foi imprescindível para pensar a complexa implementação de uma política pública educacional e reforçar a constatação de que educação quilombola é uma ação política e depende de vontade política para ser efetivada. Givânia ajudou na minha construção política. As autoras quilombolas forneceram-me a confiança em mim mesma que a academia não pode.

Apresento então sumariamente o conteúdo da tese. No capítulo 1 abordo a trajetória da minha família, desde a saída forçada do meu avô Natalino da Rasa, no contexto de expulsão das terras que seu pai Aspino arrendava, até o seu retorno para seu lugar de origem. A partir de relatos orais de Natalino e Jeremias, meu pai, produzidos através de entrevistas, descrevo o

percurso social de formação de uma família negra (os Nazario), descendentes de escravizados da antiga Fazenda Campos Novos, de origem camponesa, e sua travessia pelas favelas e bairros periféricos do Rio de Janeiro e São Gonçalo. Utilizo os conceitos de diáspora e viagem da volta para traçar uma sociologia da experiência de dispersão e exílio de famílias quilombolas das suas terras nas primeiras décadas e meados do século XX. No “encontro com os primos” temos a reconfiguração de uma memória familiar provocada pelo contato com uma memória transmitida nos círculos domésticos da comunidade de parentes na Rasa. Também intenciono oferecer recursos de linguagem para uma experiência de dor e sofrimento que não tinha possibilidades narrativas de expressão pública, para um leitor específico. Este capítulo é fundamental para a compreensão das escolhas acadêmicas da pesquisadora, pois meus interesses científicos e políticos se constituíram no horizonte da trajetória familiar protagonizada por Natalino Nazario.

O capítulo 2 trata de uma personagem importante na história dos conflitos fundiários na Região dos Lagos, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Eugenio Honold que comprou a Campos Novos em 1920. Apesar da importância que teve na história das comunidades negras da região, ele aparece na memória dos sujeitos de modo muito superficial e genérico, associado a um tempo de paz, harmonia e fartura. Nesse “tempo de harmonia” havia um pacto moral entre o fazendeiro e as famílias negras que arrendavam terras em troca do direito a moradia e roça. Mas, quem era o patriarca da família Honold? Existe uma praça no centro de Búzios com seu nome, mas pouco se conhece sobre ele. É a esta pergunta que esse capítulo procura responder, visando contribuir com a memória quilombola local, conferindo maior concretude histórica a este grande proprietário para os descendentes daqueles que arrendavam suas terras. Eugenio Honold era considerado na imprensa escrita “um importante industrial e um estimado capitalista”, circulava nos lugares de sociabilidade da alta burguesia, na primeira metade do século XX, fazendo sua fortuna no setor carbonífero e siderúrgico, nas décadas de industrialização do país. Tinha ligações políticas, econômicas e de parentesco com importantes famílias burguesas da alta sociedade carioca. Consultei vários jornais, deste período, para delinear a trajetória dos Honold como integrante do empresariado brasileiro, na linha dos estudos de história social da burguesia nacional.

No capítulo 3 entra em cena outra figura destacada na memória e história das comunidades quilombolas de Cabo Frio, Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia. No início dos anos 1950, Antonio Paterno Castelo, conhecido como Marquês, torna-se

administrador da Fazenda Campos Novos. Com a morte de Eugenio Honold (1950) e George Honold (1949), seu filho, que administrava a Fazenda e faleceu em um acidente de carro, Luiz Honold Reis passou a ficar responsável pelo imóvel. Luiz Honold era neto de Eugenio Honold, mas não tinha os pendores empresariais do avô. Era um playboy burguês, que se dedicava a gastar a fortuna da família, ou seja, preocupava-se mais em investir no capital social e simbólico do clã Honold, circulando pelas esferas de sociabilidade da aristocracia burguesa. Luiz Honold pouco se interessava pela fazenda da família e transferiu a administração da mesma para Antonio Paterno, o Marquês. Este é lembrado pelos quilombolas mais velhos como tendo instaurado um “clima de escravo”, ao romper com o pacto moral anterior que regulava as relações com os fazendeiros. Um certo evento, que denominei de Revolta do Cachimbo, no qual os arrendatários se rebelaram diante das ordens consideradas abusivas do “italiano”, como também era chamado, e decidem não pagar mais a renda com o trabalho, mas depositam em dinheiro na agência bancária. A partir daí inicia-se uma série de violências sobre os camponeses para expulsá-los das terras que ocupavam. O tempo do Marques é um tempo de ruptura com a economia moral da época dos Honolds e de estabelecimento de um regime de terror que será prolongado com a atuação de Dácio Pereira de Souza, outra personagem proeminente na memória dos conflitos fundiários na Caveira e em toda região da Campos Novos.

O capítulo 4 é sobre os conflitos fundiários na Campos Novos que tiveram uma nova configuração com o Golpe de 1964 e a ditadura militar, agravando mais ainda o regime de terror, pois as violências cometidas pelos fazendeiros tiveram a colaboração das autoridades policiais e militares. Neste cenário a repressão sobre os camponeses se justificava, segundo os grileiros, pela atribuição a eles do rótulo de “comunista”. Neste período, final anos 1950 e 1960, se consolida a percepção pública sobre a concentração da propriedade fundiária como um problema e novas categorias de apreensão do mundo rural emergem: como *lavrador*, *posseiro* e *grileiro*. A reforma agrária adquire ampla importância no debate público e o sindicalismo rural, como forma organizativa das lutas pelo acesso a terra e por direitos trabalhistas no campo, assume uma força considerável no cenário político nacional. Neste capítulo, como no anterior e no seguinte, trabalhei muito com matérias de jornal articulando com relatos orais sobre a memória da repressão e conflito com fazendeiros na comunidade da Caveira. Nos relatos sobre a perseguição política aos lavradores da Caveira, ouvimos histórias de prisões, torturas e pessoas que ficaram escondidas no mato durante vários dias. Para alguns

que viveram tais violências, as lembranças não encontram palavras para se expressar e o relato fica interrompido pelas lágrimas e pelo silêncio que impede qualquer possibilidade de conversa sobre o assunto.

O capítulo 5 aborda outro momento do conflito fundiário na Campos Novos, no qual os lavradores de Botafogo-Caveira se organizam primeiro em associação e depois em sindicato. Com o Golpe de 1964, o sindicato é fechado e reaberto nos anos 1970, porém não mais unificado, mas em duas organizações com áreas de atuação distintas: um para São Pedro da Aldeia e outro para Cabo Frio. A desapropriação parcial da Fazenda não agradou a várias famílias na comunidade da Caveira, pois os critérios de elegibilidade do Incra eram incompatíveis com as concepções dos sujeitos sobre os direitos de acesso a terra. O capítulo finaliza com o contexto do assassinato do líder rural Sebastião Lan e a municipalização da sede da Fazenda Campos Novos.

O capítulo 6 remete ao processo de emergência do campesinato étnico, no qual as categorias de posseiro e lavrador são substituídas pelas categorias de “remanescente de comunidades de quilombo”, firmada na Constituição Federal de 1988. Discuto o conceito de etnicidade e identidade quilombola, referente a história e memória da ocupação fundiária e da escravização na Fazenda Campos Novos. Novas categorias de mobilização e representação política surgem e se consolidam, que acionam múltiplos critérios (étnicos, de gênero, regionais e consciência ecológica), dando visibilidade pública a formas de ocupação e uso comum da terra e dos recursos naturais antes ignorados pelo Estado brasileiro. Em vez de camponês ou trabalhador rural, o termo “povos ou comunidades tradicionais” assume alta relevância política na construção de demandas coletivas de direito. A base empírica desta nova gramática moral dos conflitos fundiários é a diversidade de situações concretas que serão designadas por alguns estudiosos como territorialidades específicas. Neste cenário, o conceito de “ocupação tradicional” torna-se uma categoria jurídica e político-administrativa do Estado brasileiro, correspondendo a outro enquadramento institucional de manufatura dos direitos a recursos fundiários, como instrumento de promoção e defesa de um modo de vida coletiva, vinculado a um território próprio. Então, através de entrevistas e documentos, delimito o processo e as condições de identificação étnica e territorial da comunidade quilombola da Caveira.

O sétimo e último capítulo aborda a luta pela escola e o processo de implantação de uma educação quilombola na Caveira. A partir de entrevistas, de trabalho de campo e da

experiência de observação participante busquei apreender as representações de estudantes, professores/as e demais agentes escolares sobre o papel da escola na comunidade, assim como as concepções e definições de educação quilombola. Esforcei-me por entender sociologicamente a atitude de negação da existência de educação quilombola na escola Dona Rosa Geralda da Silveira, que provocou certo desânimo inicial na pesquisadora, como se não existisse um objeto a investigar. Todavia, no decorrer da pesquisa fui compreendendo que o processo de implantação de uma educação quilombola é complexo e dinâmico, pois envolve uma série de elementos discutidos no capítulo, principalmente na parte relativa a iniciativa da secretaria municipal de educação quanto a formação dos professores; como o enfrentamento de estereótipos sobre identidade afrodescendente, quilombola; concepções de cultura e identidade do senso comum; e também atitudes racistas que compõem o cotidiano escolar. Tudo isto nos obriga a considerar a educação quilombola como um desafio da mudança, que gera um campo de incertezas, medos e inquietações nos sujeitos implicados.

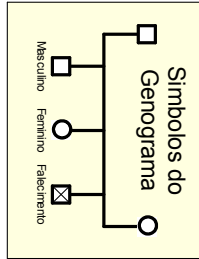
Capítulo 1.

“Nós temos parentes lá na Rasa”: a trajetória de uma intelectual negra e quilombola.

Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente alguns cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertença, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona meu ser e o define. (Abdias Nascimento, 2017,p. 47)

No entanto, essas narrativas de amor e de perda transcodificam sistematicamente outras formas de anseio e lamentação associadas a histórias de dispersão e exílio à rememoração do terror indizível (Gilroy, 2012,p. 375)

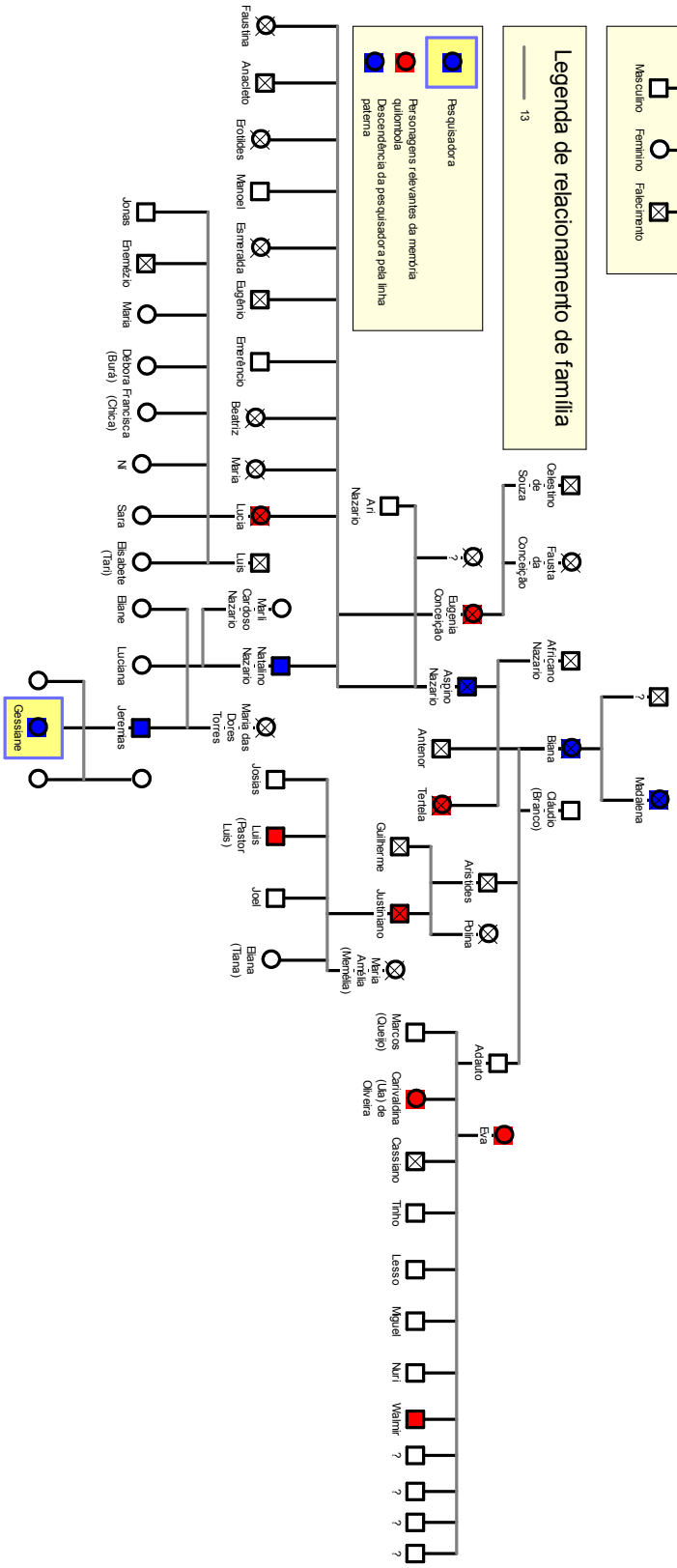
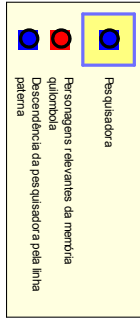
A epígrafe disposta no início deste trabalho foi escolhida por expressar com precisão as ambiguidades racistas da academia, as quais, nós, intelectuais negras (os) somos submetidas/os. A neutralidade científica de que nós negras/os somos cobradas/os em bancas soa tão hipócrita que não pôde passar despercebido durante a reflexão deste trabalho. Toda/o cientista tem um interesse, algo que o/a impulsiona a pesquisar determinada realidade. Sendo assim, todo objeto científico possui em essência a subjetividade de seu investigador. Posso aqui me remeter a sociólogos brancos, como Howard Becker (2008) que investigou um grupo de usuários de maconha ao qual ele pertencia, ou ao historiador Hobsbawn (2011) que escreveu brilhantemente sobre a história do jazz porque gostava muito de tal estilo musical. Até o presente momento desconheço algum episódio em que alguém põe em cheque a tecnicidade de seus trabalhos por investigarem realidades das quais tinham proximidade e pertencimento. Questionar a capacidade de pesquisadoras/es negros sobre refletir e elaborar construções teóricas e críticas de sua própria realidade soa tão racista, pois nos submete à condição de sub-humanos, sub-acadêmicos, como se não pudéssemos estar à altura dos acadêmicos brancos que conseguem refletir sobre suas realidades sem misturar algum tipo de sentimento. Combater esse tipo de pensamento na academia é parte da luta por uma sociedade antirracista. Sim, “sou parte da matéria investigada” nesse trabalho, pois a produção de conhecimento aqui elaborada é fruto de vários eventos históricos que me antecederam e que procurei cientificamente compreendê-los e descrevê-los para o melhor entendimento possível da realidade que investiguei.



**Mapa Genealógico Quilombola:
Gessiâne Nazario.**

Legenda de relacionamento de familia

13



1.1. O incêndio na favela e a remoção: a vida no exílio.

Minha família por parte de meu avô paterno é descendente dos africanos que vieram para o Brasil durante o período do tráfico de escravos na região da Rasa, hoje, município de Armação dos Búzios. No período do pós-abolição os negros da Rasa continuaram a morar nas terras da Fazenda Campos Novos sob o regime de arrendamento, ou seja, pagando o dia para morar. Em minha família sempre ouvimos falar sobre as histórias de vida de meu bisavô Aspino: sobre as terras que ele arrendava, suas roças, seus namoros e festas que gostava de participar. Também ouvíamos falar de minha bisavó Eugênia, sua esposa, que era parteira e curandeira. Minha bisavó contava a seus netos sobre como era suas vidas no tempo em que tinham de arrendar os terrenos bem como sobre a avó de seu marido (Aspino, meu bisavô), Madalena, que era escrava e que se lembra dela ter cicatrizes em suas costas devido aos castigos que recebeu enquanto era escrava. Meu avô nunca havia comentado sobre tais histórias conosco e nem com seus filhos, pois ele passou por muitas humilhações em sua vida só pelo fato de ser negro e descendente de africanos escravizados.

Meu avô e seus pais tiveram de se mudar para Cabo Frio, perto da Praia do Forte quando começou, na Rasa, o processo de expulsão dos negros pelos fazendeiros até as terras serem vendidas pelos herdeiros de Eugenio Honold e após sua morte a companhia Odeon passou a lotear as terras. Muitas famílias ficaram na penúria devido aos ataques orquestrados pelos fazendeiros como: soltar bois e atear fogo em suas roças. É claro que houve muita resistência, como muitos anciãos da Rasa nos contam, sobre suas lutas com bois que os atacavam. Aspino arrendava terras dos donos das fazendas Piraúna e Campos Novos.

A família de meu avô, após se mudarem para Cabo Frio, teve mais uma vez de sair devido à escassez de trabalho. A decisão de mudança da Rasa para Cabo Frio se deveu a doença de Aspino, estava com câncer, pai do meu avô Natalino. A família estava tratando de Aspino apenas com ervas, mas não estava tendo resultado. Então Manoel, filho mais velho de Aspino, que já morava no Rio de Janeiro, onde trabalhava como pescador, convenceu a família que seu pai deveria ser cuidado lá. Enquanto estavam tratando da doença de Aspino, no Rio de Janeiro, suas terras foram tomadas pelos fazendeiros. Dessa vez para uma cidade mais distante que é o Rio de Janeiro. Ali meu avô fez o curso primário, serviu o exército e casou-se e teve seus filhos morando na região do Leblon, na Praia do Pinto, até mais uma vez ser expulso de seu lugar, com sua família, durante o processo de remoção das favelas na zona sul e, de lá foram remanejados em um caminhão de lixo para um conjunto habitacional na

Cidade Alta junto com outras famílias.¹⁴ Com o passar do tempo o aumento da violência estimulou meu avô a querer sair do Rio de Janeiro, o que o fez usar algumas economias para comprar um terreno em São Gonçalo na Baixada Fluminense onde eu e minhas irmãs nascemos. Mas refletir sobre essa trajetória, bem como buscar saber sobre as histórias da minha família, só foi possível ao ter na universidade a oportunidade para refazer esta trajetória.

Natalino comprou um barraco na favela da Praia do Pinto, no Leblon, no lugar denominado Parque.¹⁵ Este local era considerado um pouco menos precário. Trata-se da favela Parque dos Proletários, contígua a favela do Pinto. Os moradores consideravam o Parque como fazendo parte da favela do Pinto. Observamos aqui uma hierarquia classificatória do estigma territorial, na qual a favela também apresenta suas áreas “nobres”. São os mecanismos internos de distinção social operantes na favela (WACQUANT, 2003). Quando ele mudou para lá já estava casado e meu pai já tinha nascido, estava com uns três anos de idade. Antes moraram na Ladeira do Tabajara (no bairro do Leme), no Humaitá, (em Botafogo) e na favela da Rocinha (em São Conrado). Residiram sempre em morros e favelas. Meu avô e minha avó, que era pernambucana, se conheceram na igreja Assembleia de Deus da favela da Praia do Pinto. Meu avô morou, quando era solteiro e estava noivo, no bairro da Urca. Lá ele treinava judô e dava aulas dessa arte marcial. Antes ele morou no Leblon, em frente a Praça Santos Dumont, perto do Jôquei Clube.

No Parque, mesmo sendo um local um pouco melhor, Natalino e seus cunhados Daniel e Noel aterraram e depois colocaram tábuas por cima, porque onde estavam era um mangue. Quando chovia forte alagava. Meu pai, Jeremias Nazario, lembra de muitas enchentes na favela: “as águas de março”. Todo ano tinha enchente, os moradores eram levados para balcões, em ônibus do governo estadual para balcões, que puxando pela memória Jeremias disse ser uma escola:

Aí vinha o carro do governo salvar a gente, levava a gente lá pra frente. A gente ficava num... tinha uns balcões assim... tinha um balcão assim... de um lado e do outro. É, É... era uma escola. Engraçado que era tudo de madeira e era uma escola. Era repartição do governo estadual. Eu me

14 Sobre a remoção de favelas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro durante a ditadura militar, cf. Brum, M. S. I. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a “culpa” do governo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11, 2012, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em: www.encontro2012.historiaoral.org.br

15 A favela surgiu, na década de 1910, com o estabelecimento de residência por pescadores e operários que trabalharam na construção do Jôquei Clube do Brasil. Cresceu junto com os bairros de Leblon e Ipanema devido a ampliação das linhas de bonde até esses distantes subúrbios, como eram considerados na época (Brum, 2012).

lembro que o governo estadual tinha um ônibus amarelo e azul. E lá era azul, eles pintavam de azul, aquelas coisas de madeira assim... até bem feita, né! Aquelas coisas de madeira assim, tipo uma vila. De um lado e de outro. Aí eles levavam a gente pra ali. Mas teve um dia que foi tão forte o... a enchente, que eles levaram a gente pra igreja, o barracão da Assembleia de Deus da Praia do Pinto. Levaram a gente pra igreja, porque o barracão ficava assim entre a burguesia e a favela, né?!¹⁶

Com as enchentes Natalino, com sua esposa e três filhos, ia para outra favela na Gávea, onde morava uma cunhada sua, Noemi. Jeremias lembra que recebiam latas de leite em pó, fornecida por missionários suecos: “Aqueles leite... Aí dava uma dor de barriga na gente, porque era leite forte”. Eles eram ligados a igreja da Assembleia de Deus. As latas de leite chegavam em caminhões; e também traziam muitos quilos de carne seca. Era na igreja que a família era muitas vezes socorrida para saciar a fome: “Na igreja né... Aí a gente ia pra lá. Aí eu me lembro que a gente comia um pão, uma pão gostoso! Um pão... pão torrado, né?”. Seus vizinhos eram majoritariamente negros e nordestinos, “eram mais pessoas mistas, pardas”. Falou de um vizinho, um senhor negro, que cantava para provocar outro vizinho, assim: “Quem é Lacerda? É ladrão!”. “E o Seu Pernambuco, de frente, minha filha, que era moreno... Ele era escuro, ele matava porco e dava carne pra gente, né”, lembrou Jeremias. Meu pai afirmou que onde moravam mais negros era na Ladeira Tabajara, na favela onde morava a Benedita da Silva: “Ela morava lá em cima. Me lembro da casa dela”. A Benedita trabalhava com a tia avó de Jeremias (irmã de sua mãe) na obra social da Assembleia de Deus. Havia um círculo de oração na igreja, era o dia inteiro. As pessoas iam para se alimentar. A tia avó de Jeremias, chamava-se Cândida, era presidente do círculo de oração. Benedita nessa época estudava e trabalhava como empregada doméstica. Elas lavavam as roupas das patroas nas suas casas.

Aí a minha avó, a minha avó Cândida, ela era a presidente e a Benedita sempre foi disso. Estudava... Ela tava estudando... Ela era doméstica. Aí ela botava... ela e minha avó, botava a bolsinha delas, das madames que traziam. Lavava roupa em casa, minha filha. Se lembra disso? A roupa da madame, elas traziam pra lavar em casa. Ela até vinha ajudar minha avó, pra depois, pra levar. Minha avó me dava um trocadinho. Ajudava ela a levar na madame, né. De volta, né. Aí oh... elas botavam assim... a Benedita, deputada, eu me lembro até hoje! Clarinho! Ela botava aquelas bolsas assim... Aí minha vó já tava ajoelhada orando, aí ela botava e ajoelhava também. Ficava ajoelhando e orando e aquelas bolsas do lado.

¹⁶ Todas as citações de trechos de depoimento deste capítulo, referentes a trajetória da família Nazario, foram retiradas de entrevista concedida a mim pelo meu pai, Jeremias Nazario, em 10/05/2020).

Aquelas bolsas de... de roupa, né. É, coisa de escravidão! É, coisa de escravidão!

Eram os tempos da ditadura militar e foi esse o contexto em que sua mãe adquiriu a fobia de cavalos, pois a polícia do exército entrava à cavalo na favela perseguindo “terroristas”. Quando havia manifestação, os estudantes corriam para dentro da favela fugindo da repressão, os soldados percorriam as ruas estreitas atrás deles atropelando quem estivesse pela frente.

Por que devido aos traumas que a gente passou. Por que lá na Praia do Pinto era assim: era beco. Só ficava largo onde que saía assim... que tinha o galpão do governo que eu te falei, que era de um lado e do outro. Quando você entrava pra favela... que nêgo chamava de Parque, que queria amenizar um pouco. Mas era tudo favela! Tinha a Praia do Pinto e o Parque. Parque! O nome era Parque mesmo. Parque e Praia do Pinto. [...]

Então, quando a polícia do exército entrava, entrava com cavalo! Aí se tivesse alguém na frente, eles passavam com o cavalo em cima. Por que assim, se o cavalo passava aqui, te imprensava. Aí o que que minha mãe fazia? Minha mãe batia na porta da casa dos outros, com a gente no colo, pra gente entrar. E as pessoas já sabiam que era a polícia entrando, mas não era polícia, PM, era mais polícia do exército, PE. Aí eles entravam atropelando, minha mãe batia na casa dos outros, a gente entrava. Pessoal... de favela é muito solidário. Aí deixava passar. Entendeu? Então é... a minha mãe tomou trauma. [...]

Eles entravam procurando bandido, que chamavam de terrorista... Por que lá na favela não tinha.[...] Naquela época a questão política era muito forte. As pessoas eram muito consciente. Tinha os estudantes... Então, muitos vinham de lá de fora correndo e entravam dentro da favela pra se esconder. Aí a PE entrava pra procurar essas pessoas.

Na memória de infância do meu pai se misturam recordações da ditadura militar, da pobreza e a experiência de vida na favela.¹⁷ A família é a referência fundamental que unifica tal relato sobre o passado. Esse é o quadro social e histórico que articula suas lembranças fragmentárias (HALBWACHS, 2006). É importante dizer que meu pai, desde a época em que

17 Quando ele já morava na Cidade Alta, nos anos 1970, nos piores tempos da ação violenta da ditadura, ele lembra quando estava indo, com seu pai, para a igreja no Leblon, da presença do exército na rua reprimindo manifestações: “Eu comecei a ouvir, me lembro da ditadura! Ah, tá! Aí quando a gente ia pra... pro Leblon, eu via muito exército na rua, canhão... assim... polícia metendo... Greve! Uma vez teve uma greve na Central, a gente tava vindo da igreja, aí de vez em quando a gente ia pra igreja, a gente ia pra Central. A gente ia pegar o 334 ou às vezes pegava o trem, era o trem de máquina, não era nem trem elétrico, era trem de máquina. Aí eu me lembro que... tinha uns caras falando assim no microfone, eu não entendia aquilo nada. O que que é isso? Mas aí quando eles estavam falando, eles começavam a correr, aí vinha o exército de capacete, aí metiam o cavalo... cavalo. Aí lembro que dispersavam todo mundo, metiam o pau. Isso várias vezes, quando chegava na Central. Eu via muito disso! Era sempre, sempre! Assim é... parecia uma guerra!”

foi bancário, tem posicionamentos políticos de esquerda. Nas eleições presidenciais sempre votou no Partido dos Trabalhadores (PT). Isto também nos fornece a perspectiva na qual ele constrói sua narrativa dos acontecimentos biográficos. Assim como o fato de sua filiação a igreja evangélica, meu avô é pastor, nos faz compreender os elementos religiosos constitutivos de suas memórias.

Jeremias conta que seu pai o levava junto para vender linguiças e também vendia uma casquinha de sorvete. Essas eram algumas das estratégias econômicas para complementar a renda familiar. Sua mãe trabalhou como auxiliar de enfermagem em um hospital no bairro de Realengo. Ela lia muito em casa, tinha livros de medicina, eu lembro que ficava horrorizada com as imagens. Estudou em casa, fez o concurso e foi aprovada para o cargo de auxiliar de enfermagem. Ela durante muito tempo cuidou do seu irmão Daniel que tinha problemas mentais. Natalino se aposentou cedo por causa de um acidente que sofreu quando trabalhava como gerente de um supermercado no Humaitá, no bairro de Botafogo. O nome do supermercado era Disco, que não existe mais hoje. Uma saca de sessenta quilos caiu em cima dele e a partir de então ele passou a fazer “bicos” para sustentar a família, pois o valor da sua aposentadoria era baixo. Ele dava aula de violão, vendia linguiça, casquinha de sorvete. Nas palavras de Jeremias: “Eu me lembro que meu pai, naqueles morros lá do Rio, no Cantagalo... Aí falavam assim: ‘Ih, o irmão da linguiça’, ‘o pastor da linguiça’”. Meu pai quando era criança acompanhava meu avô quando ia vender linguiça nos morros. Natalino também exercia o ofício de pintor de casas para sustentar a família.

Ai eu saía muito com ele. Aí nós íamos muito nos morros. Ia vender... Aí aqueles morros não tinha essas coisas de hoje... Tinha malandragem, mas não era como hoje, marcação de território, que você não podia entrar. Então, eu me lembro que eu subia com papai, a gente almoçava na casa de algumas irmãs, né. E ele também vinha cá no asfalto, a gente falava asfalto, pra vender numas madames que era recomendada pelas irmãs que trabalhavam... E assim, e... e papai também passou a pintar, me lembro que ele começou a fazer pintura com meu... com o pai de Quinha, com Toinho, esposo da Lourdes.

Vou citar outro trecho da entrevista que meu pai me concedeu, porque remete a memória dos incêndios na favela da Praia do Pinto e da remoção dos moradores para a Cidade Alta e para a Cidade de Deus. Estes acontecimentos tiveram ampla visibilidade na imprensa da época, também há discussões sobre a intencionalidade ou não dos incêndios, e

principalmente daquele que resultou na remoção dos moradores para locais do Rio de Janeiro que originaram novas favelas, como a Cidade Alta e a Cidade de Deus.

Os rumores que sempre ouvia quando era criança era que as pessoas ricas, do lado... queriam que a gente saísse dali. E na época do governo Negrão de Lima... Aí tinha aquele Lacerda, também. Aí tinha uma deputada chamada Sandra Cavalcanti, né?! Que o pessoal não gostava dela. Tinha um pessoal que votava nela, mas... E tinha umas pessoas pobres que votava nela, mas depois o pessoal oh!: “não vota nessa mulher não, que essa mulher jogou um montão de mendigo na... no Rio Guandu. E foi verdade mesmo! Isso. Eu me lembro uma vez que o nosso barraco... Que a Praia do Pinto pegou fogo. Foram várias vezes. Aí a gente saía de madrugada. Eu me lembro uma vez que a gente acordou de noite, eu dormindo, aí minha mãe veio correndo, pegou a gente... meu pai, aí também, tia Hosana, estava na nossa casa. [...]

Aí esses incêndios aí eram provocados, criminosos! Teve uma vez que o incêndio foi tão forte que foi lá na igreja. Que a igreja era de barraco. Vou ver se meu pai tem essa foto. [...]

O incêndio foi tão forte que eu me lembro que foram uns irmãos pra cima da igreja, pra orar. Por que começava a explodir bujões das pessoas: bum! [ele imita o som do botijão explodindo]. Aí esse dia foi forte mesmo! Parece que botaram pra gente sair fora de lá mesmo. Os ricos tavam querendo que a gente saísse de lá. Igual acontece esses incêndios em São Paulo. Mesma coisa! A história é a mesma coisa! Aí os irmãos foram pra cima da igreja, aí de repente deu um vento, que se desviou da igreja. E o vento foi pra outro lugar que ia pegar a igreja de cheio. Aí desviou-se e pegou nos fundos da igreja. Aí o vento foi, saiu destruindo lá os barracos do pessoal. Que até lá perto da Lagoa, ali da Cruzada [São Sebastião], não sei se você já ouviu falar? (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 10/05/2020).

Ele disse que depois desse incêndio apareceram funcionários do governo para cadastrar as pessoas para remoção e reassentamento na Cidade Alta e na Cidade de Deus, dois conjuntos de habitações populares que estavam sendo construídos naquela época, final dos anos 1960, na zona norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Eu me lembro que vinha um pessoal do governo com as pranchetas cadastrando a gente, falando que a gente ia mudar pra um lugar bacana... “Cês vão mudar pra tal lugar, tal lugar...”. Aí a primeira leva, primeiro teve a primeira leva. Foi pra Cidade Alta. Aí eu me lembro que eu com uns 7 anos eu mudei pra lá, pra Cidade Alta. Aí eu me lembro que teve aqueles caminhões amarelinhos... [...]

Os caminhões do governo que levava... Foi aqueles caminhões Mercedes, amarelo e cinza. Caminhão do governo! Aí levou a gente, que eu me lembro

que eu fui na frente da cabine, que eu nunca... Aí nós mudamos primeiro pra um edifício...[...]

Foi até uma euforia, o pessoal: Ih! Casa Nova! Aí eu me lembro que nós mudamos primeiro pro 5º andar do edifício chamado Catete (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 10/05/2020).

No início de 1969, a Favela da Praia do Pinto era considerada uma das favelas mais famosas da cidade. Estava na mira das políticas de remoção de favelas, pois era descrita pelas agências governamentais estadual e federal como foco de criminalidade e risco para a saúde pública. O bairro do Leblon estava em franco desenvolvimento urbano, incremento da especulação imobiliária e construção de prédios residenciais para classe média. Logo, o plano era liberar áreas para a urbanização e saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, e também para construção de edifícios residenciais. No mês de março foram iniciadas remoção das primeiras famílias para a Cidade Alta, que foi inaugurada em 28/03/1969. Cadastros foram entregues aos moradores para preenchimento e funcionários públicos tentavam “esclarecer e convencer” “os céticos e recalcitrantes” a aceitar a transferência “ordeira e pacificamente” (BRUM, 2012).

O Correio da Manhã (15/03/1969) noticiou a iminência da remoção de 2.219 famílias, totalizando 9.109 pessoas, pela Secretaria de Serviços Sociais (SSS), para Cordovil, Cidade de Deus e Parques Proletários. Estavam previstos o uso de 25 caminhões e a participação do pessoal das Administrações Regionais da Penha e de Jacarepaguá. As condições para a desocupação estavam sendo discutidas entre representantes da SSS e dos moradores da favela. Além de um levantamento socioeconômico, o reassentamento incluía “orientação dos novos moradores de Cordovil no sentido de se adaptarem à vida em condomínio através de reuniões de grupos por edifício”: a remoção tem um suposto viés educativo, o novo espaço físico “moldando a índole favelada”. A reportagem apontou vários fatores para a transferência daquela imensa quantidade de famílias: alagamentos provocados pelas chuvas e ausência de esgoto sanitário ou pluvial. Eram consideradas intoleráveis para a habitação humana tais condições de moradia. Todavia, não existiam apenas preocupações humanitárias envolvidas, mas da perspectiva de implementação da eliminação da vizinhança incômoda com “favelados” em uma área da cidade considerada nobre, o Leblon. Como se a “vida precária” fosse algo inerente àquela população e não resultado de processos sociais de produção da pobreza, como a expropriação de terras e inviabilização da reprodução camponesa nos seus lugares de origem. O Serviço Social considerou “ser impossível a integração da comunidade

da favela do Pinto com o bairro do Leblon, devido à enorme diferença dos padrões socioeconômicos dos favelados em relação aos da vizinhança”. O programa de erradicação das favelas tinha como principal expediente de legitimação a estigmatização da favela:

[...] invasora [a família favelada] de propriedades alheias com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam em titular de casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver. [...]

O ambiente é sem dúvida desfavorável. (...) É difícil, senão extremamente impossível, recuperar homens, mulheres e crianças em ambiente como o das favelas. Pelo que optamos pelo árduo, mas frutífero, trabalho de erradicação. (CHISAM, 1971: 16 apud BRUM, 2012,p. 1-2).

Os agentes do Estado estavam diante de uma “nobre missão civilizatória”: a erradicação destas “verdadeiras anormalidades que depõem contra os mais primários princípios de civilização” (BRUM, 2012,p. 6). O programa remocionista tinha um viés civilizador. Os “favelados” foram rebaixados a um estágio evolutivo primitivo, utilizando o mesmo paradigma evolucionista e racista aplicado para rotular os indígenas como selvagens (OLIVEIRA, 2016). A solução é jogar estas populações perigosas, moralmente e sanitariamente, nos confins da cidade, bem afastadas da verdadeira civilização. Lá, bem longe, o Estado atuaria para transformá-los em cidadãos genuíno, proporcionado pelo padrão residencial de classe média (o condomínio). Contudo, a demissão do Estado nestas áreas suscitou a criação de novos territórios precarizados e estigmatizados. Os porta-vozes da elite e da classe média mostrando toda sua habilidade retórica em dissimular preconceito e discriminação racial e de classe com boas intenções. A legenda da foto da matéria jornalística é reveladora: “após a saída dos favelados, cinco avenidas cortarão a Praia do Pinto”. Temos um conjunto de categorias que configuram um modelo de cidadão de bem, em contraste ao “favelado”: casa própria, higiene, trabalho, indivíduo e família. O jornal informa também que aqueles que não puderem adquirir casas em Cordovil (Cidade Alta) ou na Cidade de Deus deverão ocupar temporariamente casas de triagem, “recebendo motivação para conseguir casa própria através do trabalho”.

Antes do grande incêndio já estava sendo organizada a retirada da favela. Integrava o Programa de Erradicação de Favelas do Governo do Estado. A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), órgão do governo federal, em parceria

com o governo estadual da Guanabara, removeu mais de 175 mil pessoas de 62 favelas, no período de 1968 a 1973 (BRUM, 2012). Decidida a remoção, os procedimentos eram os seguintes:

[...] o local era visitado pelos técnicos da CHISAM que entravam em contato com as organizações da favela (igrejas, associações de moradores, comércio, etc.) avisando que a mesma constava nos planos de remoção. Além do convencimento, um tanto forçado, das lideranças, o governo também investia na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam. No dia marcado para a remoção, as famílias deviam esperar já com seus pertences arrumados. Chegavam os funcionários da CHISAM, as assistentes da Secretaria de Serviços Sociais, a tropa da polícia militar e civil, além da imprensa e curiosos. A polícia servia para conter possíveis protestos, roubos da mudança e a re-ocupação dos barracos, que tinham a luz e água imediatamente cortados por ordens da CHISAM. O Departamento de Limpeza Urbana (DLU) demolia os barracos para que ninguém mais os ocupasse, deixando o terreno livre para novo uso (VALLADARES, 1978: 61-2, apud BRUM, 2012,p. 2).

Ocorrido em uma madrugada de domingo, em 11/05/1969, o sétimo foi o maior dos incêndios que atingiram a favela (Correio da Manhã, 11/05/1969). Às cinco horas da manhã metade da favela já estava destruída pelas chamas. Os bombeiros tiveram dificuldades para debelar o fogo, pois não havia água nem um gásômetro perto. Fato nada incomum nos incêndios na cidade do Rio de Janeiro até hoje. Às seis da manhã o incêndio ainda não estava contido e os moradores desolados empilhavam os pertences que puderam salvar nas calçadas das avenidas. Muitos perderam tudo que tinham. Na favela existiam 150 terreiros de religiões de matriz africana, três escolas e cinco igrejas. A única que não foi atingida pelas chamas foi a igreja batista. A sede da escola de samba Independentes do Leblon também não foi destruída, mas as quadras dos blocos carnavalescos Cacareco e Bloco do Aníbal não tiveram a mesma sorte. As sedes dos cinco clubes de futebol da favela também ficaram arrasadas: o Sete de Setembro, o Bandeirantes, o Praiano, o Independentes do Leblon e o Expressinho. Segundo dados oficiais não houve mortes e 32 pessoas ficaram feridas e foram atendidas no Hospital Miguel Couto. O governador do estado da Guanabara, Negrão de Lima, informou na ocasião que restaram 400 a 500 barracos e que vários moradores foram levados para balcões do estado em Campo Grande, Paciência, Nova Holanda e para o abrigo João XXIII (Correio da Manhã, 11/05/1969).

ESTADO DO RIO

Fraude em aposentadorias implica edil e ex-prefeito

A Delegacia Regional de Repre- sentação do Ministério do Trabalho, em Curitiba, deu entrada em 10 dias, o Inquérito instaurado por ordem do governador...

Quem concerta não paga em Niterói

Tendo em vista facilitar aquelas que dependem de licenças para o melhor aproveitamento da cidade, o prefeito de Niterói, Sr. Emilio Abrahão...

Ruralistas lançam S.O.S. ao governo

O Sindicato Rural de Itaperuna enviou memorial ao presidente da República solicitando a intervenção do Ministério da Agricultura...

Curso de política rural: Teresopolis

Com palestra do ministro do Interior, o curso de política rural em Teresopolis será ministrado pelo Sr. Antonio...

1,8 dama dirigente mensageira às mães

A srta. Nilda Pontes, presidente da FEMBEA e primeira dama do Estado do Rio de Janeiro, em mensagem...

Prefeito mantido em Itaperuna

As Câmaras Brasileiras do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em sessão de 10 de maio, mantiveram o Sr. Antonio...

DER-JR PREPARA ROBOVIZIA PARA O PONTE RIO-NITERÓI

O Departamento de Estradas do Estado do Rio de Janeiro está elaborando o Projeto de Robovizão para o percurso Rio-Niterói...

ESQUECIMENTO

Esqueceu-se de trazer o livro para a exposição...

INCÊNDIO ARRASA FAVELA DO PINTO

A Favela do Pinto do Rio de Janeiro, que há meses vem sendo demolida, sofreu um incêndio que destruiu a maior parte das estruturas...

PRINCÍPIO DO FIM

Dois alunos do curso de Engenharia de Minas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram denunciados por terem cometido um crime...

ABTARJ dá posse a diretoria

Em sessão solene, a 12.ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Técnicos de Administração de Empresas (ABTARJ) deu posse à nova diretoria...

FRIDOS, NO MIGUEL

Por volta das 17h, o Sr. Miguel Costa informou que o Sr. João Soares, diretor da empresa, estava em viagem...

TERMINA DO "DENTINHÃO"

Dois dias de trabalho em condições de emergência para os técnicos da Companhia Saneamento de São Paulo, terminaram com o sucesso...

Curso de política rural: Teresopolis

Com palestra do ministro do Interior, o curso de política rural em Teresopolis será ministrado pelo Sr. Antonio...

1,8 dama dirigente mensageira às mães

A srta. Nilda Pontes, presidente da FEMBEA e primeira dama do Estado do Rio de Janeiro, em mensagem...

FOGO CEGA PARA NEGRÃO SÓ AS 10

Informado por seu secretário, o Sr. João Soares, diretor da empresa, estava em viagem...

BOIAS DE ESTUDO

A Casa do Estudante do Brasil está no momento mais ativa do seu trabalho, em função do início das aulas...

CLARO-ESCURO

Um grande baile de gala está sendo organizado para o dia 15 de maio, no salão nobre do Hotel Copacabana Palace...

OUTRO GERADOR DA USINA DE ESTREÍTO

A área do Estado do Rio de Janeiro foi convertida para a produção de energia elétrica, com o uso de turbinas hidráulicas...

LEVY APOIA CONCURSO DE MISS BRASIL

O Sr. Levy Pinheiro, diretor da empresa, está patrocinando o concurso de Miss Brasil, com o objetivo de promover o turismo...

QUATRO CANTOS

CICERO SANDRONI

A situação, 1969

No sentido de aumentar da Assistência Médica, o deputado Nelson Góes, do MDB, propôs-se de ter sido aprovado...

Na mesma sessão, o deputado Delson Soares, da ARENA, pediu a criação de uma comissão...

Como podem notar os leitores por estas duas editórias narrativas, os assuntos abordados aqui são de grande importância...

O time contra a Inglaterra

Durante o último trabalho, em casa de Marcelo Soares de Moura, o Sr. João Soares, diretor da empresa, estava em viagem...

Terça das palestras

Arnaldo Jorge concluiu o relatório do trabalho realizado em Teresopolis, apresentando as conclusões...

BOIAS DE ESTUDO

A Casa do Estudante do Brasil está no momento mais ativa do seu trabalho, em função do início das aulas...

CLARO-ESCURO

Um grande baile de gala está sendo organizado para o dia 15 de maio, no salão nobre do Hotel Copacabana Palace...

OUTRO GERADOR DA USINA DE ESTREÍTO

A área do Estado do Rio de Janeiro foi convertida para a produção de energia elétrica, com o uso de turbinas hidráulicas...

LEVY APOIA CONCURSO DE MISS BRASIL

O Sr. Levy Pinheiro, diretor da empresa, está patrocinando o concurso de Miss Brasil, com o objetivo de promover o turismo...

ESQUECIMENTO

Esqueceu-se de trazer o livro para a exposição...

Advertisement for 'Outro Gerador da Usina de Estreito' featuring a large image of a power plant and text describing the project's progress and future plans.

Incêndio Arrasa Favela do Pinto Correio da Manhã 11/05/1969

Continuation of the article about the fire in the Favela do Pinto, detailing the impact on the community and the efforts to address the situation.

O incêndio atingiu cinco mil pessoas e uma área de 35 mil m², correspondente a em 1/3 de toda a favela. Algumas famílias já haviam sido removidas para a Cidade Alta. O secretário de Serviço Sociais, Vitor Pinheiro, garantiu que o incêndio não teria sido intencional, porque já havia “promessa” de remover os 60% restantes da população da favela: 1.380 das 3.307 famílias já haviam sido retiradas (Correio da Manhã, 13/05/1969). Todavia, entrou em contradição ao informar que o incêndio começou em vários pontos simultaneamente, fortalecendo as suspeitas de ação deliberada e criminosa. Moradores afirmaram terem ouvido a explosão de botijões de gás e outros de uma panela de pressão. O secretário declarou alta prioridade para a remoção dos habitantes que ainda permaneciam, prevendo um prazo de poucos meses para a conclusão do processo, que seriam reassentados na Cidade de Deus. Por isso teriam sido interrompidos os cadastramentos para a remoção de outras favelas. Estavam sendo empregados 80 caminhões e 40 kombis para o transporte das vítimas aos abrigos. Foram mobilizados 180 operários nos serviços de carregamento de utensílios, seis viaturas de patrulhamento da Secretaria de Segurança e 60 assistentes sociais.

Sendo intencional ou não, o incêndio veio a calhar para o governador Negrão de Lima que concentrou o uso de recursos e equipamentos públicos para apressar a remoção, que já estava planejada e sendo implementada em ritmo mais lento. De todo modo, o mistério sobre as causas do incêndio não foram descobertas e permaneceu a divergência entre moradores e governo, a favor e contra respectivamente o caráter proposital do trágico evento. O historiador Sérgio Brum cita matéria da Revista Veja, do ano de 1973, na qual se levantam sérias suspeitas sobre a provável motivação criminosa do incêndio, associando os interesses urbanísticos do governo estadual com os interesses dos empreendimentos imobiliários.¹⁸

Na verdade, mesmo que tenham ocorrido casos isolados de arbitrariedades de construtoras inescrupulosas, é interessante observar que, se o mercado imobiliário é nascente de especulações premeditadas e desonestas, esse tipo de erro não é característica exclusiva da iniciativa privada, pois o Estado, quando sente ventos favoráveis, é capaz de tornar-se um agente encorajador. Na Guanabara, até hoje não ficaram devidamente esclarecidas as circunstâncias em que se incendiou, com uma rapidez fulminante, a favela da Praia do Pinto (Veja, 07/11/1973, apud BRUM, 2012).

18 No texto de Sérgio Brum (2012) há vários depoimentos de ex-moradores da favela da Praia do Pinto e Parque dos Proletários, residentes na Cidade Alta, no qual defendem a posição em favor da intencionalidade do incêndio.

CORREIO DIPLOMATICO

MARCONANTO

Magalhães viaja na quinta

O chanceler Magalhães viajou, depois de amanhã, para o Chile. Ele partirá às 14 horas, em Vila do Mar, a delegação brasileira que participará da 11.ª reunião da Comissão Econômica da América Latina e do Caribe...

Mercado, a sensação

Na vigília da partida da Itália do Hamarati, o cenário também para Vila do Mar, a sensação foi a de um mercado de ações que parecia não ter fim...

Koh Chiba em viagem

O chefe da representação diplomática japonesa em novo País, embaixador Koh Chiba, chegou na manhã de ontem, a Belo Horizonte, para uma visita oficial de três dias ao Estado de Minas...

Movie

O marcelino Costa e Silva assinou decreto, assinando o ministro Frederico Meira de Vasconcelos das funções de assistente de imprensa do governador de Guanabara...

Os conselheiros de Rockefeller

Os nomes e funções de mais alguns dos conselheiros que acompanharam o governador Nelson Rockefeller na sua visita à América Latina...

Antônio das Mortes em Games

A direção do Festival Cinematográfico do Carnaval comunicou ao embaixador Bilbo Pinto, chefe da representação diplomática brasileira em Paris...

Maestro vem em jubilo

Segundo informações colhidas, na tarde de ontem, na Hamarati, o ministro Frederico Colombo da Saúde, viajou para Belo Horizonte...

Milho que tudo

Na última concorrência aberta em Portugal para compra de milho, em abril passado, o Brasil colocou, no mercado, 1.200 toneladas...

Entre a Estação de Betão e a Sala D. Pedro II, cometeu-se um erro...

SECRETARIA REMOVE RESTANTE DA FAVELA

O secretário de Serviços Sociais, sr. Vilor Pinheiro, removeu, ontem, do incêndio, 30 famílias, em cinco mil favelados, em uma área de 35 mil metros quadrados...

SÓ EM JUBILO

"Será muito difícil fazer a remoção de todos os moradores antes do junho e julho, devido ao período de férias das famílias..."

CAUSAS

Na opinião do secretário de Serviços Sociais, sr. Vilor Pinheiro, as causas do incêndio foram, em primeiro lugar, a falta de fiscalização adequada...

SURDO-MUDO DESAPARECE DA PRIMA DO PINTO

O menino surdo-mudo Paulo Henrique Alves de Oliveira desapareceu, ontem, na festa de aniversário de seu pai, o deputado federal...

INCÊNDIO DESTROI DEZ BARRACOS NO ALEGRIA

Quarenta destruídos e o resto do prédio de 100 barracos do Parque de Aventura de Alegria, em Belo Horizonte, foram destruídos, ontem, por um incêndio...

Universidade ameaçada de parar: UFRJ

Em consequência da aposentadoria de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ pode ficar sem funcionar...

Gravidez de 17 meses

A Grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Enfermeiras têm semana até o dia 20

Na audiência sobre o reajuste salarial das enfermeiras, a Associação Brasileira de Enfermeiras, representada por uma comissão de trabalho, defendeu o aumento de 20%...

Só trabalho leva Lacerda em viagem

O ex-governador Carlos Lacerda chegou ontem a Belo Horizonte, para uma viagem de dois dias a Belo Horizonte...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

VATICANO NEGA QUE TENHA TIRADO AOS SANTOS A AUREOLA

CIDADE DO VATICANO (AP-Reuters-CM) — O Vaticano nega ontem, que tenha despojado qualquer santo de sua aureola e disse que os católicos poderiam continuar a venerá-lo, mesmo que nunca tenham visto a aureola...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Gravidez de 17 meses

Uma grávida de 17 meses, em Belo Horizonte, pariu, ontem, um menino, com 12 meses de idade...

Secretaria Remove Restante da Favela
Correio da Manhã, 13/05/1969
Sabor de infância
Leite
gosto de leite fresco
CIA. MINERA DE ALIMENTAÇÃO
uma indústria de capital 100% nacional

LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS DA URSS
DE DESCONTO 20%
FEIRA DO LIVRO
CINELÂMBIA - BARRACA 7
Livraria PáginA Ltda.
RUA DAS MARCAS, 40 - 57 511
RIO DE JANEIRO - 68
SOLICITE-NOS CATÁLOGOS GRÁTIS
ATENDEMO-TE REEMBOLSO

A mega operação Favela do Pinto / incêndio serviu também como aviso e ameaça para as outras favelas da zona sul, principalmente aquelas localizadas nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, que resistiam a remoção e reassentamento. Neste momento se consolidou o estigma do favelado como um modo inferior de ser e existir na cidade, marcado pela marginalidade, criminalidade, vadiagem, promiscuidade, sujeira, pobreza e perigo. Concordo com o historiador Mario Sérgio Brum no seu trabalho quando usa o termo “trauma da remoção”, verificado nas entrevistas que fez na Cidade Alta. Como disse o Sr. Manoel: “Esse incêndio ainda não se apagou, sabe? Esse incêndio tá comigo desde lá, foi um incêndio covarde, eles tacaram fogo... E esse incêndio, essa chama, ainda não se apagou, eu ainda continuo exilado...” (BRUM, 2012,p. 11).

A família Nazario então foi removida do Parque uns dois ou três anos após o grande incêndio de 1969, para a Cidade Alta, no bairro de Cordovil, na zona norte do Rio de Janeiro. Meus tios e tias, irmãos da minha avó, Daniel e Noel e suas famílias, foram reassentados na Cidade de Deus. Meu avô Natalino, sua esposa e seus três filhos foram morar em um apartamento de sala, quarto, cozinha e banheiro. Um apartamento muito pequeno para uma família composta por cinco pessoas, localizado em um prédio de cinco andares, desprovido de elevador, edifício Catete. Conseguiram, em pouco tempo, trocar por um apartamento, no edifício Bangu, maior e no primeiro andar, de dois quartos. O casal, sem filhos, também frequentava a igreja evangélica da Praia do Pinto, eram conhecidos de lá e também foram removidos. A mãe, Eugênia, e o irmão de Natalino, Emerêncio, também moraram na favela da Praia do Pinto. Eugênia depois foi morar com a filha, Maria, na favela da Maré, nas margens da Avenida Brasil. Manoel, outro irmão de Natalino, morava em Nova Olinda, no bairro de Anchieta. Depois, Eugênia e Maria se mudam para Nova Olinda. Emerêncio também mudou-se da Praia do Pinto para a Cidade Alta: “Vovó [Eugênia] foi com ele pra lá, depois vovó ficou lá em casa uns tempos. Depois foi pra casa de tia Maria”.

Quando perguntei se havia violência na favela da Praia do Pinto, meu pai disse que tinha, mas era diferente. Não havia crime organizado, nem domínio territorial e nem confronto armado com os policiais: “a malandragem não tinha essa coisa que tem hoje, de território, exibindo arma, assim pras pessoas verem”. Existia os “malandros”, que enganavam as pessoas, eram golpistas, boêmios; perseguidos por “vadiagem”, por não terem emprego fixo. Até a relação com a repressão policial era diferente: corriam da polícia, não revidavam, não trocavam tiros com os policiais. Segundo sua narrativa, essa violência nas favelas,

característica desse confronto armado entre crime organizado e polícia militar ele vai observar quando estava morando na Cidade Alta e na Cidade de Deus onde passava alguns dias quando visitava seus parentes que foram removidos para lá: “Agora, depois que foi pra Cidade Alta, vou te falar uma coisa, mais ou menos como começou isso, entendeu?”.

P – Tinha tráfico? Tinha violência?

J – Tinha, mas era diferente. Os malandro antigamente, eu me lembro, os caras respeitavam mais a polícia. Não trocava tiro com polícia. Cé num via é... não lembro assim...

P – Não tinha tiroteio na favela?

J – Tinha, mas a polícia atirando os bandidos e os bandidos correndo.

P – Ah, eles corriam? Eles não trocavam?

J – Não, não. Havia um... era mais diferente, era mais malandragem, assim, os caras andavam de chapéu, assim gingando... terno...

P – É a figura do malandro, né? Que o Chico Buarque falava na música dele.¹⁹

J – Isso! Era... era mais assim: o outro passar a perna no outro.

P – Era mais esperteza, né?

J – Quem era assim? O meu tio Adeládio, o pai de Sarinha, aqui. Esposo de tia Maria. Ele tinha uma perna torta, baixinho, ele era um tipo de malandro daquela época.

P – Andava de terno branco?

J – Andava até pelado! Andava pelado por baixo, botava uma capa por cima. [Risos] Ele trabalhava no Pegue e Pague, em Botafogo.

P – Era uma supermercado?

J – É. Trabalhava no Pegue e Pague, em Botafogo. Eu me lembro. Eu me lembro que ele levava fruta lá pra casa... levava... As pessoas eram muito solidárias na favela. Era muito solidária.

Não sou especialista em estudos sobre violência urbana, então não saberia dizer até que ponto o relato do meu pai é preciso. O que me interessa é o modo como ele constrói sua memória sobre essas experiências passadas.

Nesse período que era criança, na época da ditadura militar, ele lembra das investidas discriminatórias da polícia sobre pobres, negros e favelados. As abordagens da polícia consistiam em rituais de afirmação da hierarquia social e racial. A violência policial atual, herdada da ditadura militar, apenas mudou as práticas de estigmatização do negro e do favelado como potencial inimigo, ameaça a ordem pública. Mas a menção do nome de um militar de alta patente te restituía a dignidade, a cidadania (tutelada), a humanidade, a

¹⁹ Só uma observação sobre esta parte da entrevista. Não introduzi nenhum elemento fora do universo de entendimento do meu pai quando formulei uma pergunta mencionando a figura do malandro de Chico Buarque para ele desenvolver mais seu relato. Meu pai é músico, portanto a obra de Chico Buarque é muito familiar para ele. Jeremias Nazario é um grande conhecedor, apreciador e compositor de Jazz.

possibilidade de não ser alvo de arbitrariedades do trabalho policial. Em certos casos era uma quase fórmula mágica, ritual, de restauração do Self (GOFFMAN, 2011), em um cotidiano hostil em que todos eram suspeitos de serem “subversivos” e/ou “vagabundos” (principalmente os barbudos, cabeludos, com aparência hippie e/ou com penteado “black power”). Essa violência, ele tem guardado na lembrança com muita nitidez, porque vivenciou seu pai sendo abordado muitas vezes por policiais de modo autoritário, exigindo-lhe a carteira de trabalho sob a ameaça de prisão: “Tem documento aí? Se não tiver vai preso! Vadiagem!”.

J – É, a gente assim... eu me lembro que o... a polícia, é... eram muito autoritários. Entendeu? Eles é... por exemplo, vi eles, me lembro que paravam meu pai, várias vezes pra pedir documentos. A gente vindo da igreja... Entendeu? Era os camburão.

P – Nessa época, se não tivesse a carteira de trabalho... era preso, né?

J – É... É... Eu me lembro assim, se você chegasse e falasse “Não oh, sou amigo do fulano de tal, coronel fulano de tal. Ai você tinha um pouco de moral. Essa coisa, sabe, carteirada!

P – Época da ditadura!

J – Se falasse que era filho de alguém, a polícia não mexia.

Essas são as experiências de violação da dignidade que povoam a memória dos negros e vão continuar por muito tempo assombrando muitos idosos, como meu avô, que silenciam, se negam em expressar tais recordações, não querem falar sobre seu passado, porque dói reviver tais sentimentos suscitados naqueles atos de degradação moral de si mesmos. Muito desse passado fica relegado ao não dito, até o direito a memória lhe é recusado, por não ter uma linguagem que o constitua como fator de fortalecimento de uma autoimagem positiva de si mesmo (POLLAK, 1985).

Esse período de moradia nas favelas, nem meu pai, nem meu avô falam espontaneamente, nem mesmo quando solicitados a falar sobre esse tempo. Acho que é desse tempo que meu avô passou a usar terno e gravata, que se transformou no seu escudo protetor, seu salvo conduto no mundo branco, sua segunda pele. Uma forma de branquear sua aparência que lhe deixava tão vulnerável nas interações cotidianas. Ser pastor era uma acréscimo de dignidade, de mudança de status, mesmo que num círculo restrito de relações sociais. Uma indagação sem pretensões de rigor científico, apenas uma intuição a partir da trajetória biográfica de meus parentes; por que será que tantos negros se convertem nas igrejas evangélicas? Andar de terno, se vestir bem (no caso das mulheres negras), nas favelas,

distinguem o “negro de bem” do “traficante”. É um expediente simbólico que pode evitar a morte, proteger da violência policial.

Quantas reticências, forma gráfica de expressar as quase desistências ou hesitações em continuar o relato. Então eu faço a pergunta, dizendo implicitamente: “pai, por favor, vamos continuar o jogo da entrevista até o fim”. Se (me)exponho (a)isso aqui, é como um ato de protesto e tentativa de reflexão (socioanálise) que também só consigo fazer através da escrita, quando sou conduzida a algum distanciamento, pela próprios atributos desse meio de comunicação e do esforço de objetivação científica. Mas também para me desconstruir e reconstruir novamente. É doloroso, sofrido, fazer a socioanálise de uma mulher negra, quilombola e protestante, olhando a minha biografia como trajetória social. Esse passado é expurgado da memória familiar, relegado a uma (in)existência clandestina nas recordações atomizadas de algumas pessoas, em algum lugar no fundo de suas consciências, mas impedidas de serem organizadas em formas narrativas em contextos ou ocasiões ritualmente marcadas da vida doméstica (festas de aniversário, casamentos, natal, etc.) . Há memórias que só tem expressão no meio familiar e doméstico em certas condições, como uma entrevista (concedida aqui como uma dádiva de um pai a uma filha), em que as censuras são provisoriamente suspensas. Meu pai só me falou desse passado, de uma maneira surpreendentemente até razoavelmente tranquila, pois é uma pessoa muito emotiva, porque negocieei com ele dizendo que era para minha tese. Não entendeu muito bem porque seria importante falar daquelas coisas em uma tese de doutorado, mas para ele valia o esforço neste caso.

No seu relato sobre a experiência como morador de favela, ele ressalta muito a pobreza e a solidariedade que possibilitava às pessoas contornarem as dificuldades e precariedades do cotidiano.

Então assim, lá na Praia do Pinto foi mais sombrio que eu tô tentando lembrar pra você. Muita necessidade que a gente passou, muita mesmo. Mas como as pessoas na favela eram muito solidárias, aí amenizava. Eu me lembro de Sara que morava do lado, do outro lado era Dona Miminha, que era cunhada desse cara que ficava mexendo com o esposo dela, que era “Negrão de Lima” ou de “Lacerda”. Tinha muito disso, outro era “Getúlio”. Eles falavam muito de Getúlio aquela época. Isso eu me lembro. E o Seu Pernambuco na frente, que matava porco, dava para gente, né. [...]

Havia muita solidariedade! Mas assim, mas muito paupérrimo. A gente era muito pobre. Lembro uma vez que eu ia pra igreja com a... Minha mãe costurava a roupa, tava rasgada... Costurava, mas eu era pequenininho, era

meio igual a Davy. Ai começava a querer ficar com vergonha... Que tava com a calça rasgada... e de chinelo. Às vezes eu ia de chinelo pra igreja, não ia de sapato. Entendeu? Me lembro mais ou menos dessas coisas assim. Não era bom! Não era... boa recordação. Entendeu?

Neste trecho ele também destaca a consciência política das pessoas e mostra que a memória do ex-presidente Getúlio Vargas era ainda muito presente. Cabe salientar aqui a vizinhança na favela de parentes quilombolas, como Sarinha, que retornarão para a Rasa, lugar de retorno dessa rede de famílias que vivia nas favelas naquela época. Lúcia, irmã mais velha de Natalino, morava em Campo Grande, zona oeste do Rio. Minha tia-avó Lúcia, que foi parteira e curandeira na sua juventude, será uma pessoa importante na reconfiguração da memória familiar depois do reencontro com os parentes da Rasa após muitos anos, na década de 1980. Essas pessoas pertencem ao ramo de parentes ligados pela ancestralidade ao meu bisavô Aspino e a minha bisavó Eugenia, e a minha tataravó Bibiana, filha de Madalena que foi escravizada na Fazenda Campos Novos.

Mesmo morando na Cidade Alta, Natalino e sua família continuaram frequentando a igreja evangélica da Praia do Pinto. Jeremias disse que depois retiraram a igreja daquele local também, “Tiraram a igreja, que os ricos não queriam nada lá de barraco! Eles conseguiram entender?”, disse Jeremias Nazario. Salientou que “pela elite a igreja não ficaria ali”, porque era frequentada por “favelados”, como eles eram chamados, “E a igreja é composta por irmãos que vem da Rocinha, Ladeira Tabajara, Morro Cantagalo, do Chapeuzinho Mangueira...”. Segundo meu pai, a igreja readquiriu o terreno através de uma concessão feita pelo governador Leonel Brizola, por intermédio da Benedita da Silva. Mas a igreja só conseguiu definitivamente o terreno quando Benedita da Silva, assumiu o governo estadual (2002-2003).²⁰ Jeremias procurou trabalho para ajudar seu pai e sua mãe nas despesas da casa. Mencionou suas atividades de pintura e como ajudante de ferragem. Ia ao lixão pegar ferro porque o dono da serralheria não tinha dinheiro para comprar o ferro. Na sua opinião, o mercado de grades de ferro cresceu por causa dos roubos e acidentes com crianças nos apartamentos. Aprendeu a fazer grades, mas seu pai não o deixou mais trabalhar neste ofício, por causa de um ferimento na perna com os ferros ao levar um tombo.

²⁰ Benedita da Silva assumiu o cargo de governadora do Rio de Janeiro, ocupava o cargo de vice, quando o então governador Anthony Garotinho renunciou para concorrer nas eleições, em 2002, a presidência da república. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Rio_de_Janeiro, acessado em 21/05/2020.

Na Cidade Alta, segundo meu pai, meu avô não deixava os filhos saírem de casa, porque “o ambiente começou a ficar pesado”. Como eles moravam no primeiro andar, ele e suas irmãs pulavam a janela para ir brincar. Jeremias ia para a rua brincar quando seu pai saía, mas quando Natalino chegava batia nele: “Eu até me lembro que eu não entendia aquilo... Por que tava na rua!”. Quando Jeremias via o pai chegando já corria para dentro de casa. Conta que depois de quatro anos morando lá o lugar ficou diferente: “tinha muita prostituição, drogas, violência”. Seu pai o inscreveu em aulas de judô, porque os “garotos favelados” batiam nele e ele chegava em casa chorando. Existiam também razões médicas, para que ele fizesse exercícios físicos, pois tinha bronquite. Treinava em uma academia de lutas marciais no bairro da Penha. Aprendeu a jogar capoeira também. Sua mãe e seu tio Daniel que o levavam a academia. Meu pai então não tinha mais medo das outras crianças baterem nele, pois já sabia se defender. Jeremias lembrou, com um certo orgulho, da ocasião em que um menino que tinha a fama de brigão veio lhe agredir e ele reagiu com um golpe de judô. Depois disso, o menino ficou seu amigo e passou a respeitá-lo. Havia dois meninos conhecidos como “camaleão” que arranjavam briga com todo mundo e “começava a se meter com os bandidinhos lá”. Mencionou outras situações de confronto físico com outras crianças e “os bandidos” ficavam incentivando as lutas. Ele disse que os meninos começaram a ficar muito violentos por causa das dificuldades. Recebia pedidos para que ele lhes ensinasse a lutar: “mas eles estavam levando para o lado da contenda e não da brincadeira”. As crianças acabam aprendendo a conviver em um ambiente social violento que favorece a formação de subjetividades agressivas em contextos de interação em que a integridade física não está garantida. De todo modo, isto não apagou as boas lembranças da infância e adolescência como as brincadeiras que existiam na época: soltar pipa, bola de gude, rodar pião, finca-finca, etc. Ia muito a praia, na Barra da Tijuca, com seu tio Daniel, praticar natação, também por motivo de saúde.

Os moradores eram oriundos de várias favelas diferentes, não vinham apenas da favela da Praia do Pinto. Jeremias apontou, “a questão social”, o alto nível de desemprego e concentração de renda nos anos 1970, “no governo dos militares”, como fator explicativo do surgimento de um novo tipo de violência e criminalidade que ele testemunhou naquele conjunto residencial. No seu relato notamos uma nova organização social de territórios estigmatizados e precarizados das favelas, dominados pelos traficantes de drogas que estabelecem uma tutela sobre a comunidade através da imposição de um regime de terror.

Recordou o cotidiano de violência na Cidade de Deus, onde moravam seus tios. Seu pai passava períodos de quinze dias lá, quando ia visitar sua tia-avó Cândida. Conta que foi nessa época que começou o tráfico de drogas e a disputa territorial entre traficantes: a guerra entre o Zé Pequeno e o Mané Galinha.

J - A Cidade de Deus surge numa época também... primeiro foi a Cidade Alta! Aí a Cidade de Deus vem depois um pouquinho. Eles saíram depois, porque no cadastro fizeram a primeira leva e eles foram depois. [...]

P - Aí você ouvia essas histórias?

J - Via e ouvia. Ficava lá no meio dos caras lá. Aí já começou essas coisas de tráfico, de guerrear um com o outro, de território. [...]

P - Anos 70?

J - Isso aí, anos 70. [...] Aí ficava sentado ali, com meus primos, aí eles já andavam com arma na mão. Aí eles já tinham já esse movimento. Aí vinha, aí tinha a favela do Karatê, que era do outro lado do tal do Playboy, lá né, no filme tem isso. [refere-se ao filme Cidade de Deus].

P - Isso na Cidade de Deus?

J - Só que ele era um cara assim que nem político. Não queria guerra, nem com Mané Galinha, nem com Zé Pequeno. Aí os cara nem se metiam com ele. Por que naquela época, assim, tinham mais respeito, né. Mas assim, os APs, que eram apartamentos na Cidade de Deus, eles brigavam. Juntava o pessoal do AP com a 13 para atacar lá na 15. Então a 15 vinha pra cá. Entendeu? Aí já tava...

P - Então já tinha essa divisão territorial?

J - É. Começou na Cidade de Deus isso. Aí, assim, o cara que fosse malandro da Cidade de Deus, era o Cara. "Th, Cidade de Deus - Era o Cara! Aí começou a vim, se instalar... tinha aquelas coisa também dos... Eu via falar e depois eles ficavam, começou a ser criado o Comando Vermelho, na Ilha Grande. [...]

P - Mas você viu o filme Cidade de Deus?

J - Então! Eu vi o Mané Pequeno [é Zé Pequeno]. Ele passava assim, na minha frente. Teve uma vez...

P - Mas o filme, você viu?

J - Vi, vi.

P - Mas você lembra desse bandido?

J - Lembro! Ele ficava rangendo os dentes, assim oh! Cara ruim, né?! Eu criança assim sentado... no coisa... ele foi, passou, fez assim, oh... Aí depois veio o Timbó. Timbó que era um cara que brigou até com meu tio Noel uma vez. Pergunta só, meu tio Noel. Tio Noel vai falar muita coisa!

Cabe destacar como nestas remoções e reassentamentos de populações de baixa renda, realizadas autoritariamente, são rompidos os laços de vizinhança e até famílias ligadas pelo parentesco são deslocadas para lugares de moradia diferentes. Seus cunhados Noel e Daniel foram reassentados com suas respectivas famílias na Cidade de Deus. No relato de moradia vimos como existiam relações de reciprocidade (solidariedade) constituídas por laços de

parentesco, afinidade (inclusive religiosa) e vizinhança. É todo um universo moral que estrutura uma teia de compromissos pessoais, de obrigações e favores mútuos, que se inviabiliza com a convivência forçada com “estranhos”, vizinhos não familiarizados (ou ainda não avizinados) em lugares não socialmente construídos ou domesticados pela lógica da dádiva (MAUSS, 2003). Vimos que foram vínculos morais baseados em afinidade religiosa que possibilitaram a troca do pequeno apartamento de Natalino pelo apartamento de dois quartos do casal sem filhos composto por “irmãos da igreja”.

A Cidade Alta era um enorme conjunto de prédios de apartamentos. Havia escola, denominada Raul Pederneira, onde meu pai estudou enquanto moravam lá, supermercado. Eram mais de trinta blocos de apartamentos. Jeremias lembra de um bloco que chamavam de “pé sujo”, porque era um dos prédios mais precários do conjunto. Ele lembra de tiroteios e de um evento em que assaltaram o supermercado e da morte do segurança que era conhecido da família. Disse que foi quando começaram a perceber a violência como uma aspecto predominante na definição da realidade daquele lugar. A sensação de insegurança aumentou e foi se tornando insuportável. Minha tia ainda criança já havia presenciado um assassinato da janela do apartamento onde morava e era constante verem os carros da polícia, os camburões, circulando no bairro. Meu pai morou na Cidade Alta até uns 13, 14 anos de idade.

1.2. O reencontro com os parentes da Rasa: linguagem, memória e silêncio.

Não satisfeito com o lugar onde estava morando, Natalino comprou um terreno no bairro Almerinda, no município de São Gonçalo, com o dinheiro que tinha recebido de indenização pelo acidente de trabalho que proporcionou sua aposentadoria. O lugar era bem desabitado, havia pouquíssimas casas, sem asfaltamento nas ruas, grandes áreas cobertas por vegetação: “Era roça!”. “São Gonçalo era tranquilo!”. Souberam do terreno por informação recebida de um pastor, chamado Martins. Sua família morava perto do bairro Capote, perto do bairro Colubandê. Jeremias lembra que ali era “uma fazenda, era tudo roça”. Natalino e a família passavam o carnaval nesse lugar: “que era um sítio, tinha laranja...”. Foram a pé conhecer o terreno e andaram por uma longa distância até chegar nele. Era esse o projeto então: encontrar um lugar tranquilo e seguro para viver. Não mudaram de residência imediatamente após a compra, pois Natalino esperava a inauguração da Ponte Rio-Niterói para afastar sua família do cotidiano violento da Cidade Alta, onde permaneceu ainda por alguns anos. Até a mudança definitiva a família ia passar carnaval lá. No início meu pai e

minhas tias ficaram ansiosos para mudar de residência, mas quando aconteceu ficaram decepcionados “porque o lugar era bem roça”.

Quando a Ponte Rio-Niterói ficou pronta resolveram mudar para o bairro Almerinda. Venderam o apartamento da Cidade Alta. O comprador não respeitou o prazo e queria ocupar o apartamento antes da família de Natalino ter saído. Fizeram a mudança para São Gonçalo com uma Kombi apenas, por isso tiveram que fazer várias viagens entre os bairros de Vigário Geral e Almerinda, passando várias vezes pela Ponte Rio-Niterói. Só terminaram quando já estava de madrugada. Meu pai tinha então 15 ou 16 anos de idade, isso aconteceu em 1978 ou 1979. Com o dinheiro da venda do apartamento e o terreno, Natalino adquiriu um terreno melhor, com casa já construída. Moraram uns cinco ou seis anos nesta primeira casa e depois compraram outra casa na Rua Sargento Fernando Fontes, onde moraram até se mudarem para a Rasa, em Armação de Búzios, em 2014. Neste terreno foi construída mais uma casa quando meu pai se casou com minha mãe, no início dos anos 1980, onde ficaram residindo meu avô e minha avó, e as famílias dos seus três filhos (meu pai e minhas duas tias).

Nesta época, ainda não conheciam a Rasa, não havia ocorrido ainda o encontro com os parentes, “os primos”, com uma história e memória há tanto tempo silenciadas na minha família. Meu avô com sua família visitava constantemente uma prima dele, Lucinda, que residia em Cabo Frio. “Ela falava muito de Tertela”, disse Jeremias. Ela e sua parentela são descendentes de Tertela, irmã de Bibiana (ver o meu mapa genealógico na página). Mulheres fortes e figuras cultuadas na memória das famílias quilombolas da Rasa. Tertela jogava capoeira e enfrentava os homens, que eram sempre surrados por ela. Brigou com policiais, em uma ocasião em que foram prendê-la. Foram necessários vários policiais para enfrentar sua resistência a ordem de prisão. Na Rasa, dizem que minha tia-avó Lúcia, já falecida, parecia muito com ela, tanto fisicamente como também tinha o mesmo jeito altivo de Tertela. Vô Lucinda, como nós a chamávamos carinhosamente, foi quem advertiu ao meu avô que havia parentes nossos na Rasa.

E ela contava um montão de história. Foi um lance de história assim, que foi que ela falou, aí... foi é... ela falou assim: “Natalino, a gente tá falando essas coisas, mas seus parentes estão lá, oh. Estão lá, todo mundo lá! Tem a tia Eva, tem lá o vovô Abílio, lá os irmãos do seu pai, tá tudo lá”. Por que meu pai não ligou não. Ela falou: “Tá todo mundo lá!”. Tia Lúcia, vovó, todo mundo desceu e ninguém voltou mais! Nem vovó!

É claro que Natalino sabia, mas ele não visitava aqueles parentes de lá desde que saíra da Rasa quando era criança. A Rasa trazia lembranças, que ele queria esquecer, da infância e das condições de vida no contexto de expropriação das terras ocupadas pelo seu pai Aspino e sua mãe Eugenia, que provocaram a ida da sua família para Cabo Frio. Deve-se considerar também que era mais difícil chegar na Rasa, devido às condições precárias de transporte, do que a Cabo Frio. Segundo Jeremias, eles iam muito para Cabo Frio, porque gostavam muito da Praia do Forte: “É, ia, ia bastante. Até minha tia Hosana, tia Noemia ia, tio Noel ia... A gente ia porque a gente gostava muito da Praia do Forte”.

Preciso agora acompanhar muito de perto as palavras com as quais meu pai contou essa história, pois este acontecimento eu considero como aquele ponto de inflexão, de bifurcação no tempo, que me possibilitou conviver em um comunidade de “primos”, descendentes de escravizados na Fazenda Campos Novos, desde criança. Essa foi a impressão que este relato me causou. A trajetória social da minha família está inscrita na história da diáspora das famílias quilombolas que foram expulsas das terras que ocupavam, espalhadas pelas favelas e bairros pobres e periféricos das cidades brasileiras. O que apresento aqui é apenas um relato muito parcial deste fenômeno e memória diaspóricas que precisam ser registrados e estudados mais sistematicamente. Entre meus parentes tenho condições de desenvolver muito mais este trabalho de registro desta memória dispersa nas várias famílias quilombolas, residentes ou não nos seus territórios tradicionais.

Na Rasa, minha filha, a gente veio pra cá em em oitenta e pouco. Nós íamos pra Cabo Frio, na casa da tia Lucinda. Ali perto da Coca-Cola. A gente ia passar... Até uma vez... certa altura que a gente vinha pra cá, que às vezes a gente ia pra Ilha Grande, né. Ai a gente vinha pra cá, ai tia Lucinda: “Oh, Natalino, nós temos uns parentes lá na Rasa”. Nem meu pai ligava. Tem parente lá na Rasa. Ai eu falei: “Tem?”. E ela disse: “Tem”. Ai meu pai foi, se informou, ai me lembro que só tinha um ônibus pra cá: um de manhã, seis horas da manhã, meio dia e outro seis horas da noite. Ai eu me lembro que... que nós marcamos o dia, a gente tava na casa de vovó Lucinda, né. Ela gostava muito da gente, né! Eles moram lá ainda, até hoje! Lá em Cabo Frio. Ai nós viemos pra cá. Fiquei curioso! Ai mamãe falou assim: “Oh, lá é onde papai nasceu... papai era pequeno”. Ai ficou aquela... sabe? Mas eu já tinha já uns 16 ou 17 anos” [...] [Jeremias estava com 18 ou 19 anos, foi em 1981 ou 1982 quando Natalino reencontrou os parentes da Rasa].

Ai eu lembro que nós pegamos o ônibus lá, cedinho. Eu curioso... O ônibus cheio de poeira, né? Ai nós viemos. Eu me lembro direitinho quando ele saiu ai em cima, no Cruzeiro, sempre foi altinho, né. Mas não tinha nada ali! Ai eu cheguei, quando olhei pra baixo, de cima do ônibus: “Oh, chegamos!”.

Falei: “Poxa papai, isso aqui é a Amazônia?!”. Tudo mato alto. Tudo! Ai ele... era sem asfalto, né? Sem asfalto! [...]

Me lembro que quando cheguei aqui a primeira pessoa que atendeu aqui foi, na varanda, ali da casa dele, que ficava ali na praça, era tio Niando, pai do Luiz. Justiniano, né. Ai ele foi, é... atendeu a gente.

Justiniano era pai do pastor Luiz, que foi um personagem importante na mobilização pela reconhecimento étnico pela Fundação Cultural Palmares, nos anos 1990, e pela identificação e delimitação da terra quilombola na Rasa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos anos 2000. Lucinda que sugeriu que fossem primeiro na casa de Justiniano. Foram recebidos com muita euforia “esses primos que vinham do Rio”, foram servidos com um almoço delicioso, cujo prato principal era galinha e peixe. Conheceram as praias, Gorda e dos Pescadores. A estrada às margens da Praia Rasa não estava asfaltada e não havia casas nas praias. Visitaram o Mangue de Pedras e acharam diferente “a praia com muita pedra”. A família Nazario ficava sempre hospedada na casa do tio Justiniano. Nesta época, Jeremias ainda era solteiro. Poucos anos depois ele se casou, eu e minhas irmãs nascemos e continuamos a visitar os primos da Rasa, nas férias escolares. Quando nasci então, diferente do meu pai, nós já tínhamos contato e convivência com nossos parentes da Rasa. Natalino e Maria das Dores, com seus três filhos, iam para Ilha Grande, a passeio, por causa da igreja, a estadia deles lá estava ligada a comunidade evangélica do Leblon, na sua maioria ex-moradores da favela da Praia do Pinto. Também tínhamos parentes na Ilha Grande: tia Maria, irmã do meu avô Natalino, morava lá.

Olha só, a gente ia muito pra, pra... Quando a gente não ia pra Cabo Frio, na casa da tia Lucinda, que a gente gostava muito, a gente ia pra Ilha Grande. E papai sempre gostou de viajar com a gente. Era uma coisa de aliviar... o sofrimento... Ai quando nós viemos pra cá, que é que a tia Lucinda reascendeu, assim: “Oh, o lugar que você veio, Natalino, tá nossos parentes lá. Vamos lá!

Jeremias diz que foram se decepcionando com a Ilha Grande, porque “o pessoal da Ilha Grande começou a ficar meio metido”; e justificou dizendo que as crianças (suas filhas) não gostavam muito de lá. A família Nazario ficava hospedada na Ilha de Provetá, junto a outras famílias evangélicas. Todavia, os anfitriões não eram muito simpáticos com seus irmãos de fé mais pobres. Tal postura era perceptível e nos incomodava. Eu e minhas irmãs preferíamos ir para a Rasa, pois lá estavam nossos primos e primas, com quem nos

divertíamos explorando os lugares como Ponta do Pai Vitório, Mangue de Pedras (que chamávamos de Prainha ou Praia dos Pescadores), Alto da Rasa, Jamelão, Vila Verde. Alguns desses lugares, como soube depois, são importantes na memória quilombola atualmente.

Jeremias, afirmou que na primeira vez não gostou muito da Rasa, porque a praia era longe (comparando com a Ilha Grande), mas pensou: “Lá meus primos são legais, a praia é longe, mas a gente ainda vai descobrir muita coisa”. As entrevistas visam apreender os motivos, os significados, que os sujeitos atribuem a suas ações e ao mundo como fatores que contribuem a certa cadeia de eventos ou processos. Esta última frase do meu pai é interessante, pois mostra o crescente desejo em aprofundar vínculos com aqueles parentes e uma percepção não muito clara ainda de estar diante de uma fonte de conhecimentos relevantes sobre seus antepassados. Por outro lado, a memória se constitui no presente, as intenções do entrevistado e o próprio contexto da entrevista interferem na narrativa sobre o passado. Toda a história oral se depara com tal problema, mas por isso que o objeto é a própria memória, na sua complexa relação entre fato e representação.

Justiano também insistiu que a família Nazario retornasse com um argumento forte na comunidade evangélica: “Vem pra cá, tem igreja aqui!”. Justiniano era pastor e a igreja era na praia, uma casinha de barro e teto de palha. Não havia fornecimento de luz elétrica na Rasa, a iluminação era gerada por uma lâmparina. Ele quem concedeu o terreno para a construção da igreja. Mas os Nazário resolveram ir, no Carnaval, para a Ilha Grande. No ano seguinte, Natalino e família resolveram atender ao pedido do tio Niano, e foram no Carnaval, apesar dos filhos não estarem muito dispostos. Foram direto para a Rasa, não pararam em Cabo Frio. Ficaram hospedados na residência do pastor Justiniano. Houve hesitações e dúvidas quanto a continuidade destes “mergulhos no passado” da comunidade negra da Rasa, que tinha motivações aparentemente não tão “nobres”, como passar férias em um lugar agradável (dotado de lindas paisagens) e ao mesmo tempo ampliar o círculo de parentes, criando novos vínculos e experiências afetivas. Portanto, não se trata aqui de uma imagem idealizada deste “reencontro com os parentes”, de um certo mito familiar ou mesmo individual, mas tentar compreender os contextos e condições que possibilitaram a posterior objetivação (política e acadêmica) desta memória doméstica (que se tornou pública) na minha trajetória biográfica. Quero dizer que o “reencontro com um passado coletivo na Rasa” é um evento constituído por diversos projetos e significados individuais e familiares, mas expressa um sentimento difuso baseado em uma percepção, também não plenamente consciente, de pertencimento a uma

comunidade de “primos e primas”, que compartilham uma ancestralidade comum e um forte vínculo afetivo com um “lugar de origem”.

A cobrança da tia Lucinda para que Natalino retomasse os vínculos perdidos com seus parentes que permaneceram em um lugar de memórias obstinadamente mantidas em silêncio, atesta a existência de uma demanda moral “da volta às origens” que pode ser acionado eventualmente sobre aqueles sujeitos diaspóricos, desterritorializados de sua comunidade de origem. Mas a “viagem da volta” não é um retorno nostálgico ao passado desligado do presente. É uma experiência social profunda, formadora de subjetividades e até de identidades políticas, inscrita em situações e relações de dominação e conflito presentes (OLIVEIRA, 2004). Trazer a “viagem da volta” como princípio existencial da travessia e a travessia como princípio da existência é lutar com e contra a sensação permanente de estar no mundo como estrangeiro, de viver no exílio. Estabelecer vínculos afetivos com outros lugares não é impossível, mas tem que conviver (confrontando ou conciliando) com o desejo do retorno.

O retorno a este centro carismático (dotado de um poder de cura excepcional) que confere sentido a uma existência, individual e coletiva, que tem a força mágica de assombrar uma biografia arrancada violentamente deste locus de acolhimento, ao mesmo tempo real e imaginário, pode não acontecer concretamente para muitos sujeitos diaspóricos. O que importa é que ele constitui uma referência existencial permanente na vida deles. Como meu avô, cuja vida pode ser lida como a busca constante desse “ventre simbólico”, perdido traumáticamente, de acolhimento e proteção. A favela da Praia do Pinto (o Parque), a Cidade Alta, o bairro Almerinda, tornaram-se insuportáveis quando reproduziam a experiência original do despejo na Rasa. A violência e o sofrimento, em qualquer das suas formas sociais de produção, gritava para ele que a “viagem da volta” não fora bem sucedida.

Encontrei no conceito da Viagem da Volta, do antropólogo João Pacheco de Oliveira, para pensar a relação entre etnicidade, território e diáspora, o referencial teórico para compreender a trajetória dos Nazario e o meu percurso enquanto educadora e cientista social negra e quilombola.

O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressas da autoctonia (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

Esta imagem poética que Oliveira retirou de um poema de Torquato Neto para transformar em conceito antropológico dirigiu minha atenção para a “viagem da volta” que eu trago marcada na mão e no umbigo (como vínculo com a ancestralidade), de forma análoga aos retirantes nordestinos, no meu corpo e na minha subjetividade. Olhando para a biografia do meu avô Natalino, com todo seu esforço para esquecer e apagar a historicidade de seu corpo negro e quilombola, eu pude perceber agora a eficácia simbólica, a magia social do “retorno aos primos/as”, expressa em suas alegres andanças quase diárias pelas casas dos parentes. Esse é o seu trabalho cotidiano, com todo o peso dos seus oitenta anos de idade e problemas de saúde respectivos, vivenciar a cada dia a sua “viagem da volta”, o seu “reencontro com os parentes da Rasa”. Essa reprodução quase diária da experiência do reencontro fortalece esses mais velhos ao produzir uma sensação subjetiva de segurança no ambiente dos parentes. Há muitas histórias biográficas na Rasa de experiências dispóricas e de viagens de retorno aos parentes, ou seja, aos (a)braços daqueles que resistiram ficando na terra. Não importam quais sejam as motivações imediatas mais tolas ou corriqueiras dessa volta e a diversidade de interesses dos sujeitos envolvidos, pertencentes a gerações distintas. A demanda moral do “reencontro” pode ser acionada por alguém em algum momento. A Rasa é a casa dos parentes, descendentes de Madalena / Bibiana / Tertela / Eva, é o território original, tradicional, dessa grande rede de famílias.

Depois que nasci, nós fomos só duas vezes a Ilha Grande. Nem Ilha Grande, nem Cabo Frio, estavam mais no roteiro das visitas de férias. Esta “descoberta dos primos da Rasa” despertou memórias antes silenciadas na minha família. As histórias do tempo do cativo e do pós-abolição passaram a circular na família Nazario, principalmente através da minha tia-avó Lúcia, irmã mais velha do meu avô Natalino. Ficamos sabendo, por exemplo, do passado de parteira e curandeira da tia Lúcia, antes de ser evangélica. Ela contava as histórias cantando e dançando; e meu avô Natalino pedindo que ela parasse por causa de suas crenças neopentecostais. Mas ela não parava de contar, de cantar e de dançar. Era como se o passado invadisse seu corpo, revigorasse sua corporalidade evangélica atual. Ela girava no ar com tamanha leveza e alegria, apesar dos gestos firmes, mas com uma enorme sorriso no rosto. E nós crianças ficávamos admirados com aquelas histórias e queríamos saber mais. E quando estávamos na Rasa, estas narrativas circulavam nas casas dos tios/as e primos/as.

Um fato que consolidou mais ainda nossas visitas a Rasa, foi a mudança da tia Lúcia e do tio Noel para a Rasa. A partir deste momento, ficávamos na casa de um ou de outro, quando íamos ver “nossos primos”. Meu pai comprou um terreno pequeno em uma rua próxima a Praça da Rasa, em meados dos anos 1990. Em 2013 ele e minha mãe mudaram definitivamente de residência para a Rasa, pois já tinham construído parte da casa.

Tia Lúcia morava em Campo Grande e tio Noel morava na Cidade de Deus. Em meados dos anos 1980, Noel comprou vários terrenos e construiu sua casa na Vila Verde, na Rasa. Nesta época começavam a vir pessoas de fora para morar em Búzios, incrementando o mercado imobiliário e de construção civil. Meu tio Noel é pedreiro, então as oportunidades de trabalho eram promissoras para ele, por isso se interessou em estabelecer definitivamente residência na Rasa, onde mora até hoje. Jeremias não sabe dizer se a sua tia Lúcia visitava a Rasa antes de seu pai ter reencontrado os parentes. Disse que Lúcia e o marido quando moravam no Rio já falavam em comprar terreno na Rasa. Ela dizia assim: “Eu vou voltar pro meu lugar, vou morrer lá, descansar lá...”. Foi o que aconteceu mesmo! “Ela vendeu tudo lá, quase e veio embora”, no início dos anos 1980, lembra meu pai.

Em janeiro deste ano, 2020, na festa de aniversário do meu tio Manuel (96 anos), que mora em Brasília, vieram parentes de várias favelas do Rio (como o complexo do Alemão, por exemplo). Até hoje eu continuo conhecendo novos “primos” que não conhecia, em festas de família e outras celebrações que reúnem grupos mais ou menos ampliados de parentes: rituais de produção de uma comunidade diaspórica imaginada, de uma rede de parentes translocal. Rituais que buscam reincorporar simbolicamente (mesmo que momentaneamente) famílias negras, dispersas em vários lugares pelo país, na história dos negros da Rasa. Incutir a perspectiva (o desejo) do retorno a origem, mesmo que não realizado e incessantemente adiado, no coração e nas mentes dos “primos” é um fator poderoso de identificação coletiva, independentemente da definição desta “origem”. A “viagem da volta” pode ser uma promessa ou uma carga, uma dádiva ou um castigo, para diferentes indivíduos e gerações. Mas na medida em que adquire sentido para os sujeitos e torna-se parte dos projetos de vida das pessoas, pode orientar a ação nas esferas sociais domésticas ou públicas.

Desde aquele dia de encontro com os primos/as, minha família passou a ir nas férias escolares para a Rasa. Não íamos muito ao Centro de Búzios, nem nas praias da península, por ser uma espaço turístico, mais elitista e branco, onde há mais discriminação aos negros da Rasa. O pórtico é uma fronteira simbólica que marca a topografia racial e de classe na qual a

península é o espaço da elite branca buziana, enquanto o continente é o espaço dos bairros pobres e periféricos da Rasa, Cem Braças, Baía Formosa, São José. Somente na adolescência eu e minhas primas íamos ao Centro para passear. Já vivi experiências de discriminação racial no centro de Búzios, nas lojas da famosa e cosmopolita Rua das Pedras ou no restaurante da bela praia da Tartaruga, quando fui ignorada pelas vendedoras ou impedida de entrar no banheiro. O racismo institucional se manifesta no ordenamento urbano de Búzios. O Porto da Barra, outro ponto turístico, também é pouco frequentado pelos meus parentes da Rasa, pois eles sabem por experiência quais são os espaços brancos de sociabilidade e lazer, interditados na prática porque são ambientes hostis a presença negra, caso não estejam neles em posições subordinadas. Em tais cenários racializados de interação há certas etiquetas para mostrar de modo mais ou menos sutil essas interdições, não codificadas em nenhum regulamento escrito e oficial, mas incorporadas nos encontros e atividades cotidianos.

Ler Florestan Fernandes (2008) foi como se ele estivesse contando a história de meus antepassados e me fez lembrar de Madalena, minha tataravó, que teve de mendigar comida para sustentar sua família como relata meu tio-avô, irmão mais velho de meu avô Natalino. A abolição tornou-se para o negro uma espoliação, pois nenhuma instituição se responsabilizou em indenizar essas pessoas e seus dependentes. Para o negro restou atividades artesanais e ainda teve de disputar postos de trabalho com os imigrantes europeus. Não foi diferente na Região dos Lagos, quando a fazenda Campos Novos sempre pertenceu a donos estrangeiros mesmo após começar a ser desmembrada como veremos adiante.

Quando comecei a pensar na biografia de Natalino e na trajetória da família Nazario como uma forma de experiência de exílio e de desejo de retorno fui me interessando em estabelecer um breve diálogo com o conceito de diáspora de Paul Gilroy (2012). Este autor formula tal conceito para combater as concepções sobre a identidade negra sustentadas em uma ideia reificada e estática de tradição, supondo a necessidade de proposição de uma unidade homogênea associada a uma herança cultural africana. Tal identidade, portanto, negaria a experiência da escravidão, e os temas resultantes de dor e sofrimento, como uma possibilidade de construção positiva da etnicidade negra. Como veremos adiante esta discussão é fundamental para pensar a educação quilombola e a educação para as relações étnico-raciais. Essa concepção estática de tradição e autenticidade que remete a programas de educação que promovem uma identidade negra estereotipada, cuja fonte seria uma África pré-moderna, silenciando a história e memória da escravidão como algo supostamente negativo a

uma imagem positiva do negro. É preciso atentarmos para tal problema, que vai de encontro às orientações das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (p. 17)

Gilroy propõe o conceito de diáspora africana para pensar em identidades e culturas negras múltiplas e híbridas, construídas em processos sociais e históricos nos quais tradição e modernidade não se excluem. Assim, as identidades e culturas negras remetem a diversidade de tradições produzidas na modernidade. O colonialismo e a escravidão produziram a diáspora transatlântica, transcontinental e transoceânica.

Esse gesto contrapõe tradição e modernidade entre si como alternativas polares simples tão rigidamente diferenciadas e opostas como os signos preto e branco. Nessas condições, onde as obsessões com a origem e o mito podem governar as preocupações políticas contemporâneas e a granulação fina da história, a ideia de tradição pode constituir um refúgio. Ela fornece um lar temporário no qual se pode encontrar abrigo e consolo diante das forças viciosas que ameaçam a comunidade racial (que de forma imaginada ou de outra forma). É interessante que neste entendimento da posição dos negros no mundo moderno, ocidental, a porta para a tradição permaneça fixamente aberta não pela memória da escravidão racial moderna, mas a despeito dela. A escravidão é a sede da vitimização negra e, portanto, do pretendido apagamento da tradição. Quando a ênfase se volta para os elementos da tradição invariante, que heroicamente sobrevivem à escravidão, todo desejo de se lembrar da escravidão em si torna-se algo como um obstáculo. É como se a complexidade da escravidão e sua posição dentro da modernidade tenha de ser ativamente esquecida para que se possa adquirir uma orientação clara para a tradição e, com ela, para as circunstâncias presentes dos negros.[...]

Entretanto, existe o perigo de que, afora a arqueologia das sobrevivências tradicionais, a escravidão torna-se o feixe de associações negativas, que é melhor deixar para trás. A história das fazendas e usinas de açúcar supostamente oferece pouca coisa de valor quando comparada às concepções elaboradas da antiguidade africana contra as quais são desfavoravelmente comparadas. Os negros são instados quando não a esquecer a experiência escrava que surge como aberração a partir do relato de grandeza na história africana, então a substituí-la no centro de nosso pensamento por uma noção mística e impiedosamente positiva da

África que é indiferente à variação intrarracial e é congelada no ponto em que os negros embarcaram nos navios que os levariam para os inimigos e horrores da Middle Passage. [...]

Atribuir igual importância a raízes e rotas, como propus no capítulo 1, deveria destruir o apelo purificado do afrocentrismo ou dos eurocentrismos a que ele se empenha em responder. Este livro se preocupa mais com os fluxos, as trocas e os elementos intermediários que podem colocar em questão o próprio desejo de ser centrado (GILROY, 2012, p. 354, 355 e 357)

Ele critica a ideia de um nacionalismo negro, propondo a ideia de um transnacionalismo ou multiculturalismo negro, pois as identidades negras (sempre no plural), por causa de sua própria constituição social na diáspora, não podem ser confinadas a fronteiras nacionais. Compreende o surgimento das identidades negras como inerentes ao processo de globalização, portanto, não como fenômenos presos a heranças ou tradições culturais de origem africana. Gilroy não entende tradição como conjunto de costumes permanentes e imutáveis, mas como reservatório de símbolos e significados em constante variação e mutação pelos seus usos e interpretações. Diáspora não é necessariamente contraditório a noção de origem, mas aqui trata-se de origem como um horizonte aberto de possibilidades semânticas que se concretizam nas práticas e processos identitários. Incluindo a possibilidade de identidades não se sustentarem em noção alguma de origem, mas simplesmente no compartilhamento de certas experiências ou modos de definir a realidade. Ou melhor, em termos teóricos e políticos o conceito de diáspora é que subordina e abarca o de origem, não o contrário. A diáspora é um espaço de intercâmbio cultural dinâmico e condição social de possibilidade de múltiplas negritudes.

Os sentidos de diáspora, cultura e identidade em Gilroy e Oliveira convergem. Entretanto, existem diferenças nos referenciais geográficos e históricos. A dimensão geográfica em que opera Gilroy é monumental, transcontinental e tem referenciais históricos definidos como a colonização e a escravidão de africanos nas Américas. A dimensão geográfica em que opera Oliveira é nacional e parte do processo de colonização de povos indígenas e formação do Estados-Nação. Contudo, ambos podem ser postos em diálogo para uma abordagem sobre identidade, cultura e etnicidade em âmbito mais geral. No caso da trajetória familiar dos Nazario podemos pensar em termos de múltiplos ou variáveis fenômenos diaspóricos em planos geográficos e sociográficos menores ou micros, interdependentes, incluindo biografias e trajetórias familiares. Podemos compreender a

comunidade quilombola da Rasa na escala da diáspora africana intercontinental de Gilroy e a comunidade familiar dos Nazario na escala da diáspora quilombola da Rasa, sendo esta o ponto de referência histórica e territorial de origem.

Retomando Gilroy (2012), o conceito de diáspora aciona os temas da dor e do sofrimento, referentes a experiências de opressão, estigma e humilhação; e também a regimes de terror. Por outro lado, a memória pode ser redentora quando um evento traumático é transformado por uma narrativa pública na qual o sofrimento se constitui em significante para a satisfação de demandas morais de reconhecimento em histórias de fuga e libertação. As lágrimas e o silêncio de Natalino, no contexto da entrevista, materializam ou corporificam (no sentido literal) seu desejo de esquecer o inesquecível e a impossibilidade narrativa correspondente. Sendo assim, este capítulo (além de supor uma coerência teórica e metodológica) é uma homenagem e um presente ao meu avô na minha tentativa de oferecer-lhe recursos de linguagem (da saga familiar de regresso às origens) para sua experiência de dispersão e exílio, por tanto tempo condenada ao indizível. É um esforço de criação de um espaço narrativo de cura e redenção para um leitor específico.

Capítulo 2.

Eugene Honold: quem era o dono da Fazenda Campos Novos?

Honold é uma personagem histórica relevante para a compreensão dos conflitos fundiários que envolvem a antiga Fazenda Botafogo-Caveira, entretanto ele é esquecido na memória oficial do município e apenas mencionado brevemente em laudos antropológicos de titulação de terras quilombolas. Para esta análise me basearei nas notícias de jornais disponíveis no site da biblioteca nacional e entrevistas com os quilombolas.

De acordo com informações da ata que consta no DOU de 30 de setembro de 1935, página 70 seção 1, Eugene e os acionistas da companhia Odeon que incluíam sua esposa, suas filhas seus genros e netos reuniram-se para “formalizar o aumento de capital da empresa”. Jeanne Honold possuía em seu nome propriedades em Petrópolis e na cidade do Rio de Janeiro. Em 1935, essas propriedades foram anexadas ao patrimônio da Companhia Odeon, cuja maioria dos acionistas era a própria família. A parte da área da Fazenda denominada Caveira, foi vendida à Eugene Honold em 5 de janeiro de 1919 por Jurema Vieira Pinto como consta neste mesmo documento.

Neste documento é possível verificar os nomes dos acionistas da companhia. Esta reunião visava o aumento de capital da companhia ao integrar os bens de sua esposa Jeanne como parte dos bens da empresa. Alguns nomes de acionistas citados na ata desta reunião, conferem com os nomes encontrados na biografia da bailarina Tatiana Leskova que frequentava a casa da família dos Honold e manteve um relacionamento com Luiz Honold por vinte anos. Tatiana chegou a ganhar de Luiz Honold Reis, neto de Eugene Honold uma casa de praia em Armação dos Búzios. Luiz Reis como herdeiro da Companhia Odeon foi responsável pelo loteamento das terras da Antiga Fazenda Campos Novos, dando início ao processo de expropriação das terras dos trabalhadores negros para impulsionar o mercado imobiliário na região.

Nesta seção pretendo abordar a trajetória social dessa família que dominou boa parte do território de Cabo Frio e a região da Armação de Búzios²¹ nas primeiras décadas do século XX e iniciou o processo de expropriação dos descendentes dos escravizados para impulsionar o loteamento das terras impulsionando o processo de urbanização da região. Utilizarei fontes de notícias de sites e jornais que reproduzem uma imagem oficial romantizada de Eugenio

²¹Búzios era distrito de Cabo Frio neste período.

Honold. Outros jornais, entretanto, são muito duros quanto a imagem de industrial e capitalista, promovida por Eugenio Honold. Também tentarei aprofundar a análise de suas relações com a elite carioca do período para melhor compreensão histórica da influência desta elite carioca na configuração histórica dos municípios de Cabo Frio, São Pedro e Armação dos Búzios.



A Companhia Odeon e os Honold.

Eugenio Honold e sua esposa Jeanne Honold²²

Consultando a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, utilizando “Eugenio Honold” como chave de busca, aparecem 812 ocorrências. Constatei que a família Honold tinha grande visibilidade na imprensa do antigo Distrito Federal, em vários jornais e revistas da época, principalmente na primeira década do século XX.²³ O patriarca da família pode ser encontrado em diversas modalidades de registro textual de notícias, desde curtas notas de falecimento, casamento, viagens até reportagens mais extensas sobre acontecimentos nos quais observamos a participação dele. Este material possibilita delinear alguns elementos sociologicamente relevantes da sua biografia no sentido da sua inserção e pertencimento a elite carioca, fluminense e nacional. As colunas sociais (seções designadas como “Vida Social”, “Mundaneidades”) são fontes privilegiadas para tal abordagem.²⁴ Em uma nota curta

²² Fonte: sitefazendacamposnovosblogspot.com

²³ Jornal do Brasil, O País, Gazeta de Notícias, A Noite, Rio News, Correio da Manhã, O Cruzeiro, Jornal do Comércio, O Imparcial, O século, Revista da Semana, O Observador Econômico e Político, etc.

²⁴ Bourdieu (1983) conferiu dignidade científica para materiais muitas vezes menosprezados pelos cientistas sociais, dirigiu a atenção de pesquisa para essas mundaneidades da vida cortesã burguesa, cujo registro

sobre o retorno da família Honold de uma viagem a Europa, a Gazeta de Notícias (?/02/1927)²⁵ assim se referiu ao acontecimento: “O desembarque dos distintos viajantes, que contam muitas relações na nossa melhor sociedade, foi bastante concorrido”.

Em várias matérias ele é referido como “estimado e conhecido capitalista”, “importante industrial e estimado capitalista”, “distinto capitalista e industrial”, “abastado capitalista”. Pode-se dizer que estas expressões evocativas eram títulos honoríficos e fórmulas rituais verbais que atribuíam uma nobreza de classe de fato, na prática, pois prescinde de qualquer ato de nomeação formal ou de direito. Ele frequentava diversos cenários de circulação da alta burguesia carioca e de grandes personalidades políticas como presidentes da república, senadores, deputados, ministros de Estado, governadores, prefeitos, desembargadores. Ele e/ou sua esposa estiveram presentes em eventos com os presidentes Rodrigues Alves (em 1902) e Hermes da Fonseca (em 1911), na ocasião da recepção de Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras (Gazeta de Notícias, 17/09/1902 e 15/08/1911). Compareceu também no almoço em homenagem ao presidente do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin, nomeado então para prefeito do distrito federal (O País, 09/02/1919). A presença nesses lugares de circulação e reprodução social de elite, afirmação ritual de status e prestígio de classe, não serviam apenas como ambientes e estratégias de consagração (confirmação simbólica) de posições sociais, mas também de oportunidades institucionais de aquisição ou acumulação de capital simbólico, social, político e econômico para a continuidade do percurso ascendente no seio da “alta sociedade”. Participar e ser visto e reconhecido nestes lugares e eventos correspondia a oportunidades de fazer negócios, alianças políticas, arranjos matrimoniais, relações de amizade e firmar compromissos de lealdade.

Estes cenários de sociabilidade da alta burguesia carioca são as festas beneficentes, bailes e saraus nos salões residenciais, o teatro municipal, o teatro de Petrópolis, o Liceé Francais, o Tennis Club, o Club dos Diários, o Automóvel Clube do Brasil, Clube de Engenharia, o Fluminense Iacht Club, as cerimônias de casamento e sepultamento; onde e quando se estabelecem os laços matrimoniais e de afinidade – como também políticos e

privilegiado podia ser encontrado nas colunas sociais e nas revistas de fofocas de celebridades. Este também é o terreno fértil do interesse desinteressado, onde o intercâmbio social se apresenta aos sujeitos como completamente desprovido de ou até avesso ao interesse econômico estrito, campo relativamente autônomo de reprodução do habitus de classe e de produção de estilos de vida, de símbolos estamentais e do senso de distinção social.

25 A informação relativa ao dia está ilegível na cópia digitalizada da página deste jornal no site da hemeroteca digital do Biblioteca Nacional.

econômicos - entre as famílias nesta configuração nobiliárquica da alta burguesia na primeira metade do século XX. Neste quadro de reprodução social de elite aparecem junto aos Honold, os Guinle, os Rocha Miranda, os Aboim... Esses lugares de elite são espaços de agenciamento de estratégias matrimoniais para acúmulo de capital social que reproduz a lógica endogâmica de formação da alta burguesia (BOURDIEU, 2017). Tal lógica não é necessariamente consciente, pois é inerente ao espaço de sociabilidade e aos processos de formação de uma elite burguesa. Duas filhas de Eugenio Honold casam-se com dois integrantes de famílias burguesas importantes: Octávio Reis e Octávio da Rocha Miranda tornam-se seus genros. Ambos também se tornaram sócios em empreendimentos econômicos nos quais Eugenio Honold estava envolvido. O clã Rocha Miranda era composto de importantes personalidades na vida econômica e política nacional, como o Barão do Bananal, grande fazendeiro e figura notável do segundo império e da república. Na notícia sobre a cerimônia de seu sepultamento constatamos a presença de membros das mais importantes famílias da alta burguesia. George Honold, filho de Eugenio, se casou com uma Aboim, contribuindo também para a conservação e ampliação do patrimônio material (dinheiro) e simbólico (o nome) da Casa Honold.²⁶ O casamento com Amélia Vasconcelos de Aboim, realizado no “palacete da família Aboim”, contou com a presença do ministro Pires de Albuquerque²⁷, e os noivos, na notícia veiculada pela Gazeta de Notícias (de 08/12/1924) foram referidos da seguinte maneira: “dos nubentes que fazem parte da elite da sociedade”.

Na segunda década do século XX, ele estava no auge do seu prestígio e diversificava seus investimentos de capital, tornando-se o diretor de uma grande companhia de energia e mineração, em 1914. No final do século XIX, ele era apenas o proprietário de um hotel no bairro da Tijuca, na zona norte do distrito federal. Em 1912, ele foi solicitado a emprestar dinheiro para contribuir com a solução da crise financeira do estado do Maranhão. No seu embarque para ao Rio de Janeiro, em São Luiz, estavam presentes o governador e secretários daquele estado conferindo o caráter de evento público e significado político a passagem do “banqueiro e capitalista Honold” por aquela cidade nordestina (Correio da Manhã, 04/09/1912 e 07/09/1912). Temos a notícia de que em 1915 ele foi eleito, na assembleia de acionistas, membro do conselho fiscal do Banco Nacional Brasileiro (O Paíz, 27/03/1915). Mas a

26 Sobre a articulação sociológica entre estratégias matrimônias, reprodução social e patrimônio familiar: Bourdieu, 2009.

27 Trata-se do ministro do Supremo Tribunal Federal Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1865-1954), que exerceu esse cargo até sua aposentadoria compulsória determinada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1931. Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Joaquim_Pires_de_Carvalho_e_Albuquerque_\(jurista\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Joaquim_Pires_de_Carvalho_e_Albuquerque_(jurista)), acessado em 30/03/2020.

trajetória e a imagem de Eugenio Honold como empresário bem sucedido, “estimado industrial e importante capitalista”, teve seus percalços.

2.1 – “O manganês ainda!”

A sua inserção no setor de energia e mineração recebeu pesadas críticas no jornal Gazeta de Notícias, no qual foi acusado enquanto diretor da empresa Morro da Mina de fraude nos contratos com a Central do Brasil para o transporte do manganês, que estariam gerando enormes prejuízos a nação. Com a mudança na direção da Central do Brasil, a matéria do jornal fez críticas graves contra Arrojado Lisboa de estar favorecendo os proprietários das minas de manganês,

Enquanto estava à frente da Central o Sr. Arrojado Lisboa, abstivemo-nos de discutir a necessidade de modificar as tarifas do manganéz nessa estrada. Seria trabalho infantil. Aquelle engenheiro estava firme no proposito de ser o mais dedicado, o mais escandalosamente dedicado amigo dos venturosos cavalheiros que fazem o monopólio da exportação do manganéz em Minas (Gazeta de Notícias, 12/02/1917).

No seu primeiro parágrafo já podemos perceber a virulência da argumentação cheia de adjetivos desabonadores, apontando responsabilidades e ilicitudes quanto ao favorecimento de empresas privadas por pessoas que ocupavam cargos públicos. A acusação é de subfaturamento nas tarifas de transporte do manganês pagas pela mineradora a Central do Brasil. No ano de 1916, a via férrea estatal teria transportado 400 mil toneladas de manganês, tendo um prejuízo de 20,000;000\$000. Em contrapartida, neste ano estava em curso a 1ª guerra mundial, e os preços do manganês no mercado internacional tinham aumentado muito, logo os lucros dos exportadores deste minério eram crescentes (a tonelada passa a ser vendida de 12\$000 para 90\$000). O emprego de certas expressões como “amigo dos venturosos cavalheiros” enfatiza a transformação de relações públicas entre empresas estatais e privadas em vínculos pessoais entre os seus dirigentes, causando prejuízos aos interesses da nação “enchendo-lhes [aos proprietários das minas] as algibeiras de lucros largos que são tirados do Thesouro Nacional”. É denunciado também o contrato firmado entre a Central do Brasil e a Morro da Mina, de transporte do manganês, por conter cláusulas muito desfavoráveis a primeira. A matéria menciona de forma genérica (sem especificar nomes ou descrever situações concretas) articulações promíscuas entre empresários do setor e políticos de influencia que recebem propinas para garantir sua simpatia às demandas daqueles.

Esses escandalos provam bem de que força são os homens que açambarcaram o manganez de Minas. Eles souberam angariar sympathias entre os políticos de influência, alguns dos quais fizeram-se seus advogados e seus defensores á outrance. Sempre que se prevê um augmento de despesas para o manganez, esses políticos agitam-se, trabalham com tanto calor e energia que acabam por vencer (Gazeta de Notícias, 12/02/2017)

O redator da matéria indignado com “essa patifaria colossal” aponta para a possibilidade absurda dos trens da Central do Brasil serem obrigados por contrato a transportar o minério, mesmo que tivesse que reduzir ou interromper o transporte de passageiros por falta de combustível. A escassez de carvão poderia ocorrer por causa da guerra e de uma provável entrada dos Estados Unidos que poderia interromper o fornecimento para o Brasil. O texto termina com um apelo ao novo diretor da Central, ao ministro da Viação e ao presidente da república para “acabar com essa patifaria”. No ano seguinte, 1918, o jornal menciona “a patifaria do transporte de manganês, onde andava metido Eugenio Honold”, apontando que ele estaria apoiando o conde Modesto Leal nos seus esforços de silenciar a Gazeta que se colocava contrária a sua candidatura ao senado pelo Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, 14/03/1918). João Leopoldo Modesto Leal, é qualificado como estelionatário, agiota, que estaria buscando resgatar títulos de dívidas do jornal para pressioná-lo a não lhe incomodar mais nas suas ambições políticas. O conde Modesto Leal (1860-1939) foi considerado o homem mais rico do Brasil no início do século XX e tornou-se senador no fim da sua vida. Conseguiu o título de conde devido a suas doações milionárias a Santa Sé. Ele foi banqueiro e proprietário de várias fazendas de café no Vale do Paraíba²⁸ Outro personagem das redes de relações de Eugenio Honold citado foi o filho do dono do Banco Nacional Brasileiro, que também teve suas ambições políticas combatidas pelo periódico. Não há menção a qual dos filhos do banqueiro, industrial e engenheiro Luiz da Rocha Miranda, mas suponho que esteja se referindo a Octávio da Rocha Miranda, genro de Eugenio Honold, pois ele se elegeu deputado federal naquele ano.

Em outra matéria no mesmo ano, sabemos que foi interrompido o transporte de manganês pela Central do Brasil, notícia divulgada com satisfação, pois foi qualificado como “um pretexto para as mais ignóbeis explorações contra o Thesouro e contra o bom nome do Brasil” (Gazeta de Notícias, 02/05/1918). Todavia, cabe enfatizar o insistente combate aos empresários do manganês, citando o nome de Eugenio Honold como o patrocinador da

²⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Modesto_Leal, acessado em 31/03/2020.

eleição do seu genro, Octavio da Rocha Miranda, deputado federal, tendo inclusive utilizado recursos públicos. O Sr. Honold é referido como “boche com três ou quatro naturalizações – elegendo, a poder de notas do Thesouro, o seu genro [...]”. Finaliza o parágrafo afirmando que “ninguém acumula fortuna honestamente com essa facilidade”. Condena, em tom irônico, os esforços do novo diretor da Central do Brasil na retomada do transporte do manganês: “porque isso é uma forma ‘patriótica’ de auxiliar os amigos alemães”. Outro dado importante é a referência a busca de auxílio financeiro pelo jornal A Noite, que passava por dificuldades, junto ao Banco Nacional Brasileiro, da família Rocha Miranda, ficando assim sob controle dos mesmos. Cabe lembrar os laços econômicos, políticos e familiares entre os Rocha Miranda e os Honold.²⁹

²⁹ O jornal A Noite foi fundado em 1911 por Irineu Marinho, Castelar de Carvalho e Marques da Silva. Alcançou ampla popularidade, chegando a ter sete edições diárias e tiragens de duzentos mil exemplares. Em 1936, Roberto Marinho saiu da direção do jornal e fundou o jornal O Globo. A Noite foi encampada pelo governo federal em 1940 e fechado em 1957 depois de um período de decadência. Foi neste jornal que a escritora Clarice Lispector iniciou sua carreira em 1939. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Noite, acessado em 31/03/2020.

Os assaltos aos interesses da Nação

O manganês está dando ao Tesouro um prejuízo anual superior a 20.000 contos!

E garantiu-se contra a crise da "Central"

Imaginamos terido a frente da Central o Sr. Artur de Azevedo, homem de visão, de inteligência e de vontade...

Assim fallou... o conde de Afonso Celso

Masculino, calado, "equilibrado", "sereno", "estudioso", "de ideias...

20.000.000.000 111

20.000.000.000 111

20.000.000.000 111

Notas e Noticias

Ministro da Fazenda foi recebido pelo Sr. Artur de Azevedo...

Ministro da Fazenda foi recebido pelo Sr. Artur de Azevedo...

Ministro da Fazenda foi recebido pelo Sr. Artur de Azevedo...

Ministro da Fazenda foi recebido pelo Sr. Artur de Azevedo...

Ministro da Fazenda foi recebido pelo Sr. Artur de Azevedo...

AGITAÇÃO OPERARIA

Os "meetings" realizados hontem em Ramos, Bangú e Barreto, Nicttheroy

A Federação conquistou a adhesão, em peso, das classes operarias

Os discursos foram muito applaudidos - O chefe de policia

em um imbecil e ladrão, diz outro orador - Alguns discursos violentos - O policiamento - Notas



Aspectos dos "meetings" realizados hontem em Ramos, Bangú, e em Barreto, Nicttheroy

Como salmos de politica interna...

Como salmos de politica interna...

Como salmos de politica interna...

Como salmos de politica interna...

Como salmos de politica interna...

Episodio allemão

Forum presos em Nicttheroy dos Homens suspensos

Forum presos em Nicttheroy dos Homens suspensos

Forum presos em Nicttheroy dos Homens suspensos

Forum presos em Nicttheroy dos Homens suspensos

Emm Bangú

Foi muito animado o comicio

Foi muito animado o comicio

Foi muito animado o comicio

Foi muito animado o comicio

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

101.897-248 - 2.145.528

Os assaltos aos interesses da Nação. O manganês está dando ao tesouro um prejuízo superior a 20,000 contos! E garantiu-se contra a crise da "Central" (Gazeta de Notícias, 12/02/1917)

A Gazeta de Notícias foi fundada em 1875, um órgão de imprensa alinhado com os governos, tanto na republica velha quanto no periodo getulista de 1930-1945.

30 No século XIX, advogava posições abolicionistas e republicanas. Foi contrária a campanha de vacinação e ao serviço militar obrigatório, no início do século XX.

Inovou tanto em termos tecnológicos quanto editoriais. Nos anos 1920 foi considerado o jornal mais bem equipado. Trabalharam como redatores Machado de Assis, Aluísio

muito crítica nas primeiras décadas do século XX quando se tratava das relações consideradas pouco republicanas entre os empresários e governo no setor de mineração. Os presidentes da república, entretanto, eram sempre preservados dos qualificativos negativos que eram destinados a ocupantes de cargos públicos de direção. Eugenio Honold foi alvo em várias matérias que punham inclusive em dúvida a origem da sua fortuna, amealhada supostamente por meios ilícitos ou pouco éticos. Ao noticiar o retorno do transporte de manganês pela Central do Brasil o jornal lastimou a continuidade do monopólio de tal setor de mineração que diante da escassez de combustível (o carvão) teve que ser interrompido. Destacou a importância econômica da exportação do manganês para os Estados Unidos: pela contribuição positiva na balança de comércio exterior; pelos empregos criados para centenas de operários; pelas rendas geradas para Minas Gerais; e por ser um minério que poderia ser exportado por muitos anos ainda para o mundo. O problema estava no controle da exploração e comércio do manganês por estrangeiros, “[...] alemães authenticos, disfarçados por alianças matrimoniaes habeis e por naturalizações clandestinas, uns typos que passaram de hoteleiros de quinta classe a millionarios, e que hoje ostentam os seus patacos accumulados, á medida que o povo brasileiro se empobrecia e mais soffria a tortura da miséria [...]. O tom do argumento é acentadamente nacionalista, apontando inclusive o “trust estrangeiro” como prejudicial aos industriais mineiros; e remete diretamente a Eugenio Honold e suas estratégias matrimoniais e políticas para construir sua fortuna. A teoria conspiratória chega a sugerir uma articulação entre o diretor da Central com a “espionagem alemã” (esse era o último ano da primeira guerra mundial)³¹ e os “garçons do Jockey Club”, uma eminente instituição de sociabilidade e consagração de pertencimento da alta burguesia do distrito federal no início do século XX. Sua origem alemã foi motivo de atribuição pública de descrédito social na imprensa, num período marcado por duas grandes guerras em que o “alemão” foi retratado

Azevedo, Olavo Bilac e João do Rio. Apoiou o golpe de 1937 e o Estado Novo, simpatizava com o nazismo alemão, com o fascismo italiano e com o integralismo no Brasil no início, rompendo com este em 1938. Foi favorável a reforma da legislação trabalhista e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Após a queda de Getúlio, apoiou a anistia ampla e a legalização do Partido Comunista do Brasil e depois apoiou também a repressão ao mesmo partido. A Gazeta foi fiel a Getúlio Vargas no seu segundo mandato (1950-1954), apoiando a restrição da remessa de lucros para o exterior, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras e foi contrária ao impeachment do presidente. Devido a estes posicionamentos sofreu boicote publicitário movido por interesses norte-americanos e conseguiu sobreviver devido a sua penetração popular. A partir daí o jornal tornou-se mais independente diante dos governos, elogiando certas políticas e criticando outras. O golpe de 1964 atingiu a Gazeta que foi objeto de censura e principalmente após o Ato Institucional n. 5 sobreviveu a duras penas. Não sei dizer se este órgão de imprensa ainda existe. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>, acessado em 31/03/2020.

31 Pode-se verificar na mesma página outras matérias e notícias contrárias aos alemães: “Um golpe no commercio allemão na China: todos os allemães expulsos do territorio chinês”; “A pirataria germanica na America”.

como inimigo e os sentimentos nacionalistas eram estimulados. Uma evidencia de tal fato é que na nota de seu falecimento ele é apresentado como tendo nacionalidade norte-americana, nascido em New Orleans, em 1861 (Jornal do Comércio, 02/07/1950).

Na matéria intitulada “O manganez, ainda!” a Gazeta confrontava poderosos interesses e grupos empresariais e políticos em defesa da sua proposta de monopólio do setor mineral pela União: assegurando o fornecimento regular aos aliados na guerra (os EUA) e evitando os desfalques na renda da Central do Brasil. É importante aqui a longa citação da matéria, pois mesmo considerando os excessos da retórica conspiratória do jornal, verifica-se como Eugenio Honold estava inserido no processo de formação do empresariado e da alta burguesia, nas suas conexões com o Estado e o campo político, no início do século XX. O intuito aqui é delimitar sociologicamente quem era o proprietário da fazenda Campos Novos e como essa compra se insere na sua trajetória enquanto membro de uma elite burguesa, durante a republica velha. Não tenho interesse aqui em apresentar uma narrativa histórica factual sobre a trajetória empresarial de Eugenio Honold que precisaria de mais tempo e dedicação, inclusive com a pesquisa em fontes mais diversificadas.³² Minha intenção, com já escrevi, é levantar alguns elementos sobre a articulação entre o processo de formação da alta burguesia e do empresariado carioca, no contexto urbano do então distrito federal, e a sociogênese dos conflitos fundiários na fazenda Campos Novos, na região dos lagos, a partir da década de 1950.

A exploração e o commercio de manganez não podem continuar a ser mantidos nas mesmas bases como os realisámos até este momento. Nós somos um povo deshabitado á disciplina e ao methodo. Temos a idéa de que, em commercio, mesmo que arranhem as noções de honorabilidade, e que podemos aproveitar as oportunidades para realizar rapidamente uma fortuna, que o trabalho honesto nos daria ao cabo de alguns annos. Desde que o manganez foi subindo gradativamente de preço a partir de 22\$ a tonelada até chegar ao prodigio dos 120\$ ou 130\$, com tendencias para alta ainda maior, que entrámos num regimen da mais descompassada exploração. Exploração do sólo, porque para o interior de Minas seguiram legiões de industriaes e peritos a escavoucaem o sólo, em busca de jazidas; exploração do freguez, ao qual envíamos minerio de qualidade inferior pelo preço do bom. Ao mesmo tempo, os mais espertos cuidavam de estabelecer uma espécie de trust, para que fossem gallos únicos no terreiro fecundo e para que constituissem uma força poderosa, capaz de conseguir, por processos indecorosos e corruptores, diminuição de impostos e fretes, que, dando prejuizo ás rendas publicas lhes avultavam, entretanto, os lucros. E conseguiram. Conseguiram o privilegio que lhes deu os ruinosos e

32 Sobre o processo histórico de formação da burguesia a partir de trajetórias de famílias empresariais no capitalismo brasileiro, ver: CAMPOS & BRANDÃO, 2017.

aladroados contratos do famigerado Arrojado Lisboa; conseguiram, com elles, suprimir a concorrência, porque se apossaram de todos os comboios de transporte e da vantagem de uma tarifa de 12\$ por tonelada em 500 kilometros, quando os demais pagavam de 18\$ a 22\$. Por isso, essas empresas combinadas, como a Morro da Mina, por exemplo, puderam distribuir aos seus accionistas dividendos semestraes de milhares de contos de réis.

*O governo sabe que estamos dizendo a verdade e nada mais que a verdade, como não ignora que neste trust fazem parte, **como maiores accionistas, allemães autthenticos, disfarçados por alianças matrimoniais habeis e por naturalizações clandestinas** [grifos meus], uns typos que passaram de hoteleiros de quinta classe a millionarios, e que hoje ostentam os seus patacos accumulados, á medida que o povo brasileiro cada vez mais se empobrecia e mais soffria a tortura da miseria. Não ignora ainda que esses patifes entenderam de impor condições humilhantes [esta parte do texto está apagada]*

*É crucial que, sanadas essas graves dificuldades da falta do combustível, o dever primordial do governo era o de refundir inteiramente a fôrma pela qual exploravamos o manganez, impedindo a continuação dos erros anteriores e notorios. O processo radical que conciliaria todos os interesses, os dos compradores estrangeiros, os dos industriaes brasileiros e, principalmente, os do Thesouro Nacional, seria o **monopólio da industria pela União** [grifos meus], como fizeram os americanos com o aço. Dessa fôrma, asseguraríamos um fornecimento regular aos aliados, impediríamos as negociatas dos trampolineiros, evitaríamos os desfalques na renda da Central, afóra outras vantagens.[...]*

*O Sr. Aguiar Moreira, que tão zelosamente tem sustentado a espionagem allemã pleos seus tedescos garçons do Jochey-Club, **regulamentou o transporte de fôrma a bem servir as companhias em que figura o boche Eugenio Honold** [grifos meus] e o boche A. Thum, incluído na blacklist ingleza desde 1º do corrente, prejudicando a todos os demais industriaes. [...]*

Eis ahi. Os pequenos industriaes mineiros, aquelles que commerciam honestamente, que extraem o minerio de melhor qualidade, são ignobilmente sacrificados pela bota allemã de Honold e de Thum, graças ao patriotismo do Sr. diretor da Central do Brasil. [trecho apagado]

Que remedio temos senão o de voltar a fazer, pela dignidade do Brasil, novos apellos ao Sr. presidente da Republica? (Gazeta de Notícias, 08/06/1918).

O Jockey-Club, um dos centros de sociabilidade da alta burguesia carioca, criado em 1868, citado como locus de reunião de interesses empresariais ligados ao monopólio do manganês, era presidido por Aguiar Moreira, diretor da Central do Brasil, que estaria favorecendo a companhia Morro da Mina, em detrimento dos “pequenos industriaes mineiros” que tinham que pagar um frete mais caro pelo transporte do seu produto e tinham sua carga até preterida em prol da companhia dirigida pelo Sr. Honold.

A revista Observatório Econômico e Financeiro³³ (1943) apontava o Brasil como o maior produtor de manganês da América Latina e terceiro do mundo, abaixo apenas da União Soviética e da Inglaterra. As jazidas de Minas Gerais concentravam quase toda a produção nacional, 97%. O manganês servia como matéria-prima para a fabricação de aço. A indústria pesada estava concentrada na produção de ferro gusa, ferro laminado e aço. Nos anos 1930 e 1940, houve um aumento na produção de ferro e aço e se formava um mercado interno devido a demanda por máquinas e a industrialização, principalmente com a deflagração da guerra em 1939. Em comparação aos Estados Unidos o consumo de ferro e aço no Brasil ainda era baixo: 500kg/ano contra 10kg/ano. A revista apresentou uma longa matéria jornalística sobre o desenvolvimento do setor siderúrgico e metalúrgico, descrevendo a trajetória e a organização das empresas siderúrgicas antes da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Fornece assim um retrato interessante do setor tomando como foco as empresas privadas. Nas vésperas de criação da CSN, 1942, a Belgo-Mineira era a maior empresa siderúrgica do Brasil e da América Latina, concentrando 59% da produção nacional.

O Sr. Thum, mencionado na citação anterior da Gazeta de Notícias, refere-se ao dinamarquês (e não alemão) Arthur Kirstein Thum, fundador da A. Thum & Cia., fundada em 1919, grande empresa de exportação de manganês em 1943. O Observatório (1943) menciona Eugenio Honold junto a Luiz da Rocha Miranda (pai do seu genro) como “grandes industriais brasileiros” e responsáveis pela criação da Sociedade Anônima Usina Ferrum, fundada em

33 Essa revista foi criada em 1936 e circulou até 1962. Seu proprietário e diretor foi o empresário e economista Valentim Rebouças, representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM) e fundador da Companhia Serviços Hollerith. O Observador teve o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo. Valentim Rebouças tinha muitas conexões com o governo Vargas, principalmente com o próprio presidente, tendo sido diretor da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e assumido a coordenação da Dívida Externa Brasileira. Foi secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Este é um contexto de surgimento de revistas especializadas em economia, que buscavam intervir no debate público sobre desenvolvimento, Estado e industrialização. O período do governo Vargas (1930-1945), mas principalmente no Estado Novo (1937-1945), é caracterizado pela formação de uma burocracia técnica (uma tecnocracia) comandada principalmente por economistas, engenheiros e militares que enfatizavam a importância do intervencionismo estatal como condutor (até autoritário e centralizador, para alguns) do processo de industrialização e agência fundamental de planejamento da economia nacional. Esse é um momento também de profissionalização do economista e surgimento de esferas de organização (congressos e encontros) do debate público sobre economia e indústria. Todavia, não havia homogeneidade de concepção entre os empresários e economistas sobre os caminhos do desenvolvimento que configurasse um projeto burguês global sobre o crescimento industrial do país. Deste modo, as expressões organizacionais na sociedade civil (e no caso, na imprensa) dos interesses e projetos da burguesia industrial eram muito variados. O Observador então tinha um perfil ideológico, sintonizado com seu proprietário que representava interesses das empresas estrangeiras, desenvolvimentista mas não nacionalista, isto é, que defendia um desenvolvimento associado ao capital internacional. Entretanto, a partir de 1950, havia uma divisão na revista entre os técnicos nacionalistas e não nacionalistas, que divergiam quanto aos temas do planejamento estatal e participação do capital estrangeiro em setores estratégicos a industrialização (energia, transporte, mineração e petróleo). Foram colaboradores permanentes da revista, só para citar os mais conhecidos: Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Calmon, Caio Prado Júnior. Calos Lacerda iniciou sua carreira de jornalista no Observador (CORRÊA, 2011).

1914. Em 1918, a Usina Ferrum consegue, com o apoio do ministro das finanças Pandiá Calógeras, uma encomenda e vende 50 toneladas de aço ao Arsenal de Guerra para a fabricação de granadas.

2.2 – A crise do carvão e a proteção estatal.

A matéria da Gazeta de Notícias, de 22/06/1918, apresenta dados interessantes sobre as estratégias de acumulação de capital que resultaram no enriquecimento de Eugenio Honold. Ele era uma dos principais acionistas da Companhia São Jerônimo. Nesta ocasião desejava vender suas ações e, com o auxílio do governo, lançou uma campanha de propaganda da empresa, conseguindo a valorização na bolsa e um grande aumento da procura pelos títulos correspondentes. Tal operação especulativa obteve grande sucesso, rendendo muitos dividendos para o Sr. Honold. Segundo o jornal, o carvão de tal empresa carbonífera era de qualidade inferior ao minério norte-americano, pois não era preparado convenientemente, mencionando embarcações que atingiam pouca velocidade com tal combustível. Dirigentes de órgãos públicos, como a Central do Brasil eram acusados de “germanófilos” e eram feitos apelos para o presidente da república como se este fosse enganado e ingênuo, manipulado nas mãos dos “ricaços do manganês”.

A Companhia de Estradas e Minas São Jeronimo foi fundada no final do século XIX, em 1889. Em 1916, depois de fundir-se com a Companhia Minas Sul Rio Grandense, a diretoria passa a ser composta por Eugenio Honold, Octávio Reis e Miran Latif. Essas eram as duas maiores empresas carboníferas da época, concentravam mais de 4/5 da produção nacional. A primeira guerra mundial fez com que o governo federal aumentasse sua preocupação com as minas de carvão, oferecendo “facilidades” para as empresas suprirem o fornecimento desse mineral tão estratégico para o país. A Companhia São Jeronimo recebeu um empréstimo, em 1917, de 1,500 contos proveniente dos cofres públicos da União, consolidando mais ainda sua situação financeira e aumentando seu capital social para dez mil contos e, conseqüentemente, os ganhos dos acionistas. A empresa continuou crescendo e vinte anos depois, em 1937, seu capital havia triplicado somando trinta mil contos. Em 1938, dois poços da São Jeronimo produziam 326.846, 8 toneladas de carvão, empregava 1.419 trabalhadores. Estimava-se que com a construção de mais um poço a produção chegaria a três mil toneladas por dia e a uma média anual de um milhão de toneladas. A área da propriedade

era de 40 milhões de metros quadrados, a zona carbonífera chegava a 20 milhões de metros quadrados, com uma reserva avaliada em 20 milhões de toneladas.

Em 1936, a companhia carbonífera dirigida por Eugenio Honold e seu genro, Octávio Reis, se fortaleceu mais ainda com a fusão com outra grande empresa do setor, a Companhia Minas de Carvão Jacuhy, formando uma grande corporação monopolista denominado Consórcio de Administração de Empresas de Mineração (CADEM).³⁴ Dois diretores de cada empresa compuseram a diretoria e passaram a dividir os lucros e explorar as duas minas. Essa poderosa coalizão empresarial se tornou hegemônica na cadeia produtiva e passava a controlar os preços no setor e a requisitar cada vez mais privilégios ao governo. A revista acusa a formação de tal consórcio empresarial de cometer crime contra a economia popular, definido em lei. As empresas gaúchas dominavam a economia extrativa do carvão na década de 1930: de 328.130 toneladas passou a 728.716 toneladas entre 1930 e 1938. Enquanto a produção catarinense era de 319.666 toneladas, em 1927-1931 (média) caiu para menos da metade, 124.422 toneladas, em 1936. O Paraná tinha uma produção insignificante.

A revista Observatório Econômico e Financeiro (1939) fez uma extensa matéria com um teor muito crítico sobre a situação da economia carbonífera, desde meados do século XIX até o final da década de 1930. A publicação se preocupou com as condições metodológicas e técnicas do estudo ao expôr o estado precário de organização das estatísticas oficiais sobre a economia carbonífera, como: coleta irregular de dados e desencontro entre os levantamentos de órgãos governamentais e das empresas. O jornal afirmava que desde o império o setor carbonífero foi favorecido com “facilidades” e proteção dos governos, como:

- isenção de impostos na importação de máquinas e de tributos em geral sobre as minas;
- desapropriações e juros baixos para construção de ferrovias;
- auxílio e colaboração nos novos empreendimentos e empreitadas;
- reserva de mercado: consumo obrigatório do carvão nacional;
- realização de estudos e trabalhos relativos a produção de carvão;
- redução dos custos de transporte (frete) ferroviário, marítimo e fluvial, para melhorar as condições de escoamento e comercialização do produto; incluindo a construção de ramais ferroviários.

³⁴ Em 1918, Buarque de Macedo vende suas ações da Companhia Jacuhy por divergências com Arrojado Lisboa, diretor da empresa. Em 1920, a Jacuhy passava por uma situação financeira difícil, o presidente Delphim Moreira havia retirado o apoio financeiro e administrativo do governo. Em 1930, a Jacuhy tinha paralisado suas atividades devido a crise do setor carbonífero advindo com a Revolução de 1930.

- Despesas governamentais para melhorar a qualidade do carvão nacional: compras de grelhas especiais para aumentar o poder calorífico do carvão.

Amparadas tão fortemente pelo governo, que lhes procurava sana todas as dificuldades, as minas de carvão do sul do país começaram a ver mais longe e a fazer planos grandiosos para o futuro risonho que anteviam. Alargaram seus recursos financeiros, algumas dellas contrahindo vultosos empréstimos com o Thesouro Nacional, muitos dos quaes até hoje não foram resgatados; construíram ramaes ferroviarios com dinheiros publicos e, sempre na certeza de que o Estado não as abandonaria em nenhuma circunstancia, começaram a produzir carvão em escala cada vez maior.

A chamada crise do setor carbonífero, dos anos 1930, seria então uma crise de superprodução gerada pela insistência em manter uma reserva de mercado – ou “mercado consumidor artificial” - sustentado politicamente pela pressão das grandes empresas que monopolizavam tal área econômica e controlavam os preços, garantindo privilégios dos governos. Portanto, o “colapso” da produção de carvão nacional não provinha apenas da mudança de governo com a Revolução de 1930. O problema, na avaliação do Observatório, estava em que era um setor superprotegido da economia pelo Estado, cuja produção era mantida por uma demanda de consumo irreal ou politicamente forjada. Os redatores afirmaram a inexistência de um mercado interno e de uma organização eficiente para reduzir custos. Tanto que nos anos 1930, persistiu todo um aparato de medidas de proteção ao setor e de incentivo ao incremento da produção: isenção de impostos; mercado comprador garantido por lei; imposto de importação da produção estrangeira; e moeda desvalorizada que encarecia o produto estrangeiro. Em 1936, os grandes empresários do carvão pressionaram o governo Vargas para aumentar a cota de consumo obrigatório de 10% para 20% do carvão importado.

Os industriaes ganhavam, assim, mais uma retumbante victoria, tanto maior quanto o decreto tornava facultativa a entrega do carvão lavado ou beneficiado, coisas completamente diversas.

Descrevendo, em seu Relatorio de 1938 (pag. 15) o maior acontecimento do anno anterior para a industria carbonifera, assim se expressa a directoria da Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo: “No decorrer do anno de 1937, o sr. presidente da Republica, a quem tanto deve a industria carbonifera brasileira, fez a esta mais um appello e ao mesmo tempo um favor, intimando-nos a suppir 20% do consumo de carvão no Brasil, em vez de 10%...” (Os gryphos são nossos, naturalmente).

Entretanto, manda a verdade que se diga que essa victoria foi conquistada por um processo que de prompto revela a inconsistencia da pretensão pleiteada: foi preciso falsear, não somente a verdadeira situação economica do producto, para que o país tivesse a impressão de que a industria

carbonífera já se achava nas vésperas de uma desastrosa crise de super-produção, como também illudir a boa fé da administração publica, dando a entender que a industria vivia na mais extrema penuria e não conseguia ganhar um ceutil pelo seu estafante trabalho de entregar ao comprador forçado um pedaço de mineral negro extrahido da terra.

Era uma política de substituição de importações não explicitamente formulada enquanto tal e condenada pelo jornal, mas que para muitos historiadores da economia foi fundamental para a industrialização do país. Para o Observatório a consequência era a ausência de esforços na melhoria das condições de produção e na qualidade do carvão, pois o consumo estava garantido por lei. Este setor empresarial se desenvolvia à sombra do Estado. Logo, a capacidade de produção estava muito acima das necessidades da demanda ou do tamanho do mercado interno; e por outro lado, o aumento da produção ficava a salvo do encarecimento do frete ferroviário e marítimo.

[...] O que os industriaes pleiteavam era o aumento da quota para o dobro: não porque estivessem com stocks invendaveis – e ninguém disse que houvesse sequer stocks invendaveis – mas porque o mercado se recusava a aceitar um producto que não podia consumir economicamente, e as minas tinham capacidade de produção muito superior á dos annos anteriores. Mais explicitamente: as minas queriam produzir mais do que o consumo forçado do paiz lhes assegurava por lei: conhecendo, de longa experiencia, a franca resistencia do mercado em adquirir expontaneamente o carvão nacional, as empresas carboníferas pleitearam o aumento da quota para o dobro – e o conseguiram. [...]

Frente às alternativas de melhorar o produto e vender mais barato para estimular um consumo “mais natural” ou ampliar a proteção estatal, os empresários preferiram a segunda opção. O decreto emitido pelo governo federal, em 1937, atendeu as reivindicações das empresas do ramo para “salvar do colapso iminente a mais importante indústria do país” e dobraram a cota de consumo obrigatório do carvão nacional. E a única exigência de entrega do minério “lavado” foi retirada do decreto, tornando-se facultativo, pois aumentaria os custos de produção. Segundo O Observatório, o mais grave era que as empresas não conseguiam atender nem a cota anterior de 10% do produto importado.

Depois destas declarações, parece ter ficado cabalmente demonstrado o seguinte: as Companhias de Mineração de carvão nacional pleitearam o aumento da quota de aquisição obrigatoria do producto de

sua industria, dando a impressão de que estavam capacitadas a uma produção maior de combustível. Baseado nesta impressão falsa da situação estatística do minério, o governo cedeu aos reclamos das companhias, só agora verificando que foi illudido em sua boa fé, pois as minas brasileiras, dada a sua precaria organização technica (extracção, transportes terrestres e maritimos, etc.) não tinham capacidade para supprir o mercado nem mesmo com a percentagem de 10% do carvão importado.

Qual era o intuito das empresas carboníferas, pleiteando a duplicação da quota de aquisição forçada? Melhorar o seu carvão? Incrementar extraordinariamente a produção para reduzir os custos? Nada disso. Tanto não queriam a melhoria do producto, que protestaram contra a exigencia do sr. presidente da Republica, quando este lhes impoz, como condição essencial, a “lavagem” do carvão. Tanto não queriam promover a redução dos custos, através do aumento do volume produzido, que os preços do carvão nacional aumentaram depois de iniciada a campanha em favor da quota de 20%

É que o carvão nacional pauta o preço de sua venda, não de accordo com os preços de custo de sua mercadoria, mas de accordo com os preços do carvão estrangeiro. [...] O carvão nacional acompanhou cuidadosamente essa desvalorização do mil réis, que contribuiu tão fortemente para o aumento do combustível mineral importado. [...]

O mercado reagiu, mesmo porque esse mercado, assim considerado como uma entidade abstracta e intangivel, é, no fundo, um grande psychologo e um profundo economista, e não ignorava que as companhias importadoras de carvão estrangeiro, para poderem arcar com o onus que lhes acarretava a aquisição compulsoria do combustível nacional, elevavam seus preços de venda, dest'arte procurando cobrir-se, em parte, do prejuízo que lhes acarretava a obrigação de negociar o producto nacional, de difficil collocação.

Qual foi a reação do mercado? Passou a importar em maior escala oleo combustível, isto é, um combustível cuja entrada no paiz não depende da aquisição forçada de carvão nacional [...]

As medidas protecionistas criaram uma demanda compulsória que o setor não conseguia atender, mas que foram julgadas como necessárias por causa da “falsa crise desastrosa de superprodução” disseminada na opinião pública. A reação do mercado consumidor foi a importação de óleo combustível, livre da cota obrigatória de consumo, que aumentou entre 1930 e 1937 de 364.457 para 556.780 toneladas. A substituição do carvão pelo óleo combustível no transporte marítimo, porque era mais barato, ocorria em vários países naquele momento. No Brasil, em 1937-1938, mais da metade dos navios construídos utilizavam o óleo. E, assim, conclui a revista:

O que não pode ser tolerado, porém, é a continuação do iniquo regime de privilégio creado pela quota de compra obrigatoria de 20%, obtido através de uma completa deturpação dos factos realtivos á capacidade das minas e á estatística real do producto.

Parece ter chegado o momento de encararmos o problema do carvão sob o seu aspecto estritamente economico, sem essa verbosa literatura que sustenta as vantagens da manutenção do privilégio de compra obrigatoria escorada em pontos de vista “patrióticos” - de evasão de ouro e independencia economica do Brasil, paiz que despende no estrangeiro, só com a importação de bacalhão, somma superior á da producção de todas as suas minas de carvão.

[...] O governo brasileiro não encarar sob um ponto vista tão commercial o problema do nosso carvão de pedra e, cedendo aos constantes apellos dos industriaes, porque acreditava na exactidão das estatísticas que lhe foram presentes, preferiu impôr ao paiz inteiro a aquisição obrigatoria do producto nacional, convencido de que, assim procedendo, concorreria para a melhoria do nosso minerio combustivel e auxiliaria a constituição de muitas minas nas zonas carboníferas do sul.

Os resultados foram negativos e contraproducentes: negativos, porque a melhoria da qualidade do minerio não o tornou economicamente aproveitavel ao paiz: contraproducentes, porque a lei possibilitou a constituição de verdadeiro trust carbonífero, em flagrante desaccordo com as leis que punem os crimes contra a economia popular e regulamentam as concessões ferroviarias em nosso paiz.

Como o Clube de Engenharia era um dos locus institucionais de representação dos interesses da alta burguesia (da high society), como também de expressão da sociabilidade (mundaneidade) da elite capitalista, lá ocorreu a disputa em torno da exigência de entrega do carvão lavado, entre Miranda de Carvalho (membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do governo) e Luiz Betim Paez Leme (diretor da Companhia São Jeronimo e que também já fora membro do Conselho). O Observatório noticiou em tom de denuncia que a São Jeronimo organizou uma empresa de navegação obtendo privilégios inerentes às frotas de cabotagem, estabelecidos no Decreto 1.183, de 01/04/1939. Os diretores da companhia eram: Luiz Betim Paes Leme, Adhemar de Faria, Octavio Reis e Eugenio Honold.

Neste embate a empresa São Jeronimo reagiu, no seu relatório anual, a matéria da revista O Observador Econômico e Financeiro de modo veemente acusando a mesma de publicar falsidades e atender aos interesses do carvão estrangeiro, ao atacar a indústria e os industriais brasileiros. A revista acionou na justiça os diretores da empresa a fim de que os mesmos fundamentassem suas alegações de que aquele órgão de imprensa estaria orientado por intenções inconfessáveis e pela “venalidade” que teriam prejudicado sua devida imparcialidade e independência editorial. Segundo O Observador “O trust esconde-se, e manda caviliosamente um illustre advogado seu, membro de sua directoria, confessar em juizo que não póde provar coisa alguma contra o jornal, numa lamentavel retratação publica em que a rabulice corre parelhas com a solercia”.

Outros jornais expressaram uma opinião diferente quanto às medidas de proteção aos produtores nacionais de carvão. O *Correio da Manhã*³⁵ (de 15/06/1951), por exemplo, que qualificou como medida salutar ao estabelecimento das cotas de consumo do carvão nacional nos anos 1930. Roberto Cardoso, que assinou a matéria, apontou como resultados benéficos da medida: aumento da produção e a organização das minas no Paraná e Santa Catarina. Também foi mencionado o aparecimento da produção no estado de São Paulo; e, principalmente, o desenvolvimento do setor carbonífero durante a 2ª Guerra Mundial quando a importação de combustíveis ficou praticamente inviável, possibilitando a manutenção do tráfego de ferrovias, o funcionamento de empresas e serviços públicos; a atividade dos parques industriais do Rio e de São Paulo; e a navegação de cabotagem em toda a costa brasileira. Há a apresentação de um gráfico representando o crescimento da produção de carvão e a queda concomitante da importação do produto (em milhões de toneladas), no período 1930-1950. É interessante a informação sobre o uso do carvão catarinense e estrangeiro pela Companhia Siderúrgica Nacional e sobre a crise de superprodução por que passavam as empresas carboníferas do Rio Grande do Sul. O *Correio da Manhã* também aborda a crise financeira do setor por causa da importação de óleo combustível, mais barato; a diminuição constante dos lucros das empresas; e propõe ao governo substituir a importação de óleo pelo carvão nacional poupando divisas que poderiam ser direcionadas a outros produtos. A trajetória empresarial de Eugenio Honold serviu para conferir substância histórica a este personagem tão fugaz na memória coletiva quilombola e da luta pela terra na fazenda Campos Novos; ligando os conflitos fundiários na região dos lagos ao processo de industrialização e formação da burguesia no distrito federal.

Os setores carbonífero e siderúrgico não eram as pontas de lança do processo de industrialização no Brasil, na primeira metade do século XX; e sim o setor de tecidos e alimentos. Este último setor, no início dos anos 1920 ultrapassou o setor de tecidos como o

35 Foi fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt. A linha editorial do jornal era de oposição aos governos, sendo por isso fechado e seus diretores presos em várias ocasiões. Acusava os periódicos cariocas de falta de independência frente aos governantes do momento. O *Correio* defendia medidas de modernização da cidade do Rio de Janeiro e as políticas sanitárias, mas ficou contra a campanha de vacinação obrigatória. Apoiou a população na revolta e condenou as prisões e ações arbitrárias do governo, sendo alvo de censura por tais posicionamentos. Também se posicionou a favor da Greve Geral de 1917 e fez um acompanhamento jornalístico amplo do movimento. Na cobertura da 1ª Guerra Mundial publicou matérias favoráveis aos alemães, ao contrário dos outros jornais. Mas o fato mais destacado talvez seja o retrato desairoso que Lima Barreto fez do jornal no seu primeiro romance (*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*). Nessa obra ele descreveu, de maneira não muito elogiosa, através dos seus personagens, o caráter de vários de seus ex-colegas com quem conviveu quando lá trabalhou. Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Manh%C3%A3_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Manh%C3%A3_(Brasil)), acessado em 09/04/2020.

mais importante em termos de estabelecimentos e do volume do capital investido, principalmente com o advento do congelamento de carnes. Depois da 1ª Guerra e antes da Grande Depressão de 1929, as exportações de carne atingem a cifra de 60 mil toneladas e antes do conflito armado era nula. Uma indagação importante então é por que a visibilidade pública de Eugenio Honold (ou seja, como ele aparece nos jornais) se sustenta na sua trajetória empresarial no setor carbonífero e não no setor de alimentos? Lembremos que ele era proprietário de uma grande fazenda, a Campos Novos, na qual desenvolvia a criação de gado.

O patriarca da família Honold morre em 30/06/1950 (Correio da Manhã, 08/07/1950). Seu filho George Honold, a quem o pai havia atribuído a administração da fazenda, faleceu um ano antes, em 09/02/1949. Na breve nota sobre a morte de George num acidente de carro, ele é apresentado como fazendeiro e capitalista. A imagem pública do seu pai não fora ligada a de proprietário de terras. A administração de Campos Novos passa então ao neto de Eugenio, Luiz Honold Reis, filho de Octávio Reis e Regina Honold Reis. Luiz Honold era mais um playboy burguês, mergulhado até a alma na vida mundana da elite capitalista brasileira, despreocupado com o “árido” trabalho de acumulação do capital econômico familiar. Seus investimentos privilegiados destinavam-se mais a conservar e ampliar o patrimônio simbólico (o nome) da família através da ostentação de uma ociosidade aristocrática, na esfera das redes de sociabilidade e consagração (festas, cerimônias) das marcas de distinção da alta burguesia.

Podemos vislumbrar na biografia de Tatiana Leskova, escrita por Suzana Braga (2010), principalmente nas passagens relativas a Luiz Honold, a circulação deste membro do Clã Honold pelas redes de sociabilidade da alta burguesia carioca. Luiz Honold estava engajado na ampliação do capital social e simbólico (prestígio) da família, desempenhando a função informal de relações públicas da família. Seria interessante uma ampliação das pesquisas históricas e sociológicas sobre as trajetórias familiares e empresariais da burguesia brasileira, mas principalmente deste setor de investimento no aumento do patrimônio simbólico (o nome), o volume de capital cultural, da família no desenvolvimento desta variante moderna de vida aristocrática, cortesã, na qual adquire pleno significado sociológico a exibição cultivada de uma ociosidade charmosa, um consumo ostentatório. É neste campo que a riqueza material é convertida em recurso simbólico de status familiar na boa sociedade estamental burguesa. Estes indivíduos, como Luiz Honold e Carlinhos Guinle (este mais

conhecido que o primeiro), através de uma prodigalidade, vista por uma sociologia economicista como irracional, “desperdiçando” o dinheiro acumulado pelos seus pais e avós, realizavam gastos conspícuos, cujo rendimento pode não ser imediatamente econômico, mas é cultural e político. Eles estavam mais ligados aos empreendimentos na área dos serviços de entretenimento e lazer, em geral como patrocinadores de artistas ou produções culturais ligadas a uma sociabilidade de elite.

Luiz Honold Reis se envolveu amorosamente com a bailarina francesa, Tatiana Leskova.³⁶ Não tenho interesse aqui nas relações extraconjugais do jovem Honold, casado com a francesa Gisella Zucco, mas na falta de dados biográficos dele pude encontrar informações sociologicamente importantes sobre a trajetória social dos Honolds no livro publicado sobre a vida da bailarina. Gisella, filha de um banqueiro francês, é descrita por Tatiana como uma mulher muito rica que casou com Luiz ainda muito jovem.

Giselle Zucco, a mulher de Luiz Reis, também não foi um empecilho na vida de Tatiana. O casal nunca se separou, mas cada um tinha a sua vida particular. Giselle, uma rica herdeira, filha de um banqueiro francês, pouco ficava no Brasil. Seu casamento com Luiz, na verdade, foi quase que um capricho de quem tudo tem e quer mais (Braga, ano: 84-85).

A bailarina dá a entender que o casamento dos dois era um compromisso por conveniência, pois em certa ocasião, em Punta Del Este (Uruguai), Gisella teria deixado a impressão de saber do affair entre ela e seu marido, e mesmo assim deu o contato telefônico dele para ela. O pai e a mãe dele, Otávio Monteiro Reis e Regina Honold Reis, também aceitaram muito bem o relacionamento do filho com a bailarina. Luiz e Tatiana se conheceram em Buenos Aires. Na ocasião foram apresentados por um amigo comum, um adido cultural inglês. Foi então que Tatiana se apaixonou pelo “homem mais lindo do mundo”, segundo suas próprias palavras. Decidiu assumir o caso amoroso com Luiz no Rio de Janeiro, em um encontro no Gávea Country Club. Observamos no relato da bailarina os cenários comuns de sociabilidade burguesa familiares a ambos. Luiz adquirira seu bronzado esquiando ao sol nas montanhas em Portillo, no Chile, frequentava as melhores boates de Buenos Aires, na Argentina, como também as praias de Punta Del Este, no Uruguai.

³⁶ Nasceu em 1922, em Paris. Filha de pais exilados russos. Assumiu a direção do corpo de baile do teatro municipal com 27 anos, em janeiro de 1950, exercendo tal função até 1950.



Foto: Luiz Honold Reis
Fonte: Documentário Figuras da Dança, 2009. Canal São Paulo Companhia de Dança.
Visto em 07/05/2020.



Foto: Luiz Honold e Tatiana Leskova
Fonte: Documentário Figuras da Dança, 2009. Canal São Paulo Companhia de Dança.
Visto em 07/05/2020.

Ela veio, meses depois, para o Brasil se apresentar com o grupo de balé russo (Companhia Original Ballet Russo) no Copacabana Palace. Luiz Honold, através de seus altos contatos, conseguiu o visto para que pudesse vir se apresentar no Brasil, como também se estabelecer definitivamente no país. Este evento vale uma citação, pois ele ilustra os “contatos”, seu capital social ou “círculo de amizades”, de Luiz Honold para atender seus projetos pessoais e culturais.

Luiz, que estava no Rio de Janeiro, acompanhando o caso por telefone, foi acionado. Naturalmente ele era o maior interessado na permanência de Tatiana no Brasil. Como sabia que as duas artistas tinham de sair do país para conseguirem um visto, tentou obtê-lo com um amigo, Antenor Mayrink Veiga, casado com Flor de Oro, filha de Trujillo, ditador dominicano. [...] Por meio dos mesmos amigos, Luiz encontrou a possibilidade de um visto para as fugitivas junto à embaixada do Brasil no Paraguai. A direção do Copacabana Palace não perdeu tempo e, dias depois, Caribé da Rocha, secretário do barão Von Stuckart, partiu com as moças num avião da Panair, para Assunção. [...]

Mais uma vez, Luiz Reis acionava todos os amigos no Rio de Janeiro para trazer as artistas, uma delas por motivo muito especial. Tentou por meio de Luis Paulo Sampaio, presidente da Panair, tentou por intermédio de um comandante da FAB [Força Aérea Brasileira], tudo em vão, não conseguiu nada que se encaixasse no minguado tempo de que dispunham. As bailarinas permaneceram por três dias em Foz, enquanto Caribé da Rocha também procurava uma maneira de levá-las até o Rio com urgência. [...] (BRAGA, 2010,p. 78).

A direção do Copacabana Palace tinha todo interesse na apresentação das bailarinas no hotel. Luiz Honold acionou as embaixadas do Uruguai e Paraguai. Havia dificuldades de conseguir vistos de permanência para estrangeiros durante 2ª Guerra Mundial. Por isso as duas bailarinas são chamadas de “fugitivas”. A mansão do Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, era frequentada por Carlinhos Guinle Filho, Luis Paulo Sampaio, o pianista Jacques Klein, “que, para deleite de todos, sentava-se ao grande Pleyel da família Reis e mostrava o melhor de sua arte” (BRAGA, 2010,p. 84). Otávio Reis conheceu Tatiana no palco do Teatro Municipal, em uma das suas apresentações. O modo como a narrativa biográfica da bailarina descreve Luiz Honold é revelador, pois explicita as relações do clã Honold, o setor de mineração, com a Fazenda Campos Novos e o processo de turistificação de Búzios.

Luiz também tinha uma alta linhagem social. Seu avô materno, o alemão Eugênio Honold, havia adquirido parte de uma mina de ouro em Minas Gerais e explorava minério de carvão no Rio Grande do Sul. O pai, Otávio Reis, era industrial e administrava os minérios de carvão. A família tinha ainda a Fazenda Campos Novos, uma vasta extensão de terras que ia de São Pedro da Aldeia a São João da Barra, e todas as terras da península de Búzios, entre elas um grande terreno na Praia de Azeda, onde ficava a residência de verão de Luiz Reis. Foi ele que, anos mais tarde, presenteou a atriz Brigitte Bardot com um terreno na Praia de João Fernandes, com o prazo legal de dez anos para que ela construísse no local (isso não foi cumprido e o terreno voltou para a Companhia Odeon, de propriedade da família Reis). Interessava a Luiz divulgar Búzios, colocar Búzios na mídia. Tatiana lembra que, em 1944, quando conheceu o hoje famoso balneário, ele não passava de uma linda aldeia de pescadores. Mas já nessa época o olhar de arquiteto de Jacques Sampaio, grande amigo de Luiz, profetizava que, em poucas décadas, aquela pacata aldeia se transformaria num resort internacional. (BRAGA, 2010,p. 85)

“Luiz também tinha uma alta linhagem social”, quem diz é Suzana Braga, biógrafa de Tatiana Leskova. Essa é a imagem tão cuidadosamente cultivada por aquele jovem representante da aristocracia capitalista carioca. A trajetória familiar dos Honold (suas estratégias econômicas, políticas e domésticas) cruza com a história dos conflitos fundiários em Campos Novos. Luiz Honold, era um dos mais atuantes membros da família na alta sociedade carioca, através de seu estilo de vida aristocrático e perdulário, demonstrando pouco interesse em administrar a Fazenda Campos Novos. Talvez por isso a gestão da fazenda e da Companhia Agrícola Campos Novos tenha passado para Antonio Paterno Castello, conhecido como “Marquês”. Honold e Marquês, estes dois personagens situam-se diferentemente na memória coletiva dos quilombolas da Caveira. O primeiro aparece como um nome sem muita substância enquanto o segundo é uma figura carregada de conotações afetivas e inscritas nas narrativas de um passado de luta e sofrimento.

Capítulo 3.

O Tempo do Marquês: a revolta do cachimbo e o loteamento da Fazenda Campos Novos.

Eu vou pedir a você, vocês me permitem um pouco da sua atenção, que eu vou te contar uma história, que se deu lá no sertão. Em Cabo Frio e São Pedro, onde vivem os lavradores por causa de tanta injustiça nós nos tornamos lutador. Foi na década de 50, nós começamos a lutar contra um grupo de grileiro que veio nos expulsar. Conhecido por Marquês, um tal Antônio Paterno, quis transformar nossa vida quase... num verdadeiro inferno (Dona Rosa Geralda da Silveira, Vídeo IFCS/UFRJ, 2004).

Não pretendo aqui fazer um relato fatorial dos conflitos fundiários na Fazenda Campos Novos, no pós abolição, mas privilegiar as memórias dos quilombolas da Caveira sobre tais acontecimentos, para evidenciar a ligação entre esta narrativa de luta pela terra e a sociogenese da identidade quilombola atual. Procura-se articular etnografia, história oral e consulta documental (principalmente jornais) dialogando com as diversas modalidades de registro desta memória que expressa o fenômeno de etnização de um conflito fundiário, de transmutação de subjetividades políticas e categorias de mobilização coletiva: de *posseiros* ou *lavradores em quilombolas*.



Eugene Honold, de pé, à esquerda. Fonte: sitefazendacamposnovosblogspot.com

A Fazenda Caveira fazia parte do complexo agrícola Campos Novos. Campos Novos foi comprada pelo alemão Eugenio Honold na década de 1920, muito lembrado pelos anciãos das comunidades quilombolas que por ele foram explorados como “colonos” “pagando o dia para morar” (ACCIOLI, 2018,p. 27). No ano de 1952, acontece uma Assembleia Geral da Companhia Agrícola de Campos Novos, dirigida por Luiz Honold Reis. Ali foi lido um instrumento de ajuste lavrado com a companhia Odeon que pertencia a Otávio Monteiro Reis, pai de Luiz Honold Reis. Nessa transação a administração da Fazenda foi passada para Antonino Paterno Castello, italiano, e José Victor Rodrigues, brasileiro. Caveira e Rasa ficaram sob o comando de Antônio Paterno Castello, lembrado como Marquês pelos trabalhadores negros que possuem tristes lembranças sobre esse período. Em uma das entrevistas que realizei com o Sr. Genil e sua esposa Maria, no dia 30/09/20019, quando mostrei algumas fotografias obtidas na internet do Marquês, eles não quiseram nem olhar para as imagens.

3.1 – Antonio Paterno Castelo e o “clima de escravo”.

Na década de 1950 havia muita plantação de banana e café segundo a memória oral dos mais antigos da comunidade. A principal atividade econômica na região de Cabo Frio e seus distritos era a agricultura e não a pesca como rezam as companhias de turismo de Armação dos Búzios. Os episódios de conflito com os fazendeiros e tentativas de expulsão, muitas vezes bem sucedida, aconteceram com mais intensidade e crueldade durante a gestão do Marquês, que queria expulsá-los para iniciar o processo de loteamento das terras e inseri-las no mercado imobiliário. As recordações sobre esses episódios permanecem vivas na mente desses mais velhos que lembram, com muito pesar nos olhos e riqueza de detalhes, a forma como tinham de ir de um lugar para outro em busca de um local de refúgio e subsistência. A tentativa de expulsão ocorreu através de várias estratégias como atear fogo nas roças, soltar bois nas roças e nos quintais das casas e jagunços andando nus nos quintais das famílias para intimidá-los. Existem vários relatos sobre tais conflitos que estes mais velhos vivenciaram. Na comunidade quilombola da Rasa, em Armação dos Búzios, muitos tiveram de deixar suas terras e ir embora para outras cidades mais próximas em busca de trabalho: quando não saía a família inteira, pelo menos um membro saía para buscar outros meios de subsistência (NAZARIO, 2015). Algumas famílias da Rasa, que foram expulsas, foram viver junto aos moradores da Caveira. Já na comunidade da Caveira houve uma peculiar resistência das

famílias, pois eles se organizaram e fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, tendo a figura de dona Rosa Geralda da Silveira como uma importante liderança na construção dessa resistência aos ataques dos fazendeiros.

Na comunidade da Caveira, antes de reivindicarem seu território como quilombola, já havia uma unidade de organização que era a Associação dos Moradores da Caveira e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do qual muitos eram filiados. A principal liderança da comunidade foi uma mulher que ainda hoje é saudosamente lembrada, seu nome era dona Rosa Geralda da Silveira. Foi a primeira mulher a integrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro e Cabo Frio e a primeira a ir à feira vender seus produtos diretamente, eliminando a figura do atravessador. Essa atitude no início não foi muito bem aceita pelas outras mulheres chegando a chamá-la de “prostituta” por ir à feira com os homens. Mas quando as mulheres perceberam que o fato de se eliminar o atravessador rendia muito mais, aos poucos foram se convencendo e passaram a ir à feira junto com dona Rosa e vender seus produtos diretamente.³⁷

Dona Rosa, desde os seus nove anos de idade, enfrentou o regime de exploração do trabalho, como ela e outros moradores atestam por terem de trabalhar sem pagamento para os donos da Fazenda. Conforme relatou em uma entrevista³⁸, Dona Rosa conta que além do serviço da lavoura, eles também tinham que plantar o pasto para o boi. Rosa ainda criança se indignava com a situação em que o pai e sua família viviam onde sequer podia ir à escola, pois viviam como escravizados e ainda pequena se posicionou contra aquele sistema opressor.

Dona Rosa, como é lembrada pela comunidade, desde os seus nove anos de idade aprendeu a resistir às condições subalternas as quais ela e seus pares foram submetidos. Nessa idade um acontecimento marcou para sempre sua vida: ela, suas irmãs e seus pais trabalhavam, “como escravos”, cuidando da plantação do fazendeiro e ainda plantando pasto para o boi. Certo dia eles haviam acabado de “aterrar o milho”³⁹ e caiu uma forte chuva que veio a danificar todo o trabalho que tinham acabado de fazer. No dia seguinte o fazendeiro pediu que eles replantassem o capim que a chuva havia danificado. Dona Rosa ficou muito indignada com a situação e desde cedo não aceitava as condições em que seu pai era tratado:

37 Informações retiradas de uma entrevista de Dona Rosa à Revista do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) como parte do projeto Memória Viva; Documentário “A Conquista- Projeto Autodoc do IPHAN-RJ na Região dos Lagos” e de conversas com alguns quilombolas da comunidade registradas em meu caderno de campo.

38 Cf. nota 19.

39 Aterrar o milho, segundo explica Dona Rosa em entrevista concedida ao CEDIM, significa colocar terra no pé de milho.

“Meu pai não era escravo, mas foi escravizado” – dizia ela. Dona Rosa, ao ver o caminhão chegando abarrotado de capim para que ela, suas irmãs e seus pais replantassem, mesmo tendo sido advertida pelo seu pai que seria castigada caso não plantasse o capim, em um ato de revolta arrancou todo o capim que sua família já havia começado a plantar e fugiu para casa. Assim que chegou em casa, sua irmã chegou e avisou que seu pai estava chegando para lhe dar uma surra.

Quando seu pai chegou em casa, ao invés de receber a “surra” que esperava, ele virou-se para ela, suas irmãs e sua mãe e disse: “Pega tudo o que é de vocês e vamos embora. Hoje Rosa me deu uma lição!” Dona Rosa explicou-lhe que não era certo eles terem que limparem o milho para depois plantar o capim para o boi do fazendeiro vir comer e eles ficarem sem milho. O pai de dona Rosa tinha apenas uma parte da colheita mesmo sendo ele e a família os únicos a cuidarem daquela plantação. Quando o fazendeiro soube do ocorrido, pediu que eles fossem embora, mas que não dissessem para ninguém o que havia acontecido para os outros “colonos”, para que estes não seguissem o exemplo. “Essa foi a minha primeira vitória e eu só tinha nove anos de idade!”



Antonio Paterno Castello, conhecido como Marquês, 1951



Sede da Fazenda Campos Novos, anos 1951

Dona Rosa se refere a “abençoada luta da terra” em contraposição aos “amaldiçoados grandes grileiros”, enfatizando a perseguição que sofriam nomeando os seus algozes -Antonio Paterno, Dácio Pereira, Félix Valadares e João Zeca – e aqueles companheiros de luta que foram assassinados como Sebastião Lan, Manoel Mangureira e Elísio.

Foi a partir dessa década que se iniciou o processo de expulsão das famílias dos agricultores sob o comando do Marquês, mas não podemos esquecer que o marquês era empregado da companhia Odeon que pertencia a uma rica família da alta sociedade do Rio de Janeiro. A companhia Odeon pretendia iniciar o loteamento das terras da fazenda para o

mercado imobiliário, pois a abertura da Rodovia Amaral Peixoto, na década de 1940, havia facilitado o acesso à região aumentando o número de visitantes (ACIOLLI, 2018).

É interessante destacar que, durante a entrevista de Dona Lola, ela me contou que um dos filhos de Eugenio Honold, chamado George é quem administrava a fazenda até vir a falecer num acidente de carro. O carro, uma caminhonete, no qual George era conduzido, derrapou na estrada Amaral Peixoto, na altura de Tribobó, município de São Gonçalo, na tarde de 09/02/1949. O filho de Eugenio Honold, foi encaminhado para o hospital, mas faleceu em virtude dos graves ferimentos (compressão do tórax e fratura do crânio). “O fazendeiro e capitalista”, como foi designado pelo jornal A Noite (09/02/1949), ia para Cabo Frio inspecionar as fazendas. Ele tinha 56 anos e era casado.

Bom, o que eu conheço, o que eu conheci era... o dono daqui mesmo era Honoldo. Entendeu? Mas eu não conheci mais ele. Que quando nós veio pra aqui ele tava vivo mas ele tava no Rio, ele morava no rio. Ele morava no Rio e eu não conheci ele. Então eu conheci o filho dele que é o Jorge Honold, aí comandava essas roça aqui tudo, tudo! Lá em Botafogo! Tudo é a roça. Plantio. plantio de tudo! Ele era alemão. Ai... ficou a gente. Ele vai... passa pro [Joaquim] Português, ele, Jorge vai e ficou em sociedade. [...]

[...] Aí pagava dois dias... quatro dias por mês. Entendeu? Aí, vou te explicar o que é quatro dia por mês. Que tinha um... a... ele tinha roça, pagava aipim mais enxada por semana, entendeu? Aí quer dizer: quatro dias por semana, dava um mês né?! Pagava. Aí tinha o... rendava, pagava esse mês e quando chegava o mês que vêm pagava também! E foi assim! [...]
Ele não incomodava aqui... e ele tinha roça... a roça ele tinha a roça grande que ele nem ligava nem dava conta! [Destques meus] *Botava o empregado dele que sabia o que que tinha o que não tinha... não sabia de nada e é alemão! Ai... ele... aí ficou. Foi indo, foi indo ele... morava, plantava aqui, mas morava no Rio, né? Aí decidiu um dia que ia pro Rio, cismou que ia pro Rio. Todo fim de semana, ele ia pro Rio. Ficava em Campos Novos, na fazenda e ia pra o Rio. Ficava a semana, durante a semana, né? Durante a semana... ele ia pro Rio. Quando chegou em Alcântara, o carro bateu e matou ele! E morreu! Ficou aqui, assim! Aí o filho dele ficou.. Seu Jorge, que era o filho dele. O carro bateu com ele e ficou um tempo sem ninguém pagar o arrendamento. Entendeu? [Aqui ela se confunde, quem sofreu o acidente de carro foi o George Honold, o filho de Eugenio Honold]. [...]*

Aí parou de pagar arrendamento. E um dia, foi um encarregado dele que era seu... [para para pensar] que era quem? [diz pra si mesma e pensando] um encarregado dele que esqueci o nome! Pessoal foi pagar dia... rendimento era papéis. Ele pegou disse: não! Era marquês! Esse já era italiano. “Não!” aí chamou as pessoas, vai trabalhar, vai trabalhar! Aí o pessoal que ia trabalhar, pagar rendimento, todo dia tinha que dar o recibo.

Sabe o que que é recibo, né? Sabe?! É dá é... como é que é! O comprovante pra provar que foi pago. Dava o papelzinho... aí eles pediram: “me dá recibo!” e ele disse: “não, não dou não!vai embora! Vai embora! Cês vão embora!” Aí eles disseram, aquela porção de gente: “nós num vamu enquanto o senhor num dá os recibo, nós num vamu!” aí, testou ali... vamu e num vamu! Pessoal zangaram e disse... e num foram mesmo! E ele tava em cima, assim no cartório, no escritório dele! Aí, disse assim: “vai embora! Vai embora!” que ali ele estava nervoso, pessoal disse que... meteram o pé na porta do escritório, aí uns subiram, outros ficaram, uns subiram outros ficaram... aí o ... “vai embora!” “me dá o recibo!” “num dó não!” “aí teve que dá o recibo pra todos eles!” cabô de dar o recibo, pisou pra dar queixa, na polícia. Do pessoal. Dizendo que o pessoal agrediu ele. E ele [inaudível] o pessoal. Aí... polícia veio e num fez nada pro pessoal, a culpa foi dele! Aí depois desse dia, ninguém pagou mais dia! [...]

Ficou, ficou aqui, e ele num dispensou mais ninguém. Aí pagou mais não. Aí ficou esse ... começou tudo a ir embora e ele queria botar nós tudo aqui pra fora! Aí ele vende Campos Novos. Vende campos novos, vende tudo! Pega, mas vendeu assim: um pedaço pra um, um pedaço pra outro, entendeu? Gente de fora! E chegava aí, aí o pessoal num pagava mais rendimento. [...] (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 01/09/2018).

O Sr. Afonso também não conheceu pessoalmente o Eugenio Honold. Só conheceu de nome, mas afirmou: “Esse aí era muito bom! A turma trabalhava, era um clima de família, ela dava festa em final de ano. Matava aquele boi, era churrasco pra tudo quanto é lado!”. Ele conheceu o Sr. Joaquim Português “que andava muito a cavalo”: “Ele não era um sujeito mal não, ele era um cara... ele era administrador da fazenda Campos Novos. [...] Só piorou mesmo depois que venderam a fazenda. Antes de vender...”.

A fazenda foi vendida pelo filho de Jorge Honold [o sobrinho, Luiz Honold] pra esse Marquês. E esse Marquês foi que atrapalhou a vida dos produtores rurais, que aqui antes vivia uma vida tranquila, pagava sua renda, quem era empregado na fazenda era empregado, quem não era e coisa e tal. E tinham muitos que iam... pagar renda (Entrevista do Sr. João concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019)

O armazém do Seu Armando concentrava toda a produção da região, de lá ia para o Porto do Carro, em Cabo Frio. Seu depoimento descreve uma época de fartura em contraste com o tempo do Marquês, que acabou com aquela “harmonia na fazenda”. Mas o Sr. Gabriel foi citado como o símbolo da resistência. Nos relatos sobre os conflitos e resistências eles sempre mencionam personagens que resistiram. A resistência é sempre uma possibilidade, mesmo que seja protagonizada apenas por um indivíduo ou ato singular, que aponta para um

horizonte de esperança, para não caírem no desânimo e no desespero. Este é a alegoria moral implícita nos relatos.

Aquilo ali tinha fábrica de queijo, tinha energia... além do armazém do Armando. E tinha uma vila de casas, desde ali na entrada da fazenda, de um lado e de outro, uma vila de casas. Naquela época que o português... esse italiano derrubou a casa de todo mundo [destaques meus, em negrito], tinha um homi pequenininho ali que chamava Gabriel todo mundo saiu e desceu e ele não saiu. Morreu velho dentro daquela casinha. Foi o pequenininho mais macho de Campos Novos, foi aquele. É, Seu Gabriel! [...] A gente era pequeno e ia lá pra dentro fazer compra. Quando saía da missa, passava na venda do Seu Armando. Depois fiquei rapaz ia jogar futebol, quando cabava o futebol e aí que vinha pra venda do Seu Armando (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).

Relatou um pouco da história da sua família, como seus antepassados se deslocaram do lugar chamado Restinga para a Caveira. Seu pai foi para a Caveira através de “Negozinho” (Sr. Severino) e do “véio Marciano”, “trouxe Vitor, que é meu pai”. Essas são as três famílias que vieram primeiro para a Caveira. “Véio Severino veio pra tocar a lavoura e administrar a turma na Fazenda Campos Novos. [...] Até essa época a Fazenda Campos Novos era as mil maravilhas”. Seu pai e Marciano vieram como arrendatários, eles não eram empregados da fazenda. Pagavam dois dias por mês e tocavam sua lavoura. Seu João não conheceu o George Honold, mas conheceu o Marquês: “A Fazenda Campos Novos era uma potência produtiva. Havia uma harmonia na fazenda”.

Este evento, a morte de George Honold, é um marco tanto na história quanto na memória da relação dos entrevistados da Caveira com os fazendeiros. Inclusive, delimita dois períodos: um no qual havia uma relação “harmoniosa” com os Honold (“Ele não incomodava aqui”) e outro marcado por violências e arbitrariedades na época do Marquês. Quando digo “harmoniosa” não me refiro a ausência de conflito ou subordinação da força de trabalho, mas a um tempo em que imperava um pacto moral de convivência entre fazendeiro e os moradores da fazenda que tinham acesso a terra (a casa e a roça) em troca de serviços prestados ao dono. O Sr. Genil Silveira Dutra guarda a seguinte lembrança de George Honold:

Seu Marquês comprou de seu Jorge, filho do Sr. Honold. seu Jorge morreu de acidente de carro. Seu Jorge cheguei a lembrar dele. Dizem que ele era muito devoto. Ele sentava pra orar... na época de festa de Campos Novos ele ajudava muito na festa de Santo Inácio. Campos Novos era uma vila.

Quem acabou com a vila de dentro de Campos Novos foi esse italiano Sr. Marquês. [...]

Seu Marquês veio da Itália. Sr. Jorge morreu... eu não sei quem que vendeu a terra... Seu Marquês veio pra cá pra dar serviço a muita gente. Então, o que ele fez: ele arrumou um tal de contrato, pra o pessoal assinar um contrato e... aí saíram com aquele contrato. Algumas pessoas assinaram... muita gente assinaram! Todo aqueles que assinaram o contrato, ele botou todo mundo na rua! Botou boi na roça... botou todo mundo na rua! Só quem não assinou esse contrato foi o veio Negozinho, meu tio, e Sílvio [Silveira]. Sílvio, na época, ele tinha, ele tinha ido ao Rio e aprendeu muitas coisas lá... algumas coisas com as pessoas que sabiam o que era direito. Quando ele casou veio morar aqui, e na época a gente... o Marquês botou placa de loteamento de lá Santa Margarida, em Unamar, até ali, ó! Pra lotear. As únicas pessoas que não assinaram contrato foi o pessoal daqui de Botafogo. Todos aquele que assinou, ele botou tudo na rua! Botou boi na roça, pintou o sete. (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).

O Sr. Genil fala de George Honold como alguém integrado com a comunidade, que participava das festas de Santo Inácio e demonstrava uma conduta devota com o santo. A esfera religiosa é mencionada como lócus de aproximação entre fazendeiros e colonos. Contribuía com a festa, em contraposição ao Marques que acabou com a vila que existia próxima a sede da fazenda. “Quando o italiano veio já encontrou ele, o Joaquim [Português], ali porque ele era empregado do Sr. George Honold. Depois que seu George morreu ele ficou ali sendo gerente da fa... coisa”. Para o Sr. Genil, o Sr. Honold já havia falecido há muitos anos. (Eugenio Honold morreu um ano depois do filho, em 1950).

Seu George era dono, Sr. Joaquim era empregado de seu Jorge, que era filho do Sr. Honold, alemão também. [...] Depois que Sr. Jorge morreu, Joaquim ficou. Aí o italiano... Seu Joaquim ficou sendo empregado do Marquês. Sr. Joaquim era bom, tratava a gente bem. As filhas dele eram Isaura, Regina e Angelina. Isaura morava na fazenda (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).

Falou como o Marquês enganou as pessoas da Vila em Campos Novos. “Sr. Gabriel foi o único que resistiu e não saiu dali. Ele tirava a família da casa prometendo uma nova e ia e derrubava a casa.” Lembrou também do armazém do Sr. Armando que tinha em Campos Novos: “o italiano acabou com o Armazém do Sr. Armando”.



Joaquim dos Santos Coelho, o “Joaquim Português”, sua esposa Maria e filhas Isaura, Regina e Angelina. Uma delas, Isaura foi a primeira professora deles. Fonte: site fazendacamposnovos.blogspot.com, visitado em 20/06/2019.

Nesta entrevista o Sr. Genil já desenha a nova situação com o loteamento e a imposição de novas relações de trabalho na fazenda: “Ele arrumou um tal de contrato”; como também a estratégia de expulsão ao soltar “os bois na roça” destruindo as plantações. Ele aponta Botafogo como a origem da resistência, o “pessoal de Botafogo” que não assinaram contrato; e como personagens principais nesse ato de insubmissão o seu tio Negozinho e Sílvio, seu cunhado e presidente da associação de lavradores, que “sabia o que era direito” por ter morado no Rio de Janeiro onde aprendeu muitas coisas. A organização em moldes associativistas, em torno da categoria de lavrador, remete a uma percepção dos conflitos em termos de sentimentos de injustiça e indignação diante de direitos violados.

subordinação da força de trabalho) expressos no direito a moradia e roçado nas terras do patrão (THOMPSON, 1998). A socióloga Leonilde Medeiros aponta este fenômeno em um plano mais geral das lutas camponesas no Brasil. Mediadores elaboram uma linguagem política na qual as privações locais são universalizadas em demandas por direitos.

São situações diferenciadas no tempo e no espaço que confluem para um rápido processo de expropriação, onde concepções de direito à terra eram constantemente colocadas em questão. É recorrente, tanto nos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa quanto na bibliografia, a menção à quebra de relações estabelecidas e sentimentos de indignação e revolta. Potencializando esses sentimentos e contribuindo para conformar noções de justiça e injustiça, bem como do que era legal e ilegal e da necessidade de resistir às transformações em curso, foi fundamental a ação de mediadores políticos vários, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizações ligadas à Igreja Católica, agentes da política institucional (governadores, deputados), grupos de advogados etc. Essas mediações forneceram uma linguagem comum a partir da qual as demandas e estratégias se expressaram, condições materiais e intelectuais para que a resistência se fizesse, articularam os conflitos particulares a bandeiras e lutas nacionais (MEDEIROS, 2018,p. 52)

Sendo assim, o tempo do Honold é idealizado pois os conflitos são esquecidos diante de uma memória potente e arrasadora, que sustenta uma narrativa de conflitos pretéritos urdida em uma linguagem de direitos fundiários, enunciados em torno das categorias de *grileiro* e *posseiro*. As violências perpetradas pelo Marques, por Dácio e seus seguidores eram não só materiais, mas também simbólicas, pois abalavam os parâmetros cognitivos e éticos de sustentação do mundo da vida cotidiana herdados desde a pós abolição e que ditavam os termos costumeiros da permanência nas terras onde moravam e da experiência social de escravos e seus descendentes. A representação política e mobilização coletiva em torno das categorias *posseiro*, *lavrador* e *trabalhador rural*, sob a forma de associação civil e sindicato, forneceu uma linguagem pública para expressão de sentimentos de privação e sofrimento, assim como repertórios de ação e alianças, diante da ruptura dos padrões morais de subordinação da força de trabalho e acesso a terra.

3.2 – “Então tira o cachimbo da boca!”: direito, moral e costume na revolta do cachimbo.

Por isso, o costume também pode ser visto como um lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político.
(THOMPSON, 1998, p. 95)

Depois da morte de George Honold, passou-se um bom tempo sem que os donos da fazenda se fizessem presentes. Após esse episódio, acontece a parceria de administração da fazenda com a companhia Odeon que era do genro de Eugenio Honold e representada por seu neto Luiz Honold Reis, filho de Otávio Reis. A família Honold Reis deixou para o Marquês a responsabilidade de realizar o “serviço sujo” de expulsar os trabalhadores das terras. Enquanto isso acontecia, é possível verificar a vida de luxo vivida por Luiz Honold Reis e sua família através do relato de sua amante⁴⁰, a famosa bailarina Tatiana Leskova. Através de sua biografia, escrita pela jornalista Suzana Braga (2010), como já vimos, Luiz é descrito como alguém que viajava o mundo, esquiava e curti as melhores praias e namorava as mulheres mais bonitas, além de ser casado com uma francesa, também herdeira de um banqueiro. A vida de luxo da família Honold Reis, proprietária da Companhia Odeon, que ainda hoje possui vários imóveis no Rio de Janeiro foi possível também à custa da exploração dos trabalhadores negros, hoje quilombolas, da Região dos Lagos.

A união da comunidade da Caveira foi crucial para que eles se mantivessem na terra e resistissem ao ataques dos fazendeiros que queriam lhes expulsar. Um fato culminante na história dos moradores da Caveira que mudou a forma como o trabalho estava configurado foi quando, na década de 1950, o Marquês queria impor regras mais duras e proibir os lavradores⁴¹ que fumassem o cachimbo e estabelecer horários até mesmo para urinar e beber água. Em ato de resistência os mais velhos retiraram o cachimbo do bolso e começaram a fumar. O Marquês ordenou que eles retirassem o cachimbo da boca e voltassem ao trabalho e, um deles, o Sr. Marcelino respondeu que ele estava em seu tempo de descanso e que não iria retirar o cachimbo da boca. O Marquês ao se reportar em direção ao Sr. Marcelino parou quando percebeu os outros lavradores se posicionarem ao lado dele, do senhor Marcelino, para defendê-lo. O fazendeiro, raivoso, ordenou que ele não pisasse mais em suas terras.

40 Termo utilizada por ela mesma para se designar.

41 Termo usado por Dona Rosa para se referir ao seu próprio grupo.

Quando foram embora eles se reuniram e, juntos, decidiram não mais pagar suas terras cultivando as do fazendeiro, mas sim, pagando em dinheiro o dia de trabalho. Esse episódio inspirou a Dona Rosa a compor um verso: “Nunca mais pagaremos renda! Morre a palavra patrão. Todos juntos lutaremos por um pedaço de chão. Nosso líder? Não temos líder. Nosso líder é a liberdade! Nossa bandeira é o chão. Nosso ídolo é o trabalho e o nosso símbolo a união.” (Dona Rosa)

A proibição do fumo do cachimbo foi a gota d’água, somada às outras regras mais duras e, também, ao fato do Marquês não querer dar o recibo do dia do arrendamento, como eles começaram a exigir, conforme lembra dona Lola, em entrevista concedida à mim. A proibição ao cachimbo foi o estopim para deflagrar a organização e união do grupo que culminou na criação da associação. Sr. Genil Silveira Dutra fez um relato impressionante sobre este evento:

O pessoal saía daqui pra pagar renda lá! E, ele botou uma lei pra que ninguém podia fumar no serviço. O pessoal de lá de Campos Novos respeitaram. De outra região respeitaram... só quem não respeitou foi o pessoal daqui. Aí reuniu todo mundo pra ir pagar renda e foram todo mundo. Aí, meu tio Negozinho, os filhos não fumava, então ele disse assim: ó, criança, vocês nunca fumaram na minha vida, mas toma cada um, acende seu cigarro, pode fumar! Aí quando viram o jipe do Marquês vindo lá, o velho Severino acendeu o cachimbo, o velho Marcelo que morava lá, acendeu o cachimbo... e cada um tá tocando o serviço acendia, fumava o cigarro. Ele tinha um filho chamado José... Giusepe, em italiano é Giusepe: Severino tira o cachimbo da boca! [diz seu Genil imitando o sotaque dele]. Aí o velho Severino: Eu não tiro o meu cachimbo! Aí o velho Marcelo: Marcelino tira o cachimbo! “não tiro!”. Tira! Não tira! Tira! Não tira...

Todo mundo pro escritório! Aí foi. Aí todo mundo fechando na porta do escritório. Chegou lá: marquês! Você é italiano, marquês! Nós somos brasileiros! Você não tá pensando que tá na Itália, não, Marquês? O senhor tá aqui no Brasil! Aí subiu todo mundo, invadiram o escritório. Invadiu, invadiu e o Marques, ó, pá! [faz sinal de escape batendo a mão uma na outra]. Se escondeu. Aí de lá ele falou pra secretaria dele, que era a dona Regina, filha do Joaquim Português: Regina, dá recibo a todo mundo. Dá recibo. Não quero saber de mais ninguém aqui! Teve que dar o recibo a todo mundo, mandou todo mundo embora!

Aí, nós tinha o professor Edilson Duarte (...) Edilson Duarte ele era advogado e era professor. Então, ele era muito conhecido daqui. Ele entrou e falou pro pessoal daqui fazer o seguinte: vocês fazem o seguinte, ele não quis receber a renda de vocês, vocês depositam o dinheiro no banco! Naquela época não sei quanto era por dia... cada dia era negócio de cinco, dez mirreis por dia. Então, a pessoa tinha que pagar 4 dias por mês. É um dia de semana, quatro dias por mês. Então as pessoas pegava aquele dinheiro, ia no Banco do Brasil depositar pra ele retirar lá.

Então dr. Edilson ensinou as pessoas como advogado. Nós não fomos empregados deles aqui, não. O pessoal só pagava a renda. Antes de Marquês vim, essa... aqui, onde a gente mora ali do outro lado de lá, era arrendada da usina de açúcar sta. Luíza de Sampaio Correia. Lá onde tem as torres... quando vai pra Niterói, passando pela serra, não tem as torres? Lá! Ali era uma usina de açúcar. O dono daquelas terras ali era Durval Cruz. Ele era pernambucano, era dono daquela usina. E aqui, aquela parte de lá, que a gente morava, era alugada da fazenda campos novos sim, mas alugado à usina sta. Luíza. Que eles quando... na época que tava na moagem... terminava a moagem de cana pro açúcar e trazia os bois! Pra descansar aqui, pra engordar, né?! (...)

Acaba a usina e dr. Durval devolve a propriedade para Campos Novos. Pro italiano outra vez. Ai pessoal que pagava renda do lado de lá, ao dr. Durval, passou a pagar em Campos Novos. O italiano botou o pessoal de Botafogo como brigão, porque não aceitou o que ele queria. Muitas pessoas perderam tudo porque o boi comia. Muitas foram para o Rio.

P: Sr Genil, porque o Marquês não queria que fumasse?

G: Por que ele queria obrigar o pessoal a ficar no regime deles! Pra botar pra fora! Ué, fumar no serviço! Era pra arrumar um pé pra poder tirar as pessoas! Arrumar um pé! [ele quer dizer pretexto] porque o pessoal daqui, não aceitaram assinar o contrato deles. E os outros, das outras regiões, todo mundo aceitou assinar. Ai quem assinou o contrato, é... se assim me convier... tal e tal, se conviesse ele. Mas ai ele rebatia, botava do jeito dele e botava todo mundo pra fora. Ele botou muuuuuita gente pra fora! Depois, ai o que acontece,

A fazenda não tinha produção na época. Cê ia pra lá roçar campo... ele fez uma vez, (...) ali indo pra Cabo Frio, onde tem aqueles eucaliptos. Ali ele meteu o trator, arou, plantou tudo de mandioca. Fez um mandiocal... dizendo que ia fazer fábrica de farinha... depois que ele perdeu o postão com o pessoal, que ai o pessoal entrou na justiça, né?! Entraram na justiça e ainda ganharam causa de ganho. Ai nem a mandioca... o pessoal ia lá rancaram. Muitos perdeu ficou debaixo do chão, boi comeu... acabou tudo. Ai, que acontece, ele ainda tem em São Pedro ali,...[neste momento ele faz referência a um sobrado cuja localização, território foi uma troca com o marquês] (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).

Os quilombolas da Caveira possuíam uma noção legitimadora, apoiada na crença de que estavam defendendo um costume, de fumar o cachimbo, mobilizando o consenso mais amplo da comunidade. As queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram as práticas legítimas e ilegítimas, havia um pacto moral tácito orientando as atitudes recíprocas entre fazendeiros e lavradores. O diálogo com a noção de economia moral do historiador E. P. Thompson (1998) é pertinente para elaborar um quadro analítico que permita compreender melhor a significação sociológica deste evento na construção social de disposições constestatórias e como fator de mobilização, pois percebi que tal episódio é paradigmático na memória das lutas pela terra. “Fizemos a associação dos lavradores pra poder fugir do cativeiro. Nós fomos fazer o grupo pra tirar a corda do pescoço, que ser

escravo de fazendeiro e pagar quantia por mês não é brincadeira, não” (Dona Rosa).⁴²Já observamos a memória da escravidão articulada a categorias do sindicalismo rural. A linguagem política da reparação histórica ainda não se sobrepõe ao vocabulário de demandas pela reforma agrária. É preciso assinalar que este depoimento da Dona Rosa é bem anterior ao quadro institucional instaurado com a Constituição Federal de 1988, quando critérios étnicos de mobilização e representação política reconfiguraram os conflitos fundiários que envolviam o campesinato negro.

O depoimento do Sr. João e a memória da Revolta do Cachimbo, nos oferece mais elementos para refletir nos termos acima assinalados.

Quando o Marquês comprou a fazenda, ele chegou aqui querendo colocar um clima de... de escravo. Qual é o clima de escravo dele? Ele começou logo proibindo as pessoas de fumar, coisa que na roça quase todo mundo fumava cachimbo e cigarro. Entendeu? E com um monte de exigência. E cê vê que daqui ia um grupo de Botafogo fazer renda lá e chegou lá o Marquejo mandou que um velho chamado Marcelo [inaudível] botasse o cachimbo fora, ele não queria que fumasse. Ai o pessoal foi...não, o pessoal foi não, proibido fumar, tô acostumado fumar. E aí o que que fizeram? Reuniu um grupo, no outro dia quando foram pagar renda, na outra semana, quando foi pagar renda, aí foi todo mundo... mesmo aquele que não fumava levaram cigarro. Se ele mandar embora um, vai mandar todos. Chegou lá ele... aí digo oh, então o senhor vai mandar embora a todos. Ai conclusão, ele não aceitou, aí vieram todo mundo embora. Se eles viesse embora e não pagasse a renda daria condições dele despejar a gente da terra. Então um órgão em Cabo Frio, uma receita, uma coisa assim, uma coletoria federal. Antes de receita federal era coletoria federal, se não me falha a memória. E que então... E em Botafogo, no caso, era um lugar que a gente era atacado por fazendeiro, mas tinha aqueles político dentro de Cabo Frio que sempre vinha em defesa das pessoas. Era uma defesa que defendia na hora, mas quando cabava dali ninguém resolvia nada o problema da terra. Aí o Marquês vendo que ele... aí ele vendo que se a gente não pagasse a renda era um caminho pra que ele pudesse botar... então o político arrumô pra que nós pudesse botar o dinheiro lá na coletoria e convidar o Marquês pra receber o valor real dos dois dias por mês em dinheiro que era o valor dos dia que ele pagava a cada cidadão. Entendeu? Só que o Marquês não quis receber, pra poder ocasionar o direito dele vim e criar o despejo. Como ele não foi receber, aí o prefeito da época falou “já que ele não quer receber”... Pagamos durante dois anos esse dinheiro. Aí ele mandou o pessoal ir lá e o pessoal repanharam o dinheiro que tinha depositado. Ele vendo que não tinha condições mais de tirar o povo, o que que ele fez, ele começou a soltar boi na roça do povo, a roubar a carga do povo, criou um

42 Trecho de um relato de dona Rosa em entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983. Cf. MAIA, 2018.

grupo de jagunço que perseguia o povo. Entendeu? (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).

O senhor Francisco, em depoimento ao documentário consultado neste trabalho, relata este episódio que aconteceu enquanto ele ainda era criança, baseado na memória sobre o que seu avô lhe contara. Além disso ele nos fornece um rico e detalhado relatório sobre os acontecimentos que culminaram para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.

Tinha um senhor chamado Marcelino, que era Marcelo Gaspar, também morador e também integrante, que fazia parte do grupo, que ele... na hora do café, ele ia fumar um cachimbo. Era os 15 minutos que ele... a lei daria o direito à ele. E o Marquês, que era o dono da fazenda, que tava recebendo esse arrendamento, olhou para todos e falou pra Marcelino: - Marcelino! Já tomou seu café?

- Já.

- Então tira o cachimbo da boca! Tira o cachimbo da boca!

E... o velho Marcelo, falou assim:

- mas o café nem desceu direito! Eu vou dar minha pitadinha e depois eu pego no serviço, igual os outros! Não tão aguardando? Também vou aguardar!

- tira que se não eu tiro! [disse o Marquês]

Aí levantaram os outros que estavam do lado do Marcelino e falou assim, ó:

- termina velho Marcelo! Termina que você ainda tem o seu tempo.

Aí o Marcelo continuou fumando. Quando ele acabou, o Marquês falou:

- pois a partir de amanhã, você não vai pisar mais na minha terra!

Aí, todo mundo silenciou e terminou o dia, né? Marcelo também terminou e... houve aquela conversa entre eles:

- a partir de hoje, nós não vamos mais na fazenda pagar dia. Nós vamos procurar alguém e vamos depositar esses dias de trabalho, o valor, em juízo. Por que? Porque o Marquês já passou essa briga, pro Dácio Pereira [inaudível]. Ai o Dácio vendo que não tinha condições de tirar o pessoal, porque o pessoal desenvolveram todas essas áreas de lavoura... Hoje, vocês tão vendo isso aqui? Tudo pasto! Mas antes, era chácara. Passou a ser chácara do português, mas todo mundo tinha suas lavouras consagradas. Porque nós tínhamos de tudo.

[...]

O historiador marxista inglês Thompson empreende uma história social da propriedade e do direito a terra. Nestes estudos mostra como a noção de propriedade é uma construção social e historicamente determinada. Ou seja, a categoria moderna de propriedade exclusiva e plena não é universal, e não era definida apenas na lógica do mercado. Aqui também trata-se de uma história social do mercado, particularmente do processo de surgimento do mercado

capitalista, isto é de uma modalidade social específica de mercantilização da vida, quando passa a imperar a ideia de um mercado autorregulado.⁴³

[...] A propriedade privada no campo é em si mesmo um conceito que apresenta uma evolução histórica. O conceito central do costume feudal não era o da propriedade, mas o das obrigações recíprocas. [...] (THOMPSON, 1998,p. 106)

Este ensaio se preocupou em explorar a interface entre a lei e as ideologias dominantes, de um lado, e os usos do direito comum e a consciência costumeira, de outro. [...]
O costume era um território em que muitos interesses lutavam por vantagens no século XVIII. Basicamente, no momento dos cercamentos, era um território de conflito de classe incondicional (THOMPSON, 1998,p. 142)

Os circuitos de troca que envolviam a terra e os cereais, no século XVII e XVIII, por exemplo, ainda eram regidos por normas amparadas no costume. Também não existia de maneira generalizada a concepção das coisas como reserva de valor, como capital, objeto de valorização capitalista. A ideia do mundo como reserva de valor pressupõe uma concepção de tempo abstrato, linear e progressivo no qual assume predominância o cálculo e a previsão. O tempo como realidade mensurável torna-se o eixo principal da racionalização (disciplinarização) da economia e do mundo social (WEBER, 2006). A mensuração do tempo (e do espaço) existiu em vários contextos históricos e formações sociais, mas sem implicar na subordinação ampla da vida social aos ditames da previsão e do cálculo.

Tal perspectiva estava em sintonia com a discussão de Karl Polanyi (2000), no seu livro *A Grande Transformação*, no qual enuncia a tese da economia incrustada ou embebida nas relações sociais e sua posterior autonomização como uma esfera de ação e experiência separada e independente. Polanyi abordará a transformação em mercadoria absoluta dos três elementos básicos de sustentação material da existência humana: a terra, o trabalho e o dinheiro. Mercadoria absoluta no sentido capitalista de que são recursos que passam a subordinar suas funções ou destinações sociais (valor de uso) a suas funções ou destinações de mercado ou de ganho (valor de troca), de criação de mais valia. O mercado é uma instituição social e como tal é culturalmente e historicamente constituído. Por isso, afastando-se de interpretações economicistas, para Thompson (1998) as revoltas populares não eram motivadas pela fome ou outras formas de privação extrema, mas por rupturas de pactos

43 Para um ótima discussão sobre o conceito de economia moral de Thompson: cf. FASSIN, 2018.

morais baseados em costumes ou regras sociais que estipulavam os princípios de entendimento dos direitos e da noção de propriedade. O movimento de restrição das áreas de uso comum (florestas, campos, rios, lagos, etc.) implicava em ruptura de uma economia moral em favor de um processo de valorização capitalista e imposição da noção de propriedade plena e exclusiva. As revoltas ocorriam em contextos culturalmente específicos, porque a subordinação e exploração da força de trabalho, assim como a economia, estava inscrita em universos morais historicamente determinados.

É importante também destacar que E. P. Thompson (1998) opera com reformulações do conceito de cultura e tradição, opostas a uma abordagem estática e a-histórica dos fenômenos sociais. O costume é a cultura sendo conscientemente mobilizada e objetivada (pela noção de hábitos ou usos legitimados pela antiguidade), em contextos de lutas sociais normativamente configuradas. A cultura é subjacente ao conflito, mas o conflito também é subjacente a cultura, ambos se determinam mutuamente.

[...] Por isso o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo constante. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. [...] Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há uma troca ente o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa – assume a forma de um “sistema”. E na verdade, o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições dentro do conjunto. [Aspas do autor] (THOMPSON, 1998,p. 16-17)

Valores e crenças que regem os conflitos também podem se tornar objeto de disputas, enquanto outros operam silenciosamente, mas não de modo homogêneo, enquanto senso prático do jogo de sujeitos posicionados. Sendo assim, os costumes ou tradições (nos seus significados sociais historicamente estabelecidos) podem ser incorporados (ou confrontados) pela legislação, o chamado direito formal, conscientemente reivindicados para a afirmação da cidadania. Boa parte desta abordagem é pertinente ao entendimento da categoria de “terras tradicionalmente ocupadas”, como veremos adiante. É muito próximo do uso teórico e metodológico do historiador marxista Eric Hobsbawn (1984) ao conceito de tradição. O tradicional (ou costumeiro) não se opõe a modernidade, pois o que é considerado tradicional (comportamentos, crenças, instituições) pode ser produzido ou reivindicado no presente como

uma resposta a mudanças percebidas difusamente como aceleradas, abruptas, impostas e injustas; em tempos concebidos como “modernos”, gerando uma sensação coletiva de continuidade com o passado que legitima direitos pela sua presumida antiguidade. Tradições, costumes e memórias são produzidos como políticas identitárias de grupos em situações de conflito para fortalecer laços de solidariedade e senso de pertencimento que mobilizam sentimentos e razões para a resistência e a luta.

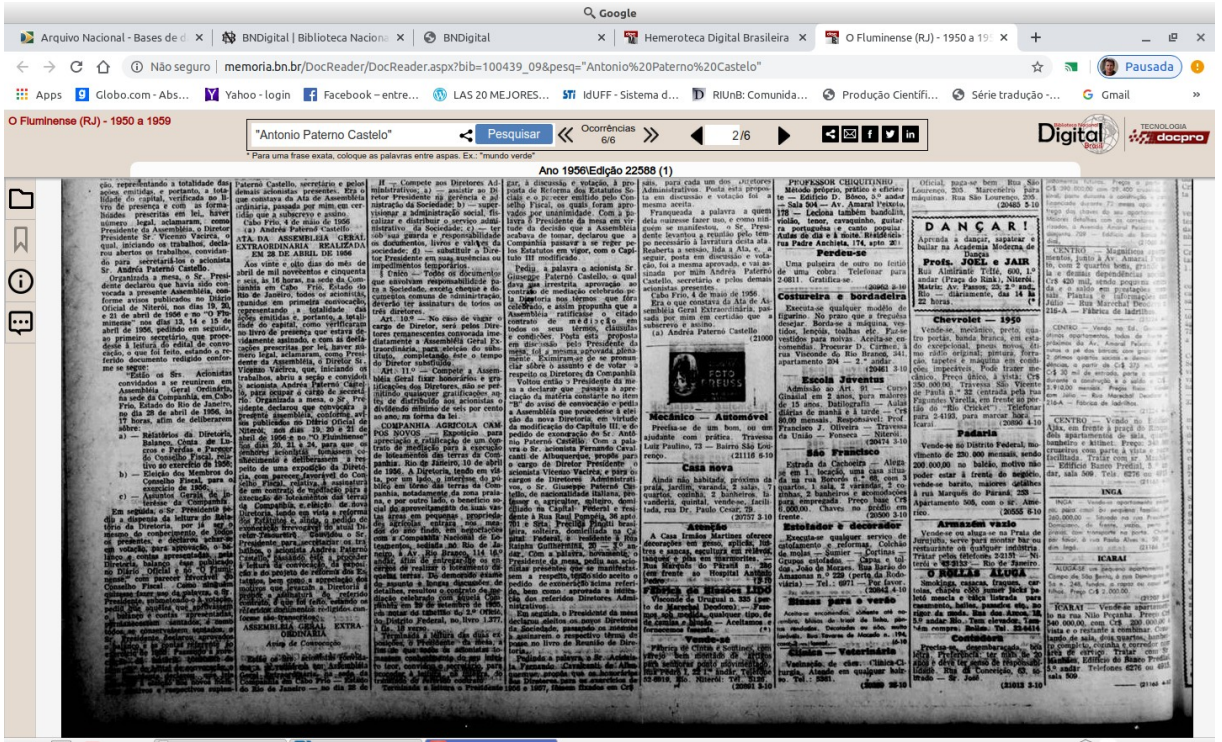
Neste sentido, o direito de fumar o cachimbo é um símbolo da ruptura do pacto moral que regia as relações entre fazendeiros e o campesinato negro na Fazenda Campos Novos: “Ele começou logo proibindo as pessoas de fumar, coisa que na roça quase todo mundo fumava cachimbo e cigarro”. O conflito é deflagrado pela agressão a um costume apreciado coletivamente (um valor moral), uma afronta a dignidade camponesa. É um expediente verbal de enunciação da memória da resistência camponesa, mas é também o recurso simbólico de expressão e compreensão do confronto entre duas modalidades de (re)produção da vida social. Por isso, os camponeses da Caveira nos relatos orais sobre tal acontecimento se referem a ele como o “tempo do Marquês”, o “tempo do cativo”, “o tempo do loteamento” em contraposição ao “tempo dos Honold”, “tempo da harmonia”, “tempo da fartura”. Também são tempos opostos em termos de autonomia e dependência: “Nós não fomos empregados deles aqui, não. O pessoal só pagava a renda”. A metáfora da escravidão, a alegoria moral de injustiça, é acionada não para o período logo posterior a abolição, marcado pela ausência ou baixa frequência dos fazendeiros até a morte de George Honold e “venda” da fazenda, feita por Luiz Honold ao Marques. Na memória dos quilombolas da Caveira é quando foi inaugurado o conflito com os fazendeiros e todas as violências e crueldades cometidas contra eles. É quando a solidariedade do grupo se expressa mais incisivamente, depois assumindo uma forma associativa de organização política. “Então tira o cachimbo da boca! Tira o cachimbo da boca!”, o cachimbo como signo dos direitos (nesse caso, ao descanso) agressivamente atacados pelo *fazendeiro*, como o Outro antagonista, categoria informada e incorporada na memória pela experiência sindical passada. “Era os 15 minutos que ele... a lei daria o direito à ele”, cabe destaque às referências ao direito e a lei. Na verdade trata-se do direito e lei no sentido costumeiro (usos ou hábitos), mas no seio de uma memória perpassada pela experiência sindical na qual o quadro normativo estatal (sistemas legislativo e judiciário) eram acionados nos conflitos.

Nos depoimentos também observamos a reação camponesa a imposição pelo Marques de um “clima de escravo” por meio de contratos formais e procedimentos disciplinares rígidos (segundo os critérios dos sujeitos) de controle do tempo e do trabalho. “E ele botou uma lei pra ninguém fumar no serviço”, “Por que ele queria obrigar o pessoal a ficar no regime deles!”. *Lei, regime*, significa um padrão de subordinação considerado opressivo porque fora das bases morais de legitimidade então vigentes, proporcionando então as condições para a emergência de disposições de protesto, sentimentos coletivos de indignação. Eles resolvem então radicalizar, não pagando mais a “renda” em trabalho, mas em dinheiro, depositando no Banco o valor correspondente. Tal ação corresponde a uma manifestação de autonomia frente ao patrão, sendo o pagamento em dinheiro uma sinalização de libertação. Mas a reação do *fazendeiro* (enquanto uma posição social) resultou na substituição de uma economia moral do arrendamento por uma economia política do terror, a partir da venda para o Dácio Pereira e da criação de gado como principal forma de investimento capitalista nas terras da fazenda em detrimento da lavoura. A partir daí os patrões impõem uma política de expulsão em vez de exploração / subordinação da força de trabalho. “Aí o Marques passa essa briga pro Dácio”, essa fórmula é reveladora do processo em tela: a variação de “grileiros” (nova categoria engendrada na luta) como fato marcante na memória do conflito fundiário.

3.3 - “Aí o Marques passa essa briga pro Dácio”: o loteamento da Fazenda Campos Novos e o acirramento dos conflitos.

Os acionistas da Companhia aprovaram o loteamento da fazenda, em assembleia extraordinária realizada em 28/04/1956.

[...] A diretoria, tendo em vista, o interesse do público em torno das terras da Companhia, notadamente da zona praiana, e por outro lado, o benefício social do aproveitamento de suas vastas áreas em pequenas propriedades agrícolas, entraram nos meados do ano findo, em negociações com a Companhia Nacional de Loteamentos, sediada no Rio de Janeiro, à Av. Rio Branco, 114 16º andar, a fim de entregar-lhe os encargos de realizar o loteamento daquelas terras. Do demorado exame do assunto e longas discussões resultou o contrato de mediação celebrado com aquela Companhia em 29 de setembro de 1955, em notas do tabelião do 2º Ofício, do Distrito Federal, no livro 1.377, à fls. 18 verso.[...] (O Fluminense, 02/10/1956)



Ata da Assembleia de Loteamento da Fazenda Campos Novos O Fluminense, 02/10/1956

Nesta assembleia Antonio Paterno Castello pediu exoneração do cargo de diretor-presidente da Companhia que foi aceita pelos acionistas presentes e eleita na ocasião outra pessoa para o cargo. O filho do Marquês, Giuseppe Paterno Castello, presidiu a mesa da referida assembleia e foi eleito diretor administrativo. Houve uma mudança nos estatutos da Companhia, a fim de acrescentar mais um membro na diretoria que antes era composta por dois e passou a três integrantes. Os trabalhos da assembleia foram secretariados por outro parente do Marques, Andréa Paterno Castello. Não tenho informações sobre o grau de parentesco entre os dois.

Alguns anos antes da aprovação do loteamento já estavam acontecendo tentativas de expulsão violenta das famílias residentes na Fazenda Campos Novos. No jornal Imprensa Popular (de 11/11/1954) já encontramos, na seção Caixa Postal dos Trabalhadores, uma pequena nota sobre a expulsão do camponês João Caetano pelo Marques. O periódico informa que o Sr. Caetano estava doente e foi expulso com esposa e filhos, que foram espancados. Alguns meses depois temos uma denúncia assinada por Manoel Leite, na seção de carta dos leitores da Imprensa Popular (24/03/1955) do "terror" imposto pelo Marques ao camponês Marciano Bonifácio de Souza, incendiando sua casa com a complicitade de seus filhos. Além

disso, menciona o roubo de Cr\$ 5.600,00. A câmara de vereadores de Cabo Frio formou uma comissão para averiguar o caso. É claro que muitas ações violentas de expulsão das famílias residentes na Fazenda Campos Novos não foram registradas na imprensa.

Apesar de não ter feito um levantamento exaustivo e sistemático das matérias jornalísticas sobre o conflito fundiário envolvendo os *posseiros* da Fazenda da Caveira, tenho a impressão que a cobertura midiática daquela luta pela terra foi pequena (ver o quadro adiante). Num período de quase cinco décadas, 45 anos, (1950-1995) levantei 67 matérias em sete jornais. É pouco, pois isto equivale a média de 1,48 matérias por ano. O jornal que mais noticiou os conflitos foi O Fluminense, com 47 reportagens (70%), com uma média de uma matéria por ano. Ainda considero pouco para um jornal que cobre a área do antigo estado do Rio de Janeiro. A contundência muitas vezes não correspondia ao tamanho e relevância do texto jornalístico (medido aqui pelo espaço ocupado e pela posição na página) e muito menos a frequência de publicação. Se essa baixa visibilidade midiática se deve ao foco da atenção jornalística ter se dirigido a outros conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, nesse mesmo período, é uma questão a ser investigada.

Nos anos 1960, continuaram as denúncias contra as arbitrariedades cometidas contra os lavradores. O presidente da recém criada Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia, Sílvio Silveira, denunciava num jornal de grande circulação as pressões dos fazendeiros concretizadas através de destruição de plantações com a conivência da polícia militar (Jornal do Brasil, 26/08/1961). Em 1961, foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, substituindo a Associação de Lavradores criada dez anos antes (MAIA, 2018). Naquele curto texto jornalístico, é mencionado um Sr. Daso (provavelmente refere-se a Dácio Pereira de Souza, administrador da Fazenda Campos Novos) e a destruição de plantações com a conivência de policiais, “embora não tenha títulos legais de posse”. Essa expressão merece destaque porque a ausência de comprovação (títulos) de propriedade será a base de construção da categoria de *grileiro*, assim como o uso da categoria *posseiro* como contraponto àquele ao se definir pelo tempo de ocupação e pelo trabalho investido na terra. *Lavrador*, *posseiro*, *camponês* e *trabalhador rural* são categorias de mobilização política e unificação das demandas das diversas situações concretas de acesso e uso dos recursos fundiários e de subordinação do trabalho em contexto rural.

A redemocratização do país no imediato pós-guerra trouxe à luz conflitos latentes. Pouco a pouco ganharam o espaço público questões que não eram

novas, mas que se atualizaram e adquiriram visibilidade de acordo com os diferentes tipos de tensão. A mais generalizada referia-se às lutas pela permanência na terra. Estas passaram a ser tratadas com base em noções de direito sobre a posse da terra trabalhada, culminando na tradução dessas lutas particulares em demanda mais geral por reforma agrária. A adesão a essa bandeira supunha também uma condenação à concentração da propriedade da terra e à improdutividade. Isso deu densidade social à palavra latifúndio que, mais do que grande extensão de terra, consolidou significados relacionados à opressão, exploração, violência, improdutividade (Novaes, 1997). Paralelamente, também começaram a aflorar, em especial em São Paulo, e depois no Nordeste canavieiro, lutas por direitos trabalhistas, entendidos como extensão aos trabalhadores rurais dos direitos já legalmente obtidos pelos operários urbanos – limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias, previdência social e possibilidade de organização sindical.

A tradução para o mundo rural dessas demandas por direitos contou com a ativa mediação inicialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No bojo desse processo, o termo camponês constituiu-se uma identidade política, ao tempo em que se produziu uma nova linguagem que expressava os conflitos localizados em termos das transformações mais amplas promovidas por essas organizações (MEDEIROS, 2010,p. 117 e 118).

Essas categorias foram incorporadas pela imprensa que por sua vez contribuiu para a ampla divulgação pública delas. Veja o quadro a seguir, que mostra o uso dessas categorias nas manchetes dos jornais:

Manchetes	Jornais	Datas
Explorador desalmado	Imprensa Popular	11/11/1954
Incendiada a casa do camponês	Imprensa Popular	24/03/1955
Rebelião de posseiros na Caveira	Jornal do Brasil	26/08/1961
Dono do frigorífico “Bordon” integra “gang” de grileiros	Luta Democrática	01/02/1964
Violência contra lavradores	O Jornal	27/06/1964
Lavradores de Cabo Frio sob terror: polícia e grileiros saqueiam casebres e lavouras.	Última Hora	04/07/1964
Grileiros voltam a aterrorizar os lavradores de Cabo Frio e São Pedro	Última Hora	17/07/1964
Novos despejos	Última Hora	18/02/1965
Lavrador morre para deixar terra	O Fluminense	28/06/1973
Violências contra lavradores da região dos lagos continuam	O Fluminense	28/06/1973
Semana será decisiva para lavradores de Cabo Frio	O Fluminense	02/07/1973
INCRA só intervém em último caso pelos lavradores	O Fluminense	04/07/1973
Lavradores de Cabo Frio em ação de manutenção de posse	O Fluminense	06/07/1973
Violência contra posseiros continua	O Fluminense	03/12/1977
Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido	Jornal do Brasil	05/03/1978
Desconhecido ameaça matar proprietário da Fazenda Campos Novos	O Fluminense	07/04/1978
Trabalhadores rurais de Cabo Frio já tem sindicato defendendo seus direitos	O Fluminense	17/04/1978

“Plante que o João garante” não vale para a Região dos Lagos	O Fluminense	02/11/1979
Aqui as opiniões sobre o drama do povo de Campos Novos	O Fluminense	16/11/1979
A violência rural	O Fluminense	28/12/1979
Fazenda Campos Novos volta a ser invadida por predadores	O Fluminense	29/02/1980
Violência contra posseiros poderá resultar em conflito	O Fluminense	26/06/1980
Moreira prega justiça no campo	O Fluminense	10/01/1981
Reivindicação ao INCRA. Rural volta às ruas na luta pelas terras	O Fluminense	09/03/1981
Camponeses em ato público pleiteiam posse de terras	O Fluminense	13/03/1981
Os jagunços da praia. A fazenda dos libaneses	Tribuna da Imprensa	23/03/1981
Mais um capítulo da retrospectiva – 81	O Fluminense	21/12/1981
Cabo Frio vive tensão social pela terra	O Fluminense	18/05/1982
Polícia prende lavradores na Fazenda Campos Novos	O Fluminense	29/09/1982
Sequestradores já estão presos	O Fluminense	21/02/1983
Conflito em Cabo Frio chega ao fim	O Fluminense	12/03/1983
Desapropriação ajuda posseiros	O Fluminense	12/03/1983
Queimado vivo no casebre em chamas	O Fluminense	31/03/1983
Decreto não acaba com a briga pela posse da terra	O Fluminense	18/04/1983
Desapropriação da fazenda é analisada	O Fluminense	17/01/1984

Posse da terra: aqui os casos de violência	O Fluminense	23/08/1986
Camponeses lutam até para chorar seus mortos	O Fluminense	01/11/1986
Cabo Frio: posse da terra ainda provoca tensão em Campos Novos	O Fluminense	22/11/1986
Violência explode também no campo	Jornal do Brasil	07/06/1988
Posseiro fez denúncia contra UDR antes de sofrer atentado	Jornal do Brasil	08/06/1988
Polícia suspeita de dedo da UDR	Jornal do Brasil	08/06/1988
CPI da Terra denuncia violência no campo	Tribuna da Imprensa	09/06/1988
Morre líder rural	Tribuna da Imprensa	11-12/06/1988
Surge mais um suspeito da morte do líder sindical Lan	O Fluminense	02/07/1988
Caso Lan: polícia indicia empresário	Tribuna da Imprensa	05/07/1988
Fazendeiro é preso como mandante da morte do líder rural Sebastião Lan	Tribuna da Imprensa	28-29/01/1989
Lavrador denuncia prática da violência na área rural	O Fluminense	10/06/1989
Federais retomam em Cabo Frio a fazenda da violência	O Fluminense	17/08/1989
Grileiros intimados a abandonar a fazenda	O Fluminense	17/08/1989
INCRA não dá trégua a invasores	O Fluminense	18/08/1989
Ação contra grileiros da Campos Novos vai continuar	O Fluminense	18/08/1989
Moreira dá pensão para viúva de Lan	O Fluminense	17/10/1989
INCRA despeja empresário em Cabo Frio	O Fluminense	10/11/1989
Cemitério será expropriado para lavrador ter	O Fluminense	30/11/1989

área		
Cabo Frio irá julgar hoje assassinato de líder rural	O Fluminense	11/10/1990
Acusados de assassinato de Sebastião Lan são julgados	O Fluminense	23/11/1990
Desmembrado julgamento dos matadores de Lan	O Fluminense	24/11/1990
Outro acusado no caso Lan vai a julgamento	Jornal do Brasil	04/12/1990
Ex-PM do caso Lan é condenado a 14 anos	Jornal do Brasil	04/12/1990
Julgamento de caso Lan é mais uma vez transferido	Jornal do Brasil	10/12/1990
Zé Florzinha será julgado dia 08 de março	O Fluminense	22/02/1991
Promotor quer pena maior para Zé Florzinha	O Fluminense	11/03/1991
Proteção	O Fluminense	15/07/1991
Pelotão especial em Cabo Frio	O Fluminense	17/07/1991
Nilo manda policiais a Cabo Frio	O Fluminense	19/07/1991
Fazenda passa para municipalidade	O Fluminense	13 a 19/07/1993
INCRA demarca novas áreas	O Fluminense	27/10/1995

Esse é um momento de acentuada mobilização pela reforma agrária e de crescente organização política de camponeses e trabalhadores rurais. A legislação trabalhista e previdenciária não havia sido ainda estendida aos trabalhadores do campo, apesar de algumas tentativas nos governos de Getúlio Vargas. Esse debate público girava em torno da definição do trabalhador rural como categoria profissional, tanto na esfera parlamentar quanto na executiva. O direito a formação de sindicatos, por exemplo, não estava legalizada no meio rural e qualquer forma de organização política era reprimida pelas forças policiais e considerada uma ameaça ao direito de propriedade e a ordem pública. Os grandes proprietários consideravam que a sindicalização levaria a expansão da luta de classes para o

campo e afirmavam que o camponês era incapaz de ser organizar autonomamente. Venceu a proposta de associativismo misto, ou seja, que congregava empregados e patrões, cujos interesses seriam supostamente convergentes. Na segunda metade dos anos 1940 começaram a surgir as primeiras associações de lavradores, constituídas com a colaboração do Partido Comunista do Brasil (PCB).

As associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas, tirando-as de sua dimensão local para articulá-la na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. É o momento em que começou a se produzir o reconhecimento político do campesinato e suas demandas e enfrentamentos passaram a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos (MEDEIROS, 2018,p. 60).

Na matéria citada acima do Jornal do Brasil, foi mencionada uma visita do então deputado Francisco Julião a Macaé quando anunciaria a criação de uma liga camponesa naquela cidade, durante uma manifestação organizada pela Federação das Associações de Lavradores. Naquela ocasião as ligas camponesas, o Partido Comunista Brasileiro e a igreja católica disputavam poder de influencia no processo de organização política dos camponeses e trabalhadores rurais e, conseqüentemente, nos conflitos fundiários e nas demandas por reforma agrária, direitos trabalhistas e organização em sindicatos (GRYNSZPAN & DEZEMORE, 2007). Em condições políticas e institucionais inviáveis a organização em sindicatos, o movimento de formação das ligas camponesas se estruturou como associação civil. Já o PCB defendia, num primeiro momento, a luta pelo direito de sindicalização para os assalariados do campo, enquanto aqueles que lutavam pelo acesso a terra (sua manutenção ou aquisição) deveriam se organizar através do associativismo civil. A divisão entre aqueles que detém os meios e controlam as condições de produção (a terra, no caso) e aqueles que estão alijados deles deveria corresponder as formas distintas de representação e mobilização coletiva. Posteriormente, passou a sugerir a sindicalização para todas as categorias de camponeses (foreiros, meeiros, parceiros, posseiros).

As ligas defendiam a orientação pela demanda da manutenção ou obtenção da posse da terra em projetos mais radicais de reforma agrária através de confrontos incisivos contra os latifundiários, “na lei ou na marra”, como uma força propulsora de mudanças mais profundas em toda sociedade. O PCB alegava que a modernização (e proletarização) rural e a mudança da propriedade e gestão das fazendas para empresas, traria para o primeiro plano as relações

capitalistas de exploração. Propunha então a luta por dentro da legalidade e da institucionalidade democráticas, pois o socialismo seria uma fase necessariamente subsequente ao avanço do capitalismo. Deste modo, a modernização dos processos e das relações de produção no campo eram positivas para uma futura transformação mais radical. Todavia, ambas organizações nas suas práticas de mediação política se desviavam das suas respectivas teses, e tanto o PCB quanto as ligas apoiaram movimentos de confrontação com fazendeiros quanto de pressão pelas vias jurídicas para manutenção de posse ou pagamento de indenizações por despejos.

Nos anos 1950 e 1960 que os camponeses e trabalhadores rurais surgem como atores políticos e sujeitos de direitos, portanto como categoria de mobilização coletiva em uma linguagem de expressão pública de privações e sofrimentos nos termos de sentimentos morais ligados a noções de injustiça social.

Os camponeses não eram exatamente uma novidade nos discursos e documentos produzidos pelos setores de esquerda no Brasil. O que se apresentava como novo na conjuntura que se abria era que, em vez de continuarem a ser mais um componente da retórica revolucionária, os camponeses se transformaram em objeto de ações e investimentos concretos. Foi a partir da década de 1940, e sobretudo dos anos 1950, que os grupos de esquerda passaram a deslocar quadros para a atuação no campo, gerando apreensão entre os setores conservadores. [...] (GRYNSZPAN & DEZEMORE, 2007, 217).

As categorias de *sertanejo* e *rurícola* são substituídas por *camponês* e *trabalhador rural*, o atraso atribuído ao *caipira rústico* – ignorante, ingênuo e supersticioso – é reformulado quando entre em cena o campesinato militante e revolucionário.⁴⁴ Se antes o *sertão* era um empecilho ao progresso representado pela cidade e o modo de vida urbano, o desenvolvimento terá como obstáculo o latifundiário, que oprime os camponeses (70% da população era rural, nos anos 1950) impondo a eles a miséria e condições precárias de vida. Nasce a figura do *grileiro* – aquele que se apropria ilegalmente de terras – como vilão social e antagonista do *posseiro*; e o conceito de função social da propriedade adquire força política, para além de sua definição jurídica já estabelecida em lei anteriormente. As desapropriações se constituem na principal modalidade de ação dos governos (estaduais e federal) para combater os latifúndios e para resolver situações graves de conflito fundiário.

⁴⁴ Neste momento temos a discussão nas esquerdas sobre o papel do campesinato em processos revolucionários ocorridos em países pouco industrializados, portanto que não tinham um operariado importante economicamente e politicamente para liderar movimentos de transformação social.

O acionar das identidades era flexível. Por exemplo, grupos sociais que se identificavam em um determinado momento como posseiros e, portanto, demandavam a posse da terra contra as tentativas de sua apropriação por grileiros, em outras situações apareciam pagando taxas por seu uso, atitude que caracterizaria o reconhecimento da propriedade de outrem. Assim, posseiro, mais do que uma situação objetiva, claramente delimitável, era uma categoria política que explicitava determinadas demandas.

Parceiros, arrendatários, foreiros e posseiros tinham suas reivindicações por direito à terra traduzidas na bandeira mais geral da reforma agrária, questionando a concentração fundiária e seus efeitos sobre o desenvolvimento do país. Por meio delas essas lutas ganham espaço público, ao mesmo tempo em que buscavam seu reconhecimento legal, em um esforço por alargar os direitos constituídos (MEDEIROS, 2010,p. 120).

De modo algum estamos diante de categorias estáticas, mas são relacionais e situacionais, remetem a identidades construídas na dinâmica das situações de conflito e nos processos de constituição de sujeitos políticos frente a antagonistas. Novas categorias de percepção do mundo rural emergem concomitantemente a uma nova gramática moral das lutas sociais pela terra, que legitima as demandas camponesas e geram a adesão afetiva difusa pela solução de um novo problema público, a reforma agrária. Tal cenário social induziu a inovações no arsenal legislativo e burocrático do Estado.

Diante desta nova configuração jurídica dos conflitos fundiários, a ocupação de terras adquire centralidade para forçar o cumprimento da legislação nos tribunais e as assessorias de advogados tornam-se estratégicas. Temos aqui uma amostra da articulação complexa e da circulação entre noções e representações da esfera das lutas sociais, do campo político e da ossatura burocrática do Estado.

A produção e a generalização de novas categorias de percepção do mundo rural e de suas populações tomaram a forma de uma verdadeira descoberta do campo e dos camponeses, que passaram a ocupar lugar privilegiado na produção artística e cultural de maneira geral, nas análises sobre a realidade brasileira e nas ações políticas. [...]

É importante destacar que o latifúndio e o sistema de dominação secular por ele representado passaram a ser sistematicamente denunciados justamente num momento em que o mundo rural brasileiro vivia intensas transformações. Tais transformações, que tinham origens e assumiam formas e ritmos diferentes nas várias regiões do país, produziram impactos significativos sobre as próprias relações tradicionais de dominação, criando condições para a sua ilegitimação, além de ocasionarem, como uma de suas expressões mais evidentes, uma intensa e generalizada

expulsão de camponeses das terras onde viviam, sobretudo no interior das grandes propriedades. (GRYNSZPAN & DEZEMORE, 2007, p. 215).

A reforma agrária emerge como problema público e a extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural se torna um tema relevante tanto para a esquerda quanto para a direita. O ápice deste processo de institucionalização da questão agrária, antes do golpe de 1964, foi a criação da Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA), em 1961, e o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, no governo João Goulart. O sindicalismo rural adquire reconhecimento oficial e *trabalhador rural* torna-se a categoria abrangente, unificando as distintas situações de empregado sob remuneração e de condições de acesso a terra.

Outros personagens desta terrível narrativa de repressões e violências cometidas para a expulsão das famílias moradoras na Fazenda Caveira são o Dácio Pereira de Souza e Jamil Curi Miziara. Policiais militares estavam envolvidos em espancamentos de lavradores sob as ordens de Dácio Pereira de Souza (O Jornal, 27/06/1964). O padre Antonio Carvalho, diretor do “Plano Agrário” [Plano Piloto de Ação Agrária] em diligências por fazendas no estado do Rio de Janeiro que estavam em situação de conflito, afirmou que pediria exames de lesões corporais em lavradores espancados e que solicitaria títulos de propriedade em dez fazendas “daquele município” [não sei se ele se referia a Cabo Frio ou São Pedro da Aldeia].

O Plano Piloto de Ação Agrária foi um programa de ação para lidar com os conflitos fundiários, criado em 1959 pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira. Foram desapropriadas 18 fazendas no âmbito deste programa (GRYNSZPAN, 1999). Nesse momento, o controle político do estado do Rio estava nas mãos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo com a morte de Roberto da Silveira, em 1961, em um acidente de helicóptero,⁴⁵ pois foi substituído pelo seu irmão Badger Silveira, eleito governador no ano seguinte. Este teve seus direitos políticos cassados logo após o golpe de 1964. Roberto Silveira apoiou a criação de associações de lavradores, visando contrapor a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no processo de organização política de camponeses e trabalhadores rurais. Em 1960, foi criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), apoiada pelo padre Antonio Carvalho, para disputar com a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). A primeira federação estava ligada a organizações católicas atuantes junto aos trabalhadores, como a Federação dos Trabalhadores Cristãos. Nesta época, a igreja católica buscava frear a influência da esquerda,

45 Com a morte de Roberto Silveira, Celso Peçanha assume o governo.

especialmente do PCB, juntos aos movimentos de trabalhadores. O padre Antonio Carvalho, no âmbito da intervenção no sindicalismo rural na ditadura militar, foi vigiado e foi citado várias vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (MEDEIROS, 2018). Pode-se constatar que o padre Antonio foi demitido do cargo de diretor do Plano de Ação Agrária alguns dias depois da publicação da matéria d'O Jornal, como foi noticiado pelo Última Hora, de 04/07/1964.

No jornal Luta Democrática (01/02/1964) Jamil Miziara, definido como “rico industrial de São Paulo” e “grileiro e dono do frigorífico Bordon”, foi a redação do jornal para reclamar da “invasão” das suas propriedades em conversa com o jornalista Paulo Valente e com o deputado Tenório Cavalcanti, fundador desse órgão de imprensa e que apoiava a os sindicatos de trabalhadores rurais. O empresário ameaçou despejar os lavradores com cem homens armados. O jornalista solicitou a presença de uma comissão de lavradores que relataram as arbitrariedades cometidas pelo administrador conhecido como Dr. José, incentivando o incêndio de casas e destruição de plantações. O delegado de Cabo Frio teria garantido a Paulo Valente que os lavradores não seriam despejados com o uso da violência, mas apenas através de medida judicial. Jamil Cury Miziara será um protagonista central dos atos de violência contra os posseiros da Caveira, no período da ditadura militar, julgado como mandante do assassinato do líder rural Sebastião Lan, em 1988.

Capítulo 4.

“Minha arma é minha enxada, minha foice, porque eu limpo a terra”: a “Revolução de 64” e a repressão aos “comunistas” da Caveira.

Meu compade Afonso, meu amigo do peito![...] Foi espancado! Muito espancado o coitado! Veio que o compade não podia nem andar! E me abracei com meu compade, chorei muito! Chorei muito minha filha! [...] Meu marido foi preso porque foi defender o compade Afonso. (Dona Jovelina, entrevista concedida a Gessiane Nazario, 01/09/2018).

Embora saiba que revolução não é o termo correto para definir o golpe militar de 1964, escolhi utilizá-lo como título desta sessão, pois é o termo pelo qual os próprios sujeitos da Caveira designam este período. As violências e tentativas de expulsão continuaram após o golpe de 1964 com o agravante do uso de categorias acusatórias e de estigmatização que se tornaram recorrentes no vocabulário de justificação da repressão política. Os autoproclamados proprietários legitimavam suas arbitrariedades imputando aos “invasores” o rótulo de *comunistas, subversivos*, elementos ameaçadores à ordem pública.

Dona Rosa teve de viver escondida por algum tempo para não ser presa. Seus filhos se lembram dela ter se escondido assim que foi anunciado o golpe.

Dessa trajetória toda, o que me marcou, e também a ele e nos marcou foi a Revolução de 1964. Né?! Que ela foi perseguida, ela era perseguida política, que ela fazia parte do... do partido, né? E esse partido na época era perseguido, não era reconhecido... foi muito perseguido. E essa revolução me marcou muito! Que ela teve que fugir!né?! No caso. E ficou eu, minha irmã e ele aqui nessa casa. Quando... o exército invadiu a casa, né?! Só estávamos nós três aqui dentro. E ela.. fugiu. Fugiu ela, não só ela como vários do partido que tinham que fugir. Então essa época foi uma época muito marcante pra gente, sabe?! Nós sofremos muito! Nós sofremos... durante três dias aqui até que nossa tia, né... Otília, que também já faleceu, veio e pegou a gente pra casa dela. Mas naquela época nós sofremos muito. E nisso nós ficamos o quê? Quinze dias sem ver mamãe, sem ver papai... e o pessoal do... na época era DOPS, né?! É é... o órgão da polícia... acho da polícia federal, tinha no Rio. E eles vinham, mesmo nós criança, eles tentavam até nos torturar pra saber, dizer onde ela estava, mas nós não sabíamos! Só quando chegou um dia, à noite, quando estávamos na casa da minha tia e ela veio, por dentro do mato, à noite, pra dar uma olhadinha na gente, mas também foi rapidinho. Olhou, cada um, olhou eu, meu irmão e... foi embora! Ai só voltou com quinze dias depois!⁴⁶

O senhor Waldemar Alves Nunes também nos relata:

⁴⁶ Depoimento de Nilzimar Maria Silveira, filha de dona Rosa, ao documentário “A Conquista” do projeto AutoDoc do IPHAN de São Pedro da Aldeia. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zA3YmZA_oWc, acesso em 10/04/2018.

Em 64, os grileiros queriam matar ela, entendeu? [Refere-se a dona Rosa] Porque ela vivia na... na... dentro desse trabalho, de terra, né?!e... os fazendeiro tinham uma raiva dela disgramada! e... os fazendeiro também tinha um medo dela danado! Em 64 eu via a porta da dona rosa aberta, conforme está ali, ó,ó! Mais de mês!tudo largado! E eles tudo sumido! Desaparecido!teve gente aí que apanhou como burro na carroça!eu morava na restinga nessa época de 64, não estava aqui ainda!Estava na restinga. E estava a uns vinte, dez metro... vocês sabia que a mulher tem muito mais coragem que o homem? Dá pra me explicar? Na revolução de 64 eu tava deitado numa noite numa distância daqui ali, perto de casa, vendo as polícia tudinho, passando pra lá e pra cá! Eu ia dizê: ei, eu tô aqui! É ruim, hein! O que ficou em casa apanhou muito! Entendeu? A polícia não matou por causa desse pai que ta aí em cima, aí, ó... a proteção, porque... Foram muito covardes, bateram muito no povo! Silva, era o irmão de Joaquim, o marido de dona rosa. Ficou com o rosto dele, quase do tamanho de uma botija de gás. Só batendo com a borracha na cara dele. Mas bateram muito! bateram muito! Foi por causa de terra. Essa bichinha que ta aí, ó, que dá um aipim tão bom! Dá uma laranja tão boa! uma bananinha tão boa... e ela tá dizendo assim, ó: eu vou te dar tudinho e depois vou te botar no prato, ó... a terra num vai comer nós tudo?!e, então, por causa de terra. E o fazendeiro quando vinha, ó, queria tomar na mão grande! ‘Ah, eu comprei isso aqui!’ aí, eu pegava a minha trouxinha, botava na cabeça (um bem que fala, né?!) e botava a mulher na frente e ele tomava conta de tudo! Mas não pode ser assim, não é assim que a banda toca!⁴⁷

No depoimento de dona Aquilina Maria José dos Santos⁴⁸ (d. Lola como era mais conhecida) constatamos esta memória de luta ainda mais acirrada durante o regime militar no Brasil: segundo ela, a polícia chegava para cumprir mandatos de expulsão. Algumas vezes chegavam com tratores para derrubar as suas casas: “A polícia entrou na casa de um e derrubou a casa! Entrou com o trator e derrubou a casa.” Dona Lola também me relatou sobre o caso de seu cunhado, o sr. Afonso, que chegou a ser preso:

*Levaram um! É o Afonso. Assim de madrugada, veio a polícia de fora... bateu na cara dele, panhou ele, levou ele preso, algemado. Levou ele lá pra Niterói. Levaram ele pra lá um mês! Preso! Aí... depois... sortaram, mas eles num queriam sortar. Eles queriam levar, pra ilha du... du... eu esqueci o nome! Pra ilha do aonde que, pra quem vai pra lá não vorta mais!
É!⁴⁹ [Ilha Grande]. Quem vai pra lá, não vorta mais! Aí quando eles tavam com o projeto, a polícia, de eles mandá pra fora, foi embargado. Embargou,*

47 No mesmo documentário mencionado na nota anterior.

48 Entrevista de dona Aquilina concedida a mim em sua casa, em 01/09/2018. Ela faleceu no mês seguinte, no dia 24/10/2018 aos 96 anos de idade.

49 A afirmação foi feita após eu lhe perguntar se o nome da ilha para qual levaram o senhor Afonso era Ilha Grande.

proibiu... aí ele levou o quê, lá?! Levou um mês, lá. Preso! Levava pouca comida... judiavam... ele tá aí ó! Vivo! É meu cunhado, até! Mas ele... ele foi bobo porque ele reagiu! Entendeu? Tá entendendo? Ele reagiu e... a polícia vinha pra levar o pessoal tudo! Num carro grande. Aí chegou na casa mais próxima da estrada, chamou ele: “Afonso! Afonso!” E ele disse: “o quê?” “abre essa porta aí!” e vieram tudo, lá, metiam a mão na porta, derrubavam! [inaudível] dentro de casa! Aí teve que sair arrastando ele... mas isso é verdade! Eu digo quando tenho certeza que eu me lembro muito bem! É... arrastando ele, prendeu! Mas ele porque... ele...ele reagiu, ele xingava! Afonso, Afonso, aí xingou ele também! E ele, desculpe a palavra: “seus filha da puta é vocês!” aí ele... acho que tiravam a força, aí ele... tinha uma armazinha também! Foi aquele sufoco pra tirar e prendê. Aí levou arma, levou... mas isso foi um tempão! E ele ficou coitado... tinha.. uma mulher. Que morreu tadinha! Que morreu proveniente disso mesmo, que ela ficou na lama, que eles dirrubaram a casa da mulher... cuzinando, minha filha! Num [inaudível] ele tinha dois gêmea, pequena, então tudo isso tadinha! Elas morreram! Num guentou, não. Morreu! Aí ele... ficaram ali, ficou ele tá ali até hoje, ó. Ele tá ali até hoje! Ficou ali... teve a família ali... e eles... ficava assim, a gente, né?! Tudo, mais tudo! Isso aí num é [inaudível] pequeno, não. É até que lá na Rasa, Rasa, Manguinho... ali perto de Armação [inaudível] aí [inaudível] agente [inaudível]. Tinha muito aborrecimento! Tinha dia que eles ficava lá e dava na cara da gente (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).



Dona Aquilina (Lola) e seu neto Wallace em seu quintal

Foto: Gessiane Nazario, 14/04/2018



Dona Jovelina no quintal da sua casa

Foto: Gessiane Nazario, 14/04/2018

4.1 – A memória da repressão: o regime de terror e a resistência camponesa.

Nesse contexto histórico a violência e a repressão (prisões, torturas e assassinatos) tornaram-se políticas de Estado, o estado de exceção se tornou regra, se institucionalizou. Contudo, pude constatar uma abordagem jornalística em geral favorável aos *posseiros* da fazenda Campos Novos e Caveira, construídas com outras categorias, principalmente aquelas oriundas da linguagem sindical (posseiros, lavradores, camponeses), descrevendo as situações de conflito em que os algozes são *grileiros, fazendeiros*, “aqueles que se dizem proprietários ou donos” que comandam *jagunços, capangas* e policiais militares. Acrescente-se delegados omissos ou coniventes.

As narrativas jornalísticas sobre as violências são contundentes, muito próximas dos relatos dos camponeses, como nas matérias anteriores ao golpe, entretanto os textos são mais extensos e ocupam mais espaço na página do jornal (induzindo mais a atenção do leitor). Farei uma leitura muito próxima dos textos jornalísticos porque apresentam uma crônica minuciosa da violência, das práticas de intimidação impostas aos *posseiros* da Caveira, convergente com a memória coletiva do conflito. Quase disse uma etnografia (do passado ou da memória), porque enfocarei nos relatos jornalísticos os atores, interesses, estratégias e significados envolvidos e delineados nas narrativas. Não estamos falando aqui de lógicas abstratas, mas de ações concretas e interações entre agentes e agências singulares, de identidades e subjetividades em relações situadas historicamente. Não se trata de um mero gosto pelo detalhe, mas da percepção de que nos detalhes se abriga a possibilidade de articular situações, processos, cadeias de eventos em contextos de significado que permitem a compreensão de experiências de violência quase cotidianas pela sua frequência e que a distância temporal pode amenizar. Por isso, é importante não deixar escapar o tom dos relatos mediados pelo discurso jornalístico.

O trabalho do tempo ainda está se operando na consciência dos sujeitos envolvidos (quilombolas da Caveira), fazendo oscilar a narrativa sobre as lutas e sofrimentos do passado entre o dizível e o indizível, o lembrado e o silenciado (POLLACK, 1989). Falar sobre aqueles embates para algumas pessoas na Caveira ainda é uma forma de vivenciá-los novamente, portanto a expressão dessa memória não é fácil, são emotivamente carregadas, principalmente para aqueles que foram presos e torturados. O Sr. Afonso não quis falar sobre sua prisão e tortura, quando o entrevistei. Ele não consegue falar sobre o assunto, apesar de

conversar sobre aquela época e da resistência camponesa diante dos fazendeiros. Mas sua filha, Vanda, demonstrando toda sua admiração e orgulho do pai, relatou-me o que aconteceu.

Aí meu tio Wilson teve que se esconder, abrir buraco, tipo cavernas na terra. Ficou escondido debaixo de lixos, para poder... procurando eles no bairro inteiro. Eles não estavam procurando para prender. Já tinham prendido alguns deles... Queria matar! Então ele pra não morrer, porque tinha mulher, filho, criança pequena. Ele pegou e se escondeu, fugiu. Ficaram caçando ele, aí ele até pegou um cobreiro, devido a esse... ficar embaixo da terra. Naquela época tinha tudo quanto era bichos né. Então ele ficou, se escondeu para sobreviver. E meu pai apanhou para dizer onde estava o líder [Silvio da Silveira]. E eles não sabiam que eram irmãos, senão eles podiam ter matado meu pai. Mas meu pai não falou, não contou nada. [Seu Afonso permanece em silêncio, só balançando a cabeça afirmativamente]. [...]

Ele fala, ele tinha que tá vivo hoje para contar a história. Ele morreria para defender os irmãos ou outros. Por que tinha outros também.

Vanda conta que questionou o pai: por que então ele não deixou a terra? Ela disse que ele respondeu assim:

“É porque se eu deixasse a terra, vocês hoje não teriam onde morar. Era o lugar que vocês tinham pra morar”. Meu pai sofreu por nós, e a gente ainda nem existia. Alguém teve que brigar pra que a gente existisse. E eu sempre falo pra ele que ele é um exemplo vivo! Pra mim ele é um martir, uma força! [...]

Ele ficou nove dias dormindo no chão duro, no cimento. Ele voltou inchado! Ele voltou tão inchado que minha mãe nem o reconheceu, quando ele chegou. Estava sem tomar banho, sem comer, maltratado mesmo! Foi judiado que nem... Pior que um animal. Ele voltou, trouxe marcas físicas e marcas internas e trás até hoje... ele trás. [...]

Ele e outros foram pessoas que brigaram mesmo! Posso dizer que brigaram! E ele é de paz! Cê vê que ele é muito tranquilo, mas deu a vida pra brigar. E não delatou ninguém. Que é o mais incrível, que ele não entregou ninguém. Por que uma palavra deles ali... Ofereceram até coisas: “Oh, te damos isso, fazemos isso, se você entregar o fulano”. “Eu morro, mas não entrego fulano, porque a gente não tá fazendo nada de errado”. [Ele disse aos seus algozes]. [...]

Ele falou que todo mundo era maltratado. [O grupo que estava preso com ele]. Mas ele conta que não sabe por que tinham tanto ódio dele. Talvez, supostamente, sabiam que ele era irmão do líder. Mas não entregou pra poder não... Ele disse que até perguntavam onde é que estavam as armas. E ele falava assim: “Minha arma é minha enxada, minha foice, porque eu limpo a terra”. Ele não brigou com enxada e com foice, mas ele brigou com a terra, pra dar o fruto pra gente! Pros meus irmãos que eram mais velhos terem o que comer. Então ele fala: “Eu nunca andei armado”. O policial

até perguntou pra ele: “Ah, então que arma é essa aqui?”. Ele falou: “Não sei, nunca nem sequer segurei, mas se o senhor me perguntar o que que é uma enxada, eu sei. Por que com ela eu rasgo a terra pra poder ter o que comer” Então é um exemplo muito grande pra mim! Eu não sei pros outros! Pros meus outros irmãos porque... Ele carrega, ele tem marcas no... físicas e também internas. Pra ele é mais difícil!

Hoje a gente ri, hoje a gente brinca. Tem irmãos que até brincam: “Ah, papai brigou por causa da terra tal, vai ver andava armado”. Aí ele diz: “Minha arma era uma enxada, pra vocês terem o milho pra comer, um aipim pra comer hoje. Essas bananas que daí? Elas que contam a história de quantas vezes eu briguei” (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em).

A terra, a roça, tem história, tem memória, tem sujeito. “Essas bananas aí? Elas que contam quantas vezes eu briguei”: nada poderia expressar melhor o sentido do conceito de territorialidades específicas. O território é uma construção social e política, formado nas trajetórias familiares e comunitárias, nas lutas e resistências para manter um modo de existência coletiva no qual a terra é uma referência simbólica e um suporte material fundamental. É a história e a memória dos conflitos fundiários na Fazenda Caveira.

O pouco que o Sr. Afonso conseguiu me contar, com uma certa dificuldade, sobre sua prisão, foi assim: “Eu com mais 11 da Fazenda Campos Novos foram presos comigo”, “Formamos uma turma pra gente trabalhar sempre em conjunto.” Foram frases curtas e pausadas. Como se as palavras tivessem um peso insuportável, porque carregadas de lembranças que o Sr. Afonso prefere deixar encobertas pelo silêncio. Falou sobre o interrogatório e sobre o interesse da polícia em seu irmão que era presidente do sindicato. Ele disse que seu irmão foi se apresentar na marinha, pois no rádio anunciava que ele era fugitivo e, por isso, ele se apresentou na Marinha. Quando foi preso, ele disse que não tinha advogado com eles.

Ficamos num galpão grande... os outros diziam: ih, Afonso! Vão matar a gente. Eu disse: rapaz não tenha medo! Cê roubou alguém? Não! Nem eu! Então não tenha medo! Aí eu animava eles! Eles querem roubar o que é nosso! [...]

Quando me panhô, aqui, ainda me bateu ainda! Lá, nós cantava e tudo. Dizia pra eles... ficava triste, dizia: nós vamos sair daqui e ir embora trabalhar! Nós não matamos ninguém! Lá, na hora que ia dar o depoimento, tinha cigarro, tinha cachaça, eu dizia: eu não fumo não senhor (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, 22/11/2019).

Quando perguntaram a ele por que estava sendo preso, respondeu : “Por que eu trabalho pra dar comida à família! Nunca matei, nunca roubei ninguém! A gente participava do sindicato dos trabalhadores rurais. Era meu irmão que era presidente”.

Meses depois da instalação da ditadura militar, o Última Hora (04/07/1964) já destaca na sua manchete sobre a situação do conflito fundiário em Campos Novos como um “regime de terror” imposto por “grileiros” e “capangas” chefiados pelos “pretensos donos” Dácio Pereira [de Souza] e José Gringo. O cenário descrito é extremamente grave, implicando a continuidade de um repertório de ação no qual o uso sistemático da violência, com a conivência de delegados e policiais militares, realmente corresponde a imposição de um regime de terror: incêndio de casas, tratores e gado destruindo roças, espancamento de adultos e crianças, prisões arbitrárias, tortura... Podemos pensar neste regime de terror como um padrão de relacionamento imposto por *grileiros* a *posseiros* (enquanto categoriais que remetem a posições sociais) que marcam a existência social na Fazenda Campos Novos, pelo encadeamento de experiências e narrativas de sofrimento que rompem frequentemente com o cotidiano. Dona Lola nos relatou este contexto de grilagem e violências.

Aí começou, o... o pessoalzinho comprar o lugar, então compraram que... dizia que comprava, mas não comprava, não tinha escritura! Porque num tinha papel, num tinha nada, né? Aí, cismavam de exigir outra vez, que nós pagasse rendimento a eles, pagasse a eles. Aí a gente num pagava mais... aí eles cabavam de vender tudo! Vendia uns pedaços! Por exemplo, lá no Botafogo cada um vendia um pedaço aqui, outro um pedaço ali... e... foi-se acabou de vendê e cabo arrendamento. Vem gente ninguém sabe da onde, né? Onde estava, ficava, era dono! [...]

Entendeu? Aonde estava, era dono! Da localidade, era dono. Nisso, os dono, vinha, passava incomodar, vinha polícia...com os homi pra atacar, aí as mulheres saía pro meio do mato! A gente que era mulher, ficava dentro de casa com os filhos, os hõmi saía, ia tudo durmi no mato. Cê vê, né? Que conscidência, né? Aí... isso aí se acabou! Cabaram cum isso, porque... gente tinha processo pra eles! Entendeu? Pra eles.. aí é onde Castelo Branco, autorizou, e aí ele, era governador.. [era presidente da república] “quem estava, tem que ficar no seu lugar!” daquela lei em diante [acho que ela se refere ao Estatuto da Terra], ninguém pagava mais! Mas isso foi luta aqui! Pra conseguir, minha filha! Aí de noite o meu marido, ia pra cá. Entrava uma porção de hõme, tá entendendo? E a gente ficava dentro de casa com os filhos. Eu pude sair! Nunca veio aqui em casa. Verdade, é o certo. Nunca veio aqui em casa! Mas veio na minha vizinha ali, que é a vô desse garoto aqui. Por parte de mãe. Ela.. [inaudível] e ela tava esperando neném, aí todo mundo ficou chocado... entrou dentro de casa e as criança tavam dormindo, quase pisaram em cima das criança! Só aqui em casa, nunca

vieram! Nunca vieram [inaudível] aqui em casa (Entrevista dona Aquilina concedida a Gessiane Nazario, em 01/09/2018).

Violência, memória e subjetividade: *grileiro e posseiro, fazendeiro e lavrador* são categorias que fazem todo sentido para os sujeitos, constituem a experiência e as narrativas sobre o passado fundamentais para a identidade quilombola no presente: a luta, a coragem e o sofrimento dos mais velhos é o patrimônio simbólico deixado para as gerações mais jovens, junto com o patrimônio material que é a terra. Em uma entrevista com Seu João e Dona Almerinda, eles relataram, até com certa tranquilidade, os eventos relativos às prisões e a repressão que sofreram ao serem rotulados como “comunistas”, o que já os colocava em situação de vulnerabilidade política e física naquele contexto, porque “a gente lutava com a fúria dos fazendeiros”, como eles disseram.

Quando eu fui pra Cabo Frio ganhar o meu primeiro filho, eu não podia voltar pra cá porque tava aqui um pandemônio, polícia nas casa, virava tudo procurando arma. Por que dizia que aqui era arsenal de arma. [...]
Por que aqui, a gente aqui que morava... foi dado como... como... como o quê? Ditador, que hoje fala assim... Como comunista, é. [...] [Dona Almerinda]

Por que a gente lutava contra a fúria dos fazendeiros. Então quando o fazendeiro vinha tirar... Quando eu era garoto, a turma de São Mateus tratava a turma de Botafogo como a turma da Coréia. É a turma da Coréia. É a turma da Coréia. Por que naquela época havia a guerra da Coréia, né, aí eles tratava a gente aqui como turma da Coréia, porque a gente brigava contra os fazendeiro. [...] [Seu João]

Eu acho que o que mais me marcou foi essa revolução, porque na época ela teve um problema sério, porque não falaram a verdade do que estava acontecendo. O que acontecia, que uma luta contra o fazendeiro que queria despejar o povo a qualquer custo. Só que os fazendeiro que queria fazer esse ato, entendeu, eles criaram um clima como se aqui a turma tivesse criando uma política contra a democracia, contra... contra a constituição do país. Aí eles em vez de pesquisar, pra ver se realmente a coisa era essa, eles não, chegaram aqui e entraram nas casa, arreventou tudo, procurando, procurando armas, procurando coisa, que a arma que tinha era uma espingarda pra caçar. [Seu João]

Polícia que veio aqui pegou o povo, João foi preso. [Dona Almerinda].

Eu fui logo solto. Eu tava no carro da empresa, ia pra empresa, pra trabalhar. Sai parece oito ou nove hora da noite, porque ligaram lá pra firma e a firma... [Seu João]

O irmão dele [Seu Afonso] levaram pro Rio, e no Rio ficou mais de mês apanhando. [...] [Dona Almerinda].

Me levaram pra São Pedro, na delegacia. Mas eu não assinei nada, não fichei nada. [Seu João]

João e Inácio deixaram aqui em São Pedro. Agora, Afonso levou lá... [para Niterói]. [Dona Almerinda]

Ele não foi porque ficou escondido no mato. [refere-se ao seu irmão Wilson] [Seu João]

Ficou seis meses no mato. Ele levou seis meses no mato. [...] Era comunista, então a polícia todo dia vinha nas casa. Revirava tudo. [...] Ai eles tinha a gente aqui como comunista. Ai levou muito tempo preso, apanharam muito e coisa. O meu cunhado era o líder. Ele, chiquinho e Deocrácio. Esses três que a polícia queria botar a mão, né. Por que eram os comunista. E os outrosinho mais embaixo eles também sofreram, sofreram também. Não conseguiram pegar ele, mas os outrosinho eles pegaram. Pegou João, pegou Inácio, pegou Afonso. [...] Eles pegaram João num caminhão, eles não pegaram ele em casa, pegaram num caminhão, caminhão que ele ia pro serviço, quatro hora da manhã, daqui pra Arraial do Cabo, trabalhar. E a polícia pegou ele lá no caminhão, pegou ele e prendeu. [...] [Dona Almerinda] (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).



Sr. Genil e seu filho Jandir

Essa memória é personificada nesses mais velhos e celebrada nas festas de aniversário e homenagens que são feitas para eles. A escola pode ser o espaço possível de formulação de uma linguagem pública e de consagração dessa memória doméstica clandestina e silenciada. A memória de traumas coletivos pode fundamentar identidades coletivas através de narrativas

políticas e morais socialmente construídas, no presente, na linguagem de direitos etnicamente diferenciados (POLLACK, 1989).



Sr. Ilson, Sr. Roberto e Sr. João



Sr. João e Dona Almerinda

Foto: Gessiane Nazario, 09/10/2019

Mais uma visita de uma comissão de lavradores a redação de jornais, pedindo providências ao governador Paulo Torres e aos secretários de segurança, de agricultura e de trabalho. Observamos aqui a acusação de comunista para justificar as atrocidades cometidas para expulsar os camponeses.

Sob o pretexto de “prender comunistas” no dia 6 de abril último os “capangas” dos dois pretensos donos das terras (nenhum possui títulos ou escritura pública que comprove a propriedade) com o auxílio de soldados da Polícia Militar espancaram lavradores e destruíram seus casebres, deixando suas famílias ao desabrigo. [...]

Ao mesmo tempo em que entraram com ações de despejo e “reintegração de posse” das terras que na realidade pertencem aos camponeses, os “grileiros” mandaram ameaçar de morte os que se recusam a entregar-lhes as terras, afirmando que “a PM virá agora com ordem de metralhar todos aqueles que não nos obedecerem, pois a DOPS já autorizou que fôssem mortos os ‘comunistas’ e ‘subversivos’” [as aspas são de autoria do redator da matéria] (Última Hora, 07/07/1964).

O artigo do jornal Última Hora utiliza termos e um tom muito duro contra os “supostos donos das terras” que não possuem “títulos ou escritura pública que comprove a propriedade”; o que demonstra o quanto a categoria grileiro estava consolidada nestes veículos de formação da opinião pública. Mesmo quando utiliza aspas para alguns termos e expressões, elas não significam um olhar relativista, mas a indicação de uso pelas pessoas envolvidas ressaltando seu caráter incomum fora das situações descritas. São categorias e noções próprias ao cenários dos conflitos fundiários. O terreno da moralidade pública ainda era propício a resistência camponesa contra o latifúndio e a reforma agrária fora institucionalizada com um problema social. Ao contrário, a retórica da repressão e opressão latifundiária para justificar as expulsões e despejos nas fazendas através da rotulação de comunistas e subversivos não tinham grande poder de convencimento na imprensa.

Poucos dias depois de instaurada a ditadura militar a linguagem oficial para reprimir opositores já estava sendo usada por fazendeiros e administradores. Com o apoio da polícia militar dezenas de camponeses foram presos e torturados na delegacia de Cabo Frio e no Estádio Caio Martins, em Niterói, onde ficaram detidos por um mês até o fim do inquérito que lhes foi imposto. Os policiais obrigaram as famílias a entregarem lavouras, animais de criação, ferramentas de trabalho, utensílios domésticos e outras benfeitorias com a ameaça de

morte dos parentes presos.⁵⁰ O Sr. Genil Silveira, em entrevista concedida a mim, conta como a polícia o abordou, quando estava trabalhando na fábrica da Companhia Nacional da Álcalis.⁵¹ Dácio Pereira estava dentro do carro dizendo que ele era um dos comunistas assim como era também o João Goulart. Nesse dia prenderam alguns deles. Dona Maria, esposa do Sr. Genil, lembra que eles diziam que iam jogar bomba pra matar todos eles. Eles passaram a noite em São Mateus na casa de parentes.

Foi na época da revolução de 64, aí foi em 64. Em 64 tinha um senhor chamado... esse senhor chamado Dácio... de Cabo Frio... Dácio Pereira. Ele não tinha fazenda. Ele comprou. Quando o Marques entregou essa área de terra do lado de cá, do lado de cá. Quando a Fazenda... [...]

Aí a fazenda, a usina entregou ao seu Marquejo a terra que ela ocupava pra [inaudível] o boi. E seu Marquês depois que ele não teve como lotear, ele vendeu a área e vendeu um pedaço pra um, outro pra outro, outro pra outro. Aqui em Botafogo, só aqui que ele não vendeu. Que não loteou, porque a gente tinha esse convênio com o sindicato, associação, et. Mas aí esse senhor chamado Dácio Pereira de Souza, aí comprou essa área do lado de lá onde cuja morava o pai dele e a vó e tal, do lado de lá. E queria tirar o pessoal, ele disse que ele comprava e aí ele ia mostrar que ele tirava aqueles nego ou não. Ele comprou uma parte, o senhor chamado João Zeca comprou outro lado aqui e Dácio comprou pra lotear, mas como ele não pode ele entrou na justiça uma porção de vezes. Veio com polícia aqui, tudo... Não conseguiu. E quando chegou na revolução o que que ele fez. Na revolução, em 64, ele veio com a polícia, jogou a polícia em cima do pessoal, alguns saíram, alguns se esconderam... Eu não corri. Aí botou boi pra comer a roça do pessoal, foi justamente aí, antes da revolução, que o pessoal aí se reuniu, botou pra comer a roça, o pessoal mataram um bocado de boi. Aí quer dizer, como ele viu que os boi ia morrer então ele mandou tirar os boi. Aí quando veio a revolução ele jogou a polícia em cima do pessoal. [A pesquisadora interrompe, e ele responde]. Eu vou chegar aonde você tá falando.

Eu tinha conhecimento nos quartéis, lá em Niterói. Sílvio... Eles prenderam Sílvio... Eu levei Sílvio na Secretaria de Segurança. Na época o secretário de segurança era um general chamado... general Ribamar, ali na Avenida Amaral Peixoto. Levei ele lá. E ele nessa época... Até nesse dia fui eu e Seu Alzemi, pai de [inaudível], Maria. Ele deu encaminhamento... falou oh tá acontecendo isso tá sim senhor. Aí esse cidadão não respeitou, porque ele tinha advogado. Tinha um senhor também que era militar que mandava...

50 Dona Rosa Geralda Silveira apontou o delegado de Cabo Frio, Péricles Gonçalves, figura ainda muito viva na memória da comunidade da Caveira, como o “homem mais perversos da face da terra, torturador de posseiro” (O Fluminense, 18/04/1983).

51 A Companhia Nacional da Álcalis foi criada durante o Estado Novo, mas só instalada, em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, no então município de Cabo Frio, hoje Arraial do Cabo. Junto com a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, foi criada para impulsionar a industrialização do Brasil. Ela foi privatizada, em 1992, no governo de Fernando Collor de Mello. Cf. Pereira, 2010 e https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Nacional_de_%C3%81lcalis, acesso em 29/04/2020.

ele matava boi e o cara ia levar quarto de boi pra casa. Tornei volta lá, aí o secretário mandou a polícia aqui investigar e tal. E aí eu nessa época já tava trabalhando na Álcalis. Quando chegou um dia eu tô indo pro serviço... Aí chegou lá o general me perguntou se tinha o número... se eu sabia onde era a casa desse cidadão [Dácio Pereira] e seu eu tinha o número da casa dele. Eu disfarçadamente passei lá e peguei o número da casa e levei, entreguei na secretaria de segurança. Aí ele mandou a polícia vim aqui e chegou lá de madrugada prendeu o cidadão, trouxe no ônibus.

Eu indo pro serviço vinha o ônibus da polícia cheio de soldado. Antes veio um comboio da polícia aqui, passou lá em casa, revistou. Tinha bem um sargento que era... Era... pensou que eu não sabia, não sabia o que era militarismo. Eu falei: sargento. “Pois não”. Faz favor. Ele veio. Aí aqueles rapazes, os soldados vieram atrás. “O que que tá havendo?” É que tem uns menino aí, uns rapaze, uns garoto, que eles não sabe o que é polícia, vocês pode chegar e eles se confundir e correr e vocês querer agredir ou prender ou matar eles. Não, não, nós não vamos fazer nada disso não, pode deixar. Aí foram embora, aí depois veio o carro da polícia, chegou ali, parou. Era até o carro da companhia que vinha panhá a gente aqui. Aí parou o carro, parou... “Cê vai pra onde?”. Vou pro serviço. O senhor trabalha aonde? Eu tava com uma foice assim... Entra aqui. Entrei dentro do carro. “Senta aí, senta aí”. Aí tava Dácio sentado. “Aí, aí, esse é um dos tal, esse é um dos tal!”. Eu falei assim: “esse é um dos tal o que?”. Eu falei assim mesmo, “esse é um dos tal o que?”. “Esse é um dos tal do comunista igual o João Goulart”. Se ele era comunista eu não sei não, o senhor que tá dizendo, eu não sei. E o motorista do carro era militar também, eu saí quieto, ele olhando pra mim e eu pra ele. Aí o carro veio, o carro da marinha veio...

Antes... Antes eles vieram prenderam Sílvio, prenderam João Victor, meu cunhado. Cercaram lá, perto da... não tem aquele horto ali, ali, ali. Cercou o carro, entrou na frente, parou, parou João Victor. Cê tem que dar conta do seu irmão, que era Nilso. E eu não fizeram não... Cheguei lá na companhia, cheguei lá na companhia falei com um senhor chamado Ciro Marques. Ciro Marques era gerente da companhia. Eu falei: “oh, seu Ciro, aconteceu isso, isso, isso... Não sei o que que houve, que João Victor trabalhava lá. Aí depois soltaram João Victor. Aí tal, houve aquilo tudo. Aí levaram o pessoal, de noite eu vim do serviço, cheguei aqui... “não você não vai embora não, fica aí em casa, você vai [inaudível]. No outro dia eu botei todo o mundo pra casa, pode perguntar a ela. Vão embora. “Ah, não!”. “Vou pra casa”. “Não, vão embora pra casa!”. Vão que não vai acontecer nada. Botei todo mundo pra casa. Maria: a Genil... “Não, vão pra casa!”. Eles tavam lá escondido na casa dos parente. E eu todo...

[Dona Maria falando ao fundo]: *falaram que iam jogar uma bomba, iam matar todo mundo. Aí eu falei assim: vamo saí fora que vão matar.*

Genil: Mas eu sabia que isso não...

Dona Maria: nós aí saímos todo mundo de casa abandonamos a casa, fomos todo mundo lá pra São Mateus, na casa de um primo, na tida dele. Lá amanhacemo o dia, ficamo lá à noite, amanheceu notro dia e de manhã cedo, seis hora mais ou menos, a gente viemo embora pra qui de novo. Eles mandavam jogar uma bomba pra acabar com a gente... os fazendeiro. Essa época era Marquês. Era o Marquês.

Genil: Eles fizeram pra amedrontar as pessoas. Pra num vim né. Eu sei muito bem que o exército, a marinha e a aeronáutica não vai jogar bomba em cima dum povoado. Vai fazer isso? Não. Então.

[Transcorre então um debate entre Seu Genil e Dona Maria sobre a possibilidade dos militares jogarem um bomba em cima deles]

O que acontece, levei Sílvio lá embaixo, fui no Jornal do Brasil com João Avelino que tá vivo, Conceição (tá viva), [inaudível]. O carro veio aqui, prendeu esse cidadão, aí ele ficou por aí, tal e tal, quando chegou um dia eles... era lá, ali agora, Jacqueline, ali onde é... onde tá a roça de Vadinho de Rosa, ali, veio um tal de Jatobá, que esse tal de Jatobá, que Dácio contratou pra vim matá o pessoal... Jatobá, mais uma turma. Por incrível que pareça, eu tava indo pra Macaé... não sei tava levando alguma coisa, não sei. Quando eu chego ali em São Pedro, onde tá esse menino ali, Elia, ali era Seu Tavares que morava. Jatobá e uma turma lá faz uma farra... e eu embarquei esse advogado aí... Tava uma farra, não sei o quê, eu fui. Quando cheguei na ponte da Barra veio o carro do exército. Eu tinha conhecimento também, eu fui militar, até era cabo Manoel na época, Manoel era paraíba. Quando chegaram aqui prenderam todo mundo [risos]. Prenderam esse tal de Jatobá que era... era... baiano. E Daço quando viu a polícia, oh! [fez gesto imitando pernas e braços tremendo]. Jatobá chegou aqui, chegou lá... Manoel disse “olha se tá preso!, Fala com o capitão Brito, que na época acho no meu quartel esse capitão Brito era Tenente, primeiro tenente. Ele veio pra Macaé como capitão. Aí falou pro capitão Brito que depois eu vou lá. “O que, você vai lá, você vai é agora!”. Chegou ele lá prendeu ele na cela. Parece que ficou lá com oito ou quinze dia de cela. Falou que ele se cagava dentro da cela igual a boi [risos]. Aí o capitão perguntou assim... “É doutor eu sou mandado, doutor” [imitou uma fala chorosa]. “Ué, se ele mandar você entrá debaixo dum carro, você vai?”. “É, é...”. [...]

Esse outro Dácio nunca mais pisou aqui. Acho que ele morreu de enfarto. Morreu de enfarto. E tinha um cidadão aqui... só quem sabia onde tava meus companheiro, só eu sabia, só eu sabia. Só eu sabia onde tava Nilso, onde tava [inaudível], só eu que sabia. Eu saía daqui conversava com eles, eles conversava comigo. E aí eu ia em Niterói na secretaria e no quartel falei com capitão que tava comandando pra lá... Não senhor não tem. Ele perguntou se tinha algum comunista. Por que na época... Não senhor, lá só tem trabalhador. Fui na secretaria de... no... no... quartel general da PM, que era o comandante, que era... era... no meu quartel ele era capitão, tava lá com um coronel. Não lembro o nome dele... acho que era José Bismark de Souza. Ele pensou que eu ia pedir emprego. [...] O senhor lembra que o senhor mandou eu carregar aqueles canhão antigo. [...] Fui lá conversar com ele a respeito disso aqui. Aí na época Afonso tava preso. Falei pra ele: “Olha, ainda tem companheiro nosso que tá preso, por isso, isso, a mandado do fazendeiro”. Ele perguntou quem era. Foi assim. Era assim (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).

Poucos meses depois do golpe de 1964, o Última Hora denuncia a brutalidade e injustiça, repercutindo a voz da comissão de lavradores presente na redação em tom

contundente, como também a cumplicidade de autoridades públicas e repudiando a qualificação oportunista de “comunistas e subversivos” atribuída aos lavradores para legitimar arbitrariedades. O redator aciona implicitamente o argumento da função social da propriedade, defendendo o direito dos camponeses pelo investimento de trabalho produtivo ao contrário dos grileiros que não tinham sequer “uma lavoura, dedicando-se os seus falsos proprietários ao comércio de lenha, sendo responsáveis pelo desmatamento da região”. Ou seja, além de maltratarem os trabalhadores ainda desenvolviam atividades predatórias ao meio ambiente. Dácio Pereira de Souza, que nos anos 1960 e 1970 substituirá o Marques como principal responsável por tais arbitrariedades, foi acusado de tentar abrir uma “casa de tolerância” e de assédio sexual dos seus *capangas* junto às jovens camponesas. As estratégias de pressão sobre os posseiros incluiu também a destruição da escola construída pela prefeitura de São Pedro da Aldeia e mantida pelos moradores com os próprios recursos. Dona Rosa também chegou a ser presa e torturada por policiais que, segundo os moradores, recebiam dinheiro dos fazendeiros para tomarem atitudes repressivas para pressioná-los a sair se suas terras. Abaixo reproduzo nas palavras da própria dona Rosa, sua experiência de ser presa política no período da ditadura militar. Em resposta a entrevistadora que lhe perguntou se ela já havia sido presa política ela responde:

Eu não posso nem dizer que foi por motivos políticos. Eu acho que foi mais vandalismo, porque eles me prenderam, me levaram para a delegacia, eu fui para a Marinha, passei o dia inteiro lá e eles só queriam uma coisa: que nós deixássemos a terra e largássemos a luta, deixássemos o sindicato. Nunca falaram de política, só uma vez que o cara lá da Marinha foi me interrogar. Eu estava depondo e ele me fez uma pergunta. Perguntou se alguma vez eu tinha ouvido falar em comunismo. Eu disse, disse sim, que tinha sido naquela hora em que ele estava me falando em comunismo. (Entrevista de Dona Rosa Geralda da Silveira concedida ao Cedim.).

Em matéria publicada alguns dias depois, a Última Hora menciona nova visita a sua redação de uma comissão de lavradores que solicitava providências às autoridades estaduais e ao presidente da república. No texto jornalístico, a expressão “a vitória do movimento chamado ‘revolucionário’ de 1º de abril” percebe-se um questionamento implícito a tal designação conferida ao golpe de Estado, estava sendo utilizado como oportunidade política por grileiros para desfecharem um ofensiva de terror, contra os lavradores, com a ajuda de policiais e omissão da justiça local. A milícia privada de Dácio Pereira de Souza e José

Gringo, designada pejorativamente de “jagunços”, atuava se identificando como “agentes do DOPS”, a fim de conferir um caráter oficial ao ato de “usurpação” de terras implementado na Fazenda Campos Novos.

Logo após a vitória do movimento chamado “revolucionário” de 1 de abril, os “grileiros” Dácio e Zé “Gringo” desfecharam verdadeira ofensiva de terror contra os lavradores no que contaram com a ajuda da Polícia e a omissão da Justiça local. Com a visita do Padre Carvalho, os “jagunços” temerosos de qualquer medida das autoridades do “Plano Agrário” em defesa dos camponeses arrefeceram as violências. Contudo, com o correr dos dias, verificando que as autoridades nada fizeram, os grileiros voltaram à carga, desta vez com redobrada violência. Na Fazenda Campos Novos, o marginal “França” que se proclama “investigador da DOPS”, expulsou vários lavradores de suas lavouras, inclusive João Póvoas que desesperado bebeu veneno e está entre a vida e a morte num hospital de Campos (Última Hora, 17/07/1964).

A demissão do padre Carvalho da direção do Plano Piloto de Ação Agrária, anunciada dias antes pelo mesmo jornal, não havia se concretizado ainda. Como vimos, esse órgão era uma agência de ação fundiária do governo do Rio de Janeiro, criado antes do golpe de 1964, para intervir nos conflitos fundiários no estado e propor desapropriações. O padre acompanhava o caso da Fazenda Campos Novos e prometia tomar providências contra as violências cometidas pelos proprietários contra os lavradores. Os fazendeiros tinham interrompido provisoriamente as pressões de despejo receando alguma medida de desapropriação, mas retomaram as ações ao se sentirem seguros com a deflagração do golpe militar e ao verificarem que nenhuma providência contra eles foi tomada e nem seria, provavelmente, naquele novo contexto. Um tal “França” (provavelmente se trate do irmão de Jamil Cury Mizziara) se intitulava na ocasião “investigador da DOPS”, para ampliar a força ameaçadora e eficácia de suas práticas tirânicas de imposição pelo medo. Sob ameaças de morte, os lavradores eram instados a abandonar e entregar suas casas e roças no prazo de quinze dias. Diante de tal clima de terror, João Póvoas, em desespero, tentou o suicídio bebendo veneno.

O repertório de atrocidades (concretizadas ou prometidas) era amplo: doze “capangas”, chefiados por Francismo Leocádio que estava sob as ordens de Dácio Pereira, tomarem as plantações de Messias Silveira e se ele resistisse sua esposa seria estuprada diante de seus filhos menores. No ano seguinte, a comissão de lavradores visita novamente a redação do Última Hora para fazer denúncias sobre a continuidade das arbitrariedades,

comandadas por Dácio Pereira de Souza e um tal “França” (Cury Miziara, provavelmente), e solicitar providências ao Secretários de Segurança e Justiça: “Trezentas famílias de lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foram intimadas a deixar as terras que arrendaram a Companhia Agrícola Campos Novos até sexta-feira”. Desta vez, entretanto, a matéria é um pequeno texto, com um título curto, “Novos Despejos”, colocado no meio de outra matéria posicionada mais favoravelmente e mais destacada na página (Última Hora, 18/02/1965).

4.2 - A expectativa da reforma agrária: a Fetag, o Incra e a continuidade dos conflitos.

O jornal O Fluminense foi o que acompanhou mais de perto, com mais matérias sobre o conflito fundiário na Fazenda Campos Novos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Em meados de 1973, havia uma grande expectativa com a visita de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para solucionar o problema vivenciado por “centenas de colonos e de suas famílias” que sofriam pressões por parte de fazendeiros para abandonarem as terras. Estavam previstas também a visita a região dos conflitos de deputados, que teriam sido despertados pelas denúncias apresentadas no jornal, inclusive do líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, Cláudio Moacir, para pedir providências ao governo estadual na assembleia legislativa do Rio de Janeiro. A Fetag, através do seu secretário-geral e do presidente, estava presente na fazenda para verificar a situação a partir dos relatos dos lavradores. A federação prometia mover ação na justiça contra os fazendeiros e pedir garantias de vida aos camponeses. Pessoas a mando dos fazendeiros se apresentavam como funcionário do Incra, para conferir autoridade (caráter oficial) às tentativas violentas de despejo. Tal estratégia era comum ao leque de ações dos fazendeiros. Os autores da matéria posicionaram favoravelmente aos *colonos*, mas cabe destacar a menção como justificativa da causa dos lavradores, além da antiguidade da ocupação, o vínculo de descendência com os escravos que trabalhavam na fazenda.

*Judicialmente, a posse dos colonos, sobre a terra parece líquida e certa, uma vez que a maioria deles nasceu naquelas terras e **tiveram pais e avós** que foram lavradores ou **escravos** na fazenda. Essa posse, inclusive, já foi reconhecida para os que residiam na Fazenda Caveira, que teria sido vendida por Jamil Jorge Misiara, dono da Campos Novos, a Félix Valadares Junior, segundo decisão do ex-juiz dos Feitos da Fazenda Pública, Hélio Perorázio Tavares, em 1966 [destaques meus, em negrito] (O Fluminense, 04/07/1973).*

Todavia, o argumento ainda não é elaborado numa linguagem de reparação histórica, quadro interpretativo das políticas identitárias e demandas morais de reconhecimento, mas na noção de antiguidade de ocupação que remete a um campesinato negro ainda desprovido da capacidade interpelativa do referente étnico e da figura jurídica da “ocupação tradicional”, próprios de um contexto institucional dos conflitos fundiários pós 1988. *Quilombolas* e *povos tradicionais* são novas categorias de percepção do mundo rural que ampliam a diversidade de eixos de representação e mobilização coletiva que passam a conviver com as categorias de trabalhador rural, camponês, posseiro e sem terra. A venda da fazenda Caveira, em 1966, parte do complexo da Fazenda Campos Novos, é citada para atestar o direito de posse que teria sido reconhecido naquele ato jurídico. Entretanto, foi a fragmentação da fazenda Campos Novos em várias propriedades, a multiplicação dos donos, que montou o palco para o agravamento dos conflitos e para o aumento da pressão para retirada dos *posseiros* da Caveira. Importante lembrar da decisão aprovada em assembleia de acionistas, em 1956, da Companhia Agrícola Campos Novos de lotear as terras para “atender ao crescente interesse público”.

O discurso proeminente da narrativa jornalística dos fatos concebe o direito agrário pela lógica redistributiva de combate a concentração de terras (originada principalmente por meios ilegais) e ocupação legitimada pelo trabalho, a reforma agrária: o *grileiro* versus o *posseiro*. Aqui constatamos também a decisão estratégica, em tempos de ditadura militar, do sindicalismo rural em conduzir os conflitos fundiários para as esferas judiciárias e da política institucionalizada. Segundo O Fluminense, “toda a região à margem da Rodovia Amaral Peixoto, no acesso a Macaé, está nos planos do INCRA para a Reforma Agrária, embora não seja considerada como zona prioritária”. A opção legalista remete ao quadro institucional do Estatuto do Trabalhador Rural (1962) e do Estatuto da Terra (1964) e a um sindicalismo rural controlado e tutelado pelos governos militares, que os transformaram em prestadores de serviços previdenciários e de assessoria jurídica, em detrimento do seu papel como agências de representação e mobilização política (o que não significa que este tipo de ação tenha sido completamente anulada).

Em 1968 e 1972, o Incra propôs aos fazendeiros a desapropriação de parte das terras da Fazenda Campos Novos (que teria 7.300 ha de extensão total), através da venda ao órgão, para serem revendidos a preços baixos aos lavradores. Tal proposta expressa uma visão conservadora de reforma agrária, na qual a desapropriação não se liga a ideia de justiça social

e combate ao latifúndio e a grilagem no campo; mas que impõem aos sujeitos dos direitos os custos financeiros e os subordina a uma corretagem de imóveis rurais mediada pelo Estado. Há uma despolitização do ato de desapropriação, que fica reduzida a uma operação de mercado, que ignora a injustiça e a ilegalidade da grande propriedade fundiária, ficando assim dependente da boa vontade do proprietário (que aqui não é designado como grileiro). O coordenador regional do Incra no estado do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Bastos, tal proposta não foi efetivada porque Jamil Miziara “queria fazer especulação imobiliária com o órgão”, exigindo um valor cinco vezes maior do que o valor de mercado da propriedade.

- O que se precisa entender é que não é justo que um fazendeiro crie situações iguais a estas e depois jogue o problema para cima do Governo, a fim de que as terras ocupadas sejam desapropriadas ao preço que ele entender. Nesse caso, o INCRA estaria fazendo o jogo do proprietário da Fazenda Campos Novos. Acho, inclusive, que é uma mesquinha do Sr. Jamil Miziara, pois detendo 7.300 hectares de terras – é a maior extensão de terra contínua de propriedade particular no Estado do Rio – não seria nada demais destinar uma pequena faixa aos lavradores, vendendo-a por preços justos (O Fluminense, 04/07/1973).

O coordenador regional do Incra reduz o conflito a uma questão policial e jurídica. Sendo assim, não seria da alçada institucional do órgão. A solução para os *colonos* (ele não usa a categoria posseiros, camponeses ou trabalhadores rurais), que teria uma conotação política mais neutra, da Fazenda Caveira seria recorrer a polícia, pois teriam seu direito confirmado pela decisão da Vara dos Feitos da Fazenda Pública, “que concedeu manutenção de posse a todos os lavradores daquelas terras, constatando que eles ali viviam desde que nasceram”. Jogou a responsabilidade da mediação institucional dos conflitos para a FETAG, que não estaria cumprindo sua função de assessoria jurídica aos lavradores enquanto “órgão de classe dos colonos”, pois “o caso parece nos parece uma questão entre patrão e empregados, embora passível de ação policial”. Despejos e violências dos fazendeiros para expulsar os camponeses por meios coercitivos para este representante do Incra era uma questão sindical, cuja solução seria judicial e policial. O órgão estava preocupado apenas com o uso indevido e irregular do nome do instituto no caso.

Em 06/07/1973, o secretário geral e advogado da Fetag relata sua atuação nos conflitos ocorridos na Fazenda Campos Novos. Fica evidente a prevalência da atuação jurídica direcionada ao ingresso de uma ação de manutenção de posse em favor de 37 lavradores ameaçados de despejo e vítimas de violências. Justifica a omissão anterior diante das

denúncias de arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros pela não apresentação de testemunhas dos casos relatados referentes às violências físicas ou materiais. Por outra lado, condicionou sua atuação em defesa dos seus associados a reabertura do sindicato de trabalhadores rurais, que tinha sido fechado há nove anos, em 1964, por motivos políticos. A Fetag, através do seu advogado Altamir Petersen, ingressou com ação de manutenção de posse para aqueles 37 lavradores. Quanto a ação de manutenção de posse em favor dos lavradores da Fazenda Caveira, em 1966, estava paralisada “embora prevaleça, e que não foi constatada, ainda, nenhuma violência contra os lavradores beneficiados”. Naquele momento, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) havia considerado aquelas terras como prioritárias para a reforma agrária. Segundo o advogado, caso o proprietário cometesse alguma violência ou mesmo fizesse alguma ameaça, a Fetag, após denuncia das vítimas, entraria com ação judicial solicitando a prisão dele.

Ainda em 1973, uma pequena matéria registra o assassinato de um homem a pauladas e enxadas como “primeira vítima da luta que se desenrola nos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia” (O Fluminense, 28/06/1973). O posicionamento no texto é favorável aos lavradores, mas utiliza um vocabulário mais “neutro” politicamente. O conflito envolve “agricultores e pecuaristas” (não *posseiros* e *grileiros*), mas o jornal continua a dar visibilidade às denúncias, apontando a “manobra dos criadores” para expulsar os “primeiros pequenos proprietários” com a derrubada de cercas, além de outros meios coercitivos, para o gado destruir as plantações. A decisão judicial que garantiu a manutenção de posse, em 1966, foi lembrada como expediente para enfatizar a ilegalidade da ação dos *pecuaristas*, evidenciando que a noção de direito agrário justificado pelo tempo de ocupação e investimento de trabalho na terra (e confirmado por meios legais) estava implícita. Inclusive no título da manchete, “Lavrador morre para não deixar a terra” está subjacente a ideia de sacrifício e da importância vital que a terra tem para o *agricultor*.

A manchete (grande) tem um tamanho desproporcional ao tamanho do texto (pequeno). São as estratégias e recursos retóricos que fazem parte da competência profissional dos jornalistas, que os habilitam a ampliar o impacto (a atenção pública) de certas mensagens em espaços gráficos reduzidos e pouco informativos. Tais características se ligam ao fato desse texto curto cumprir a função de chamada na primeira página para a matéria no corpo do noticiário impresso. A narrativa jornalística do conflito buscou aqui uma linguagem menos carregada politicamente, naquele contexto, mantendo sua postura política, talvez por algum

receio de censura. Não saberia afirmar com certeza, porém eram os tempos de forte repressão do governo do general Médici. Entretanto, as outras matérias, inclusive mais extensas, mantiveram o uso mais ostensivo da terminologia impulsionada pelo sindicalismo rural e pelo movimento pela reforma agrária.

A estrutura dos textos jornalísticos é muito semelhante. Vou usar a matéria intitulada “Violências contra lavradores da região dos lagos continuam” como exemplo. Uma característica central é a ênfase na continuidade e regularidade das violências e tentativas de despejo praticadas pelos fazendeiros. O sofrimento e o ambiente de medo (o regime de terror) instaurado são ilustrados pelas descrições de casos concretos de prática de violência física e destruição de benfeitorias nos confrontos entre proprietários /administradores e lavradores. Aqui também é mencionado, como estratégia de implantação desse regime de terror, o uso de uniformes e carteiras de identificação com funcionários públicos, como se os seus atos arbitrários estivessem investidos da autoridade de órgãos de governo como a marinha, o DOPS ou o IBDF. Como veremos, o desmatamento na Fazenda Campos Novos será motivo de preocupação na imprensa neste mesmo período. O reconhecimento do direito de posse é remetido a esfera judiciária, assim como pela antiguidade da ocupação e pelo trabalho agrícola investido na terra. Essa estrutura está bem configurada no pequeno parágrafo introdutório da matéria.

Lavradores da Fazenda Agrícola Campos Novos, entre os municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, estão de prontidão permanente, 24 horas por dia, para evitar que o gado solto pelos fazendeiros destrua suas roças, única fonte de sustento para mais de 200 famílias que habitam naquelas terras. As violências praticadas pelos “donos da terra”, para retirar os colonos da fazenda, recrudesceram nos últimos dias, desde que o lavrador Manoel Mangueira, que, por três vezes se recursara a deixar sua casa, apareceu misteriosamente assassinado, a golpes de porrete e enxada (O Fluminense, 28/06/1973).

Suponho que o lavrador assassinado da matéria anterior de O Fluminense era Manoel Mangueira nomeado nesse relato. A morte de Manoel está claramente inserida nos conflitos, pois ele estava recebendo ameaças para abandonar sua casa. Todavia, na delegacia de Cabo Frio o caso estava sendo tratado como uma briga iniciada porque o cunhado do falecido teria sido flagrado roubando galinhas. O jornal descreve o clima de tensão e a apreensão dos lavradores que ficam de prontidão para evitar que o gado solto dos fazendeiros estraguem as roças. Violência, morte, injustiça, medo, trabalho, direito, lei, terra: esses são os elementos

articulados em discurso nas páginas dos jornais. O lavrador em primeiro plano segurando um tronco de árvore é um imagem simbólica e uma síntese visual do conflito fundiário e das estratégias de resistência camponesa.

Cabe assinalar a foto que acompanha a matéria ilustrando a ação dos lavradores montando barreiras com troncos de árvores para evitar a destruição das suas plantações. Portanto, os lavradores não eram passivos diante das pressões dos fazendeiros. Eles acionavam estratégias de resistência, que fortaleciam a solidariedade entre eles e o senso de identidade e segurança. Eles inovaram o repertório de ação da luta camponesa. O Sr. João me apresentou um belo relato sobre a formação de turmas de autoproteção contra as investidas dos jagunços e policiais, os incentivos para a entrada de famílias de fora e o transplante de pés de banana nos terrenos daqueles novos moradores.

E esses jagunços... muitos deles até conhecido da gente, Tinha uma família que chegou aqui, que trabalhou muito pra eles aqui... E aí quando você roçava a capoeira daqui a pouco eles iam lá com a polícia e embargavam a roçada de capoeira. Se fazia uma carga, então o que fazia, eles vinham com a polícia e embargavam. Entendeu? E derrubava casa, soltava boi na roça, aquela coisa toda. E lá em Campos Novos existia um grupo também que não aceitou as determinações do fazendeiro. O que que eles fizeram? Meteram o trator, meteram o cavalo e boi lá na roça deles, destruíram a roça deles. Então esse grupo de homem que vieram pra qui, Antonho Bento, Domingo Trindade, Entendeu? E diversos outros que tinham, vieram pra qui pra... Nós então, que tinha um grupo de associação mais unido, então assentamo esse cidadão lá na Restinga. [...]

*Aí o que que aconteceu? Esse pessoal foram assentado lá na Restinga, mas sem nenhum... sem nenhum apoio, porque os fazendeiros eles atacavam, não tinha hora pra vim atacar, então tivemos a ideia de criar duas turmas, duas turmas de trabalho, dividimo... Duas turmas, uma ficava lá na Restinga e outra... Em vez de você ir pra sua roça sozinho, pegava aquele grupo de quinze, ia pra sua roça e capinava. Acabava de capinar na sua roça ia pra roça do outro. Aí criou duas turmas, que deram até uma de pau puro e a outra o apelido de come e dorme. Que uma era mais devagar e botaram de pau puro e come dorme. Entendeu? O que que se fazia pra saber que a polícia do fazendeiro atacou ou o jagunço. Um ficava com foguete lá e outro ficava com foguete aqui. Quando atacava aqui soltava o foguete aqui e corria pra aqui e quando atacava lá soltava, a turma ia pra lá. Então essa história que eu falando, muita gente em Restinga não sabe como que foi isso, que foi parar ali. Foram parar foi nessa situação, com apoio... **E como naquela época... quanto mais gente dentro de Botafogo tivesse mais segurança nós tinha pra gente firmar, então começou a vim gente de fora a ponto da gente fazer casa de noite, pros caboclo morar, roça...** [Destques meus, em negrito]. De amanhecer pé de banana com cacho e tudo, que plantava noutra lugar para dar segurança. Entendeu? [...]*

Nós tinha nossa lavoura, tinha banana, que tinha plantado. Então quando aqueles novo chegasse a gente rancava da gente e botava na lavoura dele que é pra... como que ele já tava ali. [Dona Almerinda explica]. (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).

O trabalho nas roças, na casa de farinha de Dona Rosa e a venda de seus produtos na feira foi o que sustentou e subsidiou o grupo para pagar ao INCRA após decidirem não pagar o arrendamento aos fazendeiros. Não contente com o isso, como vimos no depoimento do senhor Francisco, o fazendeiro mandou soltar centenas de bois em suas roças para destruí-las. Mais uma vez eles se uniram, procuraram o sindicato da ÁLCALIS onde tiveram apoio e conseguiram espingardas para expulsar os bois de suas roças.⁵² Como relatou o Sr. Francisco, em entrevista concedida ao IPHAN:

Aí o Dácio vendo que não tinha condições de tirar esse pessoal, o que que ele fez? Ele tem um irmão que chamava, Juquinha Sá, era dono da Fazenda Guarani, ali do outro lado, arrumou duzentas cabeças de boi, e o Juquinha emprestou mais cento e cinquenta. Pegaram seus campeiros, atravessaram a estrada. Na época não era asfalto. Atravessaram, botaram, à tarde, quase todo esse gado na roça do povo! Aqui! Desde lá da restinga, chegando em Campos Novos, até no final do eucalipto! Esse gado invadiu essa área toda...em uma só noite. Ai, nós recorremos nessa mesma noite: o sindicato da estação do sal, o sindicato da perina, o sindicato da Alcalis... que muitos moradores que aqui de dentro, que moram aqui ainda não sabe dessa história. E o sindicato... o pessoal se uniram rápido e falaram assim, ó: se ele botou o gado para acabar com a lavoura, de vocês, nós vamos fazer um negócio, não comam um cem grama de carne de nenhum deles! Mas eu vou fazer um negócio com vocês, eu vou mandar uma dezesseis espingardas, aí vocês atira no que tiver! Porque eles não vão pagar a lavoura, então vocês perdem a lavoura e eles perdem algum gado também! vocês perdem a lavoura e eles perdem o gado. Foram cento e dez cabeças de gado, infelizmente, atingido. Você encontrava dois dias depois o gado aí tremendo, tremendo... com a febre fora do sério. Muitos morreram! Mas nenhum dos lavradores passou a faca em 25 gramas de carne! Ai, ele correu, meteu um caminhão, começou a puxar o gado pros açougues e o sindicato da Alcalis, o sindicato da Alcalis, foi à saúde pública e processou toda a carne. Que aqui dentro não entra essa carne! A saúde pública caiu em cima, aí vieram aqui, vendo a situação que estava ocorrendo, aqui, aí eles começaram a tirar o gado. O pessoal tomava conta da roça e eles tomava conta do gado. Ai, os cantinho que tinha pra ele botar cinquenta ele

52 Foi a partir desse episódio que vieram a fundar o sindicato dos trabalhadores rurais contando com outros membros que não eram nativos, mas vieram de outras localidades para se estabelecerem ali. Para maiores informações cf. Luz, Andréia Franco. Relatório Antropológico da Comunidade Negra Rural de Caveira em São Pedro da Aldeia. ITERJ/Minc: 1998. Ver também MAIA (2018).

*botava oitenta e não podia entrar mais na roça de ninguém. (Sr. Francisco, entrevista concedida ao Iphan).*⁵³

Também há a experiência de Dona Jovelina, de 81 anos de idade, mais conhecida como dona Jovem pela comunidade, sobre o período em que foram reprimidos durante a ditadura. Neste relato também pode-se observar uma narrativa de vitória no confronto com fazendeiros. O direito de acesso a fontes de recursos básicos em confronto com o fazendeiro que queria impedi-la de tirar água do poço. Nessa disputa Dona Jovelina venceu, com a ajuda do seu cão chamado Cauê, afirmou seu direito de obter água de um poço construído pelos lavradores organizados em mutirão e localizado numa área considerada por eles como de uso comum, livre. Ou seja, trata-se de uma cena de conflito por elementos fundamentais, a água no caso, para a reprodução social e econômica do modo de vida camponês. Atualmente, o poço encontra-se dentro dos limites da fazenda. A associação quilombola está reivindicando esta área onde se localiza o poço.

Com orgulho, enfatizou o papel da mulher e esposa na defesa da terra e da manutenção do grupo doméstico: “A gente tinha que ser firme! É, a gente tinha que ser forte, mesmo! Porque se a gente não fosse forte, pra ajudar os nossos marido, como é que nós ia viver? Né, minha filha?! Ser forte!”.

Minha filha, pra mim falá pra você, pra nós lava roupa lá! Era no meio do campo... Lá era poço. Inclusive quem fez aquele poço, lá, foi... foi Fernando, meu marido. [Risos]! Meu marido num era fácil,não! [Risos]. [...] Aí foi um mutirão. Não tinha água! Lá que era a mina! Aí foi um mutirão lá e fizeram o poço. Que água, gente!Muito boa! Aí, juntava, nós toda mulher! Ia lavar toda segunda, terça-feira... ‘ ah fulana, vamo lavá terça feira! Vamu lá pro poço aí juntava todo mundo! Ah, criança! Um dia eu fui lavá roupa. Eu e Deus. Eu tinha um cachorro, mas meu cachorro era u’a peça! Aí eu fui com o cachorro. O nome do meu cachorro era Cauê. Aí eu botei um bacião de roupa, e tô pegando... quando cheguei lá e tava lavando, tava quem lá? Coco! Falecido Coco, que era muito meu amigo⁵⁴. Aí veio o fazendeiro: A senhora sabe que a senhora não pode lavar roupa aqui? Aí eu virei pra ele e falei assim: o senhor sabe que eu posso! Porque quem fez esse poço foi meu marido! Aí ele disse assim: mas a senhora vai levantar daí e não vai lavar. Eu disse: eu quero ver eu levantar daqui! Um bacião de roupa, sentada e nem aí comigo! Aí Cauê deitou, sentou assim perto de mim e chamei Cauê! Se tu vem em cima de mim eu vou chamar Cauê e vou voar na sua cara! Aí Coco chegou e disse para o fazendeiro:

53 Cf. Documentário do Iphan, “A Conquista”, no [youtube.com/watch?v=zA3mZA_oWC](https://www.youtube.com/watch?v=zA3mZA_oWC)

54 Coco era apelido de César, que arrendava nas lavouras do fazendeiro em questão.

poxa não faz isso não, deixa ela lavar a roupinha dos filhos e do marido! Ai ele rodou, rodou e disse assim: a senhora tá precisando de algum remédio para seus filhos? Eu disse não. A senhora está precisando de algum alimento? Eu disse não. Eu estou precisando disso aqui: A água! Ai ele foi embora e lá na frente falou assim pra Coco: mas que mulher medonha! [Risos!] Mas ele era medonho minha filha! A gente tinha que ser firme! É, a gente tinha que ser forte, mesmo! Porque se a gente não fosse forte, pra ajudar os nossos marido, como é que nós ia viver? Né, minha filha?! Ser forte!” (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 01/09/2018).

The screenshot shows a digital archive of the newspaper 'O Fluminense' from Rio de Janeiro, dated June 28, 1973. The main article, 'UFF FIXOU PRAZO PARA O SEU NOVO SEMESTRE', reports that the Federal University of Fluminense (UFF) has set a deadline for the second semester of 1973. It details the enrollment process, including the payment of a 20,000 Cr\$ fee and the location of various faculties. Other articles visible include 'POLÍTICA EM FOCO' discussing judicial reform, 'RJ obtém recursos de 14 milhões para área rural' about federal funding for rural areas, and 'Lavradores de Cabo Frio em ação de manutenção de posse' regarding land disputes in Cabo Frio.

Lavradores de Cabo Frio em Ação de Manutenção de Posse O Fluminense, 28/06/1973

Estava muito claro, inclusive nos jornais, a intenção dos fazendeiros subjacentes aos esforços de expulsão dos posseiros, o loteamento da fazenda Campos Novos, que já estava dividida em oito fazendas menores naquele momento: Botafogo, Caveira, Restinga, Pai Domingos, Angelin, Reta da Barra, Gargaó e Araçá. Jamil Cury Miziara e sua irmã e administrador da fazenda França Cury insistiam nos atos violentos e de intimidação para provocar o despejo das “200 famílias”. A Fetag continuava sendo solicitada a intervir e encaminhava relatórios ao Inbra para que o mesmo tomasse as providências devidas. Ocorreram tentativas de negociação com os fazendeiros, mediados pela Fetag e Inbra, como a

concessão de áreas para os lavradores até a resolução do problema da disputa por terras. Tais esforços de entendimento não tiveram sucesso e “os proprietários continuaram a invadir as plantações de milho, feijão, aipim, laranja e bananas, com tratores, destruindo-as” (O Fluminense, 03/12/1977).

A escalada do conflito seguia crescendo, tornando a situação cada vez mais tensa. O lavrador Benício de Oliveira, 66 anos, foi baleado por um empregado da Companhia Agrícola Campos Novos, chamado José cordeiro, conhecido como “Zé Florzinha” (Jornal do Brasil, 05/03/1978). Este senhor estava envolvido no assassinato de Sebastião Lan dez anos depois, em 1988. Nesta época, 1978, Sebastião Lan já recebia ameaças de morte da parte de Zé Florzinha. O quadro da morte de Lan vai sendo pintado com cores cada vez mais fortes. A reação ao atentado a Benício de Oliveira pelo delegado de polícia de Cabo Frio deixou muito claro seu posicionamento político no conflito: “Todos os posseiros são comunistas e agitadores”. Propôs como solução: “um avião americano soltar uma bomba atômica e acabar com aquele pessoal”. O lavrador Manoel Martins ao ser perguntado se sabia o que era comunista, respondeu assim:

Eu não sou home de entendimento , mas a gente sabe de ouvir dizer. Se tem algum aqui somos nós, que trabalha e paga o Incra, porque no entender deles, vai vê que quem trabalha e paga o Incra é comunista. Mas esses home tem que comer alguma coisa. Se eles não se ajeita com ninguém que trabalha, como é que vão comer? [aspas do autor] (Jornal do Brasil, 05/03/1978).

Eram tempos de abertura política, ainda na ditadura militar, mas fica evidente que o imaginário militar de eliminação do “inimigo”, como metodologia política para lidar com adversários, estava muito vivo na mente dos agentes policiais. O delegado procurou reduzir a gravidade do fato, dizendo que: “não houve homicídio, apenas agressão física, um fato corriqueiro como uma batida de carro”. Uma comissão de 17 lavradores pediu providencias ao prefeito de Cabo Frio. Desde 1968, a Federação Estadual de Trabalhadores Agrícolas vinha protestando contra a situação em Campos Novos. França Cury Miziara, irmão do proprietário, queixou-se na delegacia que posseiros estavam armados. Foram enviados dez policiais com

metralhadoras e revólveres, sendo preso na ocasião o filho de 17 anos, de um agricultor.⁵⁵ O delegado atendia prontamente as demandas de segurança dos fazendeiros.⁵⁶

O Procurador da Fazenda, Dr. Humberto Queiroz Rego, teria afirmado: “o problema é que muitos trabalhadores teriam invadido a fazenda depois de 1964 e eles não vivem da lavoura, apenas depredam as matas” (Jornal do Brasil, 05/03/1978). As vítimas eram acusadas de crimes ambientais, causadores da devastação das matas, sendo a tentativa de assassinato de Benício de Oliveira apenas resultado do conflito entre posseiros e polícia florestal. Esta era a versão de Zé Florzinha, apontado como autor dos disparos que atingiram Benício. Este teria resistido aos guardas do IBDF. Zé Florzinha teria chegado ao local com dois guardas florestais e teria sido recebido com hostilidade por Benício que esperava armado com uma foice. Vale lembrar que “empregados” da fazenda se disfarçavam de guardas florestais para pressionar os lavradores a abandonarem suas casas e terras. No início dos anos 1970, foram apreendidas pelo Departamento de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), da secretaria de agricultura, cargas de pau-brasil (1.248 sacos de carvão, 198 m³ de lenha e 330 toras de madeira) proveniente de desmatamento clandestino na Fazenda Campos Novos (O Fluminense, 06/09/1972). Foi indicado o envolvimento dos proprietários que em troca do fornecimento de madeira obtém a limpeza da área pelos próprios carvoeiros, para a plantação de pastos. Ou seja, extração de madeira e criação de gado são atividades baseadas nos interesses econômicos complementares das carvoarias e fazendas pecuaristas.⁵⁷

Segundo Zé Florzinha, aquele lavrador teria vindo junto com invasores depois de 1964, “a turma do João Goulart” que em 20/01/1978 ocupou a sede do Incra em Macaé. Disse que Benício partiu em direção a ele dizendo que tinha ordens do presidente do sindicato para matá-lo. A qual sindicato Zé Florzinha se referia? Não fica claro. Será que já estava tentando

55 Em outra ocasião, 25 de novembro de 1977, “Após receberem a visita de uma comissão de lavradores, que tentavam uma solução, Jamil Cury Mizziara e França Cury denunciaram-nos na Delegacia de Cabo Frio, sob a alegação de sua entrada na propriedade estava sendo impedida pelos posseiros. O resultado foi que no dia 25 de novembro, vários policiais, com autorização do delegado de polícia, Sérgio Santos Rocha, desfecharam rajadas de metralhadoras sobre as casas dos posseiros, na hora em que crianças se encontravam em seu interior. Os tiros passaram de raspão em vários colonos, conta o tesoureiro da Fetag, Miguel Fernando de Souza (O Fluminense, 03/12/1977).

56 Cerca de um mês depois, Jamil Mizziara, também registrou queixa sobre uma ameaça de morte a sua pessoa. Tal fato foi vinculado na matéria a “uma briga de mais de 10 anos entre os proprietários da Fazenda Campos Novos e cerca de 150 supostos invasores de uma área de 1.600 alqueires de terra”, apresentada como “a maior reserva agrícola da Região dos Lagos” (O Fluminense, 07/04/1978). Desta vez também não houve omissão do delegado, que prontamente abriu inquérito.

57 Naquele momento, 1972, havia um projeto do governo estadual na criação de uma imensa reserva biológica de preservação do pau-brasil e do mico-leão em uma área definida como prioritária para conservação que abrangeria Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Araruama e Casimiro de Abreu, cumprindo assim um decreto de 1959.

incriminar Sebastião Lan, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia? Repito, Lan já sofria ameaças de morte da parte de Zé Florzinha e, segunda a matéria, a situação de conflito teria se agravado desde que Sebastião Lan tinha assumido a presidência do sindicato de São Pedro da Aldeia, em 02/07/1977. Em 1976, os proprietários aceitaram “negociar” a concessão 200 hectares, mas o sindicato de São Pedro considerou insuficiente. Foram marcadas novas reuniões, mediadas pelo Incra, mas Jamil Mizziara não compareceu mais para dar continuidade às tentativas de entendimento.

A versão de Benício era diferente. No sábado, 18/02/1978, teria discutido com o tratorista e na quarta seguinte sofreu o atentado. Foi pegar lenha e encontrou três homens armados, entre eles o Zé Florzinha que atirou três vezes no pé de Benício e alguém disse que atirasse para matar. Benício de Oliveira foi duas vezes, depois que saiu do hospital, registrar a ocorrência na delegacia de Cabo Frio, mas não foi atendido. Pela declaração acima do delegado, “comunistas” não eram bem vindos no seu local de trabalho. O delegado não determinou investigação do caso porque a delegacia estava cheia de trabalho. Manoel Martins, 70 anos, deixou registrada na indignação com a omissão das autoridades policiais dizendo que “Se fosse nós que tivesse atirado no Florzinha, no dia seguinte já tinha polícia, exército, DOPS, tudo atrás de **nós**. Mas como foram **eles**, não vai acontecer nada” [destaque em negrito, meus]. Disse que o crime ia ficar sem punição.

Essas eram algumas das certezas que faziam parte da consciência surgida na experiência do conflito, na qual se constroem as identidades contrastivas e relacionais de posseiro/lavrador e fazendeiro/grileiro. “Se tem alguém aqui que **somos nós**, que trabalha e paga o Incra [...]”, como se definiu o Sr. Manoel Martins. Cultivar a terra, pagar e se cadastrar no Incra eram estratégias camponesas na luta pela terra, disputando o reconhecimento oficial para afirmar seus direitos. Identidade e consciência de classe construída na luta pela terra, na interlocução com o trabalho político de representação e mobilização dos mediadores (Incra e Fetag), em situações extremas de confronto com antagonistas num regime de terror (presença de “jagunços” armados, destruição das roças por tratores da empresa, corte das cercas para o gado comer as plantações, ações de reintegração de posse pela Companhia Agrícola). E tudo com a cumplicidade e/ou omissão das autoridades públicas. A morte de Manoel Manguera foi lembrada pelo redator da matéria: ele teve a cabeça partida por uma foice, em julho de 1973, após ter resistido a entrada do trator na sua roça no dia anterior. A memória e a narrativa das mortes também opera como fator de construção de subjetividades políticas.

Capítulo 5.

“Depois que passou a ser sindicato, mas antes era associação”: sindicalismo, desapropriação e assassinato de Sebastião Lan.

Descreverei agora o percurso histórico dos conflitos fundiários na Campos Novos, a partir da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, em 1978, passando pela desapropriação da Fazenda Campos Novos até o assassinato de Sebastião Lan. Este último acontecimento é um marco da luta pela terra que envolve as comunidades de Botafogo e Caveira, porque coincidentemente no mesmo ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal que conferiu estatuto jurídico a uma nova modalidade de direito coletivo à terra, amparado em critérios étnicos: os “remanescentes de comunidades de quilombo”. Tal fato se insere num novo contexto político de mudança nas categorias de percepção e representação social do mundo rural.

5.1 – Associativismo e sindicalismo: o lavrador versus o grileiro.

No processo de reorganização política dos camponeses da fazenda Campos Novos foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia, em 1974, que teve como seu primeiro presidente Sebastião Lan. A história dos sindicatos rurais de São Pedro e Cabo Frio estão estritamente ligadas e Sebastião Lan assumiu a presidência da primeira entidade em 1975 e da segunda em 1985.

De acordo com Dona Rosa e outros anciãos que viveram esse momento, foi após o episódio da proibição do fumo do cachimbo que eles se organizaram enquanto trabalhadores rurais. Foi no terreno do senhor Sílvio da Silveira, na década de 1950, onde foi construída a primeira sede da Associação de lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Esta foi a primeira entidade organizada dos trabalhadores rurais. Foi neste mesmo espaço que foi construída também a primeira escola do local. Na entrevista que o senhor Genil me concedeu, ele comenta que doou parte de seu terreno para que fizessem uma escola e a prefeitura de Cabo Frio não o homenageou por isso: a prefeitura colocou o nome da escola da pessoa que fez o empréstimo para construí-la. Foi esta organização que incentivou a vinda de lavradores de fora para povoarem a região e fortalecerem a luta local.

Não era sindicato, era associação. O primeiro presidente foi o Sílvio. Sílvio da Silveira. Ai através de algumas pessoas de Cabo Frio que conhecia nós aqui como trabalhador...e, enfim, vendia as coisa em cabo frio: olha, cês fazem o seguinte: cês criam uma associação.

P: Quem falou pra criar?

G: Dr. Edilson e outras pessoas mais que já morreram. Sílvio tinha conhecimento aqui em cabo frio e lá no Rio. Como ele era o mais entendido das coisas, elegeram ele para presidente.. e lá o pessoal orientava ele: “olha, você não pode assinar documento nenhum, porque vocês são morador antigo... se vocês assinarem algum documento, vocês vão perder o direito de vocês. Cês não assina nada!

Eles iam em reuniões em Niterói: “associação daqui com outras associações de outros lugares, e eles se encontravam em Niterói (...) e eles lá orientavam: “vocês não saem, vocês não assina nada”. E assim foram se aglomerando as pessoas, se associando... foi crescendo e depois que passou a ser sindicato. Depois que passou a ser sindicato, mas antes, era associação.

G: Aqui era muita terra vazia. Através da associação de um lugar, tinha convênio com a associação de outro lugar. Os presidentes de associação se reuniam em Niterói.

Ele se lembra de um senhor chamado Acácio, de Tribobó, município de São Gonçalo:

“Ele teve na Alemanha e tudo. Ele vinha aqui dá instrução ao pessoal, “vocês tem que fazer assim, assim, fazer as plantações de vocês... Ensinava como é que a gente tinha que fazer... de plantar, que tinha que plantar e como fazia... Acácio era alto e negro. aí foi os sindicatos de Cabo Frio que era o de estivador... produtos química... tudo reunia com os daqui, com o agricultor. Por que? Eles falavam que não adiantava nada as pessoas estar na cidade e não ter alimento. O trabalhador, tá lá trabalhando, mas ele não come sal, ele não come areia... ele come feijão, arroz, farinha... enfim, banana, então... se não tivesse quem plantasse aqui pra levar pra eles lá, até hoje! Seu fulano de tal, ta lá. É senador, é deputado... porventura eles come dinheiro? Não! Eles ão come. Tem que comer feijão, arroz, carne, chupar laranja, comer banana. Não é assim? E da onde que sai? Sai dos trabalhador rural. Não é assim?! Então, uma dimensão grande de terra que tem aqui no município, em Cabo Frio, que ali onde ta Araçá, Angelim, ali tudo pertencia a Fazenda Campos Novos (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 30/09/2019).

A associação era liderada pelas famílias Silveira, Santos e Marciano. Sua sede foi construída no terreno do Sílvio da Silveira, onde hoje está localizada uma igreja da assembleia de deus, em Botafogo. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foi formado em 1961 e fechado com o golpe de 1964. Segundo Aline Maia (2018), a pauta de defesa da reforma agrária foi incorporada e o sindicato coordenou o uso e ocupação da terra e das primeiras feiras livres da região (MAIA, 2018).

Na matéria de O Fluminense (04/07/1973) vimos como a FETAG/RJ pressionou pela reabertura do sindicato rural, condicionando sua intervenção a tal esforço. Em depoimento,

em 1983, Dona Rosa afirma que a Federação hesitava em atuar na região porque não havia um sindicato e que os lavradores tinham medo por causa da repressão, “porque só em falar em reforma agrária vinham prender” (Dona Rosa, depoimento concedido a Leonilde Medeiros e Sonia Lacerda, apud MAIA, 2018,p. 399). Dona Rosa sentia a necessidade e contou com o apoio do padre Aldo, em São Pedro da Aldeia, que cedeu o salão da igreja para ser a sede. Sebastião Lan, em depoimento, também em 1983, conta que foi em reuniões na FETAG, em Niterói. Lá ficou sabendo que a federação não podia acompanhar o caso de Campos Novos porque tinha outros municípios para atuar, a solução era mesmo formar um sindicato (Sebastião Lan, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, apud MAIA, 2018,p. 399-400). Lan e Dona Rosa tinham pensado primeiro em criar o sindicato em Cabo Frio, mas a Fetag desaconselhou, pois os lavradores estavam muito visados como “comunistas e subversivos”. Em uma assembleia, em 28/02/1974, que contou com a presença de mais de 500 lavradores, foi criado o sindicato rural de São Pedro da Aldeia (MAIA, 2018).



Trabalhadores rurais de Cabo Frio já têm sindicato defendendo seus direitos
O Fluminense, 14/04/1978

O sindicato de Cabo Frio teria sido resultado de dissensões entre dirigentes do sindicato anterior (Cabo Frio e São Pedro), mas consta também que o sindicato de São Pedro

apoiou a fundação de um sindicato independente em Cabo Frio (MAIA, 2018 e O Fluminense, 14/04/1978). As duas possibilidades não se excluem. O presidente do sindicato de Cabo Frio, Joanil Bento Pereira, era suplente da presidência no sindicato de São Pedro. Na assembleia de fundação, realizada na Câmara de Vereadores, em meados de abril de 1978, e na entrevista concedida ao jornal O Fluminense, Joanil Pereira fez questão de mencionar: “[...] o apoio do sindicato de São Pedro da Aldeia, onde já existem 1.600 trabalhadores sindicalizados”. Outra personagem citada como tendo contribuído para a criação da entidade e que estavam presentes na assembleia foram o prefeito de Cabo Frio, José Bonifácio, com também o vereador, Osvaldo Rodrigues, líder da bancada do MDB no parlamento municipal. Em contraposição ele lamentou a postura negligente do Incra e do IBDF. Algum tempo depois, houve um crescimento de filiações de pessoas que não eram lavradores, mas estavam ligadas aos fazendeiros. O tesoureiro, Darci Gonçalves, era o olho dos fazendeiros na entidade. Ele foi denunciado na rádio de Cabo Frio, por Sebastião Lan e outras lideranças, mas a Fetag preferiu acalmar os ânimos e reduzir a tensão (MAIA, 2018).

O conflito entre fazendeiros e lavradores se acirrava e o repertório de crueldades se ampliava com novas estratégias de pressão dos primeiros sobre os segundos, como a interdição do cemitério, imposta pelos irmãos Jamil Cury Mizziara e França Cesário Cury, denunciada por Dona Rosa Geraldo.

Nas últimas horas, a Sra. Rosa Geraldo, uma das maiores produtoras de farinha para o mercado local, denunciou a mais recente ameaça dos fazendeiros: a de proibir o acesso dos camponeses ao cemitério de Campos Novos, que existe há 150 anos e ali estão sepultados familiares de todos os trabalhadores rurais de Tamoyos e arredores (O Fluminense, 02/11/1979).

A matéria, que ocupa amplo espaço na página, confere centralidade a atuação da Fetag/RJ nas situações de conflito em Campos Novos, através da voz do seu presidente Eraldo Lírio de Azevedo, dando visibilidade às arbitrariedades cometidas contra os camponeses. A publicação da matéria no dia seguinte ao dia de finados potencializa o impacto da mensagem do jornal, acentuando a dramaticidade e desumanidade dos fazendeiros que nas palavras de Dona Rosa “pelo menos os mortos fossem respeitados em seu dia”. Os lavradores estavam impedidos até de visitar seus mortos. Sentimentos morais de solidariedade a luta camponesa são mobilizados pela narrativa que propõe um sentido de profanação aos valores e rituais religiosos mais apreciados, relativos a morte, por parte de fazendeiros motivados por

interesses ligados a especulação imobiliária, contrária ao desenvolvimento agrícola que fornece alimentos a população. A comoção pública foi grande: o acesso ao cemitério foi permitido por decisão judicial e o mandado de segurança impetrado pelo prefeito de Cabo Frio, José Bonifácio. Um ato público foi organizado no local para prestar solidariedade aos camponeses e vários representantes de órgãos públicos e civis (como OAB, vereadores, secretaria de turismo) se manifestaram em defesa dos direitos humanos aviltados na fazenda (O Fluminense, 16/11/1979).

Toda sorte de problemas e misérias sociais maiores (inclusive as *chagas* urbanas referentes ao aumento das favelas e da criminalidade) são ligadas aos conflitos entre *agricultores e especuladores*.

No momento em que a agricultura é fundamental para o desenvolvimento do País, aqueles que alimentam a Nação têm suas culturas destruídas, e ficam na miséria, pela ação de especuladores imobiliários, ou pecuaristas de meia dúzia de bois, que não hesitam em fazer todo tipo de abuso e violência, para ter nas terras um meio de lucro fácil. [...]

Não é possível que tais fatos continuem a ocorrer. De um lado, vemos apenas a ambição de ganhar dinheiro com a especulação imobiliária, (fato comum nessa região) que não recua diante de nenhuma violência contra pacíficos lavradores. Por outro lado, há dezenas de famílias de trabalhadores que têm na terra a única forma de sobrevivência, e que abastecem com o suor de seus rostos a Região dos Lagos, reduzidos a miséria por estas violências. São esses fatos que causam o crescimento das favelas, o abandono dos menores, a destruição das famílias, e até o aumento dos crimes, terríveis chagas existentes no Estado do Rio. Hoje quatro famílias de lavradores de Cabo Frio passam fome por causa disso, e muitas outras sofrem as consequências desses fatos, pois desaparecem das feiras as colheitas, já que a produção agrícola está sendo destruída (O Fluminense, 02/11/1979)

O repertório de protesto camponês também inclui estratégias de interlocução e aliança com a imprensa. O que não significa que os eventos descritos na matéria não aconteceram e que não eram graves. Os proprietários da fazenda, em associação com carvoarias, causavam grande desmatamento em terras que serviam para especulação imobiliária para loteamentos de veraneio, apesar de administrarem um empresa que se define por supostas atividades agrícolas (Trecho de relatório da Fetag/RJ citado em O Fluminense, 18/05/1982). Entretanto, os camponeses não eram passivos, acionavam estratégias em cenários de conflitos que implicavam em disputas classificatórias sobre a articulação entre fatos e representações. É significativa a foto colocada na parte superior do texto, que retrata uma queimada na mata,

acompanhada da legenda “Na Fazenda Campos Novos, os lavradores denunciam a destruição da última reserva de pau-brasil”. Cabe ainda acrescentar que o título da matéria, propositalmente ambíguo, é sutilmente crítico ao presidente militar do momento, João Baptista de Figueiredo, e a um dos seus bordões principais: “‘Plante que o João garante’ não vale para a Região dos Lagos”. A imagem pública dos fazendeiros é aqui apresentada como agressores da religião, o meio ambiente e a agricultura. Bem diferente da propaganda atual na mídia televisiva e impressa: “o agro é pop”.

5.2 – A desapropriação da Campos Novos e a frustração na Caveira.

A década de 1980, atestado pelas notícias nos jornais, é marcada pela continuidade dos conflitos na Fazenda Campos Novos. Logo no início de 1980, o STR de Cabo Frio, através do seu presidente Darcy Gonçalves, intervém contra a ação de empregados comandados pelo genro de Jamil Mizziara, que exercia a função de administrador, para impedir mais uma vez a destruição de plantações. Foram contratados “peões nordestinos para intimidar os posseiros”. O sindicato mediou uma tentativa de acordo com Jamil, que insistia na continuidade do trabalho de abertura de picadas nas roças, requisitando inclusive o apoio de policiais da marinha, com a alegação que os lavradores estariam armados. No título da matéria os empregados são designados como invasores e depredadores (O Fluminense, 29/02/1980).

A Fetag/RJ encaminhou ao general Luiz José Torres Marques, no início do ano de 1980, comandante da Brigada do Estado do Rio de Janeiro, uma solicitação de desapropriação de parte da área total da fazenda, visando o assentamento das famílias de posseiros. A Fetag encaminhou denúncias sobre a contratação de pistoleiros pelos proprietários da fazenda, que ameaçam os lavradores, ao comandante da II Brigada de Infantaria de Niterói. Dona Rosa Geraldo Silveira é citada como “uma das maiores produtoras de farinha da Região dos Lagos e tida como uma verdadeira porta-voz das reivindicações dos trabalhadores rurais” (O Fluminense, 26/06/1980). A linguagem que estrutura a narrativa da reportagem reproduz amplamente as categorias e representações do sindicalismo rural. Num encontro com trabalhadores rurais o deputado do MDB, Walter Silva, prometeu entrar com uma ação na justiça contra o Incra a fim de forçá-lo a respeitar o Estatuto da Terra. O parlamentar apresentou, na Câmara dos Deputados, em Brasília, um relatório sobre o conflito fundiário na Região dos Lagos e disse que o responsável pelo Incra no Rio de Janeiro, José Carlos

Barbosa, “não tem nenhum interesse em solucionar o drama dessa comunidade oprimida e perseguida, porque ele representa o interesse dos fazendeiros e dos latifundiários, desde que foi premiado pelo Governo com o cargo” (O Fluminense, 26/06/1980).

Na ocasião da visita do então prefeito de Niterói, Wellington Moreira Franco, a Cabo Frio, como uma prévia de lançamento da sua candidatura nas eleições para o governo estadual, Dona Rosa Silveira denunciou “o massacre que os latifundiários vêm praticando contra os lavradores locais desde a década de 60”. Ela, representando o sindicato rural, pediu aos líderes do Partido Democrata Social (PDS) que intercedessem junto ao presidente Figueiredo em favor da desapropriação da Fazenda Campos Novos. Tal solicitação ocorreu no Clube São Cristóvão, que concentrou um grande número de pessoas, num evento organizado pelo diretório do PDS local para lançar a candidatura de Ivo Saldanha à prefeitura de Cabo Frio (O Fluminense, 10/01/1981). Em 13/03/1981, o sindicato rural organizou uma manifestação na Praça Porto Rocha, no centro de Cabo Frio, para pressionar pela desapropriação das fazendas Campos Novos e Porto Velho. A divulgação pelo jornal foi mais uma oportunidade de dar visibilidade pública ao histórico de violências e de perseguições cometidas pelos fazendeiros contra os lavradores (O Fluminense, 09/03/1981 e 13/03/1981).

Segundo O Fluminense (21/12/1981) a Região dos Lagos não atendia aos critérios do Inca de definição das áreas prioritárias para desapropriação em razão de acentuada tensão social. Contudo, o jornal assim se posicionava: “No entanto, esta região tem sido palco de conflitos após conflitos. Todo mundo sabe, por exemplo, que a origem da papelada em poder dos supostos donos da Fazenda Campos Novos, em Botafogo, é duvidosa. E não será surpresa, para esta coluna, se a qualquer momento houver uma devassa, que poderia atingir até cartórios”. O direito dos posseiros, na visão deste órgão de imprensa, é confirmado pela inexistência de documentação que comprove legalmente a propriedade dos “supostos donos”. Tal posicionamento foi reproduzido insistentemente em muitas reportagens durante as décadas de 1970 e 1980, cujos títulos demonstram veementemente. O processo visando a desapropriação foi iniciado no Inca em 1968 (O Fluminense, 18/05/1982). Segundo o advogado do STR Cabo Frio, Márcio Pucú, o presidente João Figueiredo teria criado um empecilho legal para a desapropriação:

Embora os posseiros tenham todos os direitos à posse das terras por usucapião, pois já se encontram lá há mais tempo, inclusive, que o suposto dono Mizziara, a Lei recentemente promulgada pelo Presidente Figueiredo é inaplicável no caso, pois dá um encaminhamento individual enquanto que

o problema dos posseiros da Fazenda é coletivo. Caberia, no caso, a desapropriação geral das terras por Decreto, e a posterior titulação das terras a cada família de proprietários. (O Fluminense, 21/09/1982).

Segundo os advogados do sindicato, a fonte dos problemas fundiários em Cabo Frio, “onde ocorrem as maiores lutas em torno da posse da terra”, é a hipervalorização das terras, ocasionada pela construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1975, e a grande concentração de propriedades, 5% dos estabelecimentos rurais detém mais de 78% da área total do município.

O presidente do STR de Cabo Frio, Manoel Lopes, concordava com tal solução e reclamava da inação do Incra:

O Incra que foi solicitado a ajudar no caso, até agora nada fez para resolver a situação. São centenas de famílias a sofrer com a intranquilidade, a fome, as violências de todo o tipo. Como é que vamos continuar plantando? A feira e os mercados de Cabo Frio estão sendo abastecidos por produtos vindos de fora, encarecendo a vida das famílias, enquanto o município que tem terras ricas e produtivas, não produz o bastante porque o homem do campo é impedido de trabalhar honestamente. Nós não queremos abandonar o ofício que aprendemos de nossos pais e avós. Não queremos ser obrigados a deixar as terras que deles recebemos, onde nascemos, nos criamos e ganhamos o pão com o suor de um trabalho que alimenta muita gente. Apelo para o Presidente Figueiredo, e é nossa intenção – minha e dos companheiros do Sindicato – ir até Brasília para pedir a desapropriação (O Fluminense, 21/09/1982).

Esses são os elementos do discurso de justificação do direito: a terra para quem trabalha nela, para quem a herdou dos seus antepassados, uma relação afetiva com a terra sustentada em uma experiência que funde trajetórias familiares e comunitárias a lugar de trabalho e moradia. Lutar pela terra, não abandoná-la, é uma obrigação com os antepassados que a deixaram para eles. Manoel Lopes fala também de um ofício, de um saber fazer adquirido e afirmado durante uma vida honesta de cultivo do solo. Vincula sua atividade como produtor rural com um objetivo maior, que é fornecer o alimento para o município onde mora, abastecer as feiras e mercados (de Cabo Frio, de São Pedro da Aldeia e de Barra de São João) com alimentos que não precisarão ser adquiridos de fora, contribuindo com o desenvolvimento econômico da região.

Finalmente em 09/03/1983, foram promulgados dois decretos pelo presidente João Baptista Figueiredo, relativos a desapropriação de parte da Fazenda Campos Novos (O Fluminense, 12/03/1983). O Incra foi autorizado a fazer a desapropriação e tinha o prazo de

três anos para intervir, remanejando as famílias e regularizando a área. A Fazenda Campos Novos não foi integralmente atingida pelos decretos, mas apenas uma faixa de 3.200 hectares, menos da metade. De todo modo, a notícia foi veiculada pelo jornal como sendo a solução dos conflitos, basta ver o título do curto texto de chamada “Conflito em Cabo Frio chega ao fim” e da reportagem no corpo do periódico “Desapropriação ajuda posseiros”. A câmara de vereadores também saudou com euforia a medida, com vários vereadores se revezando na tribuna para lembrar da longa luta e sofrimento dos lavradores residentes naquela fazenda. A matéria fez uma retrospectiva das violências, atentados e assassinatos cometidos a mando dos fazendeiros para forçar o despejo dos posseiros, como se fosse um passado superado em vista de um futuro radiante para o pequeno agricultor no município. Lembrou, entretanto, os conflitos existentes em outras fazendas, como Porto Velho (antiga Fazendinha, na Baía Formosa) e Sobara (arrendada pela Agrisa, destilaria de álcool, no vale do rio São João), que tiveram suas plantações destruídas por *jagunços*. Um recado para o governo federal: os conflitos fundiários no município não estavam completamente resolvidos, pois havia ainda outras fazendas a serem desapropriadas para dar prosseguimento a reforma agrária na Região dos Lagos.

Volúcia Clara e sua fazenda nova

Terceira Coluna Correia e Cláudia de Almeida Castro têm acentuado a preocupação com a situação da fazenda de São Bento, na 16.ª, na 17.ª e 18.ª, no Fluminense. O governador Pinto preside uma Assembleia de produtores com os delegados: Casimiro de Jesus e Edson... [text continues]

Desapropriação ajuda posseiros

Cabo Frio (Sulista) — Depois de 23 anos de luta pela conquista de suas terras, mais de 500 famílias acabam de ser beneficiadas pela desapropriação de uma área de 3.200 hectares da Fazenda Campos Novos, que está situada na altura do Km 132, em Cabo Frio. No ano de 1975, os proprietários dessas terras armar-se contra os posseiros e destruíram todas as suas lavouras. Segundo o coordenador, Domênico Miceli, que está substituindo Antônio Américo Ventura, titular do cargo no INCRA, a desapropriação das terras foi realizada em boa hora, porque, há anos, o lavoura vinha lutando para conseguir...

717-1100

A PARTIR DE 15 DE MARÇO
LIGUE E PARTICIPE
RÁDIO O Fluminense
am 540

FALE PRIMEIRO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Desapropriação ajuda posseiros
O Fluminense, 12/03/1983

O tom otimista de O Fluminense mudou radicalmente logo nos meses seguintes. O título da reportagem é bem menos otimista, “Decreto não acaba com a briga pela posse da terra”. O decreto de desapropriação teria então aberto uma nova “escalada de violência e ódio”. Com pouco tempo, já foi apontado um fator para a continuidade dos conflitos: a desapropriação parcial da Campos Novos não atendeu as famílias camponesas da Fazenda Caveira.

A gleba de terra desapropriada tem pouco menos de 4 mil hectares para serem divididos com cerca de 500 posseiros. O decreto cometeu uma grande injustiça contra os posseiros mais antigos da área, instalados na Fazenda Caveira, que não foram beneficiados. Os ocupantes da “Caveira” foram os que mais sofreram para garantir o direito à posse. Campos Novos, uma gigantesca fazenda de propriedade de Jamil Mizziara, ao contrário, apresenta posseiros recentes e sem tradição no lugar. A maioria veio de Campos e adquiriu erradamente o direito de posse dos mais antigos. (O Fluminense, 18/04/1983)

Os *moradores antigos*⁵⁸ (descendentes das três famílias fundadoras) se opuseram aos critérios do Incra por serem muito restritos e excludentes, pois iam de encontro aos princípios das famílias (que se identificarão depois como quilombolas) de atribuição de direitos de acesso a terra na Caveira. Pelas regras do órgão fundiário ficavam excluídos aqueles que tivessem mais de 65 anos de idade e aqueles que estivessem empregados em atividades não rurais e os tamanhos dos terrenos para assentamento eram menores do que aqueles ocupados efetivamente e necessários a reprodução social camponesa (TOSTA, 2005). Na comunidade Caveira, o trabalho na roça sempre foi articulado com empregos urbanos, temporariamente ou permanentemente, como forma de complementar a renda familiar, seja em circunstâncias de queda na produção agrícola por causa de fatores climáticos ou devido a condições ruins de comercialização dos produtos. Sendo assim, muitas vezes alguém da família trabalhava no setor comercial ou industrial em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia ou Arraial do Cabo, enquanto outros integrantes ficavam na Caveira cuidando da casa e da roça. Aquele que se empregava na cidade, no fim de semana e feriados se tornava lavrador. Esse era o caso, por exemplo, do Sr. João que foi empregado durante muitos anos na Fábrica Alcális, em Arraial do Cabo. Alias, o que ocorre com muitas famílias camponesas em muitos lugares, que

58 Esta é uma categoria de autoidentificação, como apontado por Tosta (2005), da rede de parentes oriunda das três famílias originais que se reconheceram como “remanescentes de comunidades de quilombo” nos anos 2000. A identificação como moradores antigos se constitui em referência aos “de fora” e os “infiltrados”, que se estabeleceram na Caveira no período dos conflitos com os fazendeiros.

intercalam as chamadas ocupações agrícolas e não agrícolas. Estas últimas sendo em muitos casos atividades essenciais para a reprodução social dos grupos domésticos e do modo de vida camponês, constituindo fontes de recursos estratégicos para a permanência na terra. Excluir aqueles que tinham mais de 65 anos era desrespeitar a experiência de resistência e a liderança que exerceram na luta que lhes proporcionava o prestígio que tinham. Titular módulos de tamanho pequeno, era inviabilizar as unidades sociais de reprodução camponesa.

Todavia, havia famílias que concordavam com as regras de assentamento rural do Incra. Alguns moradores, principalmente os que residiam nos limites com Cabo Frio, aceitaram o tamanho do módulo proposto pelo órgão e venderam parcelas das suas terras para não serem expulsos. Segundo Tosta, o Incra pressionou para que os *posseiros antigos* acatassem as diretrizes oficiais para a desapropriação. O Incra atuava a partir de classificações genéricas de *posseiro* e a aplicava burocraticamente, sem levar em consideração as especificidades históricas e modalidades sociais de ocupação fundiária daquela situação local concreta, gerando insegurança quanto a garantia dos direitos a terra arduamente defendidos e com tanta coragem. Alguns antigos sítios foram fragmentados, sendo substituídos por terrenos sem espaço para roça e ocupados pelos “de fora”.⁵⁹

Isto resultou na diminuição da área cultivada, redução da produção agrícola e adensamento populacional em Botafogo-Caveira, contribuindo para a atual configuração rural-urbana do lugar.

A definição do INCRA para a categoria posseiro, de acordo com a interpretação dos antigos, pressupunha uma noção homogeneizada de todos aqueles a quem se atribuía o termo. Assim, o INCRA estaria conferindo às famílias de Botafogo um conceito de posseiro que era aplicado em qualquer outra situação de conflito fundiário e reforma agrária e essa concepção genérica era contrária às diferenciações vividas e percebidas pelos habitantes locais. O embate dos moradores de Botafogo com o INCRA era no sentido de exigir da instituição uma distinção em relação a outras populações com conflitos fundiários, ou seja, os naturais não se assemelhavam aos posseiros nos termos do INCRA. O que os relatos indicam é que, ao procurar aplicar naquela situação um conceito genérico, incompatível com as características da formação de Botafogo, o INCRA trazia, ao invés de segurança, uma ameaça à posse da terra.

59 Este foi o caso do Sr. Genil que, mora próximo ao limite com Cabo Frio, aceitou os critérios do Incra e vendeu parte das suas terras. Entretanto, isto não o impede de se identificar como quilombola, pois é descendente dos três “velhos” que originaram a comunidade e afirma seu vínculo histórico com a escravidão. Por isso, reclama a exclusão da sua família do cadastro de beneficiários da cesta básica, concedida pela Fundação Palmares.

Temendo ser expulsos ou perder a parte da terra que ultrapassava as dimensões do módulo estabelecido pelo INCRA, uma parcela dos moradores começou a vender partes de suas terras. Compreende-se então que o INCRA seja apontado como responsável pela a diminuição da produção agrícola, pela redução das áreas cultivadas e pelo crescimento populacional impulsionado pela chegada de compradores das terras à venda. O afluxo de novos moradores que então ocorre marca uma nova fase na história do povoado e representa o início da formação de um ponto mais “urbanizado” no centro desta localidade. (TOSTA, 2005,p. 85).

O Fluminense nos oferece mais alguns elementos relevantes do conflito fundiário na Fazenda Campos Novos para entendermos a constituição atual da paisagem rural-urbana do entorno da escola quilombola. Dona Rosa se recorda das atrocidades empreendidas pelos jagunços contratados pelos fazendeiros e da resistência camponesa nas décadas de 1960 e 1970, lamentando o fato dos moradores da Caveira não terem sido atendidos pelo decreto de desapropriação.

- Era o maior castigo ver nossas filhas estupradas por aqueles animais. Eles não respeitavam idade. Pegavam até crianças. Conseguimos expulsá-los, ficamos na terra à custa da vergonha que nossas filhas foram expostas – destaca Rosa Silveira, que se revolta ao saber que ela e seus companheiros não serão atendidos de imediato com a titulação da terra. “Eles primeiro vão atender a quem não sofreu aqui?”, indaga (O Fluminense, 18/04/1983).

A enorme extensão da Fazenda Campos Novos estava mais dividida do que antes: Botafogo, Restinga, Pai Domingos, Caveira, Araçá, Reta da Barra, Santa Margarida, Unamar, Gravatá, Boa Vista, Pântano, Rio do Una, Ferradura, Guriri, Baía Formosa, Piraúna e Barro. A reportagem relata um conflito entre dois grupos de posseiros: um liderado por Rosa Geralda Silveira, representando os posseiros mais antigos e o outro liderado por Zé Florzinha, representando os posseiros mais recentes, na sua maioria vindo de Campos. José Cordeiro, conhecido como Zé Florzinha, estava negociando terras, comprando e revendendo, para estes novos *posseiros*. Florzinha se considerava um “revolucionário” e dizia com orgulho “Peguei nas armas contra os comunistas”. Ele chegou em 1978, contratado por Jamil Mizziara para administrar Campos Novos, mas na verdade atuava como pistoleiro.

“O próprio Florzinha conta que sua missão era outra: matar”.

- Mizziara me pediu para matar Evaristo, João Santa e Walter. Eu disse a ele que topava, mas não topei. Fiquei enrolando ele, e fui me juntar a outros posseiros – conta José Cordeiro “Florzinha”, que durante 90 dias ficou

como encarregado da Fazenda e assumiu inúmeros compromissos em nome de Mizziara a ponto do fazendeiro ter perdido muitas ações na Justiça (O Fluminense, 18/04/1983).

Cabe lembrar que Florzinha atirou em Benício Gomes de Oliveira, em 1978, deixando-o aleijado e se envolveu no assassinato de Sebastião Lan, em 1988. Segundo Rosa Silveira, ele foi comprando e vendendo terras “no peito e na bala, forçando os antigos posseiros a deixarem suas terras”. Segundo O Fluminense, depois de abandonar Jamil Mizziara, ele contratou seus próprios jagunços. Jamil passou então a administração da fazenda ao seu genro, Justino dos Santos, que recrutou jagunços vindos do estado de Mato Grosso para combater a milícia formada por Florzinha. Este confronto resultou no sequestro e morte de uma rapaz, durante um tiroteio entre os dois grupos de pistoleiros; e no assassinato de outro homem, carbonizado no incêndio da quitanda de sua propriedade.

Do lado dos fazendeiros, os jagunços são comandados por Edmundo Justino dos Santos, paulista que chefiou comandos para-militares contra invasores em Mato Grosso. Antes de vir para o Rio, estava em Cárcere [Cáceres], onde recrutou o pessoal e aqui se apresenta como administrador. Os jagunços ganham Cr\$ 30 mil por mês, mais casa e comida, além de assistência de bons advogados. São chamados de “meus meninos” por Eduardo, um homem de fala mansa. Ele nega que esteja na área para matar, mas depois que o grupo matogrossense chegou inúmeras plantações de posseiros foram destruídas, casas incendiadas e duas pessoas morreram (O Fluminense, 18/04/1983).



**Decreto não acaba com a briga pela posse da terra
O Fluminense, 18/04/1983**

A equipe do jornal conseguiu ter acesso aos posseiros protegidos pelos jagunços fortemente armados e que possuíam até rastreadores. A expectativa era que um “barril de pólvora” ia explodir com o início da demarcação de lotes pelo Inca. 327 posseiros estavam em condições de receber lotes e a Fazenda Caveira ficou de fora. O superintendente do Inca no estado do Rio de Janeiro, José Américo Ventura, disse estar empenhado em estender a desapropriação para a Caveira. Ele esperava fornecer os primeiros títulos de propriedade ainda em 1983. Depois de expedido o título de domínio da área em nome do Inca, ele considerava que o mais difícil era a expedição das certidões necessárias pelos cartórios de Cabo Frio. Segundo José Ventura:

- Já estamos armando nossa estratégia de ação. Depois que tomarmos posse das terras, inclusive depositando os valores legais, vamos verificar topograficamente a situação das ocupações – qual o tamanho, quem ocupa as terras, o que produz e outros detalhes – disse José Américo Ventura. [...]

Os quase 4 mil hectares de terra serão divididos com todos e o Inca não irá permitir que posseiros fiquem com grandes extensões de área, como José Cordeiro, o “Florzinha”: Ele tem 50 alqueires, mil vezes mais do que o órgão pretende dar aos ocupantes de terras. “Não temos como permitir que essa quantidade de terra fique apenas com uma pessoa, do contrário de

nada adiantaria o nosso esforço pela regularização da situação”, frisou Ventura (O Fluminense, 18/04/1983).

Os critérios de elegibilidade para receber terras na área desapropriada eram os seguintes: estar radicado no local, não possuir terras em outra região, não ter sido beneficiado anteriormente com título de posse, estar em dia com a Justiça e ser cadastrado no Incra. No início de 1984, o Incra havia feito a topografia e a identificação das pessoas e da área. Só faltava a redação do relatório final. José Américo Ventura afirmou que a desapropriação da Fazenda Caveira estava em estudo pelo órgão (O Fluminense, 17/01/1984).

5.3 - O assassinato de Sebastião Lan e a municipalização da sede da Fazenda.

O conflito fundiário em Campos Novos teve os holofotes da imprensa e atenção pública voltados para si quando aconteceu o atentado ao líder rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, que tinha 45 anos de idade na ocasião. A repercussão desse acontecimento fez com que o caso da Fazenda Campos Novos fosse considerado, pelos dirigentes do Incra, como um dos dois maiores conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro, conforme verificamos nas matérias jornalísticas. Era meados de 1988, a constituinte ainda não tinha terminado seus trabalhos. Com o fim do regime militar em 1985, a eleição de um presidente civil por eleições indiretas, a morte de Tancredo Neves, a Nova República, a reforma agrária estava no centro do debate público desde que José Sarney tomou posse. Este ano de 1988 foi marcado pela promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) e pelo assassinato do líder sindical e ambientalista, Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes (em 22/12/1988).

O atentado a Sebastião Lan acendeu a luz vermelha da violência no campo para os agentes do Estado e da sociedade civil no Rio de Janeiro. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, o deputado estadual Aloísio de Oliveira (PDT) anunciou a entrega de uma lista completa dos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro e nomes de lideranças ameaçadas de morte, ao secretário de polícia civil Hélio Saboya.⁶⁰ Representantes de várias entidades civis e partidos políticos exigiram providências em uma reunião com Hélio Saboya. O deputado Aloísio de Oliveira acusou o secretário de polícia de negligência, pois Sebastião Lan depôs na CPI da Terra da Assembleia Legislativa do Rio de

60 STR de Cabo Frio, Comissão Pastoral da Terra, Fetag, Associação Brasileira para a Reforma Agrária, Associação dos Moradores da Rasa, Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Aloísio de Oliveira (PDT), Luiz Selles (PT), Jandira Feghali (PC do B) e Carlos Minc (PT/PV).

Janeiro (ALERJ), quando também denunciou os grileiros que o ameaçavam de morte. Fernando Moura e Heraldo Lírio de Azeredo, da CPT e da Fetag respectivamente, também acusaram a omissão do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) que recebe relatórios regularmente sobre os atentados e ameaças de morte de líderes rurais. Para o presidente da Fetag/RJ, a responsabilidade também é da justiça federal “que deveria ter pedido força policial para um oficial de justiça executar a sentença de despejo dos grileiros”. Outro problema foi a desapropriação da outra parte da fazenda, a Caveira, mas que não teve a emissão de posse.

Em 15 de fevereiro de 1985, o diretor do Inbra, Antônio Américo Ventura, expediu ofício pedindo a retirada dos grileiros que, na época, eram Roseraldo Silva, Alberto Nagi, Salim Nagi Daier, Eduardo Quadro Spinola, Olavo Ramos, Sérgio de Oliveira Pais e José de Deus Ferreira”, conta o presidente da federação. Em outubro de 1984, lembra ele, a justiça federal expediu mandado para retirada dos grileiros, mas não houve o despejo. Segundo o coordenador do Mirad, a Justiça ainda não solicitou força policial para o oficial de justiça cumprir a sentença. “Depois disso, aumentou o número de grileiros e os antigos ainda expandiram suas áreas”, denuncia Heraldo [aspas do autor] (Jornal do Brasil, (07/06/1988).

Google

BNDigital x Jornal do Brasil (RJ) - 1980 x Tribuna da Imprensa (RJ) - 19 x famerj - Pesquisa Google x +

memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=165933&Pesq="CPI%20da%20Terra"

Apps Yahoo - login LAS 20 MEJORES... STI IDUFF - Sistema d... RIUnB: Comunida... Produção Cientifi... Série tradução... Gmail PPGA - Uff Pró-Mobilidade L...

Jornal do Brasil (RJ) - 1980 a 1989

"CPI da Terra" [Pesquisar] Ocorrências 4/7 27/38 [Social Media Icons]

Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde"

Ano 1988 Edição 00060 (1)

terça-feira, 7/6/88 Cidade 3

Violência explode também no campo

Presidente do sindicato rural de Cabo Frio é baleado por defender posseiros de uma fazenda

CABO FRIO, RJ — O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Sebastião Lan, baleado na cabeça e no pescoço por dois homens, quando esperava ônibus no km 12,5 da rodovia Amaral Peixoto, em frente à entrada da fazenda Campos Novos, foi operado no hospital Santa Isabel e ficou internado no CTI em estado gravíssimo. Ele era também posseiro da fazenda, em que há conflitos de terra desde 1968.

Casado, pai de nove filhos, Sebastião Lan tinha audiência marcada para amanhã, às 10h, com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbosa, em Brasília, informou o coordenador do movimento dos semi-terra, Manuel Barbosa. Há três meses ele denunciava que recebia constantes ameaças de morte, por defender a desapropriação de terras ocupadas por



posseiros na zona rural de Cabo Frio e São Pedro d'Alcântara.

A tarde o ministro Barbalho telefonou para o hospital.

O líder — Socorrido por seu genro, Emilson Motta, e levado para o Santa Isabel pelo administrador da fazenda, Junqueira, conhecido como Lira, Sebastião Lan foi atendido na emergência pelo médico Manuel Artur Seve, que constatou perfurações de bala na cabeça (altura das têmporas) e no pescoço. No CTI, foi operado pelos neurocirurgiões Carlos Eduardo e Wagner Monteiro.

Ele chegou ao hospital às 8h20min (o atentado foi às 7h) e logo depois dezenas de lavradores, diretores do sindicato e líderes do PT, PC do B, PV e PFL apareceram no Santa Isabel. O delegado sindical Cecílio Pereira Gonçalves contou que Lan estivera domingo em Campos, onde participou de reunião da federação dos trabalhadores rurais. Ele denunciou na reunião que a Agrisa, destiladora de álcool da localidade de Araçá,

descontava as contribuições sindicais de 200 empregados para o sindicato de Campos, em vez de descontá-las para o sindicato de Cabo Frio.

O atentado — Cecílio Pereira Gonçalves contou que os criminosos (eles estavam num fusca branco) levaram uma pasta em que Lan guardava documentos sobre violência contra posseiros. Francisco Valença Lan, 14, filho do líder sindical, revelou que o atentado foi visto por Carlos, um empregado da Prefeitura que recolhe lixo na zona rural. Adiantou também que os dois homens simularam um defeito no carro, para se aproximarem de Lan.

O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, telefonou de manhã para o delegado da 133ª DP, Jofre Guedes, e pediu empenho na apuração do caso. Mas o inquérito ficará a cargo da 134ª DP (Búzios), em cuja jurisdição se deu o atentado. Policiais de Cabo Frio estiveram na sede do sindicato e colheram informações sobre Sebastião Lan. A secretária Valdimete Conceição Tavares revelou aos policiais que Sebastião lhe contara,

dias antes, que um bugre, com três e às vezes quatro homens, rondava sua casa.

Adiutante — Os litígios de terra existem na zona rural de Cabo Frio há cerca de 15 anos, quando ocorreu a primeira morte, a do lavrador Manuel Mangueira, em 1973. Em 1976, o casal Aderci José Viana foi morto a tiros, quando resolveu enfrentar homens armados que destruíram suas plantações com um trator.

Dois anos depois o posseiro Benício Gomes foi chicoteado pelo jagunço conhecido por José Cordeiro e alvejado a queima-roupa; Benício resistiu às tentativas dos jagunços para afastá-lo da área. Um advogado de Cabo Frio, que acompanha os litígios, estimou em 70 o número de ações impetradas pela companhia agrícola Campos Novos para expulsá-los. Na área conhecida por Fazendinha, os lavradores alegam morar há mais de 30 anos.

O município de Cabo Frio foi considerado área prioritária para efeito da reforma agrária. O decreto que originou a desapropriação pelo Inbra (57081) é de 1968.

Entidades e partidos acusam dois governos

Entidades rurais responsabilizaram os governos federal e estadual pelo atentado contra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. Segundo Fernando Moura, da Comissão Pastoral da Terra, as violências no campo são denunciadas constantemente através de relatórios enviados ao Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e à Secretaria de Polícia Civil. O deputado Carlos Mine, da CPI da Terra, afirmou que há mais de cinco meses o governo do Estado estava avisado sobre as ameaças que Lan sofria, inclusive com nomes dos mandantes.

No final da tarde, na CUT, representantes de entidades

Idéias
Quem está por dentro das coisas, tem idéias.
TODOS OS SÁBADOS NO JORNAL DO BRASIL

SAYONARA
275-7575
MODERNO PROCESSO JAPONÊS
DEDETIZAÇÃO C/MASSA
BARATAS • PULGÁS • CUPINS e RATOS.

Iniciar Gessiane Copião da tese G... Jornal do Brasil (...)

22:35

Atentado a Sebastião Lan
Jornal do Brasil, 07/06/1988

Sebastião Lan foi baleado cinco vezes (um na mão, um nas costas, um no pescoço e dois na cabeça) por dois homens, que estavam num fusca branco, no ponto de ônibus, no Km 123,5 da rodovia Amaral Peixoto. Foi operado e ficou internado em estado gravíssimo no hospital Santa Isabel, em Cabo Frio. Ele tinha 45 anos de idade, chegou em Botafogo em 1969 e era pai de nove filhos. Ele iria a uma audiência com o ministro da reforma agrária, Jader Barbalho, em Brasília. Os pistoleiros teriam levado uma pasta que ele carregava com documentos sobre violência contra posseiros. No domingo anterior tinha participado de reunião da Fetag em Campos. Depois de cinco dias internado no Centro de Terapia Intensiva (CTI), Lan não resistiu aos ferimentos e faleceu. Uma concentração de mais de dois mil trabalhadores rurais e 36 entidades representativas de sindicatos rurais na Praça Porto Rocha, em Cabo Frio, formou uma manifestação contra o assassinato e as violências contra os posseiros (Tribuna da Imprensa, 11-12/06/1988).

Com a morte de Sebastião Lan o Incra iniciou o processo de desintrusão da área desapropriada da Fazenda Campos Novos. Dois ocupantes foram notificados, em uma operação que contou com a colaboração da Polícia Federal, para deixarem os imóveis respectivos no prazo de cinco dias. Segundo a reportagem de O Fluminense (18/08/1989), “Ao todo são 78 os invasores de 70% das áreas desapropriadas em 1983 pelo Governo Federal para fins de reforma agrária”. Em reação a tal operação, dezenas de ocupantes atingidos pela ação de desintrusão procuraram o superintendente do Incra no Estado do Rio, Néelson Nonato, para questionar a inclusão das suas áreas nesta intervenção do órgão. Com a expedição dos mandatos de emissão de posse, o procuradora regional do Incra, Theomar de Lucca, garantiu a continuidade da ação de notificação aos ocupantes considerados ilegais para desocuparem os imóveis rurais situado nos limites da área desapropriada. As duas manchetes da matéria mostram a posição favorável a operação de desintrusão: “Federais retomam em Cabo Frio a fazenda da violência” e “Ação contra grileiros da Campos Novos vai continuar”. A primeira manchete se refere a um texto curto de chamada para a reportagem no corpo do jornal e usa um recurso retórico, “a fazenda da violência”, para transmitir uma mensagem de modo rápido para chamar a atenção do leitor para a matéria no interior do jornal. Associando com a segunda manchete, temos a polícia federal retomando a fazenda Campos Novos contra grileiros. Segunda esse mesmo jornal em matéria posterior, o número de *grileiros* foi reduzido a 35, dos 87 que ocupavam a fazenda, “mas a violência na região continua e não é raro ocorrerem espancamentos, ameaças e queima de colheitas” (O Fluminense, 11/10/1990). Ou

seja, o mesmo repertório de ação e regime de terror imposto antes, pois os grileiros tinham retornado a fazenda e não houve demarcação de lotes e assentamento de posseiros.

Temos que impedir que a violência no campo continue. Muitos grileiros que haviam sido despejados já retornaram e até hoje não houve demarcação de lotes ou assentamento dos posseiros, o que põe em dúvida a capacidade do Governo Federal para executar a reforma agrária, declarou Fernando Moura da Pastoral da Terra (O Fluminense, 11/10/1990).

O clima de tensão e as hostilidades entre posseiros e grileiros continuou depois do atentado, tanto que o filho de Sebastião Lan, Francisco Lan, precisou de proteção policial, devido a ameaças de morte, enviada para Cabo Frio por decisão do então secretário de polícia civil e vice-governador Nilo Batista (O Fluminense, 15, 17 e 19/07/1991).

A municipalização de uma área (oito alqueires) da Fazenda Campos Novos foi anunciada por O Fluminense (13 a 19/06/1993) de maneira otimista mais uma vez como a solução definitiva aos conflitos ali existentes durante décadas: “A desapropriação da Fazenda Campos Novos pela prefeitura, no início do mês, abre a expectativa de solução definitiva de inúmeros conflitos pela posse da terra, intensificados a partir de 60”. A desapropriação, autorizada pelo juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Cabo Frio, custou um bilhão de cruzeiros a prefeitura, pagos a Companhia Agrícola Campos Novos. O prefeito José Bonifácio prometia com tal medida “entrar muito fundo na questão dos conflitos fundiários”. Com a instalação da sede da secretaria municipal de agricultura, e das empresas públicas Emater e da Siagro Rio, ele visava transformar a fazenda em um centro de pesquisa e produção agrícola. Com o tombamento (pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC) da Igreja de Santo Inácio, edifício anexo ao casario da fazenda, construída pelos jesuítas no século XVIII, o prefeito pretendia criar um centro de memória da vida e atividade rurais, após a restauração do prédio. Em 1995, o prefeito José Bonifácio assinou convênio com o Incra para demarcar áreas para assentar os “remanescentes da Fazenda Campos Novos”. Segundo informação do STR de Cabo Frio, citada na reportagem, 50% das terras da fazenda estava sob o controle de grileiros e outros 20% nas mãos de dois fazendeiros (O Fluminense, 27/10/1995).

O gerente da fazenda Campos Novos, Hermes Benite Vicente, José Cordeiro (o Zé Florzinha) e o policial militar Di Stefano acusaram Jamil Mizziara de mandante do crime que vitimou Sebastião Lan. O executor, Hélio Barros Filho, recebeu o pagamento de 200 mil cruzeiros. Jamil, 75 anos de idade, morava em Ipanema mas o caso estava com o juiz de Cabo

Frio. Segundo o jornal *Tribuna da Imprensa* (05/07/1988) o Mirad depositou o pagamento da desapropriação na conta bancária do fazendeiro, mas a desapropriação não foi efetivada. Sebastião Lan queria que a decisão judicial fosse cumprida. O fazendeiro Jamil Mizziara foi preso pelo delegado Hélio Tavares Luz, secretário executivo da Comissão Especial que investigava crimes de extermínio. Foram denunciados também como mandantes do atentado: José Cordeiro e o fazendeiro José Maciel. Foram detidos também o autor dos disparos, Hélio Barros Filho e Di Stefano.

Hélio Barros Filho e Di Stefano foram condenados a 14 anos de prisão, no Fórum de Cabo Frio, em julgamentos ocorridos nos dias 23/11 e 03/12/1990 respectivamente. Zé Florzinha foi condenado a 16 anos de prisão, em julgamento ocorrido, também no fórum de Cabo Frio, no dia 08/03/1991, reduzidos para 14 anos de reclusão por já ter cumprido dois anos. Hermes Benites Vicente não foi julgado, porque estava foragido (*O Fluminense*, 23 e 24/11/1990, 22/02 e 11/03/1991). Jamil Mizziara, teve a prisão preventiva requerida, mas foi impronunciado pelos desembargadores da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (*Jornal do Brasil*, 10/12/1990). O fazendeiro José Maciel também foi considerado impronunciado pela Tribunal de Justiça. Nos julgamentos de Hélio Barros e Di Stefano, trabalhadores rurais, parlamentares e representantes de 26 entidades da sociedade civil fizeram manifestação pela condenação de executores e mandantes do atentado de Sebastião Lan e de protesto contra a violência no campo.

Os testemunhos acima, experiências individuais que compõem um determinado período histórico, não são apenas marcas de acontecimentos públicos na vida de quem os vivenciou, mas são parte de uma estrutura que forma a subjetividade dessas pessoas. As experiências centrais que marcaram suas memórias e compuseram suas estruturas psíquicas foram, sem dúvida, o período das expropriações intensificados com a ditadura militar. Esses fatos históricos de conflitos territoriais com fazendeiros, seus capangas e a polícia aliada à serviço dos fazendeiros e de um regime que massacrava os trabalhadores rurais, também vão contribuir para a construção da identidade étnica dos quilombolas da Caveira que, a partir da década de 1990 reivindicam seu território sob a identidade étnica quilombola. A memória coletiva dos quilombolas da Caveira também pode ser compreendida sob a reflexão de Pollack (1989), ao descrevê-la, a memória coletiva, como um processo de disputa entre grupos sociais. Na história oficial de São Pedro da Aldeia⁶¹ fala-se pouco ou quase nada dos

61 Para maiores informações sobre a história oficial do município cf. <http://pmspa.rj.gov.br/historia-municipio>.

grupos indígenas que foram massacrados ali e o protagonismo dos afrodescendentes escravizados e seus descendentes que até o presente momento lutam para que tenham o título de suas terras.

As memórias dos descendentes dos africanos escravizados na fazenda campos novos, que estiveram por décadas silenciadas, quando rompem com a narrativa oficial branca ocasiona uma série de conflitos identitários e reivindicações por direitos, que no caso aqui tratado seria a identidade quilombola.

Fatos como esses são importantes e devem perpassar os currículos escolares dessas comunidades por serem fundamentais na compreensão do que elas são, pois só é possível compreender a luta e existência de uma comunidade quilombola ao se conhecer de perto sua história e suas especificidades.

Capítulo 6.

“Aqui era tudo negro”: a emergência do campesinato étnico.

Mais aí depois começou a surgir esse movimento, esse movimento... Esse levantamento da terra pra chegar a origem e aquela coisa toda... e depois chegaram a uma conclusão, o governo federal... chegaram a conclusão que isso aqui era uma área de remanescente de quilombo, através de muitas ossadas que encontraram (Sr. João. Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).

Aqui foi terra de escravo, terra de cativoiro (Sr. João, apud LUZ, 2009,p. 17).

São 163 famílias quilombolas cadastradas pelo Incra, reivindicando 220,8 hectares como território quilombola. As terras reclamadas pelas três famílias originais está encravada no meio das fazendas. O território da comunidade da Caveira é uma área com uma paisagem mista entre o rural e o urbano, situada no bairro Botafogo, que é um bairro periférico do município de São Pedro da Aldeia, no limite com o município de Cabo Frio. A maioria absoluta das ruas não são asfaltadas. O fornecimento regular de energia elétrica foi estabelecido em 1980. Há fornecimento de água encanada. Como todo bairro o saneamento básico é precário. O transporte público, um ônibus da viação salineira, linha São Pedro da Aldeia - Armação dos Búzios, percorre Caveira-Botafogo em horários muito espaçados, mais de uma hora. As vias públicas ficam enlameadas quando chove, dificultando o transito de carros, motocicletas, caminhões e ônibus. Mesmo com tempo bom, as ruas são muito esburacadas, fazendo com que a velocidade dos ônibus em alguns trechos seja muito lenta, não ultrapasse os seis ou oito quilômetros por hora. Há uma pequena rede de comércio, com pequenas lojas de vestuário, padarias, lanchonetes, bares, lava-jatos, lojas de material de construção, salão de beleza, etc. Há muitas igrejas neopentecostais, uma grande parcela dos moradores são evangélicos.

Muitas pessoas não vivem predominante da agricultura, exercendo ocupações no setor industrial, comercial ou de serviços (público ou privado). Esta atividades, em geral mal remuneradas, muitas vezes constituem o eixo principal na composição da renda familiar. Atualmente, as áreas de roça são muito reduzidas, em comparação com o passado. O conflito fundiário, amplamente descrito nesta tese, na Fazenda Campos Novos foi um fator fundamental na construção social do espaço físico da Caveira. As atividades comandadas ou permitidas pelos fazendeiros (criação de gado e corte de madeira para carvoarias) causou

desmatamento em grandes áreas de floresta que antes eram reservas de recursos naturais de uso comum das famílias quilombolas. Isto reduziu muito as terras disponíveis para atividades produtivas importantes a reprodução social das famílias dos descendentes de escravos. Tanto a caça, a pesca, a extração de madeira para lenha, foram diminuindo quanto as “terras livres” para a formação de novos grupos domésticos com o adensamento populacional resultante das disputas por recursos fundiários. A economia política do turismo e da especulação imobiliária acentuaram os conflitos fundiários e a pressão sobre as condições de reprodução social do campesinato negro da Caveira.

Conforme as palavras do Sr. Glicério: “tinha muita lavoura mesmo, mamão, abóbora, mandioca... farinha, a gente fazia farinha, dez sacos de farinha”. Existe uma forte memória da vida rural, quando existiam as casas de farinha. Este passado é descrito como um tempo de fartura, tranquilidade e felicidade. Abundância de terra, de produção agrícola e facilidade de comercialização do excedente do consumo familiar. Mas, eis o relato do Sr. Francisco sobre a ocupação de gente de fora nos tempos do conflito: “A pessoa que foi colocada na área já acha que os moradores daqui estão incomodando eles, aí reverte a posição”. Ele reclama: “Essa área toda que a senhora está vendo ocupada de casa aqui... era a chácara do meu avô, a chácara de laranja” (Sr. Francisco, apud LUZ, 2019,p. 40). E complementa:

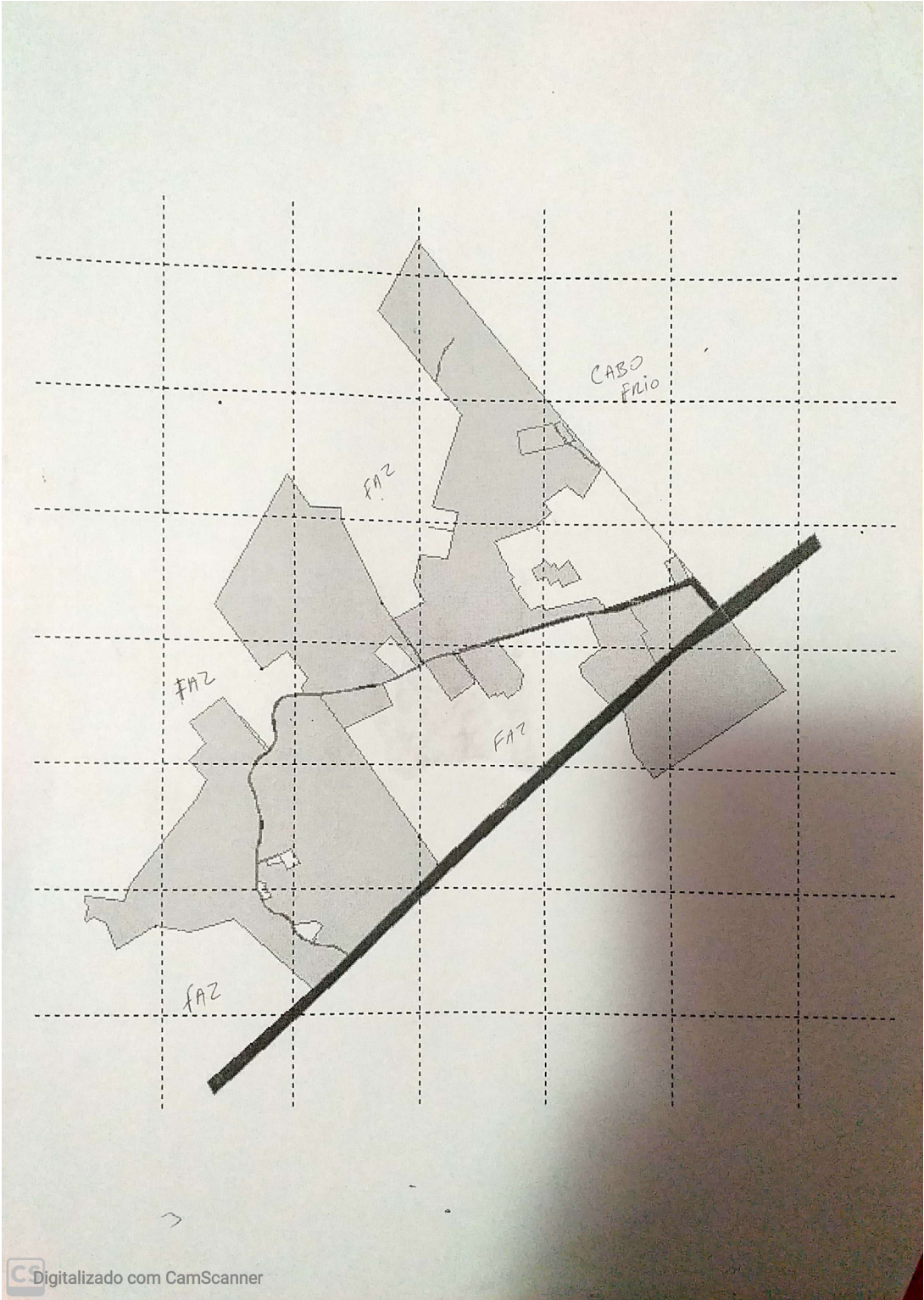
*Moradores que vieram pra cá através dos moradores antigos daqui... só que a família foi crescendo, e foram botar essa família aqui na terra, olha o que aconteceu... Foi aparecendo outras pessoas, foram habitando, um bem mais próximo do outro, **foi acabando o espaço da lavoura. Por que enquanto eram aquelas três famílias tinha espaço... Já tem família morando em cima do piso, em prédio** [destaques, em negrito, meus] (Sr. Glicério, apud LUZ, 2019,p. 59).*

Aqui quero privilegiar o relato deles sobre esse processo de ocupação por “gente diferente”, como disse Dona Almerinda, porque traduz o modo como percebem a precarização das condições de reprodução da vida camponesa: “foi acabando o espaço da lavoura”. Dona Almerinda, utiliza a expressão “gente diferente” (ou “gente clandestino”, Sr. Glicério) para marcar a sensação de estranhamento e distanciamento social diante destes adventícios:

*Aqui tem gente de todo lugar, tem gente do norte, tem gente da Bahia, tem gente do Rio, tem muita gente mesmo... que foi vindo, foi vindo, vinha um, daqui a pouquinho vinha outro um, um que trazia o outro... **A gente agora está no meio do estreito... porque tem muita gente diferente** [Destaques, em negrito, meus] (Dona Almerinda, apud LUZ, 2019,p. 59).*



Foto Google: Território Quilombola da Caveira



Mapa do Território Quilombola da Caveira



Quintal da Dona Jovelina

Foto: Gessiane Nazario



Vista parcial da fazenda em frente ao quintal do Dona Jovelina.

Foto : Gessiane Nazario



Quintal da Dona Lola

Foto: Gessiane Nazario



Vista parcial da fazenda em frente a casa de Dona Lola. Foto: Gessiane Nazario

Interessante notar que os quintais dos quilombolas da Caveira são cercados por fazendas. Tal configuração espacial - um quintal cercado de fazendas - demonstra a resistência das famílias para permanecerem em seus territórios.

“A gente agora está no meio do estreito”: esse enunciado curto e simples tem uma força interpelativa, uma capacidade de comunicação de experiências vivenciadas que só encontramos no campo ou em fontes constituídas em um espaço de diálogo com os sujeitos. Nós vimos que famílias “de fora” foram se estabelecendo, como estratégia para fortalecer a luta pela terra, por intermédio do próprio povo da Caveira, a rede de parentes (afins e vizinhos) formada pelas três famílias originais. Foram se fixando também os “infiltrados” pelos fazendeiros, incluindo jagunços, para espionar o movimento do povo da Caveira e pressionar sua expulsão restringindo as terras disponíveis através de loteamentos ocupados por “gente diferente”. Este termo utilizado pelos quilombolas refere-se a uma modalidade de acesso a terra fora do controle social da comunidade.

Atualmente, os mais velhos ainda operam com esta racionalidade relativa a um baixo nível de mercantilização da terra, quando havia ampla disponibilidade de “terras livres” e eles permitiam o acesso a áreas para roça e moradia (e também a reservas de recursos de uso comum). O Sr. Genil, por exemplo, já concedeu terrenos (a contragosto de seus futuros herdeiros) ou vendeu por preços irrisórios ou em troca de rolos de arame farpado. Estes terrenos estão fora dos limites do território quilombola (em Botafogo) e ele possui os títulos deles. Ao contrário dos filhos, filhas, genros e noras, o Sr. Genil não encara as terras como reserva de valor (de troca), mas como valor de uso, como algo concreto para satisfazer a necessidade de moradia e sustento das famílias. Só para citar mais um caso, o Sr. Gabriel (pseudônimo), quilombola da Rasa, onde eu moro, trocou um terreno por uma Kombi velha, que frequentemente precisa de conserto. Se procurarmos, encontraremos muitos outros casos na Caveira, Botafogo, Rasa, Preto Forro, Maria Joaquina, Baia Formosa, Maria Romana, Sobara. Há décadas atrás, na Rasa, os quilombolas trocaram terras por prato de comida, devido a destruição das plantações pelo gado dos fazendeiros. Com o incremento do turismo, em Búzios, empresas se aproveitaram de um mercado fundiário ainda não consolidado, logo da inexistência de um habitus econômico mercantil entre os quilombolas da Rasa, para adquirir terras em troca de copos de cachaça. Há alguns anos atrás, o proprietário de um condomínio na Rasa relatou (com um certo orgulho pela sua esperteza empresarial), ao meu marido, que adquiriu assim o terreno do seu empreendimento, dirigindo-se em seguida a um cartório com a pessoa a quem pagou a aguardente para legalizar a transação. Muitos terrenos (onde localizam-se hoje hotéis, condomínios, casas de veraneio) em Búzios e na Região dos

Lagos foram “comprados” assim, às custas da expropriação fundiária de pequenos agricultores e pescadores.

Todavia, o modo de vida camponês não está só na memória. Os mais velhos preservam a todo custo, mesmo diante de condições objetivas difíceis, uma existência de lavrador, de quem insiste em viver dos frutos do trabalho na terra. São exemplos vivos e vigorosos da resistência do campesinato negro. Mesmo completamente cercados por fazendas, eles reproduzem nos seus pequenos sítios, que abriga um conjunto de casas onde moram as famílias de filhos e netos, em uma pequena comunidade de parentesco - afinidade - vizinhança, o microambiente rural de antigamente. Quando visitei o Sr. Afonso para uma entrevista, ele estava cuidando da sua roça na parte de trás do conjunto de casas onde reside algumas famílias das quais ele é o patriarca. Não foi difícil notar como ele estava feliz naquele cenário de árvores, plantas e solo, majestosamente empunhando sua enxada e olhando para a maior riqueza que ele quer deixar de herança para seus filhos e netos. Como eles sempre disseram: sua armas são a enxada e a foice, símbolos máximos da sua existência e trajetória social, da sua percepção de si mesmos e do mundo. Tive a mais clara compreensão do significado da persistência deles em continuar existindo, em não deixar que a história deles seja apagada, no encontro ansiosamente esperado por mim com o Sr. Afonso. Foi visível sua hesitação em sair do seu “ambiente natural”, para uma entrevista que poderia lhe trazer recordações sobre eventos traumáticos. A sua roça, fonte de vida, lugar revigorante, onde ele se abastece cotidianamente para seguir em frente.

Não vi nele ressentimento pelas violências e agressões sofridas, que seriam totalmente pertinentes e não sei dizer se aquelas feridas estariam cicatrizadas para ele, mas vislumbrei a alegria de quem venceu, por ter conseguido deixar um pedaço de terra aos seus descendentes. Um gigante, entre outros que existem na Caveira, que age e fala com tal simplicidade e modéstia, que nos ensina até com as suas pausas e silêncios. Aprendizados que muitas vezes são palidamente transmitidos através da escrita. Talvez seja o Seu Afonso a figura mais emblemática, aquele que é mais plenamente a história incorporada (história feita corpo, como nos diz Bourdieu, 1989) do conflitos fundiários, da resistência camponesa e da demanda por reparação histórica ao povo da Caveira. Não tenho como deixar de compartilhar um pouquinho destas emoções raciocinadas através da apresentação das belas fotografias do Sr. Afonso na sua roça.



Sr. Afonso na sua roça

Devido à morosidade com que os processos acontecem, muitas famílias da comunidade da Caveira estão vendendo parte de seu território fazendo com que cresça a presença dos “de fora” em suas áreas e, segundo o próprio diretor da associação, “descaracterizando o nosso território”. O território também sofre ameaças de empresários que se dizem donos de algumas áreas que estão demarcadas, desrespeitando o processo de titulação. Todavia, Roberto dos Santos, diretor da Associação Quilombola da Caveira, é incansável na defesa de seu território e prontamente denuncia ao Ministério público Federal qualquer arbitrariedade ao descumprimento dos direitos de sua comunidade, seja por parte de empresários ou agentes estatais como a própria prefeitura de São Pedro da Aldeia. É importante destacar que, após o golpe de 2016⁶², os processos de titulação ficaram ainda mais estagnados devido à orientação política neoliberal seguida à risca pelo governo anterior e atual.

6.1 – Etnicidade, campesinato negro e ocupação fundiária: história, memória e identidade quilombola.

O tecido sociocultural dessas comunidades é constituído pelos processos históricos como a colonização do Brasil pelos portugueses, o processo de escravização dos povos africanos trazidos forçados para o Brasil, o processo de pós-abolição onde se consolida o chamado campesinato negro, passando pelo processo de turistificação da cidade de São Pedro da Aldeia e loteamento das terras dos municípios que compõem a Região dos Lagos, que levou à expulsão dessas famílias por parte dos fazendeiros. Cada momento desses marcou profundamente a vida dos negros e seus descendentes tanto psicologicamente quanto socialmente. Nesse sentido, para compreender a construção de suas identidades quilombolas é preciso buscar os significados que os grupos dão às suas próprias interações, compreender os diferentes grupos sociais e como eles se diferenciam uns dos outros; enfim, desconstruir a tese da existência de um grupo cultural estático e imutável. Nesse sentido seguirei o significado de etnicidade desenvolvido por Frederick Barth (2000a) por considerar ser o que melhor se enquadra na compreensão dos grupos quilombolas da Região dos Lagos, pois é necessário considerar a natureza das fronteiras étnicas, que não dependem da ausência de interação, mas são a base sobre a qual os sistemas sociais são construídos.

⁶²Para a discussão acadêmica sobre o golpe de 2016: SOUZA, 2016.

O primeiro a desfazer a ideia de imutabilidade que impregna no senso comum foi Max Weber em seu texto “comunidades étnicas”, cujo texto mostra que raça é uma das maneiras de constituição de um grupo étnico [não um fim], formação de grupos ou comunidades étnicas baseadas em diacríticos raciais. Os grupos étnicos são fundamentalmente comunidades políticas, dentro do sentido em que Barth posteriormente retomará, ou seja, comunidades étnicas são formas de organização de fronteiras sociais a partir de determinados elementos diacríticos selecionados pelos sujeitos para se diferenciarem dos outros. (NAZARIO, 2015,p.48)

Resumindo, os traços que distinguem um grupo de outros e que fundamentam a sua identidade são construídos pelo próprio grupo, não podendo ser atribuídos por agentes externos: seja o pesquisador ou representantes de órgãos estatais que atuem junto a esses grupos. Dessa forma, podemos entender, como Weber já postula, que a questão da construção social do grupo étnico não deve ser definida em termos culturais ou biológicos, ou de qualquer outro conjunto de características neste sentido estático, definitivo. Ele também destaca que raça deve ser considerada como apenas um dos critérios de formação de comunidades étnicas, que não está relacionada com hereditariedade biológica, sendo uma escolha do grupo, que determina quais são os elementos definidores da sua identidade. (NAZARIO, 2015)

Barth retomará essa ideia para se contrapor às concepções que os antropólogos de seu tempo elaboraram de considerar certos grupos como entidades culturais estáticas, fechadas e homogêneas. Sendo assim, não é a cultura que define um grupo étnico, mas os processos sociais através dos quais o próprio grupo se organiza frente a outros grupos e constrói a sua fronteira. Dessa forma compreendemos que a identidade étnica é relacional e situacional. Relacional na medida em que o grupo se autodefine e constrói a sua identidade em contraposição a outros grupos. Situacional porque ela pode mudar de configuração de acordo com os contextos históricos. A identidade pode manter-se ou não de acordo como o próprio grupo a redefinirá com o passar dos anos. Essa discussão é fundamental para compreendermos o porquê de certos costumes não se manterem nestas comunidades como algumas festas que certos agentes do Estado insistem em querer “resgatar” nessas comunidades.

Sobre a identidade negra, é importante considerar as reflexões que Homi Bhabha (1998) retoma de Frantz Fanon para pensar em como o sujeito negro (a) constrói uma autoimagem deturpada baseada na visão do colonizador que o vê como um ser primitivo, inferior e animalizado. Podemos facilmente identificar o sentimento de superioridade no

tratamento violento do Marquês com relação aos descendentes dos escravizados na Caveira e demais comunidades que compõem o conjunto de comunidades resistentes à escravidão na referida região. Na história desses descendentes constatamos a todo o momento e a cada relato de vida o ser negro lutando contra a sua despersonalização e perturbando a ordem do historicismo colonial local que, com uma narrativa eurocêntrica, coloca esses fazendeiros como grandes edificadores do progresso local. A emergência de tais narrativas negras através de suas reivindicações enquanto quilombolas contestam a hegemonia dessa narrativa, que não enquadra a vivência negra nesse “homem/mulher ocidental”. A história de resistência da comunidade da Caveira é um exemplo de como essas pessoas atravessam essa narrativa por meio de sua “agência humana”. (BHABHA, 1998)

Stuart Hall (2003) nos auxilia a pensar sobre a construção da identidade negra em contraposição a estereótipos e essencialismos muitas vezes impulsionados pelos próprios agentes do movimento negro e operadores de políticas públicas em busca de uma identidade “africana” que não condiz com os modos de vida das pessoas que constituem a comunidade em questão. Hall fala de identidade negra no plural e nunca de maneira estática, negritudes heterogêneas e dinâmicas, que são ressignificadas pelos sujeitos em diferentes contextos históricos e sociais. Dessa forma, podemos pensar sobre quais identidades negras se constroem no espaço escolar e na comunidade Caveira.

Acredito ser pertinente tratar dessa questão, pois remete à forma pela qual a concepção de quilombo do passado predomina no senso comum e para entendermos como ela se configura nas práticas pedagógicas da escola em questão. Existe um pensamento equivocado nas pessoas quando se referem às comunidades quilombolas como se fossem resquícios de antigas comunidades de fuga e isoladas da civilização. É compreensível que as pessoas pensem assim porque a questão negra apenas recentemente conquistou espaço nos currículos escolares através da lei 10639/03 e Resolução Nº 8 de 20 de novembro de 2012 (as diretrizes quilombolas) e mesmo assim tem encontrado muita dificuldade devido a falhas em seu processo de implementação.

Todo o processo de construção identitária, discutido acima, em qualquer grupo quilombola se dará em um espaço, o território. As terras das comunidades negras rurais – as chamadas “terras de preto” – nunca tiveram reconhecimento jurídico pelos órgãos fundiários e censitários estatais (INCRA e IBGE) até a Constituição de 1988. O antropólogo Alfredo Wagner, um importante estudioso de tal processo, desenvolveu uma teoria que auxilia a

pensar em como são formados os territórios quilombolas e que fatores desencadearam esse fenômeno. Tal expressão “terras de preto” foi cunhada através de conflitos fundiários que envolviam formas diferenciadas de uso dos recursos naturais no que concerne ao critério de propriedade; as características de privado e coletivo permeadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos e critérios político-organizativos conforme práticas de organização próprias (ALMEIDA, 2002)

A formação e ocupação de tais territórios ocorreram de variadas formas as quais Almeida (2002) chama de “constelação de situações” como doações, ocupações, acordos, etc. Não necessariamente por fuga e por estarem ocupando tais territórios na ocasião da abolição. Esse movimento de reivindicação das “terras de pretos” culminou na conquista do artigo 68 da ADCT da Constituição federal de 1988. A primeira vez, após cem anos, que é tomada alguma medida em relação à reparação aos afrodescendentes na sua dimensão fundiária (tanto rural quanto urbana).

A regularização fundiária das comunidades negras rurais adquiriu visibilidade no movimento negro em meados dos anos 1980, quando se tornou tema do Encontro de Negros do Norte e Nordeste (1987), sediado em Belém. No ano anterior, no Encontro Sediado em Aracajú, o tema “terra de quilombo” emergiu e foi escolhido como eixo para o Encontro do ano seguinte. Isto significou uma importante inflexão no movimento negro brasileiro, até então predominantemente urbano, ao dirigir a atenção para o “negro da zona rural”, “o negro do interior”. (NAZARIO, 2015, p. 52)

Todavia o artigo é restritivo com relação às inúmeras formas de ocupação tradicional que acontecem na realidade destas comunidades. Dessa forma, as comunidades quilombolas junto à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), elaboraram uma proposta de decreto com um texto mais abrangente sobre as diversas formas de ocupação territorial dos descendentes dos escravizados no pós-abolição. Todavia ele só foi sancionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003: o artigo 4887/03. Em 2004 foi contestada a sua constitucionalidade pelo partido Democratas (DEM) e após várias discussões no Supremo Tribunal Federal, em 8 de fevereiro de 2018, o STF decidiu por sua total constitucionalidade.⁶³

A intencionalidade de desenvolver uma breve explicitação sobre a construção e significados de tais conceitos foi para auxiliar na compreensão das interseções entre eles para pensar em como são fundamentais na construção do sentido da educação quilombola e em

63 Para maiores informações Cf. terradedireitos.org.br; <https://stf.jusbrasil.com.br>

como esses conceitos terão diferentes significados, pois suas variações devem corroborar com a diversidade das configurações de territórios quilombolas existentes no Brasil.

As Comunidades Quilombolas da Região dos Lagos configuram sua origem étnica a partir de uma memória ligada aos processos de escravização nas terras da Fazenda Campos Novos.

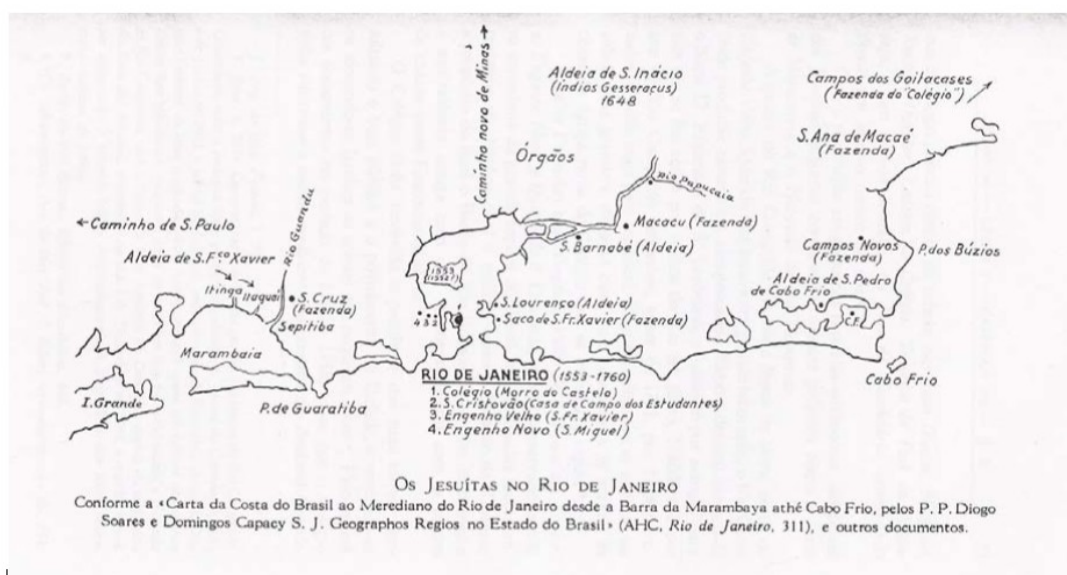
(...) E os negros vinham para Campos Novos, de Campos Novos então era que havia a seleção dos negros e a fazenda, como seja os padres na época, vendia os negros para outros lugares. A razão de Campos Novos é isso. E isso viveu até que acabasse a escravatura. E são causas que a gente tem a repassar porque a gente conversa com pessoas antigas, porque eu sempre fui muito hábito a conversar com pessoas mais antigas então eles repassavam para a gente como era isto. Então, ali em Campos Novos eles faziam o seguinte: vendiam os negros para quem eles queriam vender, aqueles que eles achavam que não deviam vender eles deixavam, faziam a reprodução, porque naquela época eles tratavam a gente, os escravos, como se fosse um rebanho qualquer de animal. Escolhia aquelas negras que eles viam que eram gente mais ou menos capaz, forte para trabalho, aqueles negros que fossem forte para o trabalho, e botava para reproduzir. Quer dizer, é ali que fazia essa reprodução de negros para para comercializar. Quer dizer, Campos Novos tem essa parte, da época dos jesuítas. Aí depois disso foi que veio, depois do término da escravatura foi que aí surgiram outros donos até cair na mão de Seu Eugênio Honold (Seu Ilson, Entrevista concedida Andréia Franco Luz apud LUZ, 2019).

Fundada no final do século XVII, a Fazenda Campos Novos, pertencia primeiramente a Companhia de Jesus, ordem dos jesuítas, até serem expulsos em 1759 com a Reforma Pombalina⁶⁴. O território pertencente à fazenda abrangia várias localidades conhecidas hoje como São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Iguaba. Os descendentes dos povos africanos que foram trazidos para esta região são hoje reconhecidos juridicamente como quilombolas. Neste capítulo também proporei questões para reflexão do sistema educacional acessado pela geração atual desses descendentes dentro de um contexto de luta por afirmação étnica num espaço que se põe hostil à afirmação desta identidade. Tal reflexão será feita a partir de dados que tenho coletado na pesquisa de campo, tanto na comunidade quanto na escola. Os dados trabalhados na construção deste capítulo foram: entrevistas, documentário A conquista do projeto auto-doc do IPHAN e consultas a textos históricos sobre o quilombo da Caveira.

64 Para maiores informações ver www.fazendacamposnovos.blogspot.com

A peculiaridade da região para a historiografia brasileira é que ela foi ponto estratégico de desembarque de escravizados durante o período da ilegalidade do tráfico de escravos e importante base de produção agrícola para o Estado do Rio de Janeiro até as primeiras décadas do século XX.⁶⁵ As características da região eram propícias aos desembarques clandestinos, fossem por seus aspectos naturais como as praias isoladas ou por suas fazendas que cultivavam produtos tropicais. O trecho onde ocorreu intenso desembarque foi aquele conhecido, no século XIX, como Bahia Formosa que abrangia o litoral entre o Perú e Rio das Ostras. É importante destacar que: “Essa área de desembarque clandestino estava intimamente ligada à Fazenda Campos Novos, antiga propriedade dos Jesuítas, e que mesmo no século XIX ainda era uma imensa propriedade”. (ACCIOLI, 2012,p. 31)

Disposição Geográfica das Fazendas Inicianas



Fonte: LEITE, SERAFIM *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, vol. 206, Tomo VI, p. 130.

Fonte: [site fazendacamposnovos.blogspot.com](http://fazendacamposnovos.blogspot.com) visitado em 20/06/2019

Na segunda metade do século XIX, as lavouras da região de Cabo Frio continuavam a abastecer o comércio da Corte, mesmo com o fim do tráfico de escravos. Segundo Dona Eva⁶⁶, mulher centenária do quilombo da Rasa, em uma conversa informal, disse-me que as

⁶⁵ Tal afirmação é baseada na obra da historiadora Nilma Accioli (2012) referência para os estudos sobre o tráfico ilegal no Rio de Janeiro.

⁶⁶ Dona Eva é a mulher negra e quilombola mais antiga da cidade de Armação dos Búzios e do quilombo da Rasa com seus 110 anos de idade.

bananas e outros produtos cultivados na vasta propriedade da Fazenda eram recolhidos e levados pelos escravizados até a praia Rasa e quando chegava um navio com novas “mercadorias” (leia-se: pessoas escravizadas) na Praia Rasa ele era amarrado e abastecido com esses produtos. Dona Eva também fala que os restos desses ancoradouros ainda se encontram na Praia Rasa. Infelizmente a maioria deles foram arrancados, restando apenas um que aparece na foto a seguir. Os quilombolas afirmam que este pedaço de madeira são resquícios daqueles que formavam um pequeno cais onde se amarravam os navios que traziam os africanos escravizados.



O pedaço de madeira na foto, que está fincado na Praia Rasa é parte do que sobrou do Porto de desembarque de africanos, no século XIX. Cerca de 7.040 africanos foram desembarcados ali e na Praia de José Gonçalves, pelos traficantes no período da ilegalidade do tráfico. Ao fundo vê-se a Ilha Feia e ao lado à direita, a ilha que hoje é chamada Rocas. Mesmo no período da legalidade do tráfico, esse ponto era utilizado pelos traficantes. De acordo com Accioli (2012) esse era o trecho percorrido pelos navios dos traficantes. Minha ancestral Madalena veio nos braços de sua mãe num desses navios.

Após a abolição da escravidão a Fazenda Campos Novos passa por um intenso processo de fragmentação e desmembramento de seu território tendo sucessivos donos. Os nomes mais evocados pelos mais antigos das comunidades quilombolas em questão são o de José Gonçalves, o alemão Eugene Honold e o italiano Antônio Paterno, este último lembrado pelos mais velhos como Marquês. As famílias negras descendentes dos antigos escravizados, que cuidavam dessas plantações e trabalhavam arrendando terras, não tiveram nenhum benefício no que diz respeito a indenização por seus anos de trabalho. Segundo a memória oral da referida comunidade, após a abolição da escravidão as famílias negras passaram a morar nas terras da Fazenda pagando arrendamento com um dia de trabalho por semana a esses fazendeiros. Esse processo em que se forma uma massa de trabalhadores negros explorados em regime de arrendamento consolida um campesinato negro sob um regime de dependência e subordinação das condições de reprodução socioeconômicas dos grupos domésticos.⁶⁷ A partir da história da comunidade da Caveira é possível refletir sobre a questão da construção e ressignificação do termo “quilombola”.

De acordo com Accioli (2018), após a expulsão dos padres jesuítas da companhia de Jesus, na segunda metade do século XVIII, a propriedade foi batizada de fazenda D’El Rey, posta em leilão e arrematada por Manoel Pereira Gonçalves. Ao longo do século XIX, já passa a ser fragmentada em várias unidades. Na segunda metade do século XIX os registros históricos apresentam o Reverendo Joaquim Gonçalves Porto como o dono de grande parte da propriedade. Em 1847, o reverendo Joaquim recebe a visita do Imperador D. Pedro II e conta com ajuda de José Gonçalves da Silva, o traficante, para custear os festejos de recepção do imperador. De acordo com Accioli (2012) embora não haja registros documentais sobre o envolvimento do então reverendo com o tráfico de escravos, é difícil negar que ele não estivesse ligado ao tráfico, já que toda estrutura de desembarque estava concentrada nas áreas em que ele detinha o controle efetivo.⁶⁸

Dentre as fragmentações da Fazenda, estão as propriedades de Tauá, Piraúna, Porto Velho, São Jacinto, Araçá, Angelin e outras menores (ACCIOLI, 2012) Os nomes dessas propriedades e de seus respectivos donos, ainda encontram-se bem vivos nas memórias dos mais velhos das comunidades quilombolas da Região dos Lagos.⁶⁹

67 Para maiores informações sobre campesinato negro cf. GOMES, 2015; e ALMEIDA, 2008.

68 Para maiores informações sobre o tráfico ilegal de escravizados na região do antigo Cabo Frio, região dos Lagos no Rio de Janeiro, ver Accioli (2012).

69 Meu avô, Natalino Nazario, de 79 anos, lembra-se da sua infância na Fazenda Piraúna, que no local onde ele e seus irmãos brincavam encontravam objetos que eram usados para torturar os escravizados como correntes e berlinda.

Mesmo com a desarticulação do tráfico de escravizados pelas autoridades brasileiras, a produção agrícola da Fazenda Campos Novos manteve-se como principal fonte de fornecimento de alimentos da cidade do Rio de Janeiro, através da mão de obra escrava. Ainda no final dos anos 1880, o reverendo Joaquim Gonçalves Porto aparecia na documentação da época como um dos principais fazendeiros de Cabo Frio (ACCIOLI, 2018).

O senhor Genil, a quem eu entrevistei em 2017, lembrou-se que, quando ele tinha 11 anos, no tempo da segunda guerra mundial, havia um cais próximo à igreja de Santana em Armação dos Búzios que era usado como porto e que abastecia navios com alimentos para serem enviados à Alemanha. O senhor Genil lembra-se que esse cais fora construído por Eugene Honold e que eles, os lavradores, levavam os alimentos em carros até esse porto. Esta afirmação também pode ser encontrada no texto de Tosta (2005) que afirma que Honold possuía ligações com a Alemanha nazista e mantinha o objetivo de adquirir terras em Cabo Frio e São Pedro com o intuito de “transformá-las em bases de produção alimentícia para seu país”.

O brevíssimo relato histórico apontado acima nos direciona a pensar em como a comunidade em questão construiu as bases de reivindicação de sua identidade étnica quilombola na década de 1990. Pois foi essa memória de um passado rural, relacionada a uma experiência pretérita de escravização, que constitui a identidade quilombola tanto da Caveira como das demais na Região dos Lagos.⁷⁰

Dona Rosa apresenta, num documentário de 2004, uma memória dos conflitos fundiários e da luta pela terra, das décadas de 1950 a 1980, utilizando categorias oriundas do sindicalismo rural (como *grileiros e posseiros* ou *lavradores*) combinadas com categorias próprias de uma linguagem política de direitos étnicos vinculados a experiência histórica da escravidão.⁷¹ Na ocasião em que foi produzido o vídeo, o cenário institucional e simbólico de confrontação com os fazendeiros tinha se modificado e a memória e representações sobre o passado se estabeleciam em torno da noção de quilombo. A subordinação aos fazendeiros, através do regime de arrendamento, nas primeiras décadas só século XX pós abolição, foi elaborada retoricamente por ela em referência a escravidão.

70 O antropólogo Frederik Barth (2000) nos auxilia nessa reflexão ao nos elucidar que é através da etnografia, das comparações étnicas e da visão diacrônica que devemos basear a nossa metodologia para entender esses grupos. Serão esses fatores que nos possibilitarão compreender o processo de construção desse tecido sociocultural que permeia o territórios da Caveira.

71 Informações retiradas de uma entrevista de Dona Rosa à Revista do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) como parte do projeto Memória Viva.

[...] Aos nove anos de idade eu tive a minha primeira luta contra a escravatura. Por que já tinha terminado a escravidão, mas a escravatura continuava e continua até hoje. É só a gente olhar um pouquinho, a gente vê como ainda existem pessoas escravas. E naquela época, não era diferente de hoje. Meu pai era escravo. Ele trabalhava numa fazenda, onde ele tinha que roçar o roçado, tirar lenha pro patrão e depois ele plantar milho. [...] (Depoimento de Dona Rosa, 18 e 19/10/2004, no vídeo IFCS/UFRJ).

Mas em outras entrevistas de Dona Rosa, consultadas para este trabalho, é comum que ela se refira a si mesma e a seus companheiros enquanto “camponeses”. Tal afirmativa nos conduz a refletir sobre como e quando os camponeses da fazenda Caveira passam a se autodenominar como quilombolas. A construção identitária dos quilombolas da Caveira está inserida dentro do campo acadêmico das questões de conflitos agrários que remetem a agentes que possuem um passado em comum presumido na escravidão e a formas diferenciadas do uso dos recursos naturais. Os conflitos agrários vão se dar em diferentes aspectos de acordo com a particularidade histórica de cada lugar.

6.2 – O novo quadro institucional dos conflitos fundiários pós-1988: a “ocupação tradicional” e os novos sujeitos do conflito agrário.

O dispositivo constitucional (de 1988) que determina a titulação das terras ocupadas permanentemente pelos “remanescentes de comunidade de quilombo” resultou de um processo, durante o período conhecido como redemocratização, de surgimento de novas categorias de mobilização e representação políticas no campo. Interessante é que isto acontecia concomitantemente ao retorno da importância da reforma agrária no debate público e ao nascimento e consolidação de uma das mais estratégicas organizações de resistência camponesa, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).⁷² As categorias de camponês e trabalhador rural, oriundas do sindicalismo e da luta pela reforma agrária, abarcavam distintas modalidades de subordinação do trabalho e de ocupação e uso dos recursos naturais. Diferentes coletivos e grupos vão se constituir ou adquirir visibilidade no espaço público dos conflitos fundiários a partir de formas associativas de expressão política que evidenciam as diversidades das situações de uso e ocupação da terra: quilombolas, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores artesanais, piaçabeiros, castanheiros, faxinais, ribeirinhos, seringueiros, etc.

72 Sobre o MST: Carter, 2010.

A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo “camponês”. Politiza-se aqueles termos e denominações de uso local. Seu uso cotidiano e difuso coaduna com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, 2008,p. 80)

Estas novas organizações vão apresentar demandas por direitos visando a garantir a permanência ou recuperação do acesso e controle de terras de uso comum, fundamentais para a reprodução social de modos de vida coletiva.

Em termos analíticos, pode-se adiantar, que tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2008,p. 28)

[...] O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado.

Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas faze ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas (ALMEIDA, 2008,p. 30).

O vocabulário militante das lutas sociais no campo deixa de girar em torno dos termos trabalho e posse e passa a girar em torno das noções de identidade e território. Uma linguagem política de luta de classes foi ofuscada por um ativismo motivado por demandas morais de reconhecimento, ou seja, por confrontos identitários (HONNETH, 2003). Isto não corresponde a um fim da luta de classes, mas que outros conflitos e formas de dominação foram articulados a ela e assim adquiriram certa hegemonia narrativa. Critérios étnicos, de gênero e de consciência ecológica são incorporados nesses movimentos sociais nos processos

de constituição como sujeitos políticos, em contextos de confronto com antagonistas e interlocução com o Estado. Grupos e comunidades atingidos por grandes obras de infraestrutura ou por catástrofes ambientais, provocadas por grandes empresas privadas ou estatais, se constituíram como novos atores políticos: como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). “Os atingidos” configuram um ator político e uma pauta de reivindicações por direitos de reparação, redução de danos, em que a dor e o sofrimento socialmente produzidos por poderosos agentes econômicos são politizados no embate com as razões do capital e do Estado.

Novas concepções de direito ao uso e ocupação da terra são assim instituídos e pressionam por mudanças legislativas e na burocracia estatal. O movimento de seringueiros, liderado por Chico Mendes, nos anos 1980, foi muito representativo deste processo, pois nasceu de um estrutura sindical e foi se fortalecendo e adquirindo visibilidade pública através de uma narrativa ambientalista (ALMEIDA, 2004). Portanto, esse processo resultou em novas modalidades de regularização fundiária e de ordenamento territorial do Estado brasileiro: as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável, os territórios quilombolas. Todos estes direitos sustentados em memória, identidade e tradição (e/ou em sistemas agroflorestais ambientalmente sustentáveis) vão abrir um leque de oportunidades profissionais para antropólogos (considerados especialistas em “cultura”) em ONGs e órgãos públicos, mas outros cientistas sociais também serão requisitados para estas novas tarefas de consultoria, incluindo a esfera judiciária para colaborar na resolução de litígios envolvendo “comunidades ou povos tradicionais” (LEITE, 2005).

Nessas complexas conexões entre movimentos sociais, campo político, campo acadêmico e burocracia estatal emerge o conceito jurídico e administrativo de “populações” e depois “comunidades ou povos tradicionais”. Antes de 1988, esta formas de uso comum da terra não eram reconhecidas pela Estado brasileiro, que operava com as categorias censitárias e cadastrais de estabelecimento (IBGE) e imóvel rural. O que ficava fora deste sistema classificatório, que pressupunha personalidades jurídicas individualizadas, não existia para os órgãos públicos de intervenção fundiária.

As dificuldade de expressão destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na

estrutura agrária. Em decorrência tem-se efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras, bem como pressões para que sejam revistas as categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários (ALMEIDA, 2008,p. 26).

Amparados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), direitos territoriais são reconhecidos oficialmente para a proteção de coletivos que exercem práticas econômicas de baixo impacto sobre os ecossistemas, devido a suas formas específicas de relação com o meio ambiente e apropriação dos recursos naturais. Esta categoria jurídico-política também foi resultado de discussões e embates entre conservacionistas radicais (que advogam a total ausência de presença humana nas reservas ambientais) e defensores de povos indígenas (e outras comunidades camponesas), que vivem nestas unidades de conservação, em conflito com normas rígidas de uso e manejo dos recursos naturais, no Brasil e no exterior (DIEGUES, 2002). Todo um aparato legislativo e burocrático (conselhos, programas e agencias) foi criado para atender as demandas deste novo sujeito político, “as populações, comunidades ou povos tradicionais”.

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se auto-definem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, neste sentido, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que tem se estruturado igualmente em movimentos sociais (ALMEIDA, 2008,p. 38).

Neste cenário é importante mencionar também o surgimento da categoria “ocupação tradicional”. Esta categoria foi elaborada nas discussões sobre os povos e as terras indígenas durante o processo constituinte em 1987 e 1988.

Nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte a expressão “terras tradicionalmente ocupadas” só preponderou pela derrota dos partidários da noção de “terras imemorais”, cujo sentido historicista, remontando ao período pombalino, permitiria identificar os chamados “povos autóctones” com direitos apoiados tão somente numa naturalidade ou numa “origem” que não poderia ser datada com exatidão (ALMEIDA, 2008,p. 38-39).

A Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT logram contemplar estas distintas situações sociais referidas de colonização antiga, assim como aquelas que caracterizam regiões de ocupação recente, ao recolocar no tempo presente o sentido de “terras tradicionalmente ocupadas”, libertando-o da “imemorialidade” da preocupação com “origem”, do passado e de categorias correlatas (ALMEIDA, 2008,p. 52).

Esta questão foi fundamental, porque a palavra tradicional substituiu a noção de imemorialidade enquanto critério de definição e legitimação das terras indígenas. A segunda noção remetia a uma suposta continuidade da ocupação, exercida sem interrupção (a chamada ancianidade), antiguidade perdida no tempo, como critério de legitimidade dos direitos indígenas a terra. Tal concepção de territorialidade excluía muitos grupos indígenas que tinham sido expulsos de seus territórios antigos, impossibilitando a reivindicação de retorno e retomada de tais áreas. Também se amparava em uma ideia estática de territorialidade, que não considerava os processos dinâmicos e complexos, além de historicamente determinados, de ocupação territorial dos grupos indígenas.

A ocupação tradicional, como referida na Constituição de 1988, era um requisito que definia as terras indígenas fundamentalmente a partir de seus usos e costumes, ou seja, por suas formas culturalmente específicas de uso e ocupação. O “tradicional” aqui não remete a costumes e instituições estáticas, paradas no tempo, mas a uma noção de cultura situada historicamente, portanto dinâmica. Tradição e costumes como invenções históricas, como HOBBSAWN & RANGER (1984) e THOMPSON (1998) abordaram em seus respectivos estudos. O território quilombola tem e está na história, não é imemorial, perdido nas penumbras do tempo, é um artefato político construído no presente, assim como o passado ao qual ele se referencia. As implicações epistemológicas e práticas são enormes para vários movimentos sociais de luta pela terra, incluindo os quilombolas. Isto definiu e criou uma estrutura de oportunidade política e jurídica de reconhecimento de modalidades coletivas de ocupação de terras e apropriação de recursos naturais. Legislações, programas e agências de ação fundiária municipais, estaduais e federais proliferaram nos anos 1990 e 2000, orientados pela noção de ocupação tradicional, assim como movimentos sociais consolidaram tal enquadramento de direitos territoriais.

A terras quilombolas trouxeram para o ordenamento jurídico nacional a propriedade coletiva. O proprietário é a comunidade quilombola, representada juridicamente pela associação, enquanto instrumento privilegiado de organização e representação de interesses,

que recebe o título definitivo do território.⁷³ O associativismo civil se impõe como padrão (que deve cumprir todas as exigências formais para se constituir) de expressão pública da existência coletiva para fins de reconhecimento oficial (LEITE, 2005). Na esfera comunitária devem imperar as normas consensuais, estabelecidas pelo costume, de acesso e controle da terra e recursos naturais, desde que não agridam o direito oficial. As terras são inalienáveis e indisponíveis, ou seja, estão definitivamente fora do estoque fundiário propício legalmente a se tornar mercadoria. Apesar do princípio fundamental que orienta tal direito territorial ser a reparação histórica do flagelo humano causado pelo sistema escravista, logo uma demanda por reconhecimento, incorpora dois elementos do arcabouço institucional e jurídico da política oficial de colonização e reforma agrária: a desapropriação e a indenização. Há um ato formal de desapropriação que deve seguir os ritos próprios a este procedimento administrativo. Não só as benfeitorias como o solo é indenizável.⁷⁴ Os ocupantes existentes na área quilombola, que forem detentores de títulos legais, devem ser indenizados. É importante dizer que o órgão governamental responsável pela titulação é o Incra.

A conceituação breve e excessivamente genérica na Constituição de 1988 sobre quilombo deixou uma ampla possibilidade de interpretações perigosas aos direitos das comunidades negras, rurais e urbanas. Entendo que foi uma conquista no contexto das relações de força política na constituinte, na qual a frente ruralista tinha grande capacidade de influência. A expressão “remanescente de comunidades de quilombo”, induz para alguns a ideia de resquícios ou restos de algo que não existe mais na sua plenitude ou autenticidade. Até mesmo a ideia de descendentes para outros significa que os quilombolas são os ancestrais ou os mais velhos que já estão morrendo. Uma vez me disseram que Dona Eva, minha tia-avó, atualmente com 110 anos de idade, era a última quilombola da Rasa. Eu respondi que não, pois eu sou quilombola e espero viver bastante; e meus primos/as, meus sobrinhos/as, somos tão quilombolas quanto nossa avó Eva. Nós quilombolas estamos aqui e agora, não seremos expulsos do presente para um passado folclorizado, fazemos parte da contemporaneidade e

73 Diferentemente, as terras indígenas não são propriedade dos grupos indígenas. São bens públicos, da União, cuja peculiaridade frente a outras áreas protegidas (portanto, fora do mercado de terras) é a sua destinação: usufruto exclusivo dos povos indígenas. Como outras áreas protegidas pelo Estado, as unidades de conservação, a diferença reside na destinação: estas visam a preservação de ecossistemas, seja proibindo totalmente ou parcialmente a ocupação humana permanente. As reservas destinadas ao uso ambientalmente sustentável visam a reprodução social de comunidades tradicionais, ou seja, que conciliam as atividades produtivas com a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras.

74 As terras indígenas também são inalienáveis e indisponíveis, mas não há indenização do solo aos ocupantes não indígenas, que apenas podem receber compensação financeira pelas benfeitorias construídas de boa fé. Isto significa que a partir do momento em que se iniciam os procedimentos administrativos de reconhecimento oficial, deixam de existir benfeitorias de boa fé.

queremos ocupar todos os espaços que temos direito e exercer nossa cidadania plenamente. Nós quilombolas não somos restos de nada, somos pessoas e coletivos plenos. Temos orgulho do nosso passado de resistência negra, não para ficarmos presos nele, mas porque ele nos impulsiona para novas conquistas no presente olhando para um futuro melhor.

Outro problema daquela formulação curta da Constituição de 1988 foi possibilitar a dedução de que não se tratava de um território coletivo, mas sim de distribuir títulos de terras, pequenas extensões obviamente, para aqueles sobreviventes (“remanescentes”) ainda vivos dos antigos quilombos, definidos como aquelas comunidades de fuga do sistema escravocrata. Este significado é extremamente restritivo e um imenso obstáculo classificatório e prático para a afirmação dos direitos das comunidades quilombolas hoje existentes. Alguns historiadores e antropólogos caíram no erro de abraçar tal definição, presumindo a continuidade histórica ou cultural com as antigas comunidades de fuga. Historiadores, tentando conciliar posições opostas, estabeleceram um limite classificatório entre *quilombos históricos e atuais*. Mas, e os quilombos atuais não são históricos? A história se restringe ao passado? Como podemos estabelecer linhas rígidas de separação entre passado e presente (um minuto atrás seria o que)? Sutilmente se estabelece uma linha demarcatória entre “quilombos históricos” e “quilombos antropológicos”, (aqueles supostamente “inventados pelos antropólogos”).

Outros historiadores e antropólogos propuseram o que ficou conhecido como “ressemantização”. Questionaram a “frigorificação” do conceito de quilombo no passado, que inclusive teve seus significados modificados conforme os contextos históricos. Muitos dos significados passados foram construídos em práticas coloniais que qualificaram os quilombos pejorativamente como criminosos para reprimi-los. Portanto, o conceito de quilombo sempre foi ressignificado, senão nos apegarmos apenas às definições registradas nos documentos escritos oriundos da prática colonial (ALMEIDA, 2002). E essa ressignificação de categorias é constante na prática da resistência das comunidades negras, que se apropriam no presente de classificações coloniais a seu favor para a luta por direitos. Em vez de um modelo único de quilombo (“frigorificado” ou congelado no tempo) supostamente legitimado cientificamente por alguns historiadores e antropólogos que pretendem impor critérios supostamente objetivos e alheios aos critérios de identificação das próprias comunidades; outros antropólogos e historiadores privilegiam a diversidade de situações de luta e resistência em que os quilombolas elegem seus próprios critérios e ressignificam seus coletivos se distinguindo de

outros com quem interagem. Uma formulação central era que a resistência a escravidão assumiu diferentes modalidades e aconteceu inclusive dentro dos limites das fazendas, do sistema escravista. Uma nova área de estudos históricos foi importante aqui: sobre o pós-abolição, sobre as memórias do cativo e sobre a formação do campesinato negro nas últimas décadas da escravidão (RIOS & MATTOS, 2005). Também cresceram muito a partir dos anos 1990 as pesquisas antropológicas (as etnografias) sobre etnogênese em comunidades negras rurais e urbanas (O'DWYER, 2002). Se constituiu um terreno epistemológico para fornecer as bases dos laudos de identificação das terras quilombolas. Mais uma vez o acadêmico e o político não se separam, este é mais um caso em que os debates acadêmicos repercutem nos embates políticos e nas lutas sociais.

O cenário pós 1988, então, apresentou um quadro institucional favorável a luta das comunidades negras rurais (e urbanas também) em defesa da manutenção das terras que ocupavam ou da recuperação daquelas que lhes foram expropriadas. Os conflitos fundiários envolvendo tais coletivos adquiriram outra configuração, pois agora tinham como elemento central as demandas morais de reconhecimento identitário sustentados na busca por reparação histórica. Nos anos 1990, representantes de organizações do movimento quilombola, principalmente a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), junto com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), debateram sobre a elaboração de um decreto de sistematização dos procedimentos de titulação das terras quilombolas, definindo melhor o sujeito e o objeto dos direitos indicados na Constituição de 1988 (LEITE, 2005). Estava em jogo a defesa das terras quilombolas como território coletivo e a autoidentificação como critério do reconhecimento étnico (conforme a Convenção 169), e não qualquer critério de suposta continuidade histórica ou cultural com os chamados “quilombos históricos”. Também foi se consolidando a ideia da consultoria antropológica, baseados em estudos de campo, para subsidiar as propostas de limites dos territórios quilombolas (ABA, 2005 [2003]). Estes elementos mais estratégicos foram acatados no Decreto 4887/03 que conferiu mais precisão ao significado da categoria “remanescente de comunidades de quilombo”, substituindo o decreto anterior (Decreto 3.921/2001). O decreto 4887 atribuiu ao Incra a responsabilidade pela titulação das áreas quilombolas.

O decreto presidencial 4887/03 se tornou um instrumento político fundamental para a promoção dos direitos territoriais daqueles coletivos, tanto que o Partido Democratas

(conhecido como DEM), representando os interesses do agronegócio, ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação de inconstitucionalidade (ADIN) contra o decreto. Não vou me estender sobre a discussão jurídica em torno do decreto, importa aos meus objetivos nesta tese apenas apontar que essa ADIN defendia aqueles elementos classificatórios, consolidados no decreto anterior anulado, que sustentavam a concepção “frigorificada” de quilombo. O decreto 4887/03 foi considerado constitucional pelo STF em 2018. Esta discussão jurídica não deixa de ser importante para a reflexão sobre educação quilombola, porque verifiquei em campo que muitas concepções subjacentes a ADIN estavam presentes na visão estereotipada de professoras e professores, inclusive estavam na base de suas dúvidas, sobre o quilombo da Caveira.

O Incra estima que existem mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil. O número total de comunidades é muito difícil de definir, porque os processos de identificação étnica dependem muito dos contextos históricos que os possibilitam, sendo assim não é possível prever o estabelecimento de um término e, conseqüentemente, uma quantidade total definitiva. Foram certificadas pela FCP 2.847 comunidades. A região Nordeste concentra quase dois terços do total de comunidades, com 1,724 (60,5%). O Maranhão é o estado que apresenta maior quantidade de comunidades (734), seguida por Bahia (469) e Pará (403). Estes três estados juntos perfazem mais da metade (56,4%) do total dos quilombos existentes. Apenas 154 comunidades foram tituladas no Brasil e 80% delas por iniciativa de governos estaduais.⁷⁵ No Rio de Janeiro são 34 comunidades certificadas. As comunidades quilombolas certificadas na Região dos Lagos são as seguintes: Sobara, Rasa, Maria Joaquina, Baía Formosa, Caveira, Botafogo, Maria Romana, Preto Forro, Machadinha. O processo da comunidade quilombola da Caveira está com seu território reconhecido em portaria, constando um área de 220,8 hectares, com 163 famílias cadastradas.⁷⁶

75 Cf. <http://conaq.org.br/quem-somos/>, acesso em 07/05/2020.

76 Cf. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf, acesso em 07/05/2020.

Google

Apresentação do PowerPoint x CONAQ

incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

Apps Yahoo - login LAS 20 MEJORES... Iduff - Sistema d... RIUnB: Comunida... Produção Cientifi... Série tradução ... Gmail PPGA - Uff Pró-Mobilidade I...

Andamento dos Processos - Quadro Geral

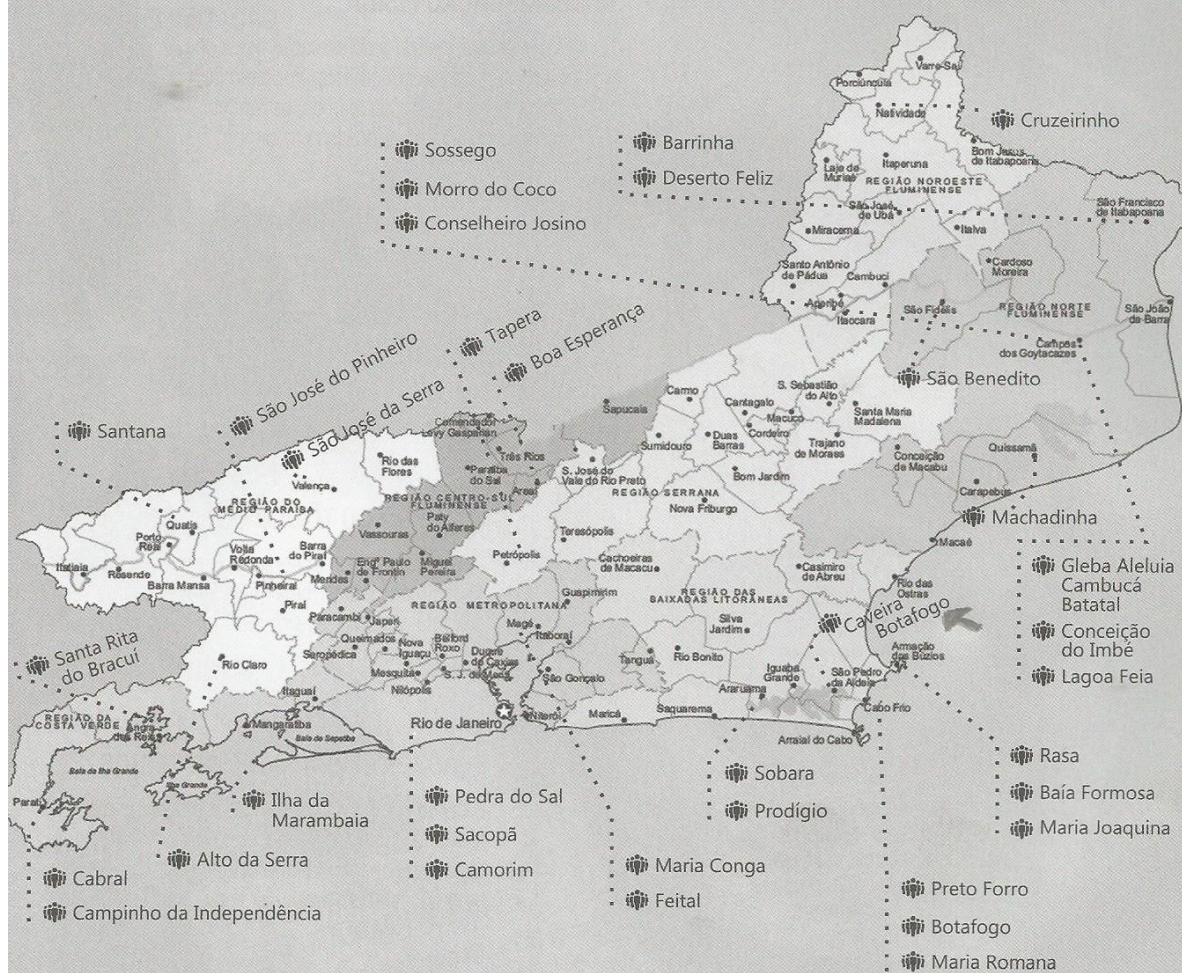
SR	Comunidade	Município	Área _{km²}	Número de Famílias	Etapa
RIO DE JANEIRO 07	Preto Fêrrô	Cabo Frio	90,5403	12	TITULADO
	São José da Serra	Valença	476,3008	31	CDRU
	Santana	Quatis	722,8845	28	DECRETO
	Sacopã	Rio de Janeiro	0,640417	13	PORTARIA
	Pedra do Sal	Rio de Janeiro	0,353410	25	RTID
	Cabral	Paraty	512,8478	50	DECRETO
	Alto da Serra do Mar	Rio Claro e Angra dos Reis	327,1900	20	PORTARIA
	São Benedito	São Fidélis	2,953,7400	60	PORTARIA
	Botafogo - Caveira	São Pedro da Aldeia	220,8422	163	PORTARIA
	Cruzeirinho	Natividade	62,5433	37	RTID
	Marambaia	Mangaratiba	52,9939	124	TITULADO
	Bracul (Santa Rita do Bracul)	Angra dos Reis	594,1992	129	RTID
	Prodígio	Araucária	118,9699	32	RTID
	Botafogo	Cabo Frio	122,8517	36	RTID
	Rasa	Armação de Búzios	109,7228	422	RTID
Maria Joaquina	Cabo Frio	165,1286	79	RTID	

Voltar para o índice 8

Iniciar Heitor Villa-Lob... Gessiane [Tese Gessiane P... Apresentação do... 19:24

Quadro de Processos das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro

COMUNIDADES QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ATÉ SETEMBRO 2013)



Fonte: Inkra e KOINONIA

Mapa das Comunidades Quilombolas no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Inkra e Koinonia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade CAVEIRAS/BOTAFOGO**, localizada no município de São Pedro de Aldeia, Estado do Rio de Janeiro registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 040, f. 42, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarante(s): Roberto dos Santos CPF nº 391.203.847-34; João dos Santos CPF nº 082.570.437-53; Inácio dos Santos CPF nº 676.638.267-87; Elizabeth Dutra Casimiro CPF nº 028.267.657-01; Claudete dos Santos CPF nº 041.137.237-88
 Processo nº 01420.000360/98-29

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 17 de Junho de 2004.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

6.3 – As três famílias fundadoras da Caveira: “somos remanescentes”.

No relatório antropológico de identificação da área quilombola da Caveira temos a informação sobre as assembleias que ocorriam, em 2004, quando ainda existia a Associação de Moradores de Botafogo-Caveira, na qual reivindicaram a titulação do seu território. Em 1998, foram realizados estudos de reconhecimento étnico promovidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), coordenados pela Professora Eliane Cantarino O’Dwyer, da Universidade Federal Fluminense. Exatamente naquele ano das assembleias da associação, a FCP emite a certificação de autorreconhecimento da Comunidade Caveiras/Botafogo como “remanescentes de comunidades quilombolas”, em 17/06/2004. Como o Sr. Roberto dos Santos afirmou “a lei é muito clara em relação aos nossos direitos” e o Sr Ilson reforçou “recebemos uma herança dos nossos antepassados, avós e bisavós descendentes de escravos”. Nessas assembleias aconteceu o ritual político (o batismo) de conversão pública dos posseiros e lavradores em quilombolas da Caveira, ou de etnização definitiva do conflito fundiário na Fazenda Campos Novos. Os estudos antropológicos de identificação e delimitação do território da comunidade de remanescentes de quilombo da Caveira aconteceram nos anos de 2008 e 2009 (LUZ, 2019).

O depoimento do Sr. João e Dona Almerinda sobre o reconhecimento oficial e a autoidentificação como quilombola é muito interessante.

Seu João: Mais aí depois começou a surgir esse movimento, esse movimento... Esse levantamento da terra pra chegar a origem e aquela coisa toda... e depois chegaram a uma conclusão, o governo federal... chegaram a conclusão que isso aqui era uma área de remanescente de quilombo, através de muitas ossadas que encontraram. Mesmo aqui nesse pantanal, aqui nessa beira de pântano foram encontrado muita coisa e coisa e tal. E aí começou vim esses trabalho que vocês tão fazendo aí de levantamento. Entendeu? [...]

Dona Almerinda: Por que as três família aqui, primeiro que chegou aqui, era tudo nego. Aqui você não via ninguém... assim. Aqui era tudo... era só assim oh! Nego. Então a depois que foi vindo a mistura... de preto com branco. Mas os fundador, os remanescente mesmo, pode procurar de uma mãe...

Seu João: O Véio Severino mesmo nasceu no dia da liberdade. Nasceu 13 de maio de 1888. Que já faleceu. Aí depois de baratinada toda aí começou a surgir o Incra aqui com aquele levantamento e aquela coisa toda. E depois surgiu essa política de saber, defendendo... aquela coisa e tal. E chegamos à conclusão que o governo federal reconheceu a área de Caveira e Botafogo

como área remanescente de quilombo. E esse levantamento não só foi feito aqui, foi feito na Rasa, foi feito no Preto Forro... aquela coisa toda. Entendeu? Então, na época eu era o presidente da associação de moradores. Então o gestor do Incra que vivia aqui com essa turma fazendo esse controle, depois que nós fomos reconhecido área de quilombola, Botafogo-Caveira como área remanescente de quilombo, ele disse: “Olha, rapaz, vocês como remanescente de quilombo tem muito recurso federal que pode vir para vocês aqui. Agora como associação vocês não tem grandes coisas. Que tal vocês invés de continuar como associação de moradores, vocês fazerem uma associação de remanescente de quilombo, porque aí vocês terão muito mais recurso. E depois começaram a entrar, pesquisar... [...] (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 09/10/2019).

O Sr. João disse que a associação de moradores da Caveira mudou para associação quilombola para obter recursos do governo federal, por sugestão de um funcionário local do Incra, chamado Celso. “Reunimos a comunidade, nós reunimos a comunidade e a comunidade aprovaram e então foi criado a associação de remanescente de quilombo”. A associação de moradores tinha contato com o movimento negro da Região dos Lagos. Jacqueline e Jandir, nora e filho do Sr. Genil, afirmaram que houve também a interlocução com representantes do movimento negro para que eles se identificassem como quilombolas. O primeiro presidente da associação quilombola foi o irmão do Sr. João, o Sr. Ilson. O levantamento do Incra é que está marcado na memória deles, “esse levantamento da terra para chegar a origem”, provavelmente se referem aos estudos antropológicos de identificação da área para titulação: “... e depois começaram a entrar, pesquisar...”. Não fica muito claro, quando foi criada a associação de moradores. O Sr. João diz que foi depois que acalmou a repressão dos fazendeiros: “[...] mas depois que acalmou tudo, fazendeiro passou a não perturbar mais, aquela coisa toda, porque foi chamado atenção pelas autoridades [...]”. Eu suponho que tenha sido na época das desapropriações de áreas na Fazenda Campos Novos (a Caveira ficando de fora, no início), e com a intervenção mais incisiva do Incra nos conflitos com os fazendeiros, nos anos 1980, que eles criaram a associação de moradores. O relato de Vanda, filha do Sr. Afonso, também contribui para tal suposição, pois ela diz que era pequena quando existia a associação de moradores. Ela tem uns quarenta e tantos anos, logo era criança nos anos 1980.

Foi reconhecido. Até então a gente não sabia. A gente sabia que era descendente. Achava que era um bairro comum. Não imaginava a importância que tinha nosso bairro. Então eu me lembro da época de escola, pequeninha que era Associação de Moradores de Botafogo de São Pedro da Aldeia, aí depois que passou a ser Botafogo bairro

quilombola. [...] (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 22/11/2019)

Nos anos 1980 os conflitos continuavam, mas na memória dos mais velhos da Caveira esse período de desapropriações é percebido como relativamente mais calmo. Não mais uma associação de lavradores (os sindicatos rurais de São Pedro e de Cabo Frio já haviam voltado a funcionar em 1974 e 1978), mas uma forma de expressão organizativa local, da comunidade da Caveira, que só mudou de nome, para Associação dos Remanescentes de Quilombo da Caveira. Logo, a Associação de Moradores de Caveira-Botafogo, que já tinha uma referência territorial e comunitária, foi importante para a transição de uma forma organizativa sindical para uma de caráter étnico. Como o Sr. Francisco relatou para a antropóloga Andréia Franco Luz: “O trabalho de remanescente faz uns dois anos e pouco... na realidade, a associação sempre existiu, mas só que não era reconhecida como remanescente, usavam o termo lavrador, associação dos pequenos lavradores. Agora, mudou para remanescente” (Luz, 2009, p. 55). O Sr. Francisco traça uma linha de continuidade entre duas formas político-organizativas, ele diz “só que não era reconhecida como remanescente”, demonstrando uma compreensão desta passagem como natural, como se fosse apenas uma visibilização de um aspecto (central, sim) que estava escondido, oculto. Lavrador e quilombola se complementam na construção social da identidade do povo da Caveira.

A referência étnico-racial passa então a ser central e também a demanda por direitos em termos de reparação histórica aos descendentes de pessoas escravizadas. O Sr. João e Dona Almerinda explicam a decisão de assumirem sua condição quilombola pelas origens da comunidade, cuja denominação (Caveira) remete aos restos mortais (ossadas) que marcam simbolicamente o lugar com a dor do cativo. Esta memória e a terra são indissociáveis, ambos são patrimônios coletivos dos Silveira, dos Souza e dos Santos; assim como a memória das lutas pela permanência na Caveira. Os fundadores das famílias foram: Véio Severino, Véio Marcelino e Véio Negosinho. “Aqui era tudo... nego”, “... depois que foi vindo a mistura”, “mas os fundador, os remanescente mesmo...”. É muito significativo que o Véio Severino seja lembrado pela sua data de nascimento “no dia da liberdade” (13/05/1888). O critério racial se combina com o histórico (experiência ancestral de escravização), para a formulação de uma identidade vinculada a um modo de vida coletiva construída nas terras da antiga fazenda Caveira, onde seus avós e tataravós viveram e morreram. O octogenário Sr. Afonso explica o que é ser quilombola falando de sua avó que tinha as marcas das correntes

nos pés. Ela tinha a experiência da escravidão gravada no corpo, a história incorporada (feita corpo), como a minha tataravó Madalena que trazia as marcas da chibata nas costas.

A minha avó, eu me alembro, que era mãe do meu pai, que tinha sinal da corrente ainda nos pés. [Perguntei o nome dela] Damiana. Não sei! Eu era pequeno nesse tempo, meu irmão falava que de lá trazia os escravos pra Fazenda Campos Novos aqui. Meu irmão que morreu sempre dizia isso.

Vanda recordou as histórias de seu tio e de seu pai que diziam que sua bisavó tinha sido escrava. Quando assistiam novelas da época dos escravos eles falavam assim: “Minha mãe contava que minha avó passou por isso”. Memórias que circulavam no espaço doméstico, nas redes familiares do campesinato negro; antes silenciadas nos espaços públicos, na memória oficial do município e no espaço escolar, tornam-se fatores de afirmação étnica, de surgimento de novas subjetividades políticas e de fortalecimento da autoestima. Quando foram reconhecidos como quilombola, Vanda disse: “Achava que era um bairro comum. Não imaginava a importância que tinha nosso bairro”. “A gente nem sabia! Aí tem uns cinco ou seis anos que a gente foi reconhecido como bairro quilombola. Sabia que Campos Novos era... tinha... Mas a gente, a gente pensava que éramos sobra de casa”. Vanda achava que Caveira-Botafogo não ia ser reconhecida como quilombola, por estarem na periferia da Fazenda Campos Novos, ou seja, a sua história e a dos seus parentes (nosso bairro) não seria valorizada. As marcas das correntes nos pés e da chibata nas costas, as Damianas e as Madalenas, passaram a representar a coragem e a força daqueles que souberam resistir mesmo sob as mais cruéis violências cometidas contra eles/as. Assim como as Rosas, os Afonsos, os Severinos, os Sílvios, os Joãos, os Ilsons, as Lolas, as Almerindas, os Genis, as Marias, são ícones da luta pela terra para as novas gerações. As memórias do cativo, da resistência negra e da luta pela terra andam juntas.

Esse é o espírito do quilombismo, essa nova gramática moral subjacente a uma formatação étnica dos conflitos agrários. Identidades negras diversas e dinâmicas, localmente e historicamente situadas, nascidas no confronto a racismos específicos a contextos de dominação e conflito singulares.⁷⁷ O quilombismo, essa gramática moral das lutas sociais, é ressignificado indefinidamente nas suas variações concretas. Portanto, não é ideologia no

⁷⁷ O intelectual negro Abdias Nascimento entendeu o quilombismo como um amplo movimento de luta e resistência negra, que assume as mais diversas formas organizativas nas diferentes situações concretas, sejam proibidas ou permitidas pelo sistema social que promove a supremacia branca (NASCIMENTO, 1980).

sentido convencional de dogma ou codificação da prática política. Só pode ser eficaz quando incorporado nas ações cotidianas de resistência, por isso o papel da escola e da educação quilombola enquanto espaço de militância e emancipação étnicas. Essas memórias e histórias quilombolas devem invadir e descolonizar o espaço escolar, formar novas subjetividades negras e educar para a afirmação étnico-racial. Essa não é uma tarefa fácil e nem simples, como discutiremos no capítulo sobre a escola e a educação quilombolas.

O direito a terra é enunciado na linguagem da permanência no lugar onde ancestrais viveram a experiência da escravidão, uma terra que os descendentes tem o dever de deixar como herança para gerações futuras, porque foi consagrada com o suor e o sofrimento inerentes ao cativo. Por isso que muitos deles associam o tempo do Marquês com a implantação de um novo regime de escravidão, porque esta memória e narrativa do passado fornece a referência temporal central para uma nova gramática moral das lutas pela terra. Antes a memória do cativo perpassava os relatos dos conflitos fundiários, mas eram ofuscadas por outras metáforas privilegiadas pelo discurso militante da reforma agrária: trabalho e posse como categorias de justificação do acesso a terra e uso dos recursos naturais.

A expressão comunidades negras rurais deve ser levada a sério, pois se constitui num cenário de etnização dos conflitos fundiários, de formação de campesinatos étnicos. Assim, a categoria “remanescentes de comunidades de quilombo” é uma categoria jurídica, que define determinada situação ou condição para a atribuição formal / oficial de direitos (fundiários, de saúde, educação, etc.). É a base para a proposição de leis infraconstitucionais e normas internas de órgãos governamentais. É também, portanto, uma categoria administrativa pela qual agências estatais planejam e implementam programas de intervenção que reconhecem a existência pública de grupos (ou até os produzem). Portanto, para muitas comunidades negras (rurais ou urbanas) esta designação não era conhecida. O que não quer dizer a inexistência de identidades coletivas, mas que estas foram ressignificadas pela apropriação da categoria jurídica (e suas noções em disputa) em contextos de luta por direitos nos campos político, jurídico, acadêmico e das lutas étnicas e de classe. Por isso, a comunidade da Caveira aproveitou a oportunidade política e transformou a associação de moradores em associação de remanescentes de quilombo, “para obter mais recursos do governo federal”.

O “Povo da Caveira” é a autodesignação de um coletivo cujo eixo central são as três famílias (Silveira, Santos e Souza), “os troncos originais”, que formam uma rede de parentes, que descendem daqueles que foram escravizados na antiga fazenda homônima e que se

contrapõem aos “de fora” e aos “infiltrados”. Há uma distinção bem marcada (apesar ou por causa mesmo dos inter-casamentos) e enfatizada pelos mais velhos desta rede diante daqueles que chegaram para fortalecer a luta pela terra e daqueles que foram colocados pelos fazendeiros no meio deles para expulsá-los. Essa identidade remete a uma época em que “aqui tudo era negro”, havia uma disponibilidade de terras (era “livre”) e vigorava uma lógica endogâmica nas escolhas matrimoniais e formação de novos grupos domésticos (LUZ, 2009). Com o fim da escravidão, seus antepassados permaneceram nas terras da fazenda sob uma nova modalidade de subordinação e exploração da força de trabalho, o arrendamento, legitimado por um pacto moral com os novos donos que viabilizava as condições para a reprodução social do campesinato negro depois da abolição na Fazenda Campos Novos. Lavoura, pesca, caça, criação de animais e comercialização de excedentes (como a farinha e outros produtos agrícolas), atividades exercidas em áreas de uso comum e áreas de uso familiar, sustentado em direitos de acesso e ocupação da terra referenciados a normas coletivas próprias a uma comunidade local de parentes, afins e vizinhos. Tanto que esse tempo do arrendamento é representado também como um contexto em que as terras eram “livres”, em que havia uma ampla disponibilidade de recursos fundiários para a composição de novas famílias camponesas. Alguns trechos curtos de depoimentos apresentados no relatório de Andréia Luz são esclarecedores: “a alimentação básica era tudo na base do mato, era da roça e da caça” e “Naquela época se escolhia o lugar que queria entrar, você cismava assim e entrava dentro do mato, e metia a foice, fazia a roça, não tinha demarcação, escolhia: ‘vou fazer a minha roça aqui’” (LUZ, 2009, p. 27 e 28).

Essa economia moral não é rompida pelos Honolds, mas o Marquês inaugura o regime de terror e coercitivamente tenta impor a expulsão. Ele abalou os alicerces materiais e simbólicos dos padrões de convivência entre *donos* e *moradores* gerando o conflito que desaguou na revolta do cachimbo. A estratégia de destruir plantações e casas desmontava um sistema mais amplo de relações entre latifúndio e campesinato. O gado em confronto com a lavoura também não deixa de ser uma referência simbólica do embate entre dois sistemas de dominação de classe e racial. Cabe lembrar que os fazendeiros são muitas vezes representados por categorias étnico-raciais: “o alemão”, “o italiano”, “o português”. O significado local destes termos não é nacionalidade, pois indicam a posição de branquitude dos proprietários em contraposição a negritude dos “lavradores”, “posseiros”, “moradores” e enfim “quilombolas” (povo negro resistente).

O Sr. Glicério, apontou com todas as letras o racismo inerente ao conflito com os fazendeiros: “Valladares, era um outro racista que tinha aí... esse era um outro ganancioso” (LUZ, 2009,p. 45). Valladares era filho do fazendeiro Félix Valladares que comprou a Fazenda Caveira de Dácio Pereira de Souza. Esta declaração foi feita durante a realização dos estudos antropológicos de identificação das terras para titulação. Na mesma ocasião, Dona Almerinda e Seu Glicério também disseram que não havia discriminação quando a antiga fazenda era habitada apenas pelo seu “povo” (os descendentes das três famílias originais): “não existia isso de discriminação”. Foi “essa gente nova que comprou agora, que chegou depois”, trouxe atitudes preconceituosas relativas a cor da pele, afirma o Sr. Glicério. Eles não estavam se referindo apenas aos fazendeiros. Esses compradores novos são aqueles que adquiriram terrenos das famílias que vieram para fortalecer a luta pela terra e daqueles que foram levados pelos fazendeiros e que não queriam mais continuar morando na Caveira. Esses novos outsiders (estrangeiros) não tem relações de parentesco, afinidade ou vizinhança antigas e assim também não estabeleceram-se laços de solidariedade e relações de troca (reciprocidade) mais arraigadas com o “Povo da Caveira”. Não conhecem também a história e a memória de luta e resistência dos moradores originais. Uma questão que será discutida no capítulo sobre a escola Dona Rosa e a educação quilombola.

A racialização do conflito fundiário se evidencia na esfera pública quando “o povo da Caveira” se afirma politicamente como “quilombolas”, quando a associação de moradores se transforma em associação de remanescentes de quilombo. A sociogênese do conflito fundiário e a formação de um campesinato étnico reside neste processo social e histórico de substituição de uma economia moral por um regime de terror na Fazenda Campos Novos. A economia política da especulação imobiliária vai completar o quadro da contradição entre a terra como reserva de valor e a terra como modo de vida.

A identidade (quilombola ou outras quaisquer) não é uma essência que remeta a permanências culturais ou continuidades históricas com coletividades pretéritas, mas um processo de construção de fronteiras e marcas de distinção diante de outros em contextos de interlocução com o Estado e conflito com antagonistas. O tal funcionário do Inera (o Estado neste caso) não é árbitro ou mediador externo e imparcial, é parte do fenômeno de identificação étnica quilombola. Em outras situações, o trabalho de medição para a formação de comunidades étnicas (quilombolas ou indígenas) foi a Fundação Palmares, a Fundação Nacional do Índio, a Comissão Pastoral da Terra, o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional, uma associação quilombola ou indígena, uma ONG ambientalista, um grupo de pesquisa da universidade. Em vez de pensar uma autenticidade estática e a-histórica, devemos tentar compreender uma autenticidade concebida na sua historicidade e na sua dimensão dinâmica e relacional.

Importantes marcos históricos para a compreensão da situação territorial da comunidade quilombola da Caveira e da Região dos Lagos.

1504	Estabelecimento de feitoria em Cabo Frio. Muito antes da fundação da cidade do Rio de Janeiro e da própria Cabo Frio, a região já era de grande importância em termos militares, por conta da proximidade do Rio de Janeiro. Possuía grande quantidade de pau-brasil; possuía enseada na qual os navios se abasteciam com água potável; tinha abundância de sal e contava com grande quantidade de índios tamoios.
1565	Fundação da cidade do Rio de Janeiro.
1570	Estabelecimento da Guerra “justa” contra os povos indígenas: sob o pretexto de convertê-los, os padres atuaram junto ao governo luso para dizimar os indígenas que não obedeciam ao seu domínio.
1575	Havia em Cabo Frio o último foco de resistência tupinambá. Antônio de Salema lidera uma expedição que acaba por dizimar mais de 2000 indígenas tamoios e escravizar 4000. Os sobreviventes fugiram para o Rio, São Vicente ou Espírito Santo. Após esta expedição, a região teria ficado mais segura para os lusos. As terras em Cabo Frio começam a ser doadas tanto pela capitania de São Vicente que detinha a jurisdição sobre a região, como a recém criada capitania do Rio de Janeiro. Início do conflito de jurisdição entre as duas capitanias.
1615	Fundação da cidade de Cabo Frio.
1630	Doação das terras da Fazenda Campos Novos aos jesuítas como sesmaria.
1690	Construção da sede da fazenda e da igreja de Santo Inácio
Séc. XVIII	Registro da chegada dos primeiros africanos à região.
1756	Fim do período jesuítico em Campos Novos e confisco de suas terras pelo governo português e rebatizada de Fazenda DelRey.
1759	Leilão da terras da fazenda e arrematadas por Manoel Pereira Gonçalves.
1831	Decreto de ilegalidade do tráfico intercontinental de escravos.
1844-1845	Período do tráfico ilegal de escravos na Praia de José Gonçalves e praia Rasa.

1847 até o final do século XIX	Visita de D. Pedro à Campos Novos, período em que estava sob domínio do reverendo Joaquim Gonçalves Porto e seguiu sendo o dono durante metade do século XIX. Enquanto era o dono, o reverendo impulsionou vários desmembramentos no território da Fazenda, incluindo os que foram comprados por José Gonçalves da Silva, o traficante de escravizados, que adquiriu as terras da Baía Formosa na região de Búzios.
1920	A propriedade da fazenda campos novos é arrematada por Eugenne Honnold.
1943	Inauguração da estrada que ligava Campos a Niterói, atual rodovia Amaral Peixoto.
1949	Falecimento de George Honold, num acidente de carro. Era ele quem administrava a Fazenda Campos Novos.
1950	Falecimento de Eugene Honold.
1952	A fazenda Campos Novos passa a ser gerida pela Companhia Odeon tendo como diretor Antônio Paterno, o Marquês, dando início ao processo de expulsão dos camponeses com o objetivo de pôr as terras em loteamento.
1952-1954	Período em que acontece a proibição do cachimbo e de organização política dos lavradores da Caveira. Criação da Associação de Lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A sede da associação ficou no terreno cedido pelo senhor Genil. Também neste período, aconteceu no espaço do sindicato a primeira escola da comunidade, cuja professora era filha de um dos administradores da Fazenda, o Joaquim Português.
1956	Aprovação em assembleia de acionistas da Companhia Agrícola Campos Novos do loteamento das terras da fazenda.
Déc. de 50	Mudança na configuração do trabalho: os lavradores passam a pagar a terra com dinheiro fruto da venda de seus produtos, depositando o dinheiro em uma conta bancária em juízo.
1961	Criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.
1964	Golpe militar, chamado pelos lavradores de Revolução. Acirramento das expropriações dos lavradores pelos fazendeiros com apoio das autoridades e polícia local. Fechamento do sindicato rural.
1966	Ação junto ao Incra pela desapropriação da Fazenda Campos Novos.
1974	Criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia.
1978	Criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio.
1983	1ª Desapropriação da Fazenda Campos Novos.
1987	2ª Desapropriação da Fazenda Campos Novos.
1988	Assassinato de Sebastião Lan, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio.
1993	A Prefeitura de Cabo Frio desapropria a Fazenda e instala na sede a Secretaria Municipal de Agricultura.

1999	Primeiros estudos de identificação para o reconhecimento enquanto quilombolas, promovido pela Fundação Cultural Palmeiras e pelo Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro.
2004	Reconhecimento oficial da Comunidade da Caveira como remanescentes de comunidades quilombolas, pela Fundação Cultural Palmares.
2008-2009	Realização dos estudos antropológicos para identificação das terras do Quilombo da Caveira, pelo Incra.
2013	Inauguração da Escola Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira.

Quadro elaborado a partir de informações obtidas nas seguintes fontes: MOREIRA, 2017; ACCIOLI, 2012 e 2014; site fazendacamposnovos.blogspot.com visitado em 20/06/2019 e notícias de jornais, consultadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Capítulo 7.

O Desafio da mudança: a educação quilombola como um campo de incertezas, medos e inquietações.

*Foi uma das primeiras escolas quilombolas... do estado do Rio, uma das primeiras. Mas essa escola aqui é um princípio, ainda está engatinhando. Mas lá no céu ela está dizendo: Vai ser uma faculdade! (...) Eu olho ali, ela está presente!*⁷⁸



Retrato de Dona Rosa, exposto na parede da secretaria da escola

As palavras acima são do Sr. Nivaldo, filho mais velho de D. Rosa Geralda da Silveira em uma entrevista concedida ao projeto AutoDoc do IPHAN de São Pedro da Aldeia. Ali ele se refere ao fato de sentir a presença de sua mãe, Dona Rosa, representada no espaço da

⁷⁸ Trecho retirado do depoimento de Nivaldo Joaquim Silveira, filho de Dona Rosa, concedido ao documentário “A Conquista” do projeto AutoDoc do IPHAN de São Pedro da Aldeia. Disponível em . Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zA3YmZA_oWc

escola. Ter a escola erguida no território da comunidade da Caveira é uma luta de décadas dos próprios quilombolas da comunidade.

7.1 – “Dona Rosa é importante porque ela fez a história e ela representa os negros”: a escola quilombola na comunidade Caveira.

Para entender a razão da escola estar onde hoje é situada é necessário atentar para todo o caminho de lutas que a comunidade de Botafogo vem enfrentando ao longo das décadas. De acordo com Roberto dos Santos, diretor da associação Quilombola da Caveira, a necessidade de se ter mais uma escola na comunidade é bastante antiga. Cabe ressaltar que a comunidade é conhecida como Botafogo-Caveira como já explicitado anteriormente neste trabalho. Um bairro, uma localidade dividida entre duas cidades: São Pedro e Cabo Frio. As pessoas circulam nos mesmos espaços, mas encontram dificuldades burocráticas por terem de se deslocar para Cabo Frio e resolver as coisas. Isso para quem mora em Botafogo do lado de Cabo Frio. E várias crianças moram na parte que pertence à Cabo Frio. Robertão tem lutado para que as vagas na escola sejam prioridades para aquelas que moram em São Pedro, pois a escola pertence à São Pedro.⁷⁹

Existe na área que pertence à Cabo Frio uma escola Municipal, chamada João Evangelista, cujo terreno foi doado pelo Sr. Genil e o mesmo não teve o reconhecimento de ter seu nome nomeando a escola. A prefeitura de Cabo Frio preferiu colocar o nome de um funcionário do banco que facilitou o crédito para a construção da escola de acordo com os moradores. Nessa escola estudou a geração a partir dos 50 anos de idade. A escola possui educação infantil e ensino fundamental I. De acordo com o último censo possui 235 estudantes⁸⁰. É considerada escola rural de acordo com o censo escolar.⁸¹ As crianças da área de São Pedro quando não conseguiam vaga tinham que se deslocar para outras escolas mais distantes. Então após muita insistência de Robertão junto a vários governos municipais, surge a oportunidade de se construir a partir da verba federal uma escola Quilombola. A verba saiu em 2012 e a escola é inaugurada em 2013, sendo a primeira escola quilombola do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Robertão “entre vários, entra e sai de governo pouco se interessavam em construir a escola”. Ele também fala sobre as possíveis áreas de construir essa nova escola

79 No final de 2019 a secretaria decidiu pela preferência das matrículas às crianças de São Pedro conforme solicitação de Robertão representando a comunidade.

80 Cf. melhorescola.com.br

81 Cf. qedu.org.br

como uma área perto do campo de futebol doada pelo avô de sua esposa, depois a própria Dona Rosa havia cedido um espaço. Não ficou entendido por mim, o por quê dessas possibilidades não terem dado certo. A área onde a escola foi construída foi doada por um fazendeiro e fica em frente ao terreno de Dona Rosa.

A alegação era que nunca tinha verba, e com o conhecimento da área quilombola, nós víamos que tinha a necessidade de um estabelecimento de ensino dentro da comunidade. E foi muita busca da gente, principalmente minha, lá em Brasília, FNDE, nas conferências a gente batendo ali... reivindicando... aí foi quando nós fomos beneficiados pelo governo federal, essa verba veio diretamente pro município para que se fizesse uma escola dentro da comunidade. E essa escola... a verba... muitos até pensavam assim: 'Não, a verba vem pra associação'... Nada pra associação! A associação foi um elo de ligação. Um elo para reivindicar que a comunidade fosse beneficiada com uma escola. (Roberto dos Santos, entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 05/03/2018)

Construída a escola, tem-se então o desafio de se construir uma educação quilombola voltada para a história sociocultural da comunidade. Sobre este tema encontrei algumas divergências, e convergências, entre as pessoas da comunidade com relação ao nome que a escola leva e ao pouco entrosamento da escola com a comunidade. Abaixo apresento algumas opiniões de pais / mães que coletei, durante a feira de ciências em 2018, sobre a escola quilombola e também sobre a Dona Rosa, seguido de comentários, entre colchetes. Minha intenção é mostrar os significados conferidos a escola para os responsáveis dos alunos.

1) *Sou quilombola. Bom. Bom para as crianças. Tem muita criança na região e falta colégio. Ter mais escola é melhor. A escola é quilombola porque a maioria das crianças aqui é. Quem entende mais disso aí é meu pai e minha mãe, né. Eu mesmo não entendo muito bem, não. (J.S.F. 56 anos).*

[Para ele o que importa é ter escolas suficientes para as crianças estudarem. Se reconhece como quilombola, mas diz que a escola também é por causa das crianças que lá estudam. Não há uma formulação mais específica sobre o que seria uma educação quilombola].

2) *É importante escola quilombola porque na minha época não tinha, era difícil. Tinha que ir a pé. Acho que sou quilombola. Sou nascida e criada aqui. Nasci em Cabo Frio. Resido aqui desde que eu nasci. **Quilombola é a comunidade que vinha dos escravos.** Não vejo diferença desta escola para outras. O estudo é o mesmo, o que muda é o ambiente, essas*

figuras... [aponta para os adesivos que ornamentam a parede da escola com figuras de homens e mulheres com vestes típicas de alguns grupos étnicos africanos]. *Conheci dona Rosa. Vinha pegar cajá na casa dela. Ela fazia trança no cabelo das minhas irmãs. Vivia na roça dela! Sobre educação quilombola, eu entendo que só muda o nome mesmo, mas o resto, o ensino é igual ao das outras escolas*". (A.P. 29 anos). [Destques meus, em negrito]

[Se reconheceu como quilombola, pois nasceu na comunidade. Mas apontou outro elemento importante para sua definição identitária: a descendência coletiva com os escravizados. Interessante ele/a apontar que a escola é igual às outras, porque "o estudo é o mesmo", provavelmente se refere aos conhecimentos ministrados (currículo). Mais adiante, vou abordar mais esta sensação difusa sobre a inexistência de uma educação quilombola. Acrescento ainda que o entrevistado especificou que a única diferença eram as pinturas na entrada da escola representando a África. Expressou o fato da escola valorizar a identidade afrodescendente, mas não a identidade especificamente quilombola. Conheceu Dona Rosa, acionou lembranças que sugeriram alguma intimidade e afinidade: ela fazia as tranças no cabelo de suas irmãs e estavam sempre na roça dela].

- 3) Não é quilombola, não nasceu na comunidade e reside ali há 13 anos. Sobre a importância da escola quilombola ela responde: *Olha, o importante é ter uma escola, mas não precisava ser quilombola. Não concordo com algumas coisas que ensinam para as crianças aqui porque eu sou evangélica e ensino a ela que essas coisas não existem. Boitató... saci pererê... mas estou satisfeita com a educação, com a escola...* (V. 32 anos). [Para esta entrevistada, importante é ter a escola. Por se identificar como evangélica algumas atividades destinadas a valorizar tradições locais não lhe agradam, pois contrariam suas crenças religiosas. Este será outro ponto abordado mais adiante: uma proposta pedagógica que confunde identidade quilombola com identidade afrodescendente e o conflito com os evangélicos].
- 4) Sobre a importância da escola quilombola ele responde: *Aqui no bairro? Sim. Temos que priorizar as crianças. É o futuro delas. Eu sou quilombola. Nascido e criado aqui. Quilombola são as pessoas que vem da época da agricultura, já vem dos índios de lá pra cá: meus pais... sou nascido e criado na agricultura. Comecei com 8 anos de idade.*

*Minha mãe é feirante. Minha mãe é dona D. tem 73 anos. Hoje ela é aposentada. Tem problema de coração mas por ela teria continuado: ‘todo dia eu tinha dinheiro’, ela dizia. Sobre dona Rosa ele responde: Dona Rosa me dava comida na boca! Ia pegar compras na casa dela... ela é super, dona Rosa! Ela era uma pessoa que se preocupava com as pessoas, com as crianças... **brigava pelas terras** com eles... chegava na casa dela, ela dava comida. Sobre o que seria a educação quilombola ele responde: Seria uma coisa que no meu pensar, que é o ensinamento. Por que sem ter o passado como fazer o futuro? A criação do passado é o futuro. (E.F.I. 38 anos). [Destques meus, em negrito].*

[Se reconheceu como quilombola, associando com a agricultura como uma atividade muito antiga. Essa memória e trajetória rural é muito forte na Caveira. Mencionou Dona Rosa também como sendo muita próxima, enfatizando a generosidade, bondade e coragem dela. A luta pela terra, ao falar de Dona Rosa, apresentada como uma líder, é marcante. Não tem uma noção muito definida sobre educação quilombola, mas intuiu sua importância pela valorização do passado como fonte de ensinamentos para produzir um futuro desejado].

- 5) Sobre ser quilombola ele responde: *Dizem que a gente é! Não sei se eu sou. Dizem que quem mora lá do outro lado não é. [Ele mora na Restinga] Meus avós falam que lá nunca teve quilombola. Mas aqui... Preto Forro... existiu. Quando pergunto sobre o que entende por quilombola ele diz: **É tipo a comunidade, família unida!** Escola quilombola é uma escola melhor! Sobre o que entende por educação quilombola ele diz: *Ensino com mais qualidade, pessoas com mais educação, muitos professores são mais pacientes, as professoras são mais educadas, mais compreensivas. Sobre dona rosa ele diz ter conhecido há muitos anos atrás! lembra da fisionomia dela... pessoa bacana, prestativa... Meus avós conheciam ela. (C. 37 anos). [Destques meus, em negrito]**

[Se reconheceu como quilombola, porém não com muita certeza. A identidade étnica foi afirmada a partir do olhar do Outro, “Dizem que a gente é!. Não sei se sou”. Importante destacar que sua dúvida se baseia no fato de morar na Restinga, onde os moradores não são considerados quilombola. Quando abordamos os conflito fundiário vimos que o povo da Caveira estimulou a entrada dos “de fora”, não descendentes das três famílias fundadoras, como estratégia na luta pela terra. Por isso, a dúvida do entrevistado, pois mesmo sendo descendente, sua identidade coletiva é referenciada aos avós, mas como

está morando na Restinga, onde “lá nunca teve quilombola”, ele ficou na dúvida se o lugar poderia ser um critério forte para o autorreconhecimento étnico. É claro que com o tempo, e os casamentos com “os de fora”, na Restinga atualmente devem ter quilombolas morando. Contudo, a noção identitária do entrevistado tende a privilegiar o critério territorial, ou seja, fica em dúvida se quem está fora do território das três famílias na Caveira continuaria sendo quilombola. Ele também aciona o critério de parentesco, dizendo que quilombola é “família unida”. Tais incertezas, ambiguidades ou disputas identitárias é comum em muitos grupos étnicos, devido ao caráter dinâmico, contrastivo e situacional da etnicidade. Não tem um ideia precisa sobre educação quilombola, tem a impressão que é uma escola melhor, com mais qualidade no ensino, professores tratando melhor os alunos. Aqui parece estar remetendo implicitamente a conflitos entre professor e aluno. Também afirmou ter conhecido Dona Rosa, lembrando dela como um boa pessoa. A referência aos avós novamente para indicar uma proximidade, fundamentada em termos geracionais, com Dona Rosa].

- 6) Diz que não é quilombola. Nasceu ali. Diz que sua avó “*Doou as terras todinha ali de baixo* [refere-se ao local onde tem o campo e a associação de moradores. Local conhecido como o centro de Botafogo.] *Ela cedeu pra Robertão fazer o campo*. Sobre a importância de se ter uma escola quilombola, ela responde que acha a escola legal mas que não vê diferença ou nenhuma interferência no ensino. Quando pergunto sobre o que entende por escola quilombola ela diz que não sabe. *Acho que não vai fazer muita diferença porque qualquer escola pode fazer isso que eles fazem, um mural... fazer esses momentos... então, pra quê o nome quilombola?* (F.R. 26 anos).

[A entrevistada não se reconhece como quilombola, nasceu na Caveira, mas não deve ser descendente das famílias fundadoras. Enfatiza doação de terreno para o campo de futebol, vinculada a uma ação do presidente da associação quilombola, como contribuição de sua avó a comunidade. Pareceu-me uma forma de mostrar pertencimento ao lugar e vínculos antigos de solidariedade com a comunidade quilombola. Considerou irrelevante a escola ser quilombola, pois o que acontece lá não seria muito diferente do que pode ser feito em qualquer outro tipo de escolar. Não vê como uma modalidade de educação, com práticas pedagógicas específicas e necessárias naquele contexto. Como disse, há uma sensação

difusa, inclusive entre aqueles que trabalham na escola, sobre a inexistência de uma educação diferenciada]

- 7) Não é quilombola, mas considera importante ter uma escola quilombola por causa das origens do local. Também considera importante porque: *passa a cultura, a história do bairro, no caso dele [seu filho] é descendente. É bom ele saber. Eu não sou muito presente por causa do trabalho. Acho que o diferencial é esse [trabalhar a história]. Gostei muito do ensino de São Pedro, em Cabo Frio não gostei muito não.* (P. 37 anos). [Destques meus, em negrito].

[O entrevista não se reconhece como quilombola, mas é casado com uma quilombola. Talvez por conviver num círculo familiar e comunitário quilombola, declarou a relevância de uma escola orientada para as necessidades e demandas educacionais deles. Justificou “pelas origens do local”, implicitamente se refere aos vínculos históricos com a escravidão. Pontou como importante para a formação do seu filho, “passa a cultura, a história do bairro”. Apesar de dizer que não é muito presente na escola apresentou uma noção razoável sobre o que é educação quilombola: trabalhar a história].

Algumas pessoas consideraram que outras mulheres quilombolas importantes na luta pela terra foram esquecidas ao lembrarem e homenagearem apenas Dona Rosa. Ela é uma figura muito querida, mas não precisamos heroizá-la, assim desumanizando-a. Não devemos idealizar a comunidade como um todo harmônico e homogêneo. A Caveira, a rede das três famílias fundadoras, tem seus conflitos internos como qualquer grupo social. Uma das dificuldades de se ter a comunidade mais próxima é a questão da distância, pois a maioria dos alunos usam o ônibus para ir à escola. Como então construir uma educação emancipatória se não há a colaboração dos responsáveis nesse processo? Durante a pesquisa, percebi que esse interesse em participar do universo escolar vinha mais por parte dos mais velhos, como observa o senhor João em uma conversa informal realizada durante a festa da consciência negra de 2018: “Eu acho que a escola deveria nos chamar mais para falar aqui na escola, para falar da história da comunidade, isso não acontece!” A educação sempre foi uma das principais reivindicações da comunidade.

A primeira escola da comunidade foi na casa de Sílvio, com a professora Glória. Na fazenda Campos Novos chegou a ter um grupo escolar. Não souberam responder se era do

Estado ou do Município. Dona Maria se lembra que na Fazenda a professora era Isaura, filha de Joaquim Português, administrador da Fazenda, e o Sr. Genil fala sobre as dificuldades para estudar: “Só que a gente tinha idade pra ir na escola, mas nossos pais nunca colocou a gente na escola. Só prometia, só, mas... até que a gente ficou adulto: tchau, tchau, bença.” (Sr. Genil)

Durante as entrevistas ouvi muitos relatos dos adultos com relação à dificuldade para estudar em seu tempo escolar como pontua Vanda, filha do senhor Afonso. Ela lembra que tinha de levantar bem cedo para estudar: “e acender o fogo a lenha para cozinhar o aipim e fazer o café”. Nos dias de chuva eles pegavam carona, mas ela pontua que tinham medo de serem sequestrados: “a gente só entrava quando dizia que conhecia alguém que a gente conhecia. A gente pegava carona no caminhão. Só ia quando pudesse ir todos. A gente não deixava ninguém pra trás! Voltávamos a pé.”

Vanda também faz questão de ressaltar a questão da higiene e me disse que depois de tomarem banho ela e seus irmãos ainda passavam um óleo nas pernas: “tinha que chegar na escola brilhando! Mamãe não aceitava a gente ir pra escola russo!”. Vanda também lembra do cuidado que ela e seus irmãos tinham que ter com o material escolar que deveria durar o ano inteiro:

Aí o valor de levar numa sacolinha plástica. Por que sacolinha plástica? Porque tinha uma bolsinha de pano. Se chovesse ia molhar o caderno e nosso maior tesouro era o caderno. A gente chegava molhado, mas o caderno chegava sequinho. Na minha época não tinha isso [refere-se ao ônibus escolar]! Ele [Sr. Afonso] não teve escola. Eu tive escola, mas tive que pagar um alto preço para estudar. Quando terminei o estudo eu não pude continuar porque tive que pagar pra ir pra escola. E eram cinco filhos, na escola, como que ele ia pagar passagem pra cinco filhos estudarem todo o dia? Não tinha passe livre... cês hoje tem um tesouro para a educação” (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 22/11/2019).

Ir a escola introduz novos comportamentos e interações na família em comunidades onde esta instituição era ausente. Em muitos contextos a escola é uma das poucas oportunidades de interlocução das camadas populares com o Estado. Já havia estratégias de manipulação do estigma diante do racismo institucional da escola: “mamãe não aceitava a gente ir para a escola russo”. O corpo da criança negra era palco dessas demandas morais de reconhecimento social, porque no cotidiano escolar também se aprende o racismo. Mas não se aprende a combatê-lo. Uma nova divisão do tempo, novas tarefas e atividades; e até rituais de

construção de autoimagens de si diante do mundo. A mãe dedicada aos filhos, o cuidado com o material escolar, “nosso maior tesouro era o caderno”. Estava em jogo, na ida dos filhos a escola, a imagem da mãe e da família negra e pobre diante das autoridades escolares, estes Outros socialmente relevantes.

Quando, atualmente, um(a) professor(a) manda um bilhetinho dizendo para a mãe pentear ou arrumar o cabelo da menina negra que foi a escola com o cabelo solto, há uma evidente agressão racial mas também um brutal ataque a avaliação moral da mãe negra e pobre sobre si mesma. Ela é acusada de ser negligente com seus filhos. Esta postura reforça a visão de que os os pobres / negros merecem seu triste destino social porque são desleixados e sujos, desprovidos de atributos morais e intelectuais que os habilitem para uma vida civil digna (WACQUANT, 2003). Para alguns inclusive a escola não é para essa “gente”, impossíveis de serem “educados”, em outros palavras, “civilizados”: “já vêm assim estragados de casa, da família”, do seu meio de origem.⁸² Esses territórios seriam casulos de criminosos, assassinos, prostitutas, ladrões. São “naturalmente perigosos para a sociedade civil, para a ordem pública”, para os “cidadãos de bem”. Para essa ralé o Estado só deve oferecer a repressão, o controle e a vigilância constantes: “polícia e exército neles!”. Paralelamente a criminalização da pobreza vem a desmoralização (desumanização e demonização) da pobreza e da negritude.

Até hoje vemos professoras/es reclamando abertamente: “os pais aqui cagam e andam para os filhos”. Sem, por um momento, refletir sobre as condições de vida das famílias e o enorme esforço que significa uma tarefa que parece simples para a classe média: enviar os filhos para a escola. Esta instituição foi construída sob medida para a classe média (ou alta) / branca, mas não para as classes populares / negras. O relato de Vanda expressa essas discrepâncias entre as expectativas da escola e da família negra e quilombola e as condições objetivas para a frequência das crianças; mas também fala dos expedientes criativamente pensados para contornar os obstáculos: a carona e a sacolinha plástica para proteger os cadernos da chuva.

O filho de Roberto, Wallace também nos faz a seguinte observação sobre a superação de algumas dificuldades de estudo: “Seis quilômetros pra lá, eles [refere-se aos mais velhos] andaram seis pra lá. Eu andei dois. Ele andou seis, andou seis pra voltar. Eu andei dois km pra

⁸² Para a elite, por isso, não há necessidade de maiores investimentos públicos nas escolas onde estudam os/as filhos/as dos pobres. É jogar dinheiro fora. Essa é a gramática moral, nem sempre explícita e muitas vezes dissimulada, da precarização do sistema público de ensino.

lá dois e meio, e dois e meio pra voltar. Encurtou um pouquinho. Aí hoje as crianças tem o ônibus!”. Podemos observar que nos dois depoimentos é ressaltada a dificuldade de locomoção em seus tempos de escola. Wallace e Vanda possuem idades próximas na faixa dos quarenta anos de idade. Ambos deixam transparecer em seus depoimentos o quanto essas precariedades tanto de transporte quanto de material marcaram suas memórias escolares. Eles também apresentam assim suas trajetórias e experiências escolares para incentivar as crianças atualmente, mostrando que antigamente era mais difícil estudar, as condições de permanência na escola eram piores.

Dona Almerinda, 78 anos, esposa do senhor João, também se lembra do sacrifício que fez para que seus filhos continuassem os estudos. “a gente se esforçava muito pra nossos filhos ter uma vida melhorzinha que a da gente.” Eles terminavam o “primário” e tinham que ir estudar em São Pedro.

Era muita dificuldade porque, antigamente, a gente pagava ônibus. Já dormia com aquela coisa na cabeça... de manhã: mamãe, cadê o dinheiro da passagem? Aí ele [refere-se ao seu esposo João] trabalhava de empregado, mas eu casei, nunca mais trabalhei de empregada, então, sempre eu dava meu jeito em casa criando eles, né?! Aí eu fazia bolo pra fora, eu costurava, fazia picolé... que é pra poder... ajudar, né?! Porque era tudo pago! Na época que ele era empregado o dinheiro não dava pra dá comida e tudo, aí me desdobrava pra poder... então foi C. primeiro, depois foi essa aqui.

Dona Almerinda fala orgulhosamente de seus filhos terem estudado e na fala abaixo ela explica que seus filhos a ajudavam na roça e após a oitava série eles mesmos arcavam com os custos de seus deslocamentos para a escola:

Os meninos faziam a feira deles e ganhavam o dinheirinho deles. Eu nunca fui a feira, fazia tudo aqui. Plantava, fazia farinha... fazia tudo, só pra dentro de casa. Pra fora ele fazia junto com os filhos. Até a oitava série eu tinha esse compromisso com eles. Aí, depois, eles foram crescendo, fazia já a feirinha deles. Já ajudava pra... o dinheiro deles também... comprava mercadoria e fazia a feira... aí que eles iam e ajudavam a gente.(...) depois da oitava série começaram a ajudar... graças a Deus, hoje, tem a faculdade deles, mas, também pelo esforço deles também! Que a gente que é pai, quer ajudar os filhos, mas os filhos não quer ajuda.”

3.2 - “Infelizmente lá não acontece nada sobre a história dos negros!”: uma pesquisadora a procura do objeto.

Em 2013, na Comunidade da Caveira, foi construída pela Secretaria de Educação Municipal uma nova escola com o objetivo de implementar o projeto de Educação Quilombola. De acordo com Roberto dos Santos, diretor da Associação Quilombola da Caveira, a escola sempre foi uma necessidade da comunidade, pois as crianças tinham de ir para outra localidade estudar, muito mais distante de suas casas. Mas existe um longo caminho até existir essa escola. A primeira escola que eles se lembram, foi na sala da casa de um dos integrantes da comunidade, na década de 1960. Décadas depois foi construída um escola em Botafogo, que é um bairro mais próximo, mas com o passar dos anos a demanda aumentou e a escola em Botafogo não conseguiu atender ao aumento do número de crianças.

Meu interesse em pesquisar a escola quilombola da Caveira, está no fato de como, em algumas reuniões do movimento quilombola, admirava a performance de militância do companheiro Roberto, ao se reportar às autoridades com muita propriedade de conhecimentos das leis referentes aos povos quilombolas. Quando soube, através das redes sociais que haveria a inauguração de uma escola quilombola, no quilombo da Caveira, me interessei porque considerava ser uma comunidade engajada, ao ver o desempenho de Roberto dos Santos nos eventos do movimento quilombola. É claro que estava idealizando a partir das ações do presidente da associação da Caveira. Todavia, o meu interesse também reside no fato que no mestrado havia pesquisado em uma escola onde havia alunos quilombolas, mas não era oficialmente incumbida de proporcionar um educação diferenciada para eles. Tinha a oportunidade de acompanhar um processo de implantação da educação quilombola em uma escola. Ainda mais na comunidade da Caveira, conhecida pela sua resistência na luta pela terra, na escola que homenageou uma importante líder rural colocando seu nome e pela dedicação com que Roberto dos Santos, o Robertão, um liderança do movimento quilombola, tentava trazer melhorias para aquele estabelecimento educacional.

No caminho para a escola, desde o ponto de ônibus, na rodovia Amaral Peixoto, é notável a diferença de aspecto do urbano para o rural. A rua que vai da rodovia a escola não é asfaltada. As casas com quintais grandes. Plantações de banana. Todas as casas possuem alguma árvore frutífera, plantas ornamentais, como samambaias. Flores: hibisco, beijinhos, rosas e um agradável cheiro de mato e terra molhada (quando chovia). Eu visitei a Escola Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira pela primeira vez em 2015 quando a diretora

ainda era Andreia (pseudônimo). A diretora Andreia, segundo ela mesma me contou na ocasião desta primeira visita, nasceu e sempre morou na comunidade da Caveira, tendo vivido boa parte de seu tempo de infância na casa de Dona Rosa, a mulher que dá nome à escola. E assim foi meu primeiro contato com a escola. Fui muito bem recebida pela diretora e supervisora⁸³. Neste dia, fui à convite de Roberto dos Santos, diretor da Associação Quilombola, com quem eu havia comentado sobre meu interesse em realizar uma pesquisa de doutorado sobre Educação Quilombola na referida escola⁸⁴. Então ele me informou sobre uma reunião com os pais e a comunidade que aconteceria naquele local.



Frente da Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira

Foto: Gessiane Nazario

83 O cargo de Supervisora em São Pedro tem a mesma função que a orientadora pedagógica em outros municípios. Mais tarde, conforme ia conhecendo as pessoas envolvidas com a escola, cheguei a essa supervisora que era uma espécie de coordenadora de educação do campo, no qual a escola também é registrada como escola do campo. Conheci a Elisabeth enquanto participei de uma caminhada na comunidade, que foi organizada por Wallace, filho de Roberto dos Santos. Wallace foi um dos principais contatos entre mim e a comunidade.

84 Conheci Roberto dos Santos, mais conhecido como Robertão, em uma das reuniões do movimento quilombola na Região dos Lagos. Desde nosso primeiro encontro, no Rio de Janeiro, sempre nos falamos para tratar de assuntos referentes aos processos de titulação de nossas comunidades. Foi numa dessas conversas que manifestei a ele meu interesse em realizar uma pesquisa de doutorado na escola da comunidade.



Painel de entrada da escola

Foto: Gessiane Nazario



Vista do pátio externo da escola

Foto: Gessiane Nazario



**Fazenda que pertence a Mineradora Botafogo,
situada em frente a escola e ao lado do quintal de Dona Rosa.**

Foto: Gessiane Nazario

Foi nesse mesmo dia que ouvi sobre a primeira experiência escolar vivenciada pelos quilombolas da Caveira e relatada pelo Sr. Fernando (pseudônimo). O senhor Fernando, disse que quando eram meninos ele e os outros ali presentes, brincavam perto de um quartinho que quase todas as casas tinham para servir como dispensa. Nesse quartinho também se guardavam cachaças e, geralmente as crianças eram proibidas de entrar nesses quartinhos. Tal proibição despertou ainda mais a curiosidade dos meninos e meninas em querer saber o que tinha lá dentro. Foi então que um deles, por ser magro, conseguiu entrar por um buraco, ver o que tinha dentro e dizer aos outros. Também mexeram na cachaça. Quando foi descoberto pelos adultos o que as crianças haviam feito, “roubar uma cachaça”, o dono do estabelecimento sai gritando e esbravejando na direção deles e questionando onde estava “o moleque” que havia roubado sua garrafa de cachaça. Rapidamente o boato se espalhou até aparecer a mãe do menino que era culpado e desculpando-se com o dono da venda devolveu o objeto roubado garantindo-lhe que castigaria seu filho pelo que tinha feito. O senhor que fora roubado, já num estado mais calmo, virou-se para a mãe do menino e disse que não adiantaria ela surrar o menino e completou: “Sabe por que seu filho fez isso? Porque ele não vai escola. Por isso ele não tem educação.”

O senhor Fernando disse que seu pai e seu tio passaram a pensar muito sobre essa questão da escola e então decidiram falar com um senhor conhecido como Joaquim Português, que era um dos administradores da fazenda e que tinha uma filha “letrada”, para pedir se ele autorizava e se ela se interessava em ensinar as crianças de sua comunidade. O senhor Joaquim e sua filha chamada Glória concordaram e, assim, o tio do Sr. Fernando, que é o senhor Genil, providenciou o mesmo cômodo onde funcionava o recém criado sindicato para ser uma sala de aula para que seus filhos, sobrinhos e filhos de outros amigos e parentes pudessem ter a oportunidade de estudar. Segundo o senhor Fernando e os outros anciãos ali presentes, algumas gerações de professoras passaram por aquela pequena sala na casa de seu tio: “E essa foi a nossa primeira escola!”

Acompanhei a reunião e fiquei animada por ter visto uma das supervisoras conversando com os pais sobre a importância deles trazerem as histórias e informações sobre “as festas que aconteciam no bairro no tempo de seus avós”. A minha animação se deu no sentido de naquele momento ter a impressão que a escola se interessava em estabelecer um certo vínculo com a comunidade local. Todavia, foi interessante perceber que Roberto, diretor da Associação Quilombola da Caveira, a todo instante tentava levantar o assunto sobre as necessidades estruturais e objetivos que precisavam ser alcançados. Um dos objetivos era de aumentar a seriação, para que as crianças da educação infantil pudessem continuar o ensino fundamental e melhorias na infraestrutura como a criação de uma sala de informática. Nesta reunião, Roberto também chamou a atenção para o espaço ocioso na área externa da escola, afirmando que era o desejo da comunidade que se construa um outro prédio “que atendesse a alunos maiores”. Roberto se referia ao ensino fundamental II e “o segundo grau” como ele se referiu ao ensino médio. Posteriormente, em 2016, a escola teve a sua primeira turma do segundo ano. Mas naquele momento, da reunião em 2015, Roberto foi interrompido pelas profissionais da escola sob alegação de que aquele não era o momento para se falar daquelas questões. O senhor Fernando contou a história da primeira escola logo após essa intervenção de Roberto e endossou o desejo da comunidade de que a escola se tornasse até mesmo uma universidade. Como ninguém mais da comunidade ali presente se manifestou, a equipe pedagógica prosseguiu insistindo em que eles relatassem sobre as “festas que aconteciam antigamente na comunidade”, como afirmou Carmen que mais tarde, em 2018, eu conheceria durante um passeio pela comunidade com Wallace, filho de Roberto.⁸⁵ Após esse dia eu só

85 Wallace organiza passeios pela comunidade Caveira, como um empreendimento turístico, para tornar o lugar conhecido para os visitantes, contanto um pouco da história que seus pais e avós lhe contaram.

retornei no ano seguinte, e fiz algumas visitas esporádicas, então tomei conhecimento que havia mudado a direção da escola.

Conheci a diretora, Antonia, através de Robertão, quando tentamos tocar um projeto de pré-vestibular para os jovens da comunidade numa reunião marcada na secretaria de educação com o secretário de educação e a diretora Antonia. Lá nos conhecemos e falamos sobre o projeto e ele disse que não poderia garantir mais do que a liberação da própria escola, pois o orçamento do município era muito curto: “contribuiremos com a luz e a água paga”. Infelizmente o projeto não pode ser continuado devido à falta de interesse dos próprios jovens em participar do projeto. Foi nesta ocasião que comentei com a diretora do meu interesse em pesquisar a escola. Roberto incentivou dando boas referências sobre mim. Ela não demonstrou muito interesse e só balançou a cabeça dizendo que sim. Mais tarde eu entenderia que ela e Roberto não eram tão próximos quanto eu pensava.

Também conheci uma das professoras da escola, Joana, em outro projeto que meu companheiro realizara junto ao movimento negro local, que era de preparar mulheres e homens negros e quilombolas interessados em cursar o mestrado em antropologia. Foi assim que Joana chegou em nossa casa e nos tornamos próximas. Falei com ela sobre o meu projeto de pesquisa e ela me permitiu frequentar algumas aulas dela na Escola Quilombola Dona Rosa. Mas desde a nossa primeira conversa ela me sinalizou que:

“Infelizmente lá não acontece nada sobre a história dos negros! E as pessoas são muito preconceituosas com a religião de matriz africana. Elas acham que por eu ser do candomblé, eu vou ensinar macumba para as crianças! Mas não é ensinar macumba, é ensinar a nossa cultura. E os pais que são evangélicos veem isso com maus olhos!” (Retirado do caderno de campo de Gessiane Nazario).

Desta forma, ao ouvir as queixas de Joana sobre o não acontecimento de práticas voltadas para o ensino da história e cultura africana e ao observar suas aulas, pude constatar que a realidade não era exatamente o que eu havia idealizado naquela reunião.

Durante as aulas, vi que o conteúdo tratado não dialogava com a proposta da escola: como a aula de matemática, por exemplo. Não que a aula tenha sido ruim, pelo contrário, fiquei impressionada com a criatividade de Joana ao propor uma brincadeira de simular uma ida ao mercado em que as crianças deveriam comprar X coisas com determinada quantia de dinheiro. Um excelente exercício para desenvolver as habilidades lógicas. O único momento em que aconteceu um diálogo com a temática racial, foi através da leitura de um conto

africano (ilustrando aqui a questão da dependência dos livros de literatura de temática étnico-racial) que fazia parte do livro “Canção dos Povos Africanos”. O livro retratava um conto de determinado grupo do continente africano. A leitura foi realizada perto do horário de saída das crianças. Neste livro, que foi enviado a escola pelo Ministério da Educação⁸⁶, o conceito de etnia aparecia definido no glossário como “grupos biológicos e culturalmente homogêneos.” É uma definição racista de grupos étnicos. Destaco esse trecho do livro porque é um recurso didático utilizado pelas professoras e contém uma afirmação oposta sobre o conceito de etnicidade defendido nesse trabalho. Conceito essencial para a compreensão da identidade do grupo em questão que é historicamente diverso e não homogêneo como sugere a definição do livro utilizado pela professora, pois não permaneceu estático em seus costumes (BARTH, 2000).

A professora, ao finalizar a leitura, conversou com as crianças sobre o por quê dela estar lendo aquele livro: ela explicou que o motivo era a escola ser quilombola. Também disse que “o poema está falando dos povos africanos e a maioria dos grupos culturais africanos eles fazem a mesma coisa.” Então ela começou a fazer uma série de perguntas às crianças como “Por que a escola era quilombola?”, “Por que a escola tinha o nome de Dona Rosa?” e demonstrou certa irritação por elas não terem conseguido lhe responder. Todavia compreendo o esforço da professora que tentou relacionar a questão africana com o tema quilombola mesmo que de uma maneira limitada. Aqui já observamos a confusão entre identidade afrodescendente e quilombola, que discutiremos adiante. A utilização acrítica e mecânica dos livros didáticos contribuem para a reprodução de estereótipos muitas vezes existentes nestes textos como demonstrado neste exemplo.

No ano de 2016, a escola havia mudado o quadro de profissionais recebendo novas professoras. Os contratos de trabalho não possibilitam um vínculo mais orgânico desses profissionais com a escola, prática que compromete um trabalho realmente voltado para a mudança daquele espaço. Interrompi as observações de campo para finalizar as disciplinas do doutorado e participar de alguns eventos acadêmicos. Desde o início do ano de 2018 tenho acompanhado mais de perto as aulas e a rotina desta escola.

Às novas professoras, quando me apresentei e expliquei sobre minha pesquisa, não houve uma que não torcesse a boca e fizesse uma expressão de decepção ao afirmar que: “Infelizmente, aqui não acontece nada! Só no mês da consciência negra mesmo.” Esses

⁸⁶ A escola possui um relevante acervo de livros de histórias infantis que englobam a temática racial. O livro faz parte do Programa FNDE do MEC.

comentários soam como um desabafo, pois ao mesmo tempo em que não se trabalha a questão quilombola, elas demonstraram frustração por não saberem como trabalhar o assunto com as crianças. No ano de 2017, elas comentaram que “até aconteciam alguns projetos dentro da temática quilombola”, mas a supervisora que impulsionava esses projetos teve de sair da escola e ser substituída porque estava muito sobrecarregada tendo de dar conta de três escolas. A nova supervisora assim como a anterior encontra muita dificuldade para ter acesso às informações e sobre a história da comunidade. No ano de 2018 não aconteceu nenhuma formação por parte da Secretaria de Educação e mesmo quando acontecia, nos anos anteriores, segundo me relatou uma das profissionais, “Não contempla o que a gente precisa saber. Só falam sobre a questão do negro e o racismo. Ok! Mas e o quilombola? O que é? Como é?”

Em outra conversa com uma das professoras, perguntei sobre como ela via a diferença entre trabalhar naquela escola e em outra que não seja quilombola. Ela disse que o diferencial estava na parte pedagógica na qual elas devem “Associar à cultura dos quilombolas, ou seja, a África”. Ela continuou explicando que quando trabalha o alfabeto deve-se associar as letras do alfabeto aos animais da África. Ao conversar com uma das professoras do pré II ela me diz que alguns já reconhecem as letras e outras ainda não. “Mas é assim mesmo! Alguns avançam e outros não.”- diz ela. Uma das funcionárias me contou que o responsável pela cadeira da igualdade racial da Secretaria de Educação esteve lá num dia em que eu não fui para conversar com o terceiro ano: “Aí ele tirou umas fotos pra depois postar no caderninho dele”. A funcionária disse num tom de indignação, porque em vários momentos ela se queixou comigo de não acontecer naquele espaço um verdadeiro trabalho para a educação quilombola.

No final do ano de 2017, ao retornar à escola e conversar com a diretora sobre realizar a pesquisa no ano seguinte, apresentando a ela a proposta, ela me disse que eu precisaria conversar direto com o secretário de educação para ter sua autorização para pesquisar na escola. Preparei a documentação (carta de apresentação com carimbo e assinatura da secretaria do PPGE e apresentação do projeto de pesquisa) e peguei as orientações que a diretora da escola me recomendou de que levasse pessoalmente e procurar uma das coordenadoras na Secretaria de Educação. Ao chegar lá, esta coordenadora estava em uma reunião, mas conversei com a sua secretária que me atendeu tão atenciosamente que foi até a sala onde acontecia a reunião para avisar que eu estava lá a espera dela. Enquanto eu esperava, meu marido que me acompanhava, chega e se senta ao meu lado no sofá do

corredor onde aguardávamos para eu ser atendida. Nesse tempo um senhor aparece e reconhece meu marido que por sua vez também o reconhece: ambos foram colegas de trabalho na UFF. O professor que encontramos por acaso estava aposentado. Ao perguntar o que ele fazia ali, ele respondeu que “estou como secretário de educação.” Meu marido me apresentou a ele e ele nos levou direto para sua sala. Neste mesmo instante em que nos encaminhávamos para a sala do secretário (e eu já um pouco aliviada de poder ter a minha pesquisa aceita, pois fiquei muito preocupada quando a diretora disse que eu só poderia ir a escola se a Secretaria de Educação autorizasse a minha pesquisa), chega a coordenadora e eu explico para os dois o que pretendo fazer na escola. Quando eu termino de falar, ela se vira para ele e entrega os meus papéis nas mãos dele e diz: É com você.

O secretário Walter (pseudônimo) me disse que raramente ele autoriza pesquisas ou estágios na escola, mas que a minha estava aprovada e que iria fazer o memorando me autorizando a pesquisar ali. Ainda acrescentou que eu iria adorar a escola porque ela era linda e a comunidade também muito querida. Também disse que eu iria gostar de conhecer o Roberto, líder da comunidade, com quem a secretaria tem parceria.

No primeiro dia de aula de 2018, comecei a frequentar as aulas. Fui logo no primeiro dia de aula. Percebi um certo incômodo com relação à minha presença e senti-me constrangida pelo jeito com que algumas profissionais me olhavam. A diretora pedagógica, Rosa, que organizava as turmas, veio me questionar num alto tom de voz: “Mas você já veio fazer pesquisa no primeiro dia de aula?” Estremeci por dentro e senti vontade de sair correndo dali. Então, lembrei-me da experiência de Malinowski (1980) e que, provavelmente, ele deve ter tido a mesma sensação de intruso que eu estava sentindo naquele momento. Firmemente respondi que sim, pois era necessário ao trabalho. Ela saiu e eu continuei, muito sem jeito e envergonhada, na sala da professora Ane que morava na Rasa e havia me dado carona. Na verdade estava com vontade de sair correndo dali, tamanha a vergonha que senti por ter sido questionada pela supervisora de maneira tão constrangedora. Mas ao mesmo tempo, senti-me segura com o fato de estar sob autorização do próprio secretário de educação. Talvez tenha sido essa a condição que fez com que tanto a diretora quanto as professoras interagissem muito pouco comigo, inclusive algumas me encaravam com muita desconfiança em suas expressões. Demorou o ano inteiro de 2018 para que elas entendessem as minhas intenções e

alguns fatores contribuíram para que eu fosse mais aceita pelo grupo: muitas conversas e explicações sobre o que eu fazia ali e minha ida à Harvard⁸⁷.

Conforme eu visitava a escola e respondia as mesmas perguntas aos funcionários e algumas professoras, foi-me causando certa irritação e tédio por supor que minha pesquisa não estava rendendo, ou não estava conseguindo levantar dados, pois elas não me permitiam assistir as aulas, o que me deixava ainda mais constrangida. Minhas observações iniciais consistiam em ficar sentada no corredor, observar os murais e perguntar sobre eles, a movimentação de crianças no corredor e suas estratégias para fugir das aulas. Mas, perguntar sobre as atividades expostas só aumentavam a desconfiança e a distância entre nós. Então, passei a observar os recreios e as brincadeiras no parquinho, em silêncio.

Registro aqui a diferença sobre as experiências etnográficas que vivi na escola que pesquisei na Rasa e na Caveira: na Rasa como tive mais abertura de algumas professoras e supervisoras para participar das atividades e planejamento das mesmas, me senti mais a vontade para observar e escrever. Já na escola quilombola da Caveira, não me foi dado tanto espaço para contribuir com as atividades, até porque as atividades que eram propostas não condiziam com o tipo de ajuda que eu tinha a oferecer. O constrangimento era tanto que eu evitava fazer anotações na frente dos sujeitos da pesquisa. Eu tinha que esperar chegar em casa para anotar as minhas observações. Tal fato me faz remeter à fala de uma das merendeiras da escola, do turno da manhã, ao me indagar sobre a pesquisa. Em tom divertido, ela me pergunta: “E aí? Já encontrou o que estava procurando? Coitada! Vai continuar procurando e não vai achar nada!” E prossegue dando gargalhadas. Foi uma situação cômica, mas relevante para perceber que naquela altura elas talvez já entendessem o que eu fazia lá, até por ficar fazendo-lhes perguntas. No final de 2018 elas se sentiam mais à vontade para me responder as perguntas que eu fazia sobre suas rotinas.

Ainda sobre a fala da merendeira, podemos refletir no quanto as pessoas envolvidas na escola tem consciência de que naquele espaço não acontece uma prática pedagógica voltada para a construção de uma educação quilombola. Tal percepção também é constatada por alguns pais quilombolas como William e o Sr. João que afirmam que “a escola não ensina a nossa história para as crianças”. Quase fui acometida pela síndrome do etnógrafo entediado. O que eu vi acontecer em 2015, quando visitei a escola pela primeira vez, e que me deixou

87 Em 2018, fui selecionada para participar de um workshop de teses denominado Mark Cluster Mamolen do Instituto de Pesquisas Afro-latino Americana de Harvard. Foi um momento muito especial para a minha carreira acadêmica que me levou a escrever o texto que pode ser encontrado em <https://www.geledes.org.br/uma-quilombola-brasileira-em-harvard-reflexoes-sobre-estigma-e-autoestima/>

muito animada foi ver a escola pedindo aos pais e a comunidade que trouxessem suas histórias para as professoras falarem em sala de aula. Quando retorno para realizar a pesquisa, esse tipo de reunião não acontecia mais no espaço escolar. Parece que a empolgação de se realizar um trabalho diferente se esvaziou ao longo dos meses. Pessoas que chegam e vão e não dão continuidade ao trabalho que começaram como no caso da supervisora Renata (pseudônimo), que trabalhava em três escolas e não conseguia se dedicar inteiramente à nenhuma delas. Quando fui à festa junina em 2017, Renata compartilhou comigo sua angústia em ter de impôr para algumas professoras a questão do racismo, que precisa ser falada, pois “essa é uma escola diferente!” Segundo Renata, uma das professoras se mostrava muito resistente a esses assuntos, “mas como a maioria das professoras abraçavam essa causa ela acabou se calando.” A professora a que ela se refere, do ensino fundamental, me pareceu bem mais disposta a tratar desse assunto, em 2018, pelo menos na festa da consciência negra. Renata me disse que um dos projetos que ela fez para o dia das mães chamado “D. Rosa minha mãe preta”, ela retrucou dizendo que “Mas, e as mães brancas? Como é que ficam?”. “Eu disse que todas as mães seriam homenageadas porque a maioria das mães são negras e as outras são mães e somos uma escola diferente que valoriza mais o negro”, respondeu Renata.

Aos poucos fui entendendo a rotina da escola durante os dois turnos. No turno da manhã, as crianças e professoras chegam às 07:30. O ônibus raramente atrasa nos horários. A partir das 8:00 as turmas da creche e educação Infantil vão para o refeitório fazer a primeira refeição. Geralmente essa primeira refeição revezava entre mingau de Mucilon ou biscoitos (cream cracker ou maisena), achocolatado, suco. A partir das 9:00 é o lanche das crianças das turmas maiores. As 10:30 as crianças da creche e Pré I e II retornam ao refeitório para o almoço. As outras turmas almoçam a partir das 11:00. No turno da tarde a entrada das crianças é às 12:30. Elas se dirigem para o refeitório, almoçam e vão para a sala de aula. Às 14:30 as turmas de creche e pré escola retornam para o lanche. Às 15:00 é o horário de lanche das turmas maiores. No corredor da escola, a todo momento, uma criança passa correndo para ir ao banheiro ou beber água. Movimento no pátio, crianças compram doces, vão ao banheiro e beber água a todo instante. 11: 20 as crianças começam a se preparar para ir embora. À tarde às 16h20 que elas começam a se preparar para que o ônibus saia no horário certo: de manhã às 11:30 e à tarde às 16:30.

O cardápio é feito pela direção da escola junto com a nutricionista do município. Os horários do lanche eram sempre bem agitados, pois era o momento em que eles saíam da sala

de aula para usar outro espaço da escola. Esta foi a minha impressão. A agitação maior era sempre nas turmas do 1º, 2º e 3º anos. Talvez porque essas turmas do ensino fundamental não tinham horário de parquinho todos os dias, apenas num dia da semana eles frequentavam o parquinho. Eles gritavam e falavam alto uns com os outros. Também observei que a maioria das crianças levam o lanche para comer na escola, ou compram na escola. Os lanches trazidos ou comprados na escola, geralmente eram biscoitos industrializados, de alto teor calórico como Cheetos, Fandangos e outras marcas desconhecidas. Também consumiam muito refrigerante (a escola não vende refrigerante, apenas guaravita e derivados de guaraná). Também eram consumidos doces de tipos variados demonstrando hábito alimentar mais preso a produtos industrializados.

Observei que há um desperdício muito grande de comida. Mesmo as merendeiras distribuindo uma porção de acordo com a necessidade da criança, muita comida é deixada pelas crianças. Poucas repetem a refeição. Uma das merendeiras disse-me que a nutricionista não permite usar muitos temperos. Apenas alho e sal é permitido o que as restringe de fazer uma comida mais saborosa. “Eu fico morrendo de pena deles de ter de comer essa comida sem graça”. Confessou-me uma das merendeiras. Às professoras e professores não são permitidos comerem na escola, mesmo com uma quantidade enorme de comida jogada fora todos os dias, eles não podem comer. Perguntei a algumas professoras e algumas auxiliares o por quê desta regra e elas foram unânimes em responder que “É a secretaria de educação que inventou isso. Dizem que é para reduzir custos. Preferem jogar fora do que deixar a gente comer!”. Disse-me uma das auxiliares. Esta proibição também me foi reclamada por Robertão, o diretor da associação que disse já ter ido várias vezes à Secretaria de Educação reclamar com o secretário sobre “Essa regra absurda!” – segundo ele. A proibição dos professores em comer afeta as suas rotinas no sentido de que todas/os eles trabalham em outra escola no turno da tarde. Então elas/es precisam levar marmitas, acordar mais cedo ou dormir mais tarde para prepará-las, pois “não dá tempo de chegar em outra escola para almoçar.” Ainda sobre a merenda, Robertão também se queixa que, de acordo com as diretrizes quilombolas a escola deve servir alimentos que são produzidos na própria comunidade e a secretaria não vem cumprindo com essa norma.

Roberto é muito enfático ao se queixar sobre os não cumprimentos das diretrizes quilombolas por parte da secretaria de educação. Roberto, ao conversar comigo sobre isso, pega as diretrizes de dentro de sua pasta preta - que está sempre carregando - junto com outros

documentos como: a constituição brasileira, o relatório antropológico de sua comunidade, etc. Em várias ocasiões nos eventos ligados ao movimento quilombola, em que participei com Roberto, ele estava com essa pasta de documentos. Ao questioná-lo sobre isso, ele me responde que

“Nós, negros, temos sempre que estar preparados pra contestar quem desrespeita nossos direitos. As vezes as pessoas nos olham e pensam que a gente não sabe de nada, então eu pego a Constituição e mostro nossos direitos. Eu canso de falar pra esses caras da prefeitura que direito não é favor!”⁸⁸ (Anotações do meu caderno de campo).

Roberto também faz parte do conselho de merenda do município e me contou que além do desperdício acontece casos de comida chegar estragada na escola e outros alimentos como frutas e vegetais serem de má qualidade. Roberto chama a atenção que jogar comida fora é um péssimo exemplo para as crianças e enfatiza que “esse tipo de coisa não deve acontecer numa escola quilombola! Vai ver lá no documento o que diz!” Neste ponto cabe mencionar o trecho das Diretrizes Curriculares Quilombolas a que Roberto se refere (Res.Nº8, 12 de Novembro de 2012):

*Art.12. I garantir a alimentação escolar, na forma da lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;
II- respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas;
III- garantir a soberania alimentar assegurando o direito humano á alimentação adequada;
IV- garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população;
Art. 13 Recomenda-se que os sistemas de ensino e suas escolas contratem profissionais de apoio escolar oriundos das comunidades quilombolas para produção da alimentação escolar, de acordo com a cultura e hábitos alimentares das próprias comunidades.*

Durante as brincadeiras no parquinho aconteciam casos de picadas de marimbondo devido às muitas casas de marimbondo ao redor do telhado da escola evidenciando a falta de limpeza frequente daquele local por parte da secretaria. O funcionário que trabalha na limpeza me contou que ele foi tirar as casas de marimbondo e foi picado na orelha. As crianças e professoras também me relataram algumas vezes que apareciam cobras na escola. Durante a

⁸⁸ Retirado de meu caderno de campo. 2º semestre de 2017.

pesquisa um dos auxiliares de limpeza encontrou um filhote de cobra jiboia dentro da lixeira. Ele e um dos seguranças, que ficam na escola, soltaram o animal num matagal próximo à escola.

O racismo também se fez presente quando o sistema educacional, por meio da secretaria de educação, não destinou recursos para a manutenção e infraestrutura de uma escola onde a maioria das crianças é negra e de famílias quilombolas. Quando conversei com as crianças elas reclamavam muito da falta de uma quadra para brincarem, da falta de brinquedos e jogos nas salas, das péssimas condições de estrutura da escola como ventiladores quebrados, janelas quebradas, teias de aranha no teto dos corredores e das salas de aula. Acrescento a desativação da biblioteca que ficou interdita para obras. A falta de estrutura também foi muito reclamada pelas professoras e diretora que lamentam ver o espaço ocioso que a escola tem na área externa e que deveria ser aproveitado para melhorar a experiência escolar das crianças.

Nós temos um projeto de construir uma horta com as crianças lá atrás, mas já tem mais de um ano que eu peço para a secretaria comprar a terra e as mudas e eles não compram! Isso desanima muito! Ai o que eu vou fazer: vou arrumar os sacos com meu marido que trabalha com gesso e vou eu mesma comprar a terra porque não dá mais pra esperar pela secretaria!” (Antonia, Diretora eleita da escola, anotações do meu caderno de campo).

Perguntei a algumas crianças o que falta na escola para que ela seja bem legal e a resposta foram sempre parecidas no sentido de pouco tempo para o intervalo (são 15 minutos). Elas reclamam que não dá tempo de brincar, só pra lanchar. Cada turma tem um tempo semanal para brincar no parquinho, mas isso é avaliado por elas próprias como sendo insuficiente. Elas também reclamam das más condições do parquinho e da falta de uma “quadra para correr e jogar bola”.⁸⁹ A reflexão sobre a importância das brincadeiras não é central neste trabalho, todavia não pode ser ignorada já que ocupa posição central no desenvolvimento infantil e pode ser tomada como ferramenta didática na transmissão de saberes. Tanto a brincadeira é importante e vital para as crianças no ensino fundamental que sua falta foi absoluta nas opiniões que ouvi das próprias crianças do ensino fundamental da escola pesquisada.

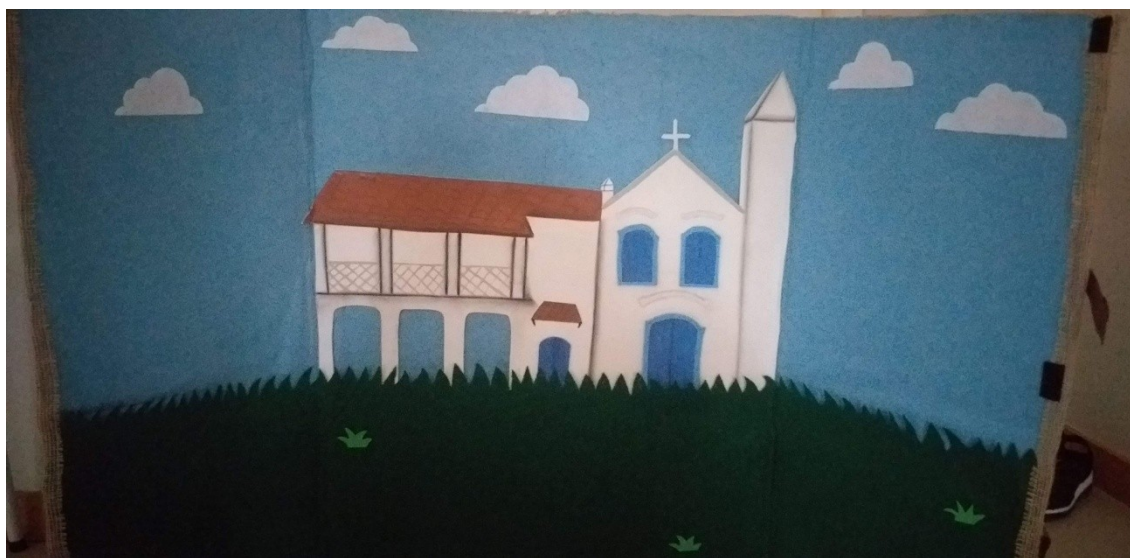
⁸⁹ Fiquei sabendo por uma das professoras que, neste ano de 2020, a equipe pedagógica conseguiu ajustar o horário para que as crianças tenham um intervalo mais prolongado.

SHAPPER, CARDOSO, NASCIMENTO, CESTARO & ARAÚJO argumentam que a discussão sobre o desenvolvimento da imaginação infantil amparada na brincadeira de faz de conta, contribui para a configuração de um espaço importante tanto do ponto de vista teórico quanto da prática pedagógica. “Em especial no que se refere à possibilidade de estudo sobre suas relações com o desenvolvimento da criança, no interior dos processos de socialização, de (re) construção do real e de internalização de modos, valores e costumes da produção cultural” (SCHAPER et ali, 2020, p. 114). Os autores ponderam a importância da brincadeira nas propostas pedagógicas de educação infantil, mas reitero, que pode ser estendida ao ensino fundamental, pois ainda estamos falando de crianças. Sendo assim, “a brincadeira é uma forma de se considerar as crianças como sujeitos históricos que participam e transformam a realidade em que vivem. Isso adquire relevância ainda maior considerando que o espaço do brincar vem sendo diminuído na sociedade atual”. Destarte, concordo com os autores, mas ampliando tal reflexão para se pensar projetos pedagógicos do ensino fundamental que tomem essa dimensão do brincar como impostergável e que as instituições de educação sejam para as crianças uma representação do lugar onde elas possam se expressar e “experienciar múltiplas situações que envolvam o brincar” (SCHAPPER et ali, 2010, p.114).

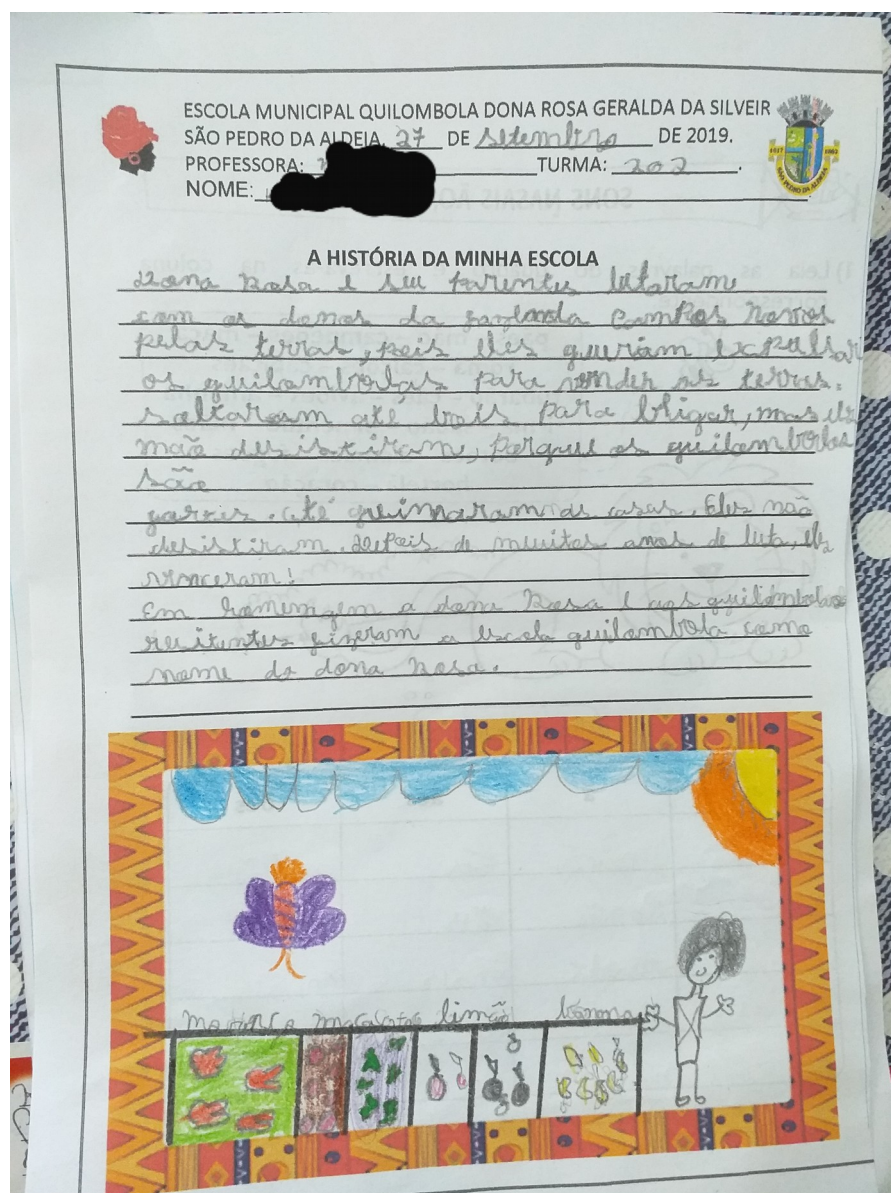
Gostaria de me remeter a uma situação que observei na sala de aula durante a pesquisa. Mesmo não tendo o tempo de brincar no horário do lanche, a todo o momento durante as aulas as crianças procuram uma forma de brincar, como alguns meninos que brincavam de assistir a um vídeo no youtube. Quando tentei me aproximar para perguntar do que estavam brincando eles respondem: “Calma aí tia, estamos vendo vídeo”. A imaginação e o faz de conta combinado entre os três meninos me chamou a atenção, pois provavelmente eles se referiam a algum vídeo que eles assistem em algum canal conhecido, pois eles “assistiam” em silêncio, apenas a imaginação fluía. Quanto mais for possibilitado à criança espaços e tempos de brincadeiras, mais elas terão oportunidade para desenvolverem suas capacidades de imaginar e criar. (SCHAPPER et ali, 2010, p117)

Também é válido registrar aqui uma atividade que realizei tanto na condição de observadora participante e, também, na condição de professora na escola em que trabalho, em Armação dos Búzios. Trabalhar com base nas Diretrizes curriculares quilombolas exigem outras práticas e o que é novo pode assustar. Quando, no ano passado (2019), a Secretaria de Educação iniciou o processo de tentativa de introdução das diretrizes curriculares observei muita angústia nos depoimentos das professoras. Trataremos disso mais adiante.

Retornando ao tema do brincar preparei um material de contação de histórias que tinha como fundo a Fazenda Campos Novos e os personagens (bonequinhos) feitos de pano. Em um dos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, perguntei a uma das professoras como eu poderia ajudar. Ela me pediu que fosse numa de suas aulas para contar uma história sobre a comunidade. Preparei o material e fui até a escola no horário combinado, entre o almoço e o lanche. Quando cheguei, pude ver a expectativa nos olhos brilhantes das crianças ao me verem chegar com uma enorme maleta e bolsinhas cintilantes (local onde guardo os bonecos-personagens da história). Cada bonequinho, ou seja, cada personagem tinha o nome de algumas pessoas da comunidade como Sr. Afonso, Sr. Sílvio, Ilson, Dona Rosa e outras/os. Também havia os fazendeiros, suas esposas e seus jagunços. No cenário também havia animais como cavalos e bois e os alimentos que eles plantavam e plantam. Foi um momento muito especial, pois contei desde os tempos dos jesuítas até os dias atuais. As crianças ficaram quarenta minutos atentas a cada detalhe. Foi um momento importante de construção e desconstrução de significados para elas e, para mim, uma grande oportunidade de aprendizado. Após a contação a professora fez um texto coletivo com as crianças onde surgiram frases como “os quilombolas são resistentes”, “Dona Rosa e seus parentes lutaram por suas terras”.



Quadro de contação de história elaborado por mim e uma colega para contar às crianças a história dos quilombolas da Caveira, Rasa e da Região dos Lagos, pois estas comunidades têm em comum a descendência dos escravizados nesta fazenda.



Texto coletivo e desenho individual. Trabalho realizado na Escola Quilombola. Observe que a criança desenhou a horta de sua casa, conforme me relatou. No texto com o título “A história da minha escola” dado pela professora, as crianças disseram e a professora escreveu o que eles falaram no quadro e depois todos copiaram no papel. O texto produzido, a partir do que elas entenderam foi:

“Dona Rosa e seus parentes lutaram com os donos da fazenda Campos Novos pelas terras, pois eles queriam expulsar os quilombolas para vender as terras. Soltaram até bois para brigar, mas eles não desistiram, porque os quilombolas são fortes. Até queimaram casa. Eles não desistiram. Depois de muitos anos de luta eles venceram!


Em homenagem a Dona Rosa e aos quilombolas resistentes fizeram a escola quilombola com o nome de Dona Rosa.”

ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA DONA ROSA GERALDA DA SILVEIRA
 SÃO PEDRO DA ALDEIA DE 22 de Novembro DE 2019.
 PROFESSOR: [REDACTED] TURMA: 202
 NOME: [REDACTED]

A HISTÓRIA DA MINHA ESCOLA

Dona Rosa e seus parceiros lutaram com as donas da fazenda Campos Novos pelas terras, pois eles queriam expulsar os quilombolas para vender as terras. Lutaram até hoje para libertar, mas eles não desistiram porque os quilombolas não desistiram. Lutaram, as crianças também lutam. Depois de muitos anos de luta, eles venceram!

Em homenagem a dona Rosa e aos quilombolas resistentes, fizemos a escola Quilomola como mãe da dona Rosa.



Outro desenho representando a história. Neste, a criança desenha os quilombolas dentro da sede da fazenda e os fazendeiros fora, ou seja, suas apreensões sobre o significado dos quilombolas em resistir e ficar no território.

Quando realizei essa mesma atividade com a minha turma, na escola em que leciono em Búzios, aconteceu algo espontâneo: eles/as pediram e eu permiti que brincassem com os personagens e o cenário da história. As crianças recontaram a história brincando de ser os personagens. Depois, bem depois de deixar que eles brincassem, pedi para que escrevessem sobre o que mais gostaram de saber sobre a história. Frases como “os quilombolas resistem até hoje”, “gostei que eles venceram os bois” entraram no universo de significados das crianças. Refleti sobre como esta atividade me permitiu construir elos entre a pesquisa e a minha própria prática enquanto professora quilombola. Tal atividade também pode ser compreendida tanto no âmbito do processo de formação identitária como concomitante ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

No aspecto da brincadeira podemos nos remeter aos estudos de Vigotsky sobre o processo de desenvolvimento através da relação pensamento e linguagem. Schapper et ali (2010) se baseia nos estudos de Vigotsky para pensar o papel da aprendizagem no desenvolvimento.

Os princípios dessa corrente baseiam-se no entendimento de que o desenvolvimento humano é histórico-cultural, sendo fortemente marcado pela relação do homem com o mundo social, determinado pelos processos de mediação. As idéias de dialeticidade, historicidade e gênese social fazem parte da discussão sobre as raízes do processo de formação da consciência do homem.(SHAPPER et ali, 2010, p. 115)

Com tais histórias é possível introduzir na consciência dos indivíduos ouvintes valores e saberes ligados aos anseios do movimento quilombola com a diretrizes curriculares que é o sujeito crítico de sua realidade. Mas para isso ele/ela precisa saber os processos históricos que a compõem. “Para o autor, o que impulsiona as crianças é o desejo de conhecer e dominar os objetos e as representações”. (SHAPPER et ali, 2010, p. 115)

Baseados em Vigotsky, Shapper et ali (2010), argumentam que a brincadeira do faz de conta possibilita à criança o desenvolvimento da imaginação que é uma importante função psicológica superior. Esta lhe permite se desprender das restrições impostas pelo ambiente que a cerca, possibilitando-lhe transgredir e subverter as regras impostas por ele. Na atividade de ouvir as histórias, os sentidos das crianças estão voltados para a palavra que está sendo contada. Essa atividade tem interferências no processo de imaginação que vai se configurar, também, no processo de raciocínio na medida em que ela, a criança cresce. Portanto, ao praticar educação quilombola temos que ter sempre em mente que estamos formando um

sujeito crítico. Seja ele quilombola ou não. Os dois saberão distinguir seu lugar e papel na sociedade. Seja o sujeito de direito e o sujeito que sabe se pôr no lugar do outro para reconhecer e respeitar essa alteridade. Fornecer elementos para a formação de subjetividades, consciências que reflitam o seu ambiente imediato: “Adquirindo nossa cultura, aprendemos a ler nosso grupo social, interiorizando os pequenos rituais estabelecidos para as relações sociais.” (INFANTE, 1998, p.49). Para as crianças não quilombolas, “os de fora”, é importante também, porque elas aprendem a história local, a partir da memória e da visão dos quilombolas, e o seu lugar nela. Passam a valorizar a luta pela terra, a apoiá-la, e respeitar os seus colegas como descendentes de um povo resistente. A luta quilombola e negra por direito e dignidade é uma luta de todos nós por um mundo melhor, mais justo e fraternal. Esta é uma boa lição para todos, quilombolas ou não, negros ou não, para a formação de subjetividades e pessoas aptas a exercer a cidadania, na expectativa de transformação social rumo a uma sociedade menos racista.

Através daquela redação a professora possibilitou às crianças a refletirem sobre seu mundo social. Leitura do mundo é também adquirir a “inteligência do mundo”. “Aprender a ler o mundo é apropriar-se desses valores de nossa cultura. É também submetê-los a um processo permanente de questionamento, do qual participa nossa capacidade de duvidar” (FREIRE, 2011b). A leitura é inicialmente sensorial. Por isso o trabalho com contação de histórias na educação quilombola pode ser importante para despertar o desejo à leitura, pois o teatro é uma forma de se comunicar.

Voltando aos avanços e recuos do trabalho de campo. Sempre dizia às professoras que eu poderia ajudá-las em qualquer coisa que elas precisassem sobre o tema quilombola nas aulas. Elas diziam: “Legal! Muito Obrigada!” Mas não me procuravam e eu ficava muito incomodada, com uma sensação de não querer estar ali, literalmente “um peixe fora d’água”. Mas enquanto ficava pelos corredores, sempre ajudava alguma criança pequena a ir ao banheiro, guardar os lanches na geladeira do refeitório, pegar algum material na secretaria. Isso fez com que eu começasse a me aproximar da funcionária Laura (pseudônimo), auxiliar de turno, cuja função era apoiar o trabalho das professoras que consistia, de acordo com o que observei, em: olhar as crianças no corredor, controlar e distribuir os materiais de papelaria, fazer cópias, ajudar na ornamentação de murais, substituir as professoras em suas ausências. Foi aí que pude também quebrar um pouco o gelo com as professoras, pois conforme ajudava Laura, elas iam acostumando com a minha presença na escola. Laura é formada em

geografia, funcionária efetiva da escola e muito crítica à falta de um trabalho voltado para a educação quilombola. Segundo Laura:

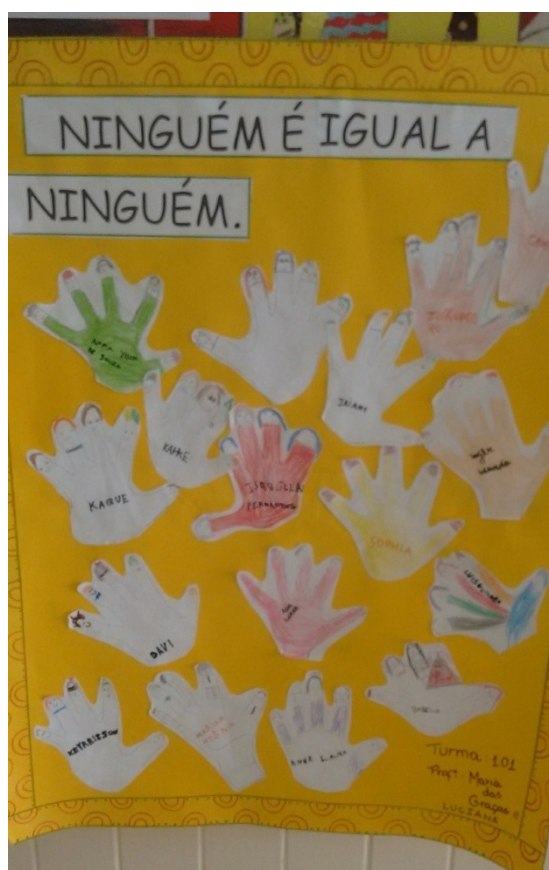
“muitas professoras não entendem e não querem aceitar que o racismo existe e vivem dizendo e fazendo cartazes que somos todos iguais. Os cartazes do dia da consciência você só vê isso: somos todos iguais! [...] Eu sou branca assim, mas eu também sou quilombola, por parte do meu pai. Sou do quilombo de Josué, ali de Botafogo.” (Depoimento retirado de meu caderno de campo)



Foto ilustrativa dos cartazes mencionados por L. Ano 2017
Foto: Gessiane Nazario



Cartazes mencionados por L. Ano 2017
Foto: Gessiane Nazario



Cartazes mencionados por L. Todavia, este difere dos anteriores. Ano 2017
Foto: Gessiane Nazario

O quilombo de Botafogo é vizinho ao da Caveira. A Associação é liderada por Josué Pereira. Os pais de Laura são agricultores e, frequentemente, ela leva os produtos das lavouras de seus pais para vender aos funcionários da escola. Ela chegou até a criar um grupo de whatsApp para facilitar as encomendas. Laura levava milho, batata doce e aipim para vender. A primeira escola da comunidade, que foi construída no terreno cedido pelo senhor Genil, está no território de Botafogo, que pertence a Cabo Frio. Embora muitas famílias residam dentro do território de Botafogo, têm parentesco em comum com o quilombo da Caveira. Tanto a escola quilombola da Caveira quanto a escola de Botafogo, que não é considerada oficialmente como quilombola, atende a alunos das duas comunidades. A outra escola chama-se Escola Municipal João Evangelista dos Santos e atende à Educação Infantil e o Ensino Fundamental. É importante mencionar que o lugar é conhecido como Fazenda Botafogo-Caveira, que também foi uma das extensões da fazenda Campos Novos. Caveira, segundo a memória oral, é assim denominada por ter abrigado uma região onde se depositavam os corpos dos africanos que não suportavam a viagem da travessia do oceano. As covas eram rasas e, por isso, os ossos ficavam à mostra.

Após muito ficar no corredor, alguns meses depois, a diretora Antônia me perguntou se eu não poderia ficar com a turma da professora Hosana, uma turma de 4 anos da E.I, que precisava cumprir seu horário de planejamento e Laura estava ocupada em outra sala. Imediatamente respondi que sim. Senti-me feliz, pois aquela atitude demonstrava que eu já inspirava alguma confiança nelas. Ela me deixou uma atividade para fazer com eles, que era ajudá-los a fazer a primeira letra do nome. Ali percebi que conduzia a pesquisa pelo método da observação participante.

De tanto eu respondê-las sobre o que eu pretendia pesquisar, “como era a escola?”, elas começaram a falar mais sobre as aulas, mas eu ainda não me sentia a vontade para assisti-las. Talvez por eu dizer que o que eu queria era saber sobre como era uma escola quilombola, também possa ter bloqueado nossa interação, já que não acontecia ali uma prática voltada para a educação quilombola. Ao passar um tempo com Laura, no corredor, ela me falou muitas coisas críticas sobre a escola como: “Infelizmente, aqui não acontece nada de quilombola!”. Também pude saber que ela é formada em geografia e quilombola da comunidade de Botafogo, filha de agricultores. Sempre trocava informações com ela sobre o movimento quilombola e sobre algumas políticas públicas. Tenho a impressão de que Laura foi fundamental para que as professoras confiassem mais em mim.

Foi Laura quem me convidou para participar de dois chás de panela que ela e Rosa, supervisora da manhã, organizaram em datas e ocasiões diferentes. Nesses eventos eu pude interagir mais intimamente com as professoras, pois elas fizeram atividades que me permitiram essa aproximação como brincadeiras e entrega de presentes. Também lembro de ter participado de um almoço dos funcionários e na medida em que também contribuía para essas reuniões festivas fui me tornando mais próxima pelo menos de algumas professoras. É importante destacar que essas festividades aconteciam após os trabalhos burocráticos, como reuniões pedagógicas. O fato de eu ser mulher possibilitou o convite e a minha participação neste tipo de festa. Os chás de panelas constituem universos predominantemente femininos e nestas ocasiões pude estreitar laços de confiança em cenários de interação em que a solidariedade de gênero tem um peso importante.

Quando fiquei sabendo da minha seleção para participar de um workshop de teses no Instituto de Pesquisas Afro-Latino Americano de Harvard, tive que me ausentar para escrever o texto a ser discutido no encontro. Fiquei feliz por ter recebido uma ligação de Laura, perguntando por que eu não estava indo à escola. Quando retornei, as professoras estavam mais receptivas e muito curiosas para saber sobre minha ida a Harvard. Após um tempo sem aparecer, Antonia me apresenta à nova supervisora da seguinte maneira: “essa é a amigona da escola”. Foi muito legal, pois vi que ali elas e eu já estávamos mais abertas e construindo uma relação mais afetiva e de menos desconfiança. Foi a partir daí que tive mais entrada com as professoras do ensino fundamental, já que no início eu ficava na sala da professora Ane, da Educação Infantil (mesmo que por pouco tempo). Mas ainda não estavam muito a vontade para que eu acompanhasse as suas aulas.

3.3 - “Aqui tudo tem que ter um pretinho”: racismo na escola quilombola.

No mês de abril de 2018, as professoras trabalhavam sobre o tema da Páscoa. Algumas delas tratavam do tema sob uma perspectiva religiosa, chegando até a falar de Cristo como pode ser observado na foto a seguir. Os símbolos da Páscoa como o cordeiro foi usado para falar com as crianças do Pré II, de 5 anos de idade. Embora este tipo de ação dentro de uma escola pública, possa causar estranhamentos no meio acadêmico, ao conversar com algumas crianças da turma que realizou este cartaz, muitas não estranharam, pois eram evangélicas. Diziam “A páscoa é porque Jesus morreu e depois viveu de novo!”.

A professora Viviane (pseudônimo) da Educação Infantil, foi uma das que me deram entrada após alguns meses. Uma das atividades de rotina na educação infantil desta escola é a rodinha. Na rodinha a professora Viviane faz uma oração junto com as crianças dizendo “Papai do céu abençoa nosso dia”. Em uma canção que mencionava as partes do corpo, Viviane ensina às crianças que “Foi papai do céu quem nos criou e ele fez tudo perfeito!” Viviane, nas rodinhas também chamava atenção sobre “Como somos diferentes! Seria muito chato se todos nós fôssemos iguais. Ainda bem que Deus nos fez diferentes uns dos outros!”. Numa aula em que tratava sobre o tema de identidade, Viviane me disse que tinha escolhido um filme para eles assistirem, pois ela iria comentar que “eles vieram da barriga da mamãe e, por isso escolhi o vídeo sobre ‘o nascimento de Jesus’ para mostrar que Maria ficou grávida de Jesus, assim como a mamãe deles ficou grávida deles.” O objetivo da professora era fazer com que eles fizessem uma associação sobre a concepção de uma criança ajudando a compreenderem que todos nascemos de uma mulher.



No corpo da figura do cordeirinho está escrito: “Jesus é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Ele é a nossa Páscoa! Esse cartaz é semelhante aos que se fazem nas igrejas evangélicas no período de Páscoa.

A turma de Ane é uma turma de crianças de 3 anos de idade. No primeiro dia em que fiquei lá, só haviam meninas (quatro negras e uma branca). Era o primeiro dia de aula. Apenas uma chegou chorando e assustada. Chegou no ônibus escolar junto com seu irmão, de 5 anos

que também chorava muito. Era a primeira vez deles na escola. Ane tem uma auxiliar de turma cujo trabalho é recolher a mochila das crianças, identificar os objetos das crianças anotando um nome numa fita crepe, acompanhar as crianças no banheiro, no refeitório, etc. Enquanto a auxiliar se ocupava de cuidar dos objetos das crianças, perguntei a Ane se poderia me sentar junto das meninas (naquele dia haviam apenas meninas). Ela disse que sim, sem problemas. Ane percebeu que eu estava um pouco constrangida e falou: pode ficar a vontade!

Senti-me um pouco aliviada! Comecei a conversar com elas e a brincar de massinha. Disse o meu nome e perguntei o nome delas. Dali em diante elas conversavam comigo e me chamavam a todo o instante. Ane fez uma rodinha para se conhecerem e deixou a menina que chorava com a auxiliar. Naquela semana, estava muito sem graça e fiquei só na turma da Ane, que havia me deixado menos desconfortável, apesar de notar sua apreensão com relação à minha presença ali.

Na minha interação com as crianças considero relevante o caso de M.V., de cinco anos de idade, que veio elogiar meu cabelo e contar que sua mãe iria passar um produto em seu cabelo para que ficasse com cachos também. Eu disse a ela que o cabelo dela era lindo e ela se mostrou espantada com meu elogio. Eu continuei reforçando a beleza dela e de seu cabelo. Dias depois ela apareceu na escola com os cabelos transformados pela química. Essa mesma reação, de espanto, foi percebida quando elogiava outras crianças negras. Também houve um diálogo interessante com as crianças sobre suas apreensões sobre a questão quilombola. Eu perguntei às crianças de uma das turmas do primeiro ano sobre o porquê da escola ser quilombola e elas responderam: “É por causa dos escravos tia!” Então continuei: “Mas que escravos?” E eles responderam: “De dona Rosa! Dona Rosa é a dona da escola e os quilombolas eram os escravos dela”! Não sei dizer por que as crianças tinham essa percepção equivocada sobre Dona Rosa, mas levanto a hipótese de que a história da comunidade e a biografia de Dona Rosa não estavam sendo trabalhados de forma adequada. Ou nem sequer estavam sendo abordados, pois vimos a opinião generalizada sobre a falta de formação e que “a escola era quilombola só no nome”. Quando perguntei quem era quilombola, nenhum deles se identificou como quilombola, e reforçaram uma expressão de contrariedade à minha pergunta.

A escola como qualquer outra é regida por normas municipais, estaduais e federais. É interessante perceber através da pesquisa, como as legislações chegam na realidade escolar e como são interpretadas pelos indivíduos nas suas ações. Para isso, neste trabalho a escola é

vista como microcosmo social que lida com determinado grupo da sociedade, um espaço onde encontramos um grupo de atores como professoras, professores, diretoras, faxineiras, alunos, merendeiras, porteiros, etc. Todas encenam uma realidade social. Retomo esta perspectiva sociológica que foi uma ferramenta teórica importante na elaboração da minha dissertação de mestrado. Como pesquisadora, tentei descobrir os segredos que suportam determinadas relações sociais existentes ali, para pensar a escola tal qual um estabelecimento social no sentido de Goffman (2011), que estabelece ser um lugar limitado por barreiras à percepção, como os muros, os corredores, as salas de aula, a sala da direção, secretaria, pátios, parquinho.

Assim, a escola é o lugar onde se realiza uma forma particular de atividade. O conceito de estabelecimento social, portanto, remete a dimensão espacial das interações sociais que são, ao mesmo tempo, portadoras de significados sobre as pessoas e ações nelas envolvidas, corresponde a interações sociais caracterizadas sociologicamente pelo fato de ocorrerem em espaço físico delimitado por fronteiras materiais e simbólicas, representando um mundo particular (universo de valores, crenças e normas) separado do mundo exterior. (NAZARIO, 2015,p. 96)

Na experiência escolar vivenciada pelas crianças, durante o meu período de observação, me defrontei com episódios de racismo que permeiam as relações sociais no cotidiano entre os indivíduos na escola, incluindo as crianças. Este fato, constatei, enquanto elas ofendiam-se umas as outras durante as brincadeiras, durante as aulas e principalmente em situação de conflito. Entre os casos de racismo, ouvi o relato de uma menina que, insatisfeita com seu cabelo, desabafou sua ansiedade para que chegasse o dia em que sua mãe a levasse ao salão para “passar o produto no cabelo”. Aqui destaco a fala de uma das auxiliares de turma para ilustrar o senso comum presente nos pensamentos dos sujeitos da escola e que atuam como fator de impedimento à efetivação da educação escolar quilombola e antirracista. Esse diálogo aconteceu durante a segunda semana de aula do primeiro semestre de 2018. A conversa surgiu a partir de um quadro de feltro que levei para mostrar às professoras como um exemplo para se trabalhar a história do lugar com as crianças. No caso, o Mangue de Pedras da Praia da Gorda na Rasa, que foi local de desembarque de escravizados durante o período da ilegalidade do tráfico de escravos. A professora Ane disse que não cabia contar aquela história para as crianças dali porque era um local de Búzios e faria mais sentido para as crianças de Búzios e não da Caveira - disse ela mesmo após eu dizer que foi um local

histórico por onde chegavam os africanos escravizados, incluindo os que foram para a Caveira.

Nesta mesma conversa a auxiliar de turma, que estava presente, se pronunciou dizendo:

Não tem como você falar sobre escravidão e racismo com as crianças pequenas, elas não entendem. Como falar de escravidão com a criança pequena? Isso pode causar preconceito com a criança branca. Pode trazer divisão. Também temos que falar que já existiu escravo branco. Aqui no Brasil também! Os italianos e os imigrantes europeus foram escravizados aqui (Retirado das minhas anotações do caderno de campo).

Perguntei-lhe sobre onde tinha lido sobre a escravidão dos imigrantes brancos e ela não soube responder. Então eu respondi que os imigrantes europeus vieram para o Brasil devido a uma política pública racista de embranquecimento da população brasileira. Também expliquei que muitos desses imigrantes eram favorecidos nos postos de trabalho com relação ao trabalhador negro e que muitos ainda receberam terras para viverem aqui ao contrário dos negros descendentes dos escravizados. A fala da auxiliar de turma demonstra completo desconhecimento da história da comunidade onde trabalha, onde os fazendeiros que dominavam a região e exploravam o trabalho dos negros, mesmo no pós-abolição, eram imigrantes ou filhos de imigrantes, como o próprio Marquês que era italiano e o que mais ficou marcado na memória dos quilombolas por seus métodos cruéis e abusivos. Eugenio Honold, que também foi dono da Fazenda Campos Novos, era alemão. Sendo assim vemos aqui, através da história da própria comunidade da Caveira como o argumento desta auxiliar de turma pode ser facilmente contestado, visto que o italiano e o alemão não foram os escravizados, mas sim os exploradores do trabalho dos/as negro/as e expropriador de suas terras.

Em novembro, do ano de 2017, foram realizadas algumas atividades para a semana da consciência negra. Através dos cartazes deduzi que a maioria dessas atividades foi baseada em livros de literatura infantil que abordava a temática racial. Todavia a mensagem que as professoras ressaltavam nas conversas e nas atividades era a de que “somos todos iguais”. Importante mencionar que o mesmo padrão de atividade foi encontrado na escola em Armação dos Búzios onde realizei minha pesquisa de mestrado defendida em 2015. Em ambas as escolas foram e são realizados diversos trabalhos como a elaboração de máscaras africanas e bonecos que representavam os “anciãos griots da África” (segundo os professores de arte), bonecas abayomi, cartazes com fotos de personalidades negras, autores e poetas

negros/as. Também foram confeccionados vários cartazes sobre “a África” para usar a expressão dos sujeitos da pesquisa. Também é importante destacar cartazes sobre a temática da igualdade em que apareciam crianças negras ao lado das brancas sob o título: “somos todos iguais”. A questão da igualdade era muito falada pelas professoras para tratar do tema racial. Raramente elas falavam a palavra racismo. Preferiam falar de preconceito ou bullying, pois segundo elas: “Criança não tem racismo”. Através destas ações posso constatar que o discurso do “mito da democracia racial” vem sendo reforçado no lugar da discussão do racismo.

Nos bastidores dos preparativos para a festa da consciência negra no ano de 2018, coletei alguns comentários de crianças e professoras/es durante o processo. A seguir apresento uma breve análise sobre os sentidos da consciência negra para o grupo social estudado. As representações das crianças sobre Dona Rosa são construídas a partir das seguintes referências: história, negritude, cabelo, escola, escravos.

- “D. Rosa é importante porque ela fez a história e ela representa os negros”.
- “Por que ela era negra, tem cabelo negro e representa a escola. Ela fez a escola. Na época que ela vivia não tinha batom. Ela vivia no tempo dos escravos.”
- “Ela já morreu! Ela era escrava depois ela morreu”.
- “Ela era muito amiga da minha vó. E ela era muito fofoqueira!” [Aqui uma imagem e uma informação proveniente das relações e memórias familiares].
- “Ela foi escrava há muitos anos”.

Neste caso, foram consolidados os significados que configuram e concretizam a figura da personagem que nomeia a escola. Nota-se a existência de um trabalho pedagógico sobre uma mulher, negra, quilombola, líder da luta pela terra, importante para a história local, na construção de uma imagem positiva para as crianças terem em mente como referência nas suas vidas. Entretanto, as crianças tem uma informação histórica errada, ao afirmarem que ela teria vivido na época da escravidão, em vez de relacionar a comunidade Caveira com um passado de escravização. Já as representações sobre a consciência negra se baseavam na associação estreita entre escola, festa e cor da pele.

- “A consciência negra é um monte de pessoas negras. E é legal a festa, a gente dança. A gente dança capoeira”.
- “É uma festa que todo mundo vem para ver as crianças dançando, a dança, a consciência negra. É uma dança”.
- “As pessoas que fica na rua, negra, que não tem comida... eu ajudo as pessoas negras quando eu ando lá na minha casa em Botafogo”. [Associação entre pobreza e negritude]

- “A consciência negra não são as pessoas que vem na festa. É uma festa das pessoas negras. E a consciência negra foi uma festa em homenagem aos negros”.
- “Consciência negra é um negro”.
- “Consciência negra? Não sei! São negros dançando!”

Verificamos como as crianças aprendem o modo como os professores apresentam a elas a questão sobre a identidade negra. Os/as professores/as apenas atendem a requisitos burocráticos da escola, organizando festas em datas específicas (efemérides) para posterior elaboração de relatórios. A consciência negra reduzida a festas, apresentada de modo despolitizado e folclorizado não é associada a identidade quilombola. Os docentes são muito dedicados e preocupados com a educação dos seus alunos. A responsabilidade não é dos professores/as, mas da ausência de formação específica sobre educação quilombola. Os professores sequer conhecem as diretrizes curriculares da educação quilombola.

Opiniões das crianças sobre consciência negra

N. 8 anos: Dia que zumbi morreu. Os brancos não gostam dos pretos.

Eu: ainda existe isso?

N: não

K. 8 anos: a D. Rosa é importante porque ela fez a história e ela representa os negros.

Eu: Por que representa os negros?

K.: Por que ela era negra, tem cabelo negro e representa a escola. Ela fez a escola. Na época que ela vivia não tinha batom. Ela vivia no tempo dos escravos.

Eu: quem é dona Rosa?

C.: Ela já morreu! Ela era escrava depois ela morreu.

D. (7 anos): Ela era muito amiga da minha vó. E ela era muito fofoqueira!

L. (8 anos): Ela foi escrava há muitos anos.

E. 7 anos: Estamos fazendo a bonequinha preta porque amanhã é a nossa festinha de consciência negra. A consciência negra é um monte de pessoas negras. E é legal a festa, a gente dança. A gente dança capoeira.

J. 7anos: É uma festa que todo mundo vem para ver as crianças dançando, a dança, a consciência negra. É uma dança.

K. 7 anos: As pessoas que fica na rua, negra, que não tem comida... eu ajudo as pessoas negras quando eu ando lá na minha casa em Botafogo.

V. 7 anos: Pintar o cabelo de amarelo porque o cabelo dela é preto. Mas eu pintei ela de preto. Então, para não ficar igual, eu pintei de amarelo. A consciência negra não são as pessoas que vem na festa. É uma festa das pessoas negras. E a consciência negra foi uma festa em homenagem aos negros. [Me respondeu enquanto pintava uma atividade denominada “a bonequinha preta”].

F. Consciência negra é um negro.

Eu: O que vai acontecer na festa?

F: Não sei direito ainda não!

Eu: Você se considera negro?

Opiniões das crianças sobre consciência negra

F: Sim.
 Eu: Por que?
 F: Porque sim!
 Eu: Por que sim?
 F.: hmmm. Ainda não tem nada na minha cabeça...
 Eu: O que é negro?
 F: Uma pele que pode ser preto ou marrom?
 Eu: Onde você aprendeu isso?
 F: Em lugar nenhum!
 Eu: Como descobriu isso?
 F: Entrou na minha mente agora!
 “Consciência negra? Não sei! São negros dançando!”

Na turma do terceiro ano. A professora explica a atividade. Fala de uma artista que morava numa região da África que pinta figuras geométricas. “Estamos fazendo o plano de acordo com o trabalho dessa artista”, disse a professora. Então os alunos comentam:

“A boneca é mais preta que carvão!” (A. 9anos)

“Minha mãe é preta e é mais feia que o cão chupando manga! Ela fala isso de mim, também” (J. 9anos).

Eu: O que é consciência negra? O que você entende sobre isso?

G. (9 anos): Só que veio um moço aqui e fez umas perguntas pra gente sobre a consciência negra. E falou que o avô de Y. e daquela menina ali participaram do negócio da consciência negra e Dona Rosa Geralda da Silveira. Dona Rosa ela é um nome que está aqui na escola.

Temos um diálogo entre crianças que deveria ter a intervenção da professora, estabelecendo uma conversa sobre racismo e suas formas de manifestação no uso da linguagem. A confecção da bonequinha preta deveria ser uma ótima oportunidade para suscitar a reflexão das crianças sobre as ofensas, inclusive sobre si mesmas, racialmente depreciativas, a imagem dos negros. A consciência negra é associada a um evento e às pessoas que participam dele, como vimos acima, mas não a um processo de afirmação política e étnica diante de contextos sociais racialmente hierarquizados. É assim: consciência negra é o nome de um evento ou festa que a escola faz uma vez por ano. As repostas das crianças seguem o raciocínio lógico, a dedução lógica imediata da observação do mundo empírico à sua volta, na falta de outras informações e conhecimentos (recursos cognitivos). A função de uma educação quilombola é reformular este senso comum, estes saberes de experiência da vida cotidiana, sem cair na armadilha de transformar quadros interpretativos das lutas por direitos em obrigações ou tarefas burocráticas próprias de uma escola autoritária.

Em um conversa entre outras duas meninas durante a atividade da bonequinha preta:

K: Eu sou branca!

V.: Você é uma moreninha clara.

K: Quando os outros falam que sou branca eu falo que sou preta.

V: Você é assim porque seu pai é filho de negro. Por isso você é moreninha clara.

Eu: O que você entende sobre consciência negra?

A: Por que os negros sofreram bastante na outra época e porque eles eram forçados por causa da cor da pele.

No diálogo acima observamos o uso de categorias raciais não dualistas, que escamoteiam o conflito racial, dificultam a difusão da identidade negra, ao possibilitar a aproximação com a branquitude (e ilusoriamente participar dos privilégios desta posição social) através de expedientes classificatórios intermediários (“moreninha clara”). A escola tem contribuído para nos pensarmos como “povo miscigenado” e pelo mito da democracia racial: “somos todos iguais”. Todavia, a confecção da bonequinha preta, mesmo que ainda não acompanhada por uma pedagogia antirracista e quilombola, apresenta uma oportunidade de reflexão sobre temas geralmente silenciados no cotidiano escolar e fora dele. Sendo assim, cabe destacar a fala da menina que disse se afirmar preta quando a identificam como branca. Mas a sua coleguinha logo tenta enquadrá-la na categoria “correta”: moreninha clara.

Sobre o significado de ser quilombola, como as crianças entendem?

- “Foi a Dona Rosa que montou. A diretora estudava aqui, meu pai me falou!”
- “Eu já comi uma fruta chamada quilombola (deve ser carambola)”
- “Sou quilombola porque meu pai me colocou aqui”
- “A gente somo a vida da escola.”
- “A gente estuda aqui desde pequenininhos”
- Eu: Por que a escola é quilombola?
- É o nome da escola. É de dona Rosa Geralda da Silveira.

Para as crianças a apropriação da categoria quilombola na sua vida cotidiana, enquanto uma noção constitutiva do senso comum, ainda não foi concretizada. Não é um termo corrente na linguagem ordinária das conversações do dia a dia. É uma categoria jurídica, definida em textos legais e administrativos do Estado brasileiro, que é ressignificado pelas comunidades negras (rurais ou urbanas) nas lutas por direitos, principalmente territoriais. Os mais velhos incorporaram tal noção jurídica e legal, porque participaram ativamente, no contexto dos conflitos fundiários, da transição de uma linguagem política relativa ao sindicalismo rural para outra linguagem referente ao associativismo étnico; de uma

concepção de direitos ligada ao projeto de reforma agrária para outra concepção vinculada ao projeto de reparação histórica. Há uma disjunção entre o estoque de conhecimentos e símbolos disponíveis para definir a realidade social das gerações mais velhas e mais jovens. A escola pode cumprir o papel concernente a construção desta ponte entre dois quadros interpretativos e duas gerações. Mas a educação quilombola só pode se desenvolver em toda sua potencialidade enquanto uma escola democrática e emancipadora, se não ocultar a sua configuração eminentemente política.

Estes aspectos em comum que eu encontrei com a realidade escolar de Rasa oferecem um quadro para refletir sobre as experiências e políticas educacionais que a geração atual dos descendentes dos escravizados na Fazenda Campos Novos tem acessado. Os pontos em comum que gostaria de destacar estão relacionados à falta de acesso à informação sobre as histórias das comunidades; à falta de formação das (os) profissionais para lidar com essas questões específicas dos quilombolas e a dependência de livros de literatura infantojuvenil para lidar com a questão racial dentro de um padrão burocrático de educação escolar.

Sobre a compreensão dos pais, com relação ao sentido da festa da consciência negra que a escola realiza, vale citar como ferramenta analítica esse depoimento de uma mãe quilombola sobre o tema.

(...) quanto a festa da consciência negra, como até falou lá na escola que... pra gente incentivar nossos filhos, que é cultura, que não tem nada a ver com... com religião. Só que, que sempre tem mesmo esses negócios de macumba! Essas coisas, uns ritmos que fazem se lembrar tambores de macumba... Então, são coisas que nada contra quem participe, mas pela a gente saber, a gente prefere não deixar. Por exemplo: eu tinha ido à reunião, a professora falou que não tinha nada a ver que a gente estava misturando, confundindo, misturando, né? Uma coisa com a outra não tinha nada a ver. Aí, tudo bem! Assinei pra ela participar! E fiquei assim um pouquinho meio insatisfeita. Aí quando chegou agora, apresentando aquele negócio de consciência negra, aí tá aquelas pessoas vestidas de branco e tal e rodando...

P⁹⁰: foi quando isso?

M⁹¹: Agora a pouco.... nessa festa de agora, mas não foi na escola não! Foi na televisão... como as pessoas comemora a festa da consciência negra. Aí, que dizer, eu já estava assim, insatisfeita. Eu já não vejo como uma boa influência... como algo bom, entendeu? (...) e nesse caso eu vi foi na televisão. Aqui, eu não sei o que vai ser não. Quando era com outra diretora que era até minha prima, era pesado. Agora eu não lembro se foi na inauguração ou se foi na festa da consciência negra.

P: era como?

90 Pesquisadora.

91 Mãe.

M; tinha pessoas incorporando mesmo! Já houve caso de incorporação, lá. Era pesado.(...) Foi de início, só que o que que acontece: não foram as crianças, não. Foram visitantes, que tinham apresentações esses dias. Eu acredito que tenham sido convidados. Isso aí. Então, era aquela coisa mesmo que via... até minha tia mesmo viu, então várias pessoas perceberam que aquele ritmo dava uma incorporação mesmo. Aí foi uma coisa, tambor! Uma coisa muito sinistra! Muito esquisito mesmo! Aí talvez, devido o início... Hoje em dia com tia ... é diferente. Tinha assim, teve um pessoal da África que eu achei até bonito... um coral que apresentou, mas não foi como de início aquele peso! Foi algo mais leve, tal...tinha música até de tambor, de bate na batina, mas aí, tava e tal, representava as vestes. Representava antigamente... essas coisas como que viviam os escravos naquele tempo. Mas era leve! Agora, essa agora, não sei como vai ser. Eu até perguntei C. como que vai se apresentar, porque até agora não falou nada de roupa, nada não! Só mesmo: ah, mãe! vai ser ritmo não sei o que. Não falou nada de roupa não! Mas no início, talvez tenha sido isso que muitos pais foram impedindo seus filhos de participar. Porque de início, assim que começou foi uma coisa sinistra! Era muito esquisito. (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 22/11/2019).

Sobre o fato relatado acima, podemos observar o depoimento de Robertão na ocasião deste “início” ao qual a mãe se refere que é a inauguração da escola. Este fato que ela chama de “esquisito” e “sinistro” foi um grupo de jongo de Cachoeiras de Macacu convidado por Robertão.

Olha o que que houve: teve pais, sem saber a realidade do colégio, disse que a gente tava trazendo a macumba pra dentro do colégio. Então a gente percebe que muitos não sabe o que é a cultura, né?! Que é a cultura negra-afro, nós sabemos que essas são as tradições (...) mas tem que saber que, lá dentro da escola é primordial saber qual é a cultura da raça negra: o jongo, tem o candomblé... tem! Lógico que não vai dizer que na escola tem que ter candomblé. Não é isso! (Entrevista Robertão concedida a Gessiane Nazario, em 02/02/2018)

Ele afirma que existem na comunidade 40% de evangélicos e trata a questão como um “problema de discriminação (...) porque todos esses que hoje são evangélicos, nenhum deles nasceu no evangelho. A maioria nasceu na igreja católica e foi batizado, lá. (...) o cara, quando é um cristão, ele não pode discriminar ninguém!”.

Sobre a Festa Junina, Robertão afirma que essa é uma tradição da comunidade, mas há pais que afirmam “meu filho não pode porque é da igreja”. Então ele reafirma a necessidade de se fazer um trabalho com todos no colégio, incluindo a direção e os pais “para que eles entendam a questão cultural”. Para aquela mãe evangélica não faz sentido essa separação entre cultura e religião: o simples desempenho de uma certa música e dança (ritmos, batuques,

gestos e movimentos) semelhantes àqueles encontrados nas religiões de matriz africana, montam o ambiente para uma possível incorporação de entidades espirituais. As concepções antagônicas não buscam um horizonte de diálogo, no qual é necessária uma postura de abertura ao Outro, de tolerância e respeito às diferentes definições de realidade. O ruído de comunicação parte do pressuposto equivocado de uma oposição imanente entre identidade evangélica e identidade quilombola, incrustadas em estereótipos que confundem identidade afrodescendente e quilombola. É recorrente este conflito entre identidade e prática religiosa e iniciativas (esparsas) de implementar uma educação quilombola, reduzida a ideia de “resgate cultural” de uma África imaginada (não fundamentada em estudos ou formação adequada), que resulta na ausência de ações pedagógicas destinadas a valorização da história e memória da comunidade da Caveira.

Um educação emancipatória e democrática deve se fundamentar no diálogo com os saberes de experiência populares (no caso, das famílias quilombolas evangélicas), que devem ser respeitados, o que não significa que sejam aceitos passivamente. Precisa haver um esforço de compreensão mútua e a escola pode e deve ter essa iniciativa. Não existe educação quilombola sem a participação da comunidade quilombola. Discutirei esta tema mais adiante, ao abordar os ciclos de palestras sobre educação quilombola realizados na escola, em outubro e novembro de 2019.

A educação quilombola se insere no âmbito de políticas públicas destinadas ao combate de desigualdades sociais e raciais expressas na lei 10639/03 e na resolução nº 8 de 2012 que são as diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola. Todas se inserem num histórico de lutas dessas comunidades por reparação aos danos causados pela escravidão em suas vidas e em suas gerações. A Escola Quilombola da Caveira é exemplo desse histórico de luta onde a comunidade sempre batalhou para que tivesse uma escola, pois a geração dos/as mais antigos/as, como Dona Rosa, não teve oportunidade para estudar por terem de ir trabalhar para ajudar no sustento da família. Quando na Fazenda Campos Novos chegou a ter um grupo escolar para atender as crianças do seu tempo de infância, a professora que era filha de um fazendeiro português era muito hostil com eles segundo recordam alguns desses mais velhos. Dona Rosa chegou a frequentar as aulas por três meses e, mesmo assim, dividindo a matrícula com sua irmã. Sendo assim, ela esteve poucos dias de sua vida dentro de uma escola. Teve de abandonar por causa do trabalho nas lavouras.

Verificamos aqui a exclusão e invisibilidade com que os quilombolas tem sido tratados ao longo dos anos pelo sistema escolar. Os mais antigos de maneira mais explícita e os mais jovens de forma mais sutil através da reprodução de um currículo que exalta a história de uma elite branca. Os espaços escolares da geração atual reforçam um currículo hegemônico branco no qual eles aparecem de maneira exotizada e comparados a grupos africanos que nada tem a ver com as suas realidades de vida. Suas memórias seguem sendo silenciadas e suas identidades estigmatizadas.

As legislações 10.639/2003 e Resolução 8 de 2012, expressam as lutas do movimento negro e do movimento quilombola contra o racismo e por uma educação diferenciada. Refletindo sobre o uso que esses profissionais fazem destes documentos é interessante considerar o estudo do sociólogo Howard Becker (2009) onde descreve as múltiplas maneiras de representação da realidade que existem na sociedade.

Um documento é uma forma de interpretar a realidade. Toda e qualquer lei expressa uma vontade social, ou seja, a demanda de determinado segmento da sociedade e é o resultado da correlação de forças e da negociação entre interesses concorrentes ou até antagonísticos materializados e consagrados na essência burocrática do Estado. É um artefato político que encerra juízos morais e cognitivos sobre o que a sociedade é projetando como ela deveria ser. As leis, ao se dirigir ao público educacional, espera-se que os destinatários, que são os usuários, façam a interpretação correspondente aos objetivos propostos no que foi escrito. Contudo é necessário considerar que cada indivíduo possui formas de pensar a realidade condizentes com o espaço social no qual estão inseridos e, por isso, as pessoas não interpretam do mesmo jeito um mesmo objeto (NAZARIO, 2015).

Nem tudo funciona exatamente como todos esperam. Daí a necessidade de se investir em formação para os professores que atuam com esses grupos. Para se evitar a sabotagem inconsciente ao reduzir todo um projeto político em meras festinhas, trabalhos artesanais e provas que serão posteriormente descritas em relatórios como se tivessem alcançado os objetivos propostos, quando na verdade se constata a propagação do racismo entre as brincadeiras das crianças e comentários de professores que por desconhecimento naturalizam tais comportamentos e qualificam como brincadeiras e/ou bullying.

A sabotagem inconsciente impossibilita um novo enquadramento de memória que transforma relatos carregados de sofrimento e dor sobre experiências pretéritas compartilhadas em discurso de afirmação étnica que alimenta a autoestima, em patrimônio coletivo que mobiliza corações e mentes para a luta pela retomada do território tradicional. Enfim, estamos

falando de mecanismos de impedimento para uma escola crítica, espaço político de uma educação emancipadora, como propôs Paulo Freire (2014).

A escola, que pode ser um rico espaço de interculturalidade crítica e criativa, onde diferentes saberes, lógicas e epistemologias, trazidos de experiências e histórias aprendidas por diferentes alunos e alunas em seus grupos sociais, nesse caso o Quilombola, é reduzida a um espaço “de mera transmissão de um conhecimento marcado pelo eurocentrismo, controlado pelo rígido sistema de avaliação que passa por todos os níveis escolares” (Garcia, 2013,p.15). Os currículos das escolas são reduzidos a esse controle burocrático (provas, projetos, gráficos de rendimento, etc), um “triste desencontro”, como chama Garcia (2013), para as crianças quilombolas que se transformam em meros ouvintes que devem memorizar, ser aprovado ou reprovado. Puras estratégias de sabotagem e silenciamento de suas histórias de vida. (NAZARIO, 2015, p.180)

O trabalho com a literatura étnico-racial infantil na escola é positivo, se tomado sob uma perspectiva crítica. Sabemos que tal investida é recente nos espaços escolares brasileiros, pois tanto esse tipo de livro quanto o falar sobre história de crianças negras e africanas, não acontecia em gerações anteriores como a minha, por exemplo. O problema reside no fato de se falar desse tema apenas em datas específicas que acabam por exotizar a história dos negros que são geralmente associados a escravos. Assim, mesmo que o objetivo seja dar visibilidade e valorização, a burocracia do sistema escolar brasileiro reduz a possibilidade de dar transversalidade a essa temática entre os outros assuntos discutidos na escola como, a matemática, por exemplo. O negro e sua história devem ser tratados da mesma forma como é tratada a história de D. Pedro I, a princesa Isabel e outros/as personagens brancos/as, pois trata-se de pessoas e grupos com a mesma relevância histórica para a formação da sociedade brasileira. Dar visibilidade e valorizar é tratar justamente, mostrar o ponto de vista desses indivíduos no desenrolar da história. Assim, facilitará a compreensão do lugar social desses indivíduos na história.

Todavia, para se desenvolver um trabalho em que a subjetividade e imagem positiva do/da negra/o seja o centro é imprescindível que durante a atividade, se tenha cuidado com as representações sobre as pessoas negras. Para isso, bell hooks (2019) alerta que é necessário

disposição para se pensar as imagens de forma crítica para não cair no equívoco de reproduzir um olhar supremacista branco que só objetiva dominar, subjugar e colonizar.

Percebi por parte de algumas professoras e supervisoras que passam⁹² pela escola quilombola Rosa Geralda da Silveira, certo receio com o tipo de representações nas imagens dos murais elaborados por elas: “sempre tem que ter um negro” – me diz uma delas enquanto confecciona o cartaz para exposição. Eu pergunto por quê e ela responde “porque aqui a escola é quilombola e temos que sempre falar deles”. Em outra situação, presenciei uma das supervisoras confeccionando o painel de natal para festa do final de ano. O painel era uma grande árvore de natal feita com material de E.V.A. (um tipo de folha emborrachada) cuja ornamentação continha os enfeites tradicionais como estrelas, bolas e anjinhos. No entanto, o rosto dos anjinhos eram brancos. Então ela, que é branca, me perguntou se por acaso eu não teria um pó de arroz para que ela pintasse os rostinhos dos anjinhos. O zelador que estava perto achou graça e falou: “aqui tudo tem que ter um pretinho!” Dei um sorriso meio sem graça e concordei com a supervisora dizendo que é importante ter imagens negras, até que ela me interrompe e diz: “Sim! A gente tem consciência disso! Por isso te pedi emprestado o pó de arroz! As crianças negras precisam se enxergar em tudo o que a gente faz.” A diretora (que é negra) que passava na hora, ouve e completa dizendo: “A gente tinha aqui o desenho de um papai Noel negro, mas já está bem danificado. Quando nós fomos colocar muita gente reclamou dizendo que o papai Noel é branco e que nunca tinha visto um papai Noel preto. Só que aqui a gente têm que se preocupar com essas coisas, sim.”

O exemplo acima ilustra a importância de quando uma educadora, não negra, se preocupa com as representações da imagem do negro. Ali ela possibilita que as crianças negras vejam imagens de anjos, que são geralmente apresentados como seres divinos e, portanto, loiros e brancos de acordo com o padrão cristão europeu, desconstruam essa imagem e se vejam como iguais ao colegas brancos. Esta simples atitude da supervisora pôde ocasionar essa intencionalidade de inclusão das crianças negras nas imagens artísticas elaboradas pela escola. Aquelas/es profissionais que se recusam a assumir uma postura crítica da realidade, tomando isso como uma postura “militante” e “política” e, por isso, não podendo ser tratada pela escola, podem ser analisadas de acordo com o que bell hooks (2019) propõe sobre os negros que se negam a refletir sobre a sua condição atual. Aqui, tomo esse exemplo para pensar sobre as/os profissionais da educação que se recusam e relutam a refletir sobre a

92 A escola, desde sua construção, constantemente passa por mudanças no quadro da supervisão pedagógica.

condição dos negros e quilombolas porque não querem enxergar as imagens da realidade que “possam forçá-las” a uma “atitude militante”. A autora propõe que para o/a negro/a a militância seria uma alternativa à loucura, já que a sua realidade é dolorosa. Mas só é possível tomar consciência quando se enxerga os fatos com clareza.

Prosseguindo com o pensamento da autora e estendendo para refletir sobre a postura desses/as profissionais, retomo o pensamento de Paulo Freire ao afirmar que o ato de educar é também tomar partido diante das injustiças que chegam à escola através dos educandos, que são as vítimas. O trabalho do/da professor/a requer “uma prática educativa desocultadora das mentiras dominantes” (Freire, 2014). As mentiras dominantes e ocultas que pairam na realidade escolar dos quilombolas da Caveira precisam ser conhecidas e “desocultadas” pela escola.

A verdade dos fatos reside junto às memórias das famílias quilombolas que vivenciaram os acontecimentos históricos; da escravidão, do regime de arrendamento no pós-abolição no qual trabalhavam sem receber salário, da ditadura militar e a luta do presente para ter o seu território legalizado no nome das famílias. Essa é a realidade histórica das crianças que frequentam essa escola. As mentiras de que o “período militar foi brando”, “na ditadura só foi preso quem era terrorista”, “os imigrantes europeus também foram escravos” podem ser facilmente “desocultadas” pelos próprios relatos de vida das avós e avôs das crianças que foram presos/as, violentados/as e desumanizados/as por agentes do Estado que atuavam a favor dos ricos fazendeiros e latifundiários que exploravam seus avós e queriam expulsá-los das terras que ocupavam.

Um desses fazendeiros, como já mencionado, que mal aparecia no território, quando ainda era Fazenda, era Luiz Honold Reis, neto de Eugene Honold, que levava uma boa vida através do trabalho escravo dos “colonos” da fazenda Campos Novos. A escola também precisa desocultar os verdadeiros responsáveis pelas expropriações, que viviam no luxo e faziam parte da alta sociedade em detrimento da exploração do trabalho dos ancestrais das crianças quilombolas da Caveira. É preciso “desocultar”, trazer à tona essas verdades para que todas/os tenham clareza sobre o desenrolar dos fatos. Tais histórias precisam ser reveladas para que tanto os quilombolas e os não quilombolas tomem conhecimento sobre os fatos que compõem suas realidades na tentativa de se estabelecer na consciência dos indivíduos algum senso de justiça com relação aos descendentes daqueles que ainda hoje são marcados por essa injustiça. Cabe à escola o papel de institucionalização desta memória, valorizando e

produzindo situações em que as crianças sintam-se valorizadas em ter as histórias de seus ancestrais mencionadas e reconhecidos como atores importantes para a história local. A memória familiar das crianças quilombolas, salvo as que conseguem achar espaço em trabalhos acadêmicos, em sua maioria não possui registro escrito, correndo o risco de se perder quando seus anciãos morrerem. Daí a importância de unir o trabalho pedagógico da escola quilombola com a pesquisa acadêmica, pois permite aos profissionais a articulação dos métodos das ciências sociais às suas práticas pedagógicas para alcançarem o objetivo que é a perpetuação desse conhecimento pelos educandos.

Em muitas ocasiões, as professoras se queixam sobre a falta de informação sobre tais histórias e o “fazer pedagógico”, que entendo aqui, como o ato de conduzir esses conhecimentos produzidos, com as crianças. Esse dilema nos remete à discutir sobre como a escola está estruturada burocraticamente seguindo um currículo que restringe uma ação que atenda às demandas do Movimento Quilombola expressas na Resolução 8 de 20 de novembro 2012.

7.4 - O ciclo de palestras: o desafio da mudança.

Em 3 de julho de 2018 participei de uma pequena reunião com diretora e a supervisora pedagógica.⁹³ para discutir um projeto de leitura intitulado a bonequinha preta. Como não participei de sua confecção, entendi que estava ali porque a supervisora queria que eu concordasse com ela. Eu disse que para se trabalhar a identidade quilombola faltava algumas questões e precisaria de mais tempo. A então diretora questiona a participação do presidente da associação quilombola, Robertão, dizendo que ele profere reclamações da merenda e da sujeira da escola. Ela afirma, sem demonstrar preocupação com a opinião dele sobre a escola, o seguinte:

Fui eleita pela comunidade. Concorri com uma pessoa da comunidade, mas os pais escolheram a mim. Também desabafou que seria responsabilidade da secretaria de educação oferecer instruções para ela e a escola: “a secretaria de educação não nos oferece nenhum curso para o trabalho sobre quilombola. Eu quando vim pra cá achava que fosse encontrar um trabalho voltado para os quilombolas, mas isso não acontece. A secretaria de

93 Importante explicar que a supervisora pedagógica atua junto às professoras, no sentido de acompanhar as atividades pedagógicas que serão dirigidas às crianças. A supervisora educacional atua na parte de comunicação entre a escola e a família no sentido de acompanhar crianças com dificuldades de aprendizado ou quaisquer outros problemas enfrentado pela criança que precisa ser intermediado à família pela escola.

educação não nos dá nada nesse sentido (Anotações do meu caderno de campo).

No final do segundo semestre de 2018, aconteceram algumas mudanças na composição do quadro de professores: a maioria delas foi substituída por professoras efetivas, ou seja, foram convocadas e nomeadas as professoras do último concurso do município. Essa mudança também ocorreu no quadro de funcionários de outras funções como portaria, auxiliares de serviço e inspetores. Em outubro de 2018 chegam várias professoras novas do concurso incluindo uma porteira.

Agora vou expor uma parte do meu trabalho de campo que mais se aproxima com a metodologia da observação participante, pois assumi um papel de intervenção direta na realidade que estudava, participando ativamente de atividades, satisfazendo e frustrando expectativas, atuando em um diálogo muito próximo com as necessidades da vida cotidiana na escola. Mergulhada intensamente, mesmo que parcialmente e temporariamente, em preocupações e projetos específicos que dão sentido às suas existências. Enfim ocupei um lugar privilegiado de observação acessando bastidores que talvez não fossem possíveis quando ficamos restritas a posição de pesquisadora (BURAWOY, 2014). É claro que o fato de ser quilombola e pesquisadora me colocava em situação ambígua, nunca plenamente considerada *insider* nem *outsider*.

Esse engajamento profundo com os sujeitos é um dos pilares da narrativa e do texto etnográficos. Contudo, nenhuma pesquisa de campo é realizada totalmente através de observação participante, alguns bastidores e segredos são resguardados e não há um completo desvelamento das áreas opacas da realidade social que se pretende compreender cientificamente. E nenhum método é uma fórmula mágica para a resolução de todos os problemas e isenta o pesquisador de fazer escolhas que são precárias e inteiramente subjetivas. Se não fosse assim, a ciência não seria uma atividade humana, mas um agir cuja eficácia seria completamente dependente do cumprimento de ritos burocráticos. O resultado do trabalho científico é geralmente apresentado como se fosse o único possível e decorrente modo correto de fazer, ficando oculto o processo que implica também decisões erradas e correções de percurso. Logo, contento-me com a parcialidade e incompletude do meu trabalho, pois os seus limites sugerem novas possibilidades de pesquisa. Isso vale também para o ato de textualização da experiência de campo.

Em abril de 2019 aconteceu uma mudança na direção da escola. Teve eleição e a votação não teve votos suficientes para a permanência da gestora Antônia. Sendo assim, a secretaria de educação resolveu indicar outra pessoa para ocupar a direção da escola. Neste mesmo mês, fiquei sabendo por uma das professoras que aconteceu uma reunião, na escola, junto com o secretário de educação, onde se discutiu a inexistência de um trabalho voltado para a educação quilombola.

Em maio de 2019, fiquei sabendo por uma colega que trabalha na mesma escola que eu, em Búzios e, também no município de São Pedro, que a primeira supervisora pedagógica da escola quilombola, Márcia, teria retornado para lá. Eu já havia encerrado o trabalho de campo, mas ao saber do retorno desta supervisora fiquei animada em observar mais um pouco a rotina da escola. O motivo da minha decisão foi, como dito anteriormente, quando visitei a escola pela primeira vez em 2015, ela estava reunida com os pais falando sobre a importância das histórias deles. Como me comprometi em manter o anonimato das pessoas da escola, vou chamá-la aqui de Márcia. Márcia elaborou um projeto pedagógico, com foco na valorização do ato de plantar. Minhas expectativas foram um pouco frustradas porque, no horário da tarde, que era o que eu poderia frequentar, pois de manhã estava no meu trabalho na escola em Búzios, eu teria que conhecer novamente as novas professoras concursadas que entraram para a escola. E como já estava na fase de escrever a tese, não foi possível acompanhar todas as aulas de perto naquele primeiro semestre de 2019. No entanto tive uma boa conversa com a nova diretora, Renata, indicada pela secretaria para assumir a direção da escola. Ela era branca e disse ter ouvido por pessoas da própria secretaria que ela não poderia ser a diretora porque ela era branca. No entanto, Renata mostrou-se muito disposta a realizar alguma mudança na escola, tanto que em nossa primeira conversa pude sinalizar a necessidade de informar ao corpo docente sobre os sentidos e significados do que seja quilombola. Nesta conversa ela ligou para a secretaria de educação para perguntar os procedimentos de como autorizar minhas visitas na escola. Então eu tive que entregar (novamente) meu projeto de pesquisa e uma carta de apresentação do meu programa de pós-graduação. Preparei todo o documento e entreguei pessoalmente ao secretário de educação.

Renata e Márcia me levaram, pessoalmente, para conversar com o secretário, porque a diretora falou com ele sobre a possibilidade da minha colaboração através de um curso para as professoras da escola quilombola. Fui muito bem recebida pelo secretário e sua subsecretária que me ouviram prontamente. Me apresentei não apenas enquanto doutoranda mas, também,

como quilombola e representante da Comissão de Educação da ACQUILERJ. Expliquei um pouco sobre o que era a CONAQ e a ACQUILERJ. O secretário compartilhou a sua angústia de não ver realmente uma educação quilombola acontecer naquela escola. Para ele a escola só tinha o nome, então isso o vinha incomodando desde que assumiu em setembro de 2018.

Após aquela conversa um funcionário da secretaria que trabalhava no setor de formação me ligou para juntos pensarmos num curso para aquele mesmo ano. Ele me disse que os encontros deveriam acontecer a partir de agosto em dois dias da semana: na quinta-feira para as formadoras e num sábado para as professoras. De início eu não compreendi muito bem o por que de ser em dois dias separados, então, ele me explicou que “as formadoras” precisariam de pelo menos quinze dias para preparar as atividades para as professoras. Mesmo não entendendo muito bem e achando meio complicado, pois quilombo é um tema muito complexo para ser compreendido em tão pouco tempo. Foram quatro encontros no total. Ajudei-o a pensar sobre os temas importantes para a compreensão do assunto como: território, identidade e cultura. Eu indaguei se não seria melhor pensarmos num curso mesmo mais elaborado para o próximo ano, então este funcionário disse que alguma coisa tinha que acontecer aquele mesmo ano. A justificativa era que a gestão do prefeito atual tinha que apresentar uma proposta curricular para educação quilombola, visando tornar-se uma política pública, através de projeto de lei municipal, obrigando assim o seu cumprimento independentemente do prefeito que fosse eleito.

O antropólogo e sociólogo Sidnei Peres, professor da Universidade Federal Fluminense, foi convidado, pela secretaria municipal de educação (Semed) de São Pedro da Aldeia, por minha sugestão, a colaborar com o ciclo de palestras. Eu e o professor Sidnei enfatizamos que não se tratava de um curso de formação, pois tal projeto requer uma estrutura de cooperação acadêmica e técnica mais institucionalizada, implicando uma ideia de formação continuada, correspondendo a uma especialização com certificados e atividades incorporadas a carga horária do professor(a). Por isso, insistimos em chamar de ciclo de palestras e esclarecemos aos professores(as) que era apenas um passo inicial para introduzir alguns conceitos e discussões básicas, para que eles pudessem começar a refletir criticamente sobre sua prática docente e como poderiam modificá-la no sentido de contribuir com uma educação quilombola. O ideal seria que a continuidade do ciclo de palestras fosse a organização de um curso de formação em educação quilombola que os capacitasse neste tipo

de atuação profissional qualificada. Não queríamos criar expectativas equivocadas nos professores e nos funcionários da SEMED envolvidos em tais atividades.

Eu também sugeri a participação do Robertão, presidente da associação quilombola da Caveira, como palestrante, pois ele é um militante do movimento quilombola nacional, portanto dotado de grande conhecimento e experiência nas lutas das comunidades negras, além de ter sido um personagem importante na conquista da Escola Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira. Tal proposta também foi acatada. Para ampliar o espaço de diálogo e interação apontei a necessidade de que as/os professoras/es, principalmente as quatro docentes quilombolas, supervisoras/as e diretora da escola tivessem uma atuação maior tanto na execução quanto no planejamento das palestras. Solicitei que fosse reservado tempo para as exposições destes profissionais da educação que estão na linha de frente do trabalho pedagógico. Neste caso, os coordenadores da Semed foram mais hesitantes e não muito receptivos, concedendo algum espaço como palestrante apenas para a diretora e uma das supervisoras. Fiz proposições no sentido de atenuar o desenho hierárquico verticalizado, argumentando que as ações destinadas a implementação da educação quilombola não podem ser impostas de cima para baixo. Medidas concernentes a democratização do espaço escolar não podem ser efetivadas autoritariamente.

O desafio era pensar junto com as professoras e professores(as) o que é educação quilombola e quais os princípios que orientariam uma prática pedagógica adequada a tal projeto de formação de sujeitos. Também foram apresentadas algumas estratégias possíveis (ações concretas) de ensino a serem realizadas pelos professores(as) com finalidade apenas ilustrativa. Robertão infelizmente participou apenas do primeiro encontro, na secretaria de educação, e do segundo, na escola Dona Rosa, por motivos de ordem pessoal. Foram ao todo oito encontros, quatro realizados na secretaria de educação, às quintas (15/08, 05/09, 03/10 e 14/11) e quatro na escola Dona Rosa, aos sábados (17/08, 21/09, 19/10 e 30/11). Todos na parte da manhã. O professor Sidnei não participou de três encontros (03/10, 19/10 e 14/11), porque ocorreram em datas em que o mesmo estava participando de atividades acadêmicas fora do país. Eu não participei dos quatro últimos encontros (03/10, 19/10, 14/11 e 30/11), por motivo de saúde. Portanto, o relato e análise que apresento aqui são referentes aos cinco encontros em que eu, Sidnei e Robertão estávamos presentes, juntos ou separadamente. As três reuniões em que nenhum de nós estava presente, encaminhadas integralmente pela equipe da Semed, eu não tenho registros sobre como se desenrolou.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Curso: Formação Continuada em Educação Escolar Quilombola		
Objetivo: O objetivo deste curso é oferecer abordagens teóricas e práticas relativas a temáticas que permeiam o contexto cultural, no qual estão inseridos alunos e alunas da Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda. Este curso está estruturado conforme a Diretriz Curricular Nacional em Educação Escolar Quilombola e ofertado segundo carga horária para formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro da Aldeia.		
Formadores:	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	
	SEMED SPA / UFF	
	SEMED SPA	
Gessiane Ambrósio (convidada)	UFRJ/CONAE/	
Sidnei Peres (convidado)	UFF	
Horários:	Quinta-feira: 13:00h às 17:00h (SEMED)	
	Sábado: 8:00h às 12:00h (para professores e demais membros da comunidade escolar)	
Carga horária:	4 encontros de 4horas= 16horas	
	4 práticas pedagógicas de 10horas (Planejamento 3h/aplicação 4h/ relatório 3horas)= 40 horas	
	1 encontro de 4 horas para deliberação do currículo (dezembro)= 4 horas	
Total: 16 + 40 + 4= 60horas		
Planejamento semestral		
Agosto	15/08 (semed) e 17/08 (escola)	
*Tema gerador: O que é ser quilombola?	Sidnei, Gessiane e Robertão	
*Prática Pedagógica	[Redacted] e Gessiane/Formadoras	
*Estudo da DCNEEQ: Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola	[Redacted] e [Redacted]	
Setembro	05/09 (semed) e 21/09 (escola)	
*Tema gerador: A história do movimento quilombola e o contexto da comunidade da caveira	Sidnei e Robertão	
*Prática Pedagógica	[Redacted] e Gessiane/Formadoras	
*Estudo da DCNEEQ: Currículo quilombola: O que há de específico?	[Redacted] e [Redacted]	
Outubro	03/10 (semed) e 19/10 (escola)	
*Tema gerador: Identidade e cultura quilombola: Saberes diversos e suas dimensões na prática pedagógica (I)	Sidnei e Robertão	
*Prática Pedagógica	[Redacted] e Gessiane/Formadoras	
*Estudo da DCNEEQ: PPP e calendário escolar	[Redacted] e [Redacted]	
Novembro	14/11 (semed) e 23/11 (escola)	
*Tema gerador: Identidade e cultura quilombola saberes diversos e suas dimensões na prática pedagógica (II)	Sidnei e Robertão	
*Prática Pedagógica	[Redacted] e Gessiane/Formadoras	
*Estudo da DCNEEQ: Diversidade de saberes e sua dimensão na prática pedagógica	[Redacted] e [Redacted]	
Dezembro	Data a definir	
Encontro para discussão da Proposta Pedagógica em Educação Escolar Quilombola da Escola Municipal Quilombola D. Rosa Geralda da Silveira	Todos os participantes envolvidos	

Programação do Ciclo de Palestras em Educação Quilombola

Os encontros na Semed e na escola tinham uma divisão temática e tal organização estava baseada em uma divisão do trabalho na qual as formadoras seriam capacitadas para desenvolverem atividades junto aos professores(as) nos encontros na escola. Tal postura se sustentava no pressuposto de que “as formadoras” apenas com aquela exposição de algumas horas, com uma discussão superficial, estariam aptas a “formar” as professoras e professores. No primeiro encontro na escola, depois do que foi realizado na Semed, as “formadoras” desenvolveram atividades em torno do tema diversidade (com exposição de vídeo) sem nenhuma referência com a realidade quilombola e tratado de forma muito idealizada. Diversidade foi abordada como respeito a diferença em termos genéricos, sem remeter a racismo e desigualdade social, muito menos a história local. Em outra sala houve uma encenação, visando valorizar o corpo negro, na qual uma das formadoras colocou uma peruca representando o cabelo crespo. Todavia, foi reforçada uma imagem exótica e estereotipada do negro, pois se o cabelo crespo é o símbolo da diferença, o cabelo liso é o normal? O cabelo, a roupa, a comida... negras são étnicos e a branquitude não? O não étnico é o NORMAL? O silêncio sobre a etnicidade branca, com seus privilégios, contribui com a reprodução do racismo. Por que não apresentaram várias perucas com tipos diversos de cabelo para discutir por que um deles é escolhido como padrão de beleza, pondo em debate racismo, branquitude, branqueamento, estigma étnico-racial e normalidade hegemônica?⁹⁴ A autoestima positiva das crianças negras e quilombolas deve ser promovida através de uma visão crítica sobre a realidade social que as inferioriza e oprime material e simbolicamente. Tudo isso é muito viável de trabalhar pedagogicamente com as crianças, desde que não seja de forma apressada, pontual e superficial, mas como orientação de múltiplas ações educacionais durante o ano todo.

Em um documento elaborado para orientar as/os professoras/es para desenvolver o tema “O que é ser quilombola? - Cultura, identidade e território” com as crianças do 1º segmento, verificamos que a identidade quilombola não é abordada, mas sim a identidade negra. Exatamente a conexão específica entre cultura, identidade e território para abordar a identidade quilombola não foi nem sequer tangenciada. Essas identidades estão relacionadas, mas são diferentes, não se confundem. A identidade quilombola remete a uma história e

94 A questão não é usar o termo “étnico”, mas reservar seu uso apenas para alguns grupos, de maneira a exotizar, folclorizar o Outro, escondendo a normalidade hegemônica subjacente. Ou seja, oculta a etnicidade branca, conferindo um caráter universal a branquitude, portanto supostamente superior a grupos presos a particularismos culturais, às vezes até considerados como esquisitices ou costumes estranhos. Esta é uma forma de ressignificação do conceito acadêmico na esfera do senso comum, invertendo sua finalidade primeira que é desconstruir estereótipos enquanto construções sociais.

memória locais, um vínculo estreito entre uma comunidade e um território específicos no presente, concebidos em termos de herança e descendência de pessoas escravizadas em situações muito particulares. Ou seja, a referência básica desta identidade é uma história singular, localizada, da escravidão. As relações étnico-raciais se apresentam em configurações concretas muito próprias, ligadas a luta pela terra (em cenários rurais ou urbanos). Aqui há um laço estreito entre racismo, dominação e propriedade fundiária. A posição de branquitude se expressa por excelência no latifundiário, no fazendeiro, no grileiro; na concentração de recursos fundiários nas mãos de um grupo étnico. Mesmo em contextos urbanos as comunidades negras se afirmam publicamente como sujeitos políticos em situações de disputa fundiária e a luta também se constitui na linguagem da promoção de direitos territorializados, formulados em termos de reparação histórica em favor de descendentes de escravizados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1º SEGMENTO – FORMAD



Formação Continuada em Educação Escolar Quilombola

São Pedro da Aldeia, 17 de agosto de 2019

Tema gerador: *O que é ser quilombola? – Cultura, identidade e território*



“A escola tem um papel fundamental para a construção da identidade negra, através da conscientização do aluno do que é ser negro e sua importância para a sociedade. A criança negra e afrodescendente necessita de espaços para construir uma identidade da sua cultura e raça. Assim, a escola pode propiciar este ambiente por meio de atividades que promovam o conhecer, o descobrir e o respeitar a cultura negra e suas contribuições para a diversidade cultural brasileira.” (BRAGA· DAVI 2015)

Prática pedagógica – Construção de uma Sequência Didática

SUGESTÕES:

Livro “O cabelo de Cora”;

Etapa 1: Leitura e reconto do livro: “O cabelo de Cora” da autora Ana Zarco Câmara;

Objetivo: Estimular os alunos, por meio da leitura do livro “O cabelo de Cora”, a pensar sobre as diferenças de cada um e a perceber que, independente da forma ou da cor do cabelo, devemos respeitar e ser amigos de todos.

1º Momento: Antes da leitura, mostrar a capa do livro e realizar algumas perguntas de antecipação pertinentes para fazer o levantamento de hipóteses acerca do que será lido/tratado no livro, apresentar a biografia da autora. Durante a leitura feita pelo professor: verificar se os alunos estão compreendendo a história por meio de perguntas indagadoras.

2º Momento: Após a leitura: roda de conversa sobre o livro; permitir que os alunos manuseiem o livro para ver as ilustrações e comentarem livremente sobre a história.

3º Momento: Fazer uma análise dos personagens do texto, conduzindo a interpretação do texto lido por meio de perguntas como: Você acha seu cabelo bonito? Vocês ficariam felizes ou tristes se alguém falasse mal do seu cabelo? Assim como Cora, vocês conhecem alguém que tem um cabelo grosso, enrolado e da cor preta? Será que quem tem cabelo liso ou encaracolado, marrom ou loiro está feliz com o cabelo que tem ou também é difícil de cuidar? Vocês acham que devemos falar mal do cabelo ou da roupa dos colegas ou sermos amigos, independente de cor ou forma de cabelo?

4º Momento: Registrar através de desenhos a história de Cora e o seu lindo cabelo. Expor os desenhos dos alunos na sala.

Etapa 2: Utilizando a música Cabelo, de Jorge Ben Jor;

Objetivo: Propiciar ao aluno a oportunidade de se colocar no lugar do outro, por meio do uso de perucas de diversas formas, cores e materiais.

1º Momento: Questionar os alunos perguntando se eles se lembram da história do cabelo de Cora, deixar que eles recontem a história e depois propor que eles ouçam a música Cabelo, de Jorge Ben Jor.

**Atividade Pedagógica Direcionada às Professoras do Escola Municipal Quilombola
Dona Rosa Geralda da Silveira**

Eu sou negra, tenho orgulho da cor da minha pele, mas a identidade quilombola não se reduz às classificações raciais baseadas no fenótipo, na aparência física. Tenho primos, na Rasa, que são quilombolas e são brancos. Na Região dos Lagos, como também no Brasil, encontramos quilombolas brancos. A maioria da população quilombola é negra e a identidade afrodescendente deve ser tratada sim nas escolas quilombolas, mas ambas não podem ser confundidas, pois o resultado é silenciar e não trabalhar a valorização da identidade quilombola específica daquela comunidade. A identidade negra nas comunidades quilombolas tem uma constituição histórica e configuração social específicas. De modo mais sucinto, mas correndo o risco da simplificação, a identidade afrodescendente tem como foco o corpo, enquanto palco de luta e resistência; enquanto a identidade quilombola está centrada no território, enquanto palco de luta e resistência. Corpo e território como construções sociais, resultado de práticas e representações situadas historicamente. No campo educacional as lutas afrodescendente e quilombola se aproximam no esforço de releitura da história oficial do país e de transformação do espaço escolar, de modo a eliminar seus mecanismos de exclusão e opressão. Mas também há diferenças nas demandas dirigidas ao sistema de ensino, seja no âmbito curricular, seja no da formação docente, seja na própria organização social da rotina escolar. A dimensão territorial é um componente fundamental da educação quilombola. Não estou propondo limites conceituais rígidos entre essas categorias, pois elas se combinam em contextos empíricos, mas como instrumentos analíticos e pedagógicos estratégicos de distinção para que no campo educacional uma identidade não apague ou não seja instrumento de silenciamento da outra.

E mais, o documento em análise, inicia com a imagem de uma família de escravos, reunidos em frente a uma casa de pau a pique. É uma pintura do século XIX, 1835, de autoria do famoso Johann Moritz Rugendas, denominada “Habitação de Negros”. Por que não colocaram uma foto atual da comunidade da Caveira? Tal escolha reforça o estereótipo que expulsa os quilombolas do presente, encarcerando-os em um passado que a noção de remanescente pressupõe. Todas as atividades propostas visam promover uma imagem positiva do negro, principalmente através da questão da estética corporal focalizada no cabelo crespo. Ao contrário da demonstração prática pelas “formadoras”, no documento é proposta uma reflexão sobre corporeidade e autoestima do negro “por meio do uso de perucas de diversas formas, cores e materiais”. Todavia, não há recomendação alguma para discutir racismo,

branqueamento, normalidade racialmente hegemônica, nomeando os problemas de maneira clara e explícita. O tema é despolitizado, quando é apresentado como uma questão abstrata de preconceito estético, sem indicar de onde ele vem. A aparente neutralidade política, isso que chamo de despolitização, de abordagem do tema é uma posição política que silencia (não intencionalmente) sobre os fundamentos sociológicos da estética corporal relativos a dominação racial. Subjacente a tal postura está o pressuposto de que a escola deve ser um espaço politicamente neutro, ignorando a hegemonia de classe e raça vigente neste ambiente educacional.

Eu alertei o funcionário da SEMED, responsável pela organização do ciclo de palestras (que irei aqui chamar de Renan, para manter o anonimato dele), que tais “formadoras” não estavam preparadas para serem formadoras em educação quilombola e que, ao contrário, anulavam os esforços de desconstrução de estereótipos que tentávamos fazer. Elas deveriam aproveitar os encontros como oportunidade de aprendizado sobre um tema que não dominavam, pois não tinham condições naquele contexto de cumprirem a função de “formadoras”. Também chamei atenção para evitarmos a confusão entre as identidades negra (ou afrobrasileira) e quilombola, que articulam-se, mas são diferentes. Por que elas teriam que exercer uma função que elas não tinham condições, apenas porque sua participação estava assim definida burocraticamente? Esses alertas foram bem recebidos e as “formadoras” participaram então respeitando sua falta de familiaridade com a questão da educação quilombola.

Os temas tratados foram cultura, identidade, território, direitos, diversidade, educação, práticas pedagógicas. Mas o eixo central era a pergunta: o que é ser quilombola? Neste quadro, conversamos sobre: escravidão, tráfico ilegal de escravos na Região dos Lagos, a Fazenda Campos Novos, o pós abolição, os arrendamentos e o tempo dos Honolds, comunidade negra rural, o tempo do Marquês, o conflito fundiário (violência e resistência), a repressão e a ditadura militar, sindicalismo rural e associativismo étnico, a Constituição Federal de 1988, o direito ao território, o decreto 4887/2003, a certificação pela FCP e a autoidentificação, a titulação pelo Incra e a propriedade coletiva, inalienabilidade e desapropriação, o problema da categoria “remanescente”, a formação da CONAQ e da ACQUILERJ. Pesquisa acadêmica, conhecimento científico, prática pedagógica e intervenção política articulados em um espaço de interlocução projetado para refletir sobre o desafio da mudança que uma proposta de educação quilombola representa.

Nos encontros, seguindo o nosso planejamento (eu, Sidnei e Robertão), propomos as seguintes considerações para reflexão:

- a) A necessidade de uma formação continuada para as/os professoras/es, supervisoras/es e diretora. Só assim se viabilizaria uma capacitação que proporcionasse autonomia aos profissionais que atuam na escola para desenvolver um programa de educação quilombola em diálogo com a comunidade da Caveira.
- b) A importância de engajamento de todos que desempenham alguma função na escola (porteiros, merendeiras, inspetores, etc.), pois todos são educadores. A formação precisa incluir todos os agentes educacionais no espaço escolar. Não se aprende apenas em sala de aula, mas também nos outros espaços de interação e experiência como pátios, corredores, quadras de esporte, refeitórios, banheiros, sala de professores, secretaria. Todos precisam estar imbuídos dos princípios político-pedagógicos e sentirem-se responsáveis pela formação das subjetividades dos educandos através das suas intervenções no cotidiano escolar. Deste modo, tal agência educacional atuaria também no currículo oculto (saberes implícitos na prática) inscrito na comunicação ordinária entre educadores e educandos; e não apenas no currículo oficial.
- c) A formação das/os professoras/es deve ser contabilizada como carga extra remunerada ou incorporada a jornada normal deles, para não sobrecarregar trabalhadores que já tem um volume grande de atividades e incumbências. Aí nós tocamos nos aspectos estruturais necessários para a viabilização de qualquer programa educacional emancipatório na escola. Em primeiro lugar, é preciso uma formatação de carreira na qual o professor usufrua de licença integral para se qualificar, estudar, se aprimorar, proporcionando uma autonomia cada vez maior enquanto educador que reflete criticamente e continuamente sobre sua prática. Esta qualificação (especializações, pós-graduações, cursos, congressos, equipes de pesquisa) deve estar vinculada a promoções e acréscimos salariais. Regime de dedicação exclusiva e um salário digno e condizente, de maneira a que o docente possa se dedicar apenas a uma escola (na qual focalizará seus sonhos de ascensão profissional e desenvolvimento pessoal), em vez de ter que trabalhar em várias escolas para conseguir ganhos razoáveis para sustentar a si e sua família. A sobrecarga de trabalho em várias escolas, além dos gastos com transporte e a correria entre os locais de trabalho, tem provocado distúrbios de ansiedade e alto nível de stress nos professores/as.

d) Romper com estereótipos, conceitualizações prévias, sobre identidade e cultura quilombolas que induzem a práticas pedagógicas equivocadas que constituem obstáculo a comunicação com a comunidade da Caveira. É importante conhecer e dialogar com a vida e experiência social concreta do quilombo da Caveira, sua história e sua memória para entender seus processos identitários específicos. Não partir de entendimentos previamente formados sobre identidade e cultura como conjuntos de tradições (costumes, crenças, instituições) estáticos e imutáveis, válidos para todas as comunidades quilombolas, apreendidas em expressões reificadas como festas, danças, comidas, artesanato, etc. Não existe “uma cultura” que definiria todo e qualquer grupo como quilombola. Um enorme erro é acreditar que para ser quilombola tem que dançar jongo, capoeira ou praticar uma religião de matriz africana, pressupondo incompatibilidade total entre ser quilombola e ser evangélico. Esta postura tem resultado em ruídos na comunicação com os pais/mães e responsáveis dos alunos que, como vimos atrás, recusam-se a participar das festividades e eventos comemorativos promovidos pela escola. Não existe nenhuma relação necessária de correspondência entre uma religião e a identidade quilombola. Na Caveira, os critérios étnicos de identificação não passam pela religião, como também já vimos. É o próprio grupo quem elege os elementos diacríticos (as marcas de distinção) nos quais estabelecem suas fronteiras em determinados contextos de interação com outros grupos. Esses critérios podem inclusive mudar sem que o grupo “perca sua identidade”. Nenhuma identidade coletiva pode ser imposta de cima para baixo. Educação Quilombola não se confunde com “resgate cultural” (como um ato heroico de salvamento de costumes desaparecidos ou ameaçados de extinção, resquícios de culturas passadas autênticas), à revelia da vontade coletiva da comunidade. Quando o grupo decide ressignificar costumes passados (como o jongo, por exemplo), tal prática ocorre em processos políticos de identificação étnica e luta por direitos territoriais, no qual tais tradições reinventadas adquirem sentido para os sujeitos. Neste caso, não se trata de esforços de folclorização, exotização, de coletivos, impostos autoritariamente ou sem nenhum respaldo do próprio grupo.

e) A escola é um espaço político. A escola é uma arena pública (inserida no campo burocrático do Estado) de disputas em torno da formação e reprodução de esquemas mentais de percepção do mundo social (ou cultura hegemônica). Nela operam mecanismos de distribuição (de acesso e interdição) a bens simbólicos que conferem prestígio social, onde se formam as expectativas subjetivas e oportunidades objetivas de reconhecimento e ascensão social. Ser aceito ou excluído nesse estabelecimento social tem significados diferentes

conforme a classe, o gênero e a raça. O sucesso ou fracasso escolar pode definir o destino social de crianças, adolescentes e jovens, de modo incontornável. Mas a escola também é um campo de possibilidades para projetos coletivos de emancipação. Por isso vários movimentos sociais incluíram na sua plataforma de luta o direito a educação. É inconcebível uma prática educacional neutra, pois a sua politicidade reside no seu caráter de prática social (e portanto, humana), que implica escolhas (conscientes ou não) e decisões em contextos históricos específicos (FREIRE, 2007). Apresentar o seu trabalho pedagógico como neutro é ignorar ou ocultar a sua posição, ou seja, é tão político quanto expô-lo abertamente. A segunda atitude é mais honesta e um elemento central da ética do educador progressista e democrático. A educação quilombola é um projeto coletivo (transformado em lei e política pública) resultado da luta por direitos e afirmação étnica de comunidades negras (rurais e urbanas) por uma reformulação da organização social da escola de modo a atender as demandas educacionais das comunidades de descendentes de escravizados.

f) Romper com rotinas burocráticas rígidas. A escola é parte do campo burocrático do Estado, como afirmei acima. Regida por normas, competências, cargos e funções formalmente atribuídas, que buscam disciplinar rigidamente o trabalho dos agentes educacionais. A burocracia, é um modo de relação social (Weber, 1999), que despolitiza o espaço escolar. Mas, despolitizar é uma política de ocultamento da dimensão humana da ação social (que envolve escolhas e decisões), quando o sujeito se exime de qualquer posicionamento subjetivo sob a proteção de normas e mandatos que ele supostamente deve obedecer mecanicamente, no âmbito de uma hierarquia de cargos e funções. Alias, a responsabilidade é definida em termos do pleno cumprimento de uma normatividade impessoal, condizente com uma missão institucional do aparato. A ética burocrática remete a uma obsessão normativa, pela obediência cega a regras, independente de seus objetivos. É uma ética que se pretende amoral, motivada unicamente pela eficácia da ação, seu resultado final, destinada a atender a uma ordem impessoal. Sendo assim, há uma tendência a tudo que entra na máquina escolar, pela sua lógica burocrática de organização, ser despolitizado (como um projeto político-pedagógico de educação quilombola), entrar na rotina dos atos ou tarefas repetitivas (desprovida do seu sentido político emancipatório) do cotidiano escolar. A educação quilombola se torna uma imposição burocrática da Secretaria de Educação, avolumando o ambiente normativo e de tarefas mecânicas a serem cumpridas na escola, perdendo completamente o sentido político para os sujeitos do estabelecimento escolar. Então surge

duas formas de sabotagem: uma consciente e explícita, quando a/o docente fica irritado/a com mais uma demanda de instâncias administrativas superiores e simplesmente se recusam a colaborar e participar dos esforços de implementação; ou prática (não intencional), quando o/a docente transforma ações pedagógicas emancipatórias (e portanto críticas) em tarefas já previstas na rotina escolar, restritas a datas comemorativas ou a apresentação de manifestações folclóricas e exóticas, completamente separadas do cotidiano dos alunos fora da escola. Exemplo: festas e danças que não existem mais na comunidade, como o jongo, pressupondo que “faz parte da cultura quilombola”. Isto muitas vezes é pensado a partir de informações de comunidades de outros lugares, como se fosse um padrão geral de “ser quilombola”. Interessante seria comparar a realidade da comunidade da Caveira com outros quilombos existentes no Brasil, chamando atenção para a diversidade em contraposição a padronizações e estereótipos. Outro exemplo: apresentar elementos de “uma cultura africana” idealizada e genérica (máscaras) como valorização da cultura quilombola. Sem considerar os significados específicos para os diversos povos africanos, são expostos objetos ou figuras que não tem qualquer sentido local. Este tema exige formação, estudo, em histórias e culturas africanas para evitar o reforço de preconceitos sobre África (que é um continente, vários países, onde habitam vários povos) que desagradam muitos estudantes africanos residentes no Brasil. Mas, importante é que tal folclorização se transforma em relatórios de atividades realizadas para prestar contas a órgãos superiores. A escola tem muitos mecanismos de se manter como um espaço social separado do seu mundo circundante. Alias, este é um pecado de origem desta instituição moderna de socialização, ciosa dos seus expedientes materiais e simbólicos de autonomização da vida ordinária. A educação quilombola deveria romper estes obstáculos institucionais e burocráticos de interlocução com a comunidade.

g) A/o professora/or É uma/um EDUCADORA/OR. A escola é lugar de formação de subjetividades, de socialização. A/o professora/or não é uma/um mero/a entregadora/or de pacotes de conhecimento. A escola na modernidade é um cenário socialmente importante de experiências, formação de subjetividades, de socialização dos indivíduos. Transmite valores, crenças e conhecimentos fundamentais para a formação da identidade e da autoestima. É um universo social concorrente com a família que fornece as bases preliminares (cognitivas e simbólicas) de definição da realidade, competências e habilidades primeiras para interagir com outros. Como Paulo Freire (2007) nos ensina, o homem é um ser aberto para o mundo, que inventa existências, programado para aprender. É um ser condicionado, historicamente e

socialmente, mas que ao ter consciência dessas limitações pode superá-las. Nós professores/as somos artífices de gente, de pessoas. Claro, os/as educandos/as continuarão se construindo, se reinventando nas diversas situações de interação e esferas de relações sociais. Quando o/a docente não se afirma como educador/a, ele/ela na verdade educa sem o saber, contribui na formação de sujeitos aptos a se conformarem a uma ordem socialmente e racialmente desigual e injusta. Bom, mas esta não é uma preocupação relevante para este/a professor/a. A educação quilombola é um projeto político-pedagógico, no seu sentido forte, para a (trans)formação de subjetividades, sendo assim precisa de docentes que se assumam como educadores/as, que saibam o significado político e social da sua atuação no combate ao racismo institucional que agride corpos e territórios negros. Educação quilombola não se realiza da noite para o dia, não existe fórmula pronta ou modelo que deu certo em algum lugar que possa ser transplantado mecanicamente. Outras iniciativas devem ser conhecidas sim, nunca para serem copiadas, mas para que, através da comparação, surja a inspiração para a construção de um modelo próprio, local. É indefinido, por natureza incompleto, inacabado, sempre se aperfeiçoando. Portanto, é um processo nem a curto, nem médio nem longo, mas a prazo indefinido. Nesse processo educadores/as e educandos/as se constituem reciprocamente e indefinidamente. Por isso, não se deve ter medo de errar, de tentar, até acertar e errar novamente. E o ciclo recomeça mais a frente. A melhor figura geométrica para simbolizar este processo não é um círculo, mas uma espiral, um círculo que avança em vez de retornar sempre ao mesmo ponto. Então a pesquisa, o estudo, a formação permanente é essencial, pois é o que nos habilita a reflexão constante sobre nossa prática educativa, identificar os erros e corrigi-los.

As nossas exposições (eu, Sidnei e Robertão) tinham a intenção de provocar a reflexão, como já disse. Suscitaram muitas questões interessantes, que expressavam a ansiedade e angústia das/os professoras/es diante de uma situação de incerteza daquela perspectiva de mudança nas suas rotinas de trabalho na escola. O que é muito compreensível. É difícil mesmo sairmos da nossa zona de conforto, da sensação de segurança em um mundo no qual sabemos o que fazer e o que esperar dos outros, no qual a probabilidade de convergência de expectativas e significações mútuas é quase certa. Este sentimento de segurança se sustenta na crença (conjunto de certezas do senso comum escolar) de que compartilhamos o mesmo mundo com as pessoas com quem interagimos. A educação quilombola seria uma nova definição da realidade escolar, para uns percebida como muito radical, trazendo inquietações agudas ao provocar desorientação quanto aos parâmetros de

avaliação do desempenho docente considerado normal. Então foram nesses momentos que pudemos ouvir e observar as dúvidas e angústias das/os professoras/es para lidarem com a “mudança” desejada pela Secretaria de Educação.

Destaco duas questões que merecem comentário especial. Uma professora disse que poucos pais/mães vão a comemoração da consciência negra e nas festas juninas, “eles não querem saber da sua própria cultura”. “Como então trabalhar com a cultura deles, se eles não se reconhecem nela?” Mas, se eles não se reconhecem, será que estamos falando da cultura deles ou de uma cultura que a escola pressupõe que seja a deles ou esteja impondo a eles? Por que não abrir um diálogo com a comunidade para saber o que é “a cultura”? Por que não chamá-los a participar da organização das festas e comemorações, de forma que eles/as decidam quais e como serão realizadas as mesmas, se eles/as quiserem festas. A escola poderia discutir com a comunidade uma festividade / comemoração homenageando os mais velhos (vivos e mortos) que resistiram na luta pela terra. Eu fui a festa comemorativa dos 80 anos de idade do Sr. João, na qual ele foi lindamente homenageado por sua família pela sua participação na luta pela terra. Subjacente a pergunta da professora há uma noção de cultura quilombola estereotipada, concebida previamente e não através de um diálogo com a comunidade para tentar compreender como ela própria concebe sua identidade e quais elementos simbólicos (a cultura) a expressam para os outros.

Outra indagação foi apresentada por uma professora que disse ter solicitado aos alunos que buscassem junto aos pais/mães relatos sobre a história da comunidade. Ficou desapontada porque muitos alunos da sua turma que pertencem a famílias que vieram de fora e não tinham nada a apresentar, logo se sentiram excluídos ao se privilegiar a história das crianças quilombolas. Argumentamos que as crianças “de fora” poderiam trazer os relatos sobre a vida das suas famílias, porque também faz parte da história da comunidade Caveira, como vimos nos capítulos anteriores. Em segundo lugar, a história e a memória quilombolas devem ser conhecidas por todos os alunos que devem também valorizá-las e respeitá-las de modo a proporcionar nos alunos “de fora” um sentimento de solidariedade com as demandas por direitos das famílias quilombolas e colaborar com a sua resistência. Elas também precisam conhecer o seu lugar na história da comunidade da Caveira. Formar pessoas que desejem um mundo mais justo, plural e democrático é inerente a educação quilombola. Da mesma forma que uma educação antirracista não é só para negros, mas para brancos também. É importante

dizer que as áreas identificadas para titulação não atingem os terrenos de moradia dos “de fora”.

Neste cenário todos estamos em terreno movediço. Um projeto de implementação da educação quilombola representou um terremoto cognitivo para os agentes escolares. Educar para a mudança, pensar outras pedagogias para outros sujeitos, aqueles para quem o ambiente escolar sempre foi hostil, terra estrangeira, não é tarefa fácil. Quase todas as questões abaixo se baseiam em uma concepção de cultura como padrão de comportamento estático e como uma essência atemporal (*um espírito do povo, uma índole popular, uma visão de mundo exclusiva*) herdada por um conjunto de pessoas e expressas de maneira tangível (vestuário, danças, festas, cantos, comidas). Pressupõe a existência de uma identidade e cultura quilombola, em vez de muitas e diversas identidades e culturas quilombolas. Tal concepção restringiria muito os direitos quilombolas àquelas poucas comunidades que apresentassem tal modelo, ênfase, tal estereótipo de traços ou tradições atribuídas como autênticas, genuínas. As perguntas seguem abaixo, acompanhadas de comentários analíticos (respostas) em colchetes.

1 - “O que é jongo?”; “quais as danças e costumes daqui?” [cultura reificada]

2 - “Os escravos daqui vieram de grupos da África?” [ausência de conhecimento básico sobre história da escravidão]

3 - “Eu estava falando sobre festas e um aluno me perguntou o porquê dessas festas terem acabado. Acabou, por que acabou? Antes era todo mundo unido. Porque não é mais? Essa festança que tinha... por que essas crianças vem tão empobrecidas pra escola?” [Cultura, resgate], [Ausência de conhecimento sobre a história da comunidade. A carência ou abundância de bens materiais está ligada a desigualdade social, exploração do trabalho e expropriação fundiária. As terras quilombolas identificadas estão dentro das fazendas. A pobreza enquanto fenômeno social é produzida historicamente; enquanto categoria, pode ser um expediente de estigmatização].

4 - “Eu tenho crianças que não participam porque os pais não deixam por causa da religião.” “por que vocês deixaram que isso se perdessem dentro da comunidade? Se os pais não ensinam, como nós podemos passar isso? Como nós vamos passar para as crianças se não temos a vivência?” [cultura, resgate] [A escola ao impor um modelo estereotipado de cultura entra em conflito com os quilombolas evangélicos, a maioria. A identidade do povo da

Caveira se baseia na memória do cativo e da luta pela terra no pós-abolição. Não há uma correlação explícita entre ser evangélico e ser quilombola, mas estas identidades não se excluem. Na prática elas se articulam quando os quilombolas recusam incluir como diacrítico identitário o jongo, quando a escola impõe a eles. Repito, é o próprio grupo quem escolhe os tijolos de construção da sua identidade. Como eu disse, pensar outras estratégias educacionais de valorização da identidade quilombola na Caveira, respeitando suas especificidades. Necessidade de abertura de canais de diálogo e troca de saberes e experiências com a comunidade].

5 - “Tem muita criança que veio de fora. Temos que ver como resgatar essa cultura. Muitos vieram pra cá e não sabem o que é essa cultura. Como vamos mudar o pensamento dos pais? Estamos lidando com processos de mudança. Essa perda é natural, porque vai se mudando”. [cultura, resgate]. [As crianças “de fora” devem ser inseridas no projeto de educação quilombola. A história das suas famílias é parte da história da comunidade quilombola, elas precisam saber seu lugar na comunidade. Abrindo canais de diálogo].

6- “Fala-se muito em mudar, mas os pais não querem. Eu acho que os alunos aqui, são poucos quilombolas e boa parte dos que são quilombolas não aceitam a sua cultura” [cultura, resgate] [Alunos “de fora”, veja comentário da questão anterior] [Imposição de uma cultura estereotipada, veja comentário da questão 4].

7 - “Como falar de uma cultura se os pais não sabem e não aceitam a cultura deles?” [cultura, resgate] [Imposição de cultura estereotipada, veja comentário da questão 4]. “eu acho que tem que envolver os pais. Os pais estão cagando e andando para os seus filhos.” [afirmação preconceituosa referente aos pais/mães quilombolas]

8 - “Os pais só veem quilombola no nome [da escola]”? [Realmente não havia nenhuma iniciativa de implementação da educação quilombola, até aquele momento].

O desafio era grande: desconstruir as noções de senso comum, os estereótipos, sobre identidade e território quilombola. Mas, ao mesmo tempo, minhas expectativas eram modestas: se contribuísse para que os professores e professoras comessem a refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas e diminuísse um pouco das suas hesitações e resistências em construir uma educação quilombola na escola Dona Rosa, já me daria por satisfeita. Por isso, insisti com Renan que ampliasse os espaços de debate (perguntas, considerações e questionamentos) com os/as professores(as). Renan concordou e foi ótimo,

pois as(os) docentes expressaram suas preocupações, medos e inquietações com a “obrigação de implementar algo que não tinham a menor noção do que poderia ser”, de terem que atender expectativas que sentiam não poder satisfazer e que tal tarefa estaria sendo colocada completamente nas suas costas. Eles/as se sentiam abandonados/as, perdidos/as e angustiadas/os diante de tamanha responsabilidade. Ao mesmo tempo era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada, pois tanto a Secretaria Municipal quanto a direção da escola estavam enfim dispostos a iniciar a concretização de um projeto de educação quilombola, com todas as limitações que se apresentavam. De uma certa maneira, todos se sentiam assim. O objetivo também não era dar respostas definitivas (mesmo porque elas não existem), mas ajudar a desconstruírem estereótipos e refletirem sobre seu trabalho como educador em uma comunidade quilombola. Tendo em mente que as respostas são sempre relativas, situacionais e provisórias, podendo ser indefinidamente melhoradas. Não existe modelo pronto e perfeito de educação quilombola e sua implementação é um processo nunca concluído, aberto a reformulações constantes, que avança aos trancos e barrancos através de tentativas de erro e acerto; e que envolve a todos e necessita do comprometimento de todos e de uma estreita comunicação entre escola e comunidade.

Considerações finais.

Nesta conclusão vou me desviar de uma conclusão tradicional de tese. Não pretendo retomar e sistematizar as discussões desenvolvidas no corpo do trabalho. Prefiro deixar esta tarefa para meus futuros leitores, ampliando as possibilidades de interpretação deste trabalho. Até por que não acredito que seja capaz de sintetizar todos os problemas e reflexões produzidas na minha pesquisa e incorporadas ao texto. Em vez de redigir um texto final – que prefiro de considerações finais – que se pretenda elencar respostas definitivas para as questões tratadas, fazer algumas considerações complementares a tese, levantando alguns possíveis desdobramentos para desenvolvimento posterior. Minha intenção aqui é então abrir o leque de perguntas e não oferecer respostas definitivas.

As duas leis (10639/03 e resolução 8 de 20 de novembro de 2012) foram trabalhadas superficialmente, logo causaram um impacto limitado no espaço escolar. O que leva as crianças a ter práticas racistas? O pensamento racista que aprendeu em seus meios sociais. Como vivemos num país cujas relações são estruturalmente racistas, logo as crianças se socializam nessa cultura do racismo. Não apenas as crianças, mas como a própria instituição que invisibiliza questões raciais através do discurso da diversidade.

O autoritarismo hierárquico presente em nossas relações também afeta o diálogo. Isso se reflete na dificuldade do professor sobre o “como fazer” acontecer a educação quilombola e antirracista. Ao acompanhar o ciclo de palestras promovido pela secretaria de educação, percebi um esforço para se tentar implementar as diretrizes mesmo que pela via da burocratização. O desafio da mudança estava posto. Na educação quilombola o professor não é aquele que detém o conhecimento, mas o aluno também é agente do conhecimento. Portanto, o professor deverá potencializar e valorizar esse conhecimento.

Em vários momentos da pesquisa me peguei refletindo sobre a minha própria prática enquanto professora quilombola, sobre a reflexão da minha formação identitária concomitante ao processo de aprendizagem da leitura e escrita. Aprendi a incorporar as discussões antropológicas e sociológicas não só na minha prática docente, mas também na minha pesquisa.

Educação quilombola é uma política pública, sendo assim senti dificuldades para ser completamente neutra sobre meu objeto já que o mesmo se trata de uma política pública fruto de um movimento social do qual participo. A discussão sobre neutralidade já está superada na antropologia. Concordando com Nilma Lino Gomes: “se o fato de ser mulher negra

pesquisando sobre relações raciais já era motivo para a desconfiança de alguns sobre a impossibilidade de separar a subjetividade da pesquisadora da objetividade da pesquisa, esta tornou-se ainda maior quando do presente trabalho” (GOMES, 2019, p. 41) Como se fosse possível uma neutralidade completa na construção do texto. Desta forma me comparo com a autora citada acrescentando um adendo de eu ser mulher negra e quilombola pesquisando um objeto que está completamente relacionado à minha trajetória como exposto no início deste trabalho. É necessário que os pesquisadores acadêmicos superem esse posicionamento positivista, que só reforça o racismo sobre nós pesquisadores negros e quilombolas.

Antropólogos fazem laudos e pesquisas em saúde... a dicotomia entre política e ciência já está superada. É uma discussão do início do século XX. Às vezes temos que nos colocar como cientista numa situação política, mas estamos fazendo ciência. O diferencial numa/num cientista indígena e quilombola, no meu entender, ciência e política não se separam porque estamos dentro de um campo que pode beneficiar uma lógica branca. No nosso caso existe uma concreticidade porque vivemos isso, experienciamos tais acontecimentos e temos nossa trajetória marcada por isto. Evidente que, na medida em que falo de um lugar que experienciei, este lugar me dá um ângulo de vista diferente. Não significa que seja melhor ou pior, apenas diferente. É uma questão de saber ter as ferramentas para analisar cientificamente. Meu lugar de fala não é somente da quilombola, mas da academia também. Não há apenas um lugar de fala. Eu sou quilombola, mas sou de fora e de dentro, com relação a meu objeto. A comunidade da Caveira tem uma história própria, mas que se cruza com as histórias da minha família. Há a especificidade da história deles que também estão ligadas às famílias da Rasa. Os mais velhos da Rasa também se lembram dos nomes de Honold e Marquês. Neste trabalho, eles deixaram de ser apenas um nome na memória dos mais velhos que sequer gostam de lembrar-se desse tempo, porque ainda lhes dói, lembrar das expulsões. Minha tia bisavó, Dona Eva, lembra-se do Sr. Honold: “Eu abria a cancela pra ele passar e ele me dava uma moedinha.”

Dicotomias como quem é de dentro e quem é de fora é relacional e situacional como nos mostrou a história dos quilombolas da Caveira. Num determinado momento posso ser de fora e, no outro, ser de dentro. Nesse ponto é necessário ter cautela com o porta-vozismo acadêmico: eu falo enquanto uma acadêmica quilombola específica da Rasa e não pelos quilombolas. Por isso a reflexão sobre a minha trajetória foi importante, no início do trabalho. Não é uma coisa abstrata na qual me constitui enquanto porta-voz de um grupo ou de uma

categoria. Isso é uma discussão sobre autoridade científica, que está baseada em quantos textos eu cito ou na qualidade da minha pesquisa? Na minha pesquisa utilizo textos e autores pertinentes na minha pesquisa. Nas entrevistas oportunizamos as pessoas a fazer uma sócio-análise. A posição da escrita te coloca num movimento que suscita a postura reflexiva, crítica e até cética diante da vida. Te coloca na posição de narrador, de uma terceira pessoa, um sujeito oculto que pressupõe um distanciamento. De questionar aspectos que, se ela não fosse escritora, não o faria. Isso nos é exigido enquanto escritores. A escritora Carolina de Jesus refletia sobre o seu mundo sem o pesquisador perguntar (FARIAS, 2017). Ela se colocava numa posição que geralmente o pesquisador é quem suscita. Neste sentido ela é uma intelectual. Ser intelectual tem a ver com a escrita, com o meio de comunicação que estabelece uma linguagem e se apropria dela a sua maneira, para construir a sua própria análise. Meu lugar de fala não é um lugar colonizado, autoritário, como alguém que escuta e vai julgar a partir de seus próprios critérios o saber do outro.

Importância da Educação Quilombola na fase inicial da escrita.

Partindo do ponto de que “a leitura é uma atividade social cuja funcionalidade se propaga cada vez mais” (SMOLKA, 1993,p.15), pensemos, então, no porquê de grande parcela da população não aprender a sua funcionalidade. Sem pretensões de aprofundar este debate, pois não é o objeto deste estudo, mas podemos refletir sobre como a educação quilombola pode contribuir para aprofundar o sentido das palavras durante o processo de alfabetização cumprindo assim sua função social. Paulo Freire (2011) é quem melhor define esse processo como sendo a leitura de mundo. Alfabetizar crianças segundo uma concepção de movimento quilombola é inseri-la no processo de significação do mundo. O que significa a palavra quilombola para elas? Durante minhas observações na escola, percebi que a palavra quilombola aparecia todos os dias na rotina escolar das crianças durante o momento de cópia do cabeçalho: “Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira”. As professoras, por alegarem ser um nome muito grande abreviavam o nome que era representado da seguinte forma para as crianças: “E.M.Q. Dona Rosa Geralda da Silveira”. A EDUCAÇÃO Quilombola é um processo que vai além do aprender a ler e escrever como simples ato de decodificar o sistema alfabético, mas inserir as crianças num processo de significação do mundo. O significado da palavra quilombola, na escola pesquisada tem sido tratado dentro de uma perspectiva de identidade afro-brasileira e da diversidade enquanto o

fortalecimento da democracia racial. Fato constatado durante as festas de consciência negra do mês de novembro. Pequenas ações possuem grandes significados, abreviar o nome quilombola não significa dizer que este nome não tem a devida importância?

Pensar em como as crianças processam o discurso social no qual estão inseridas. Na perspectiva vygotyskiana qual a função da palavra quilombola na constituição das subjetividades da crianças? Educação quilombola deve ser compreendida dentro dessa perspectiva de um processo em movimento e mudança. Seguindo a reflexão de Ana Smolka (1993), baseada na teoria de Vygotsky, a criança na fase inicial da escrita faz emergir o discurso de seu grupo social em seus primeiros textos. Para Vygotsky (1989) o discurso egocêntrico da criança é uma forma de processar o discurso social constituindo assim um período de transição do discurso social externo para o discurso interior. Diferente da teoria piagetiana que concebe o discurso como um processo individual que parte do interno para o externo, Vygotsk argumenta que o que acontece é “a internalização do discurso social e sua transformação em discurso interior.”

Para Paulo Freire, a “educação escolar deve ser um espaço comprometido com o saber e com a rigorosidade metódica” (ALVES, 2012) “ao apreender, no processo de conhecimento. O sujeito, a um só tempo, toma para si, para seu domínio, o conteúdo historicamente acumulado e desenvolve-se como gênero humano, ou seja, apropria-se de modo especificamente humano de funcionamento psicológico” (ALVES, 2012) Por isso, o movimento quilombola enxerga no espaço escolar a oportunidade de universalização da história e conhecimento deste grupo associando aos métodos científicos embutidos na prática pedagógica do ensinar e fazer oportunizando a apropriação da cultura e o desenvolvimento do pensamento. O indivíduo na infância tem a oportunidade de socializar e construir a sua identidade, ou valorizar e reconhecer uma identidade subalternizada no caso das crianças não quilombolas.

Faltam as crianças desta escola mais elementos históricos para que consigam entender a diferença entre identidade negra e quilombola, bem como os significados da palavra escravizado, escravos. Inculcar nas funções psicológicas das crianças os significados de ser quilombola. Na alfabetização, os processos de domínio de signos e significados condizentes com a palavra estão apenas começando.

O que é a educação quilombola?

A educação quilombola requer um comprometimento político de todos os/as atores da escola. Desde o corpo docente, das/dos gestores/as, porteiros/as, merendeiras e faxineiras/os. Todos precisam compreender o significado daquele espaço. Educação Quilombola é permitir ao indivíduo encontrar-se consigo mesmo e possibilitar a compreensão de sua existência.

É discutir sobre diferenças entre comunidades engajadas e não engajadas e suas diversificadas formas de existir. Quando uma comunidade não é engajada a secretaria de educação toma o curso do projeto, implementa de cima pra baixo e não há envolvimento da comunidade. Todavia, é importante a consolidação das legislações para que a associação quilombola cobre a implementação. Em Conceição das Crioulas as professoras não precisam dessa formação específica, tanto quanto as professoras da Escola Dona Rosa, porque elas se formaram com a própria luta e a escola, lá, é fruto da luta pela terra. A política de uma educação diferenciada foi influenciada pelas experiências das comunidades do nordeste que incorporaram o controle da escola na luta pelo território. Como essas políticas chegam em comunidades como as do Rio de Janeiro? Outras pessoas, outras histórias, outras relações de poder. Na comunidade quilombola da Caveira, a demanda pela escola ocorreu em contexto diferente, em uma fase em que os conflitos fundiários não eram tão agudos e a comunidade não estava tão engajada, apesar de considerar importante.

A escola Quilombola é um projeto pensado para consolidar e formar sujeitos quilombolas críticos de suas realidades. Por isso, é importante que todas/os na escola sejam quilombolas. Envolvimento, comprometimento político são características necessárias nas/os profissionais que atuam em escolas quilombolas. Quais os entraves quando o corpo docente não é comprometido? Quando não existe comprometimento com o projeto de educação quilombola, acontece a sabotagem inconsciente das práticas pedagógicas por parte das/dos educadores/as. Comprometimento aqui não é uma questão de decisão individual, mas de competência socialmente cultivada. Por isso a escola quilombola deve ser uma espaço social de militância étnica, o resultado institucional ou a mobilização coletiva para um processo de comunicação étnica promovido por uma educação emancipatória (FREIRE 2007; ANTUNES, 2016).

Educação Quilombola é um projeto político que reflete o desejo de justiça social e reparação histórica aos descendentes de escravizados nas inúmeras antigas fazendas e engenhos existentes no Brasil . A educação quilombola parte do princípio de que a escola é

uma instituição na qual a sociedade busca formar seus indivíduos com valores e saberes que deverão ser transmitidos no sentido de perpetuar, dar continuidade a tal sociedade. É neste sentido que a educação quilombola é pensada: de refazer a história do grupo, reenquadrar sua memória numa posição de valor e não de subalternidade. Posição de resistência a toda opressão a que foram sujeitados. É importante destacar que o texto das diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola é a expressão da resistência das comunidades quilombolas a toda opressão histórica e, também expressão do sujeito quilombola que se quer formar. As questões que eu vou brevemente tratar aqui estão baseadas no documento das diretrizes que foi elaborado com intensa participação das comunidades quilombolas de todo o Brasil.

Educação Quilombola significa uma imersão na história da comunidade específica. A educação quilombola também necessita da compreensão de conceitos de cultura e identidade que são indispensáveis para a compreensão do que seja a educação quilombola. O documento das diretrizes opera com noções de cultura e identidade distintas das do senso comum. Identidade é uma produção social, que se produz nas interações, nas relações sociais. Cultura é o processo de significação do mundo. Não é universo autônomo das relações sociais, das relações de poder e dominação (BARTH, 2000b). Não é um conjunto de tradições imutáveis, que se transmite como a herança genética. A capacidade cognitiva e moral de interpretar o mundo, tornando-se sujeito e assim intervir nele, é adquirida na socialização.

A educação quilombola opera na desconstrução de ideias enraizadas na sociedade brasileira como o racismo. Somos educados para o racismo e a educação quilombola e étnico-racial formam sujeitos antirracistas. Escola quilombola deve operar como o espaço de comunização étnica onde a identidade quilombola se constitui e reconstrói. Espaço de construção de “sujeitos íntegros e não desacreditados” (ARROYO, 2014).

Os princípios fundamentais são os de resguardar e perpetuar a memória coletiva da comunidade a fim de que o indivíduo aprenda sobre suas origens, quem ele é e o que significa a sua vivência enquanto sujeito que faz história. A educação quilombola está voltada para um projeto de futuro pautado na complexa ação educacional que envolve vários saberes como etnicidade, cultura, história e territorialidade. Mas o principal é o território.

Podemos aqui nos remeter ao exemplo da Escola Quilombola José Mendes, da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas município de Salgueiro em Pernambuco. Ao conversar com as professoras de lá, Márcia, Givânia e Zélia pude aprender e saber mais

sobre como pode ser construída a educação quilombola e como a resolução 8 de 20 de novembro de 2012 foi inspirada no Projeto Político Pedagógico desta escola. Ali as principais atividades estão concentradas na visita dos/as estudantes ao território, ou seja, nos lugares de memória da comunidade e o registro deles em desenho e redação. No contato das/os estudantes com os mestres da comunidade, ou seja, os griots, aqueles que detém o conhecimento histórico do território.

Sobre Conceição das Crioulas.

Não posso terminar este trabalho sem mencionar o exemplo de Conceição das Crioulas que nos mostra o quanto a prática da educação quilombola é um fazer político. A renovação da escola e do currículo escolar se deu a partir de uma aliança política da comunidade com uma candidata à prefeitura. Quando a chapa apoiada pela comunidade vence a eleição, aí sim foi possível uma mudança radical na escola onde predominavam, segundo Givânia Silva (uma das lideranças de conceição das crioulas), os nomes dos familiares dos fazendeiros e os santos de devoção do fazendeiro” (ANTUNES, 2016: p. 194). O nome da escola foi escolhido pela comunidade por ele ter sido um professor negro, alfabetizador na comunidade, que ensinava nas famílias durante o final do século XIX e início do século XX. Diferente da Caveira cujo nome da escola foi sugerido pela liderança sem consulta à comunidade conforme ouvi durante as entrevistas.

Ali, na escola José Mendes, as professoras e funcionários são majoritariamente da própria comunidade. O engajamento do grupo possibilitou a conquista de um edital específico de concurso de magistério privilegiando as/os concorrentes da própria comunidade, ou seja, que sejam quilombolas e residam na comunidade. Baseando-me na dissertação de mestrado da companheira Márcia que escreveu sobre a experiência de construção tanto da escola quanto do próprio currículo. Ali, temos o exemplo de quando os próprios sujeitos da luta reivindicam a mudança e trabalham duro por ela, derrubando estruturas historicamente construídas para excluir. Ali vemos, sem idealizações, pois eles/as frequentemente precisam enfrentar gestores municipais que desconhecem a história da comunidade e querem interferir na escola - mais um dos significados da educação quilombola que é a desconstrução do pensamento colonialista na prática. As atividades práticas já foram mencionadas acima. Alguns vídeos dos/as jovens estudantes da comunidade podem ser encontrados no YouTube. Nesses vídeos os/as próprios/as jovens exploram e mostram com orgulho o território que seus/suas ancestrais

conquistaram e sabem que precisam estar sempre vigilantes contra as constantes investidas de fazendeiros para desqualificar e invalidar este êxito. Por isso esses/essas jovens sabem que é através da educação que essa consciência de posse do território e valorização dessas história pode ser perpetuada através das gerações. Educação quilombola é uma luta constante. “Uma abertura de caminhos para enfrentamento das lutas”. (NASCIMENTO, 2017, p.73) A elaboração do currículo se baseou em vivências práticas da comunidade e a “oralidade era um elemento forte” que complementavam as discussões para o currículo. Para melhor compreendermos como a comunidade entendia a importância de uma mudança no currículo, replicarei aqui a fala de Givânia Silva:

Mas naquela época não tinha ninguém que tinha escrito. Então tudo que nós íamos fazer era a partir da oralidade. Então, nosso currículo era o currículo da oralidade, podia-se dizer que era o currículo da oralidade. Porque tudo que a gente ia contar, a história. Tudo o que a gente ia contar da identidade, do território, era a partir do que nós tínhamos feito, nós tínhamos buscado enquanto história. Então formatamos esse currículo, e aí, assim Márcia, não teve uma coisa do currículo está como hoje, tá tudo organizadinho lá, vocês tão lá... Nessa época, nós não tivemos tempo para fazer isso. Por que? Porque a escola ela é aberta em 15 de maio de 1995, ou seja, no meio do semestre, já perto de fechar um semestre, e nós tivemos que correr até janeiro de 1996 pra fechar o primeiro ano letivo, trabalhando sábado e domingo, mas numa energia muito boa. Então é meio que a gente tinha aquele conteúdo sistematizado em parte, mas não tão bem sistematizado, mas nós não tivemos tempo de dizer, não, agora vamos organizar a parte do currículo de história, não. Era, tipo, vamos organizar e fazer valer e vivenciar o currículo. Ééé... foi uma experiência muito interessante!! (Trecho da entrevista com Givânia Silva, apud NASCIMENTO, 2017, p.74)

A escola José Mendes era dominada pelos fazendeiros: as professoras e a direção da escola eram todas ligadas aos fazendeiros. Quando a comunidade, enfim, consegue tomar a escola acontece essa redefinição do currículo e o processo de “reorganização social”.

A escola quilombola de Conceição das Crioulas, José Mendes, é um espaço onde discussões que são restritas a espaços de reuniões e pessoas que frequentam as novenas e celebrações da igreja encontram lugar. Tal espaço é transformado num espaço “onde a memória coletiva é transmitida e onde a crença coletiva da pertença a um grupo etnicamente diferenciado se reproduz.” (ANTUNES, 2016, p.197)

O que é necessário ficar gravado na memória das crianças quilombolas e não quilombolas? O ato de memorizar envolve os sentidos, por isso, explorar as artes, a contação

de história, o teatro é indispensável neste processo. “O pensar da criança depende da sua memória”. As experiências formam a memória que vão determinar a estrutura do pensamento da criança pequena. “Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico, a memória, mais do que o pensamento abstrato, é característica definitiva dos primeiros estágios do desenvolvimento cognitivo.” (VIGOTSKY, 1989, p.56)

Por isso visitar a casa dos mais velhos para ouvir suas histórias será uma experiência sensorial que poderá ficar em suas memórias, contribuindo assim, para a constituição do sujeito quilombola e não quilombola, que aprenderá a compreender a história do outro, ter empatia e respeitar seus direitos.

Ao entrevistar um dos mais velhos, o senhor Afonso, observei que ele possui um vasto conhecimento matemático mesmo sendo analfabeto. Um conhecimento que deve ser discutido e valorizado no espaço escolar. Veja como a fala abaixo pode ser aproveitada numa aula sobre multiplicação: “se comprar três quilos de aipim, cada um é três, então são nove reais!”. Sua filha Vanda afirma que “ninguém enrola ele nas contas” e acrescenta uma lembrança de quando ela era criança que a professora a indagava sobre quem iria ajudá-la com a tarefa de casa, pois seu pai era analfabeto. Então ela respondia “Ah, professora! Fica tranquila”. Ela diz que não sabe o que acontece que matemática ele sabia. Ela perguntava ao pai como ele sabia disso e seu pai respondia: “Sabendo”.

Cabe aqui discutirmos sobre os saberes desses mais velhos valorizados no currículo escolar. Segundo Escobar estes saberes:

No cabe duda de que las múltiples luchas alrededor del mundo por la reconstitución de espacios comunales y por reconectar con la naturaleza activan la política de la relacionalidad. Las luchas territoriales urbanas y rurales por recuperar espacios comunes son ejemplos de dicha activación. [...]

Ahora podemos regresar a nuestro argumento sobre los saberes producidos en las luchas en defensa de los mundos relacionales, que nos parecen mucho más prometedores y apropiados que sus contrapartes académicas, para explicar la coyuntura actual de problemas modernos sin soluciones modernas (ESCOBAR, 2016, p. 13 e 14).

Sabemos que a matemática é uma linguagem que, como nos mostra o senhor Afonso e outros mais velhos que nunca foram a escola, mas sabem fazer contas e calcular medidas de distância e volume, se aprende com a vida, com as experiências e nas lutas. Eles aprenderam a

matemática em sua concreticidade e não por operações abstratas nas quais muitas vezes a escola força a criança a raciocinar. Este debate é importante porque presenciei na pesquisa algumas ideias sobre a ausência de responsabilidade do/a professor/a de matemática com a educação quilombola. No entanto, através da história de vida dos quilombolas podemos extrair vários exemplos de experiência com a matemática como os trabalhos nas feiras, nas casas de farinha e na demarcação de seus quintais.

A matemática com materiais concretos não pressupõe simplesmente que temos objetos à nossa disposição na sala de aula; pressupõe que estructuremos as relações entre os objetos de tal forma que essas relações refletem um modelo matemático. Os “materiais concretos” são usados porque refletem uma análise matemática particular; de fato pressupõe-se que, subjacente aos materiais concretos, existem princípios lógicos matemáticos, os quais desejamos ensinar. (NUNES, CARRAHER, SHLIEMANN, 2011, p. 201)

A autora argumenta que as situações de resolução de problemas interferem muito mais do que os objetos na relação ensino-aprendizagem da matemática. Neste sentido, por que então não levar as crianças na roça do Sr Afonso e outros mais velhos para que eles lhes ensinem quantos metros tem seus quintais; lhes ensinem o que são alqueires, lhes ensinem quantos volumes cabem em um quilo; a multiplicação através da colheita e outras coisas referentes ao universo de produtor rural?

Algumas crianças já possuem alguns saberes, mas como então a escola pode ajudar a expandi-lo? É necessário que o profissional da educação tenha condições materiais para realizar este trabalho que demanda tempo para pesquisar. Em 2019, acompanhei uma atividade em que as pessoas que trabalham na secretaria de educação fizeram um percurso proposto por Wallace, filho de Robertão, para conhecer o território, mas não soube que as professoras e professores, da escola Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira tenham realizado esta experiência já que são elas que estão diretamente com as crianças na sala de aula. Ali percebi uma certa hierarquia de saberes onde os agentes da secretaria é quem deveriam ensinar as professoras para então elas “passarem” para as crianças. Por que não acrescentar este tipo de atividade dentro do tempo de trabalho das professoras para que, então, elas possam compreender e realizar as atividades de visitas com as crianças? Todavia isso implicará uma relação mais próxima da escola com esses mais velhos da comunidade. A secretaria de educação deverá seguir as diretrizes no sentido de reconhecer esses mais velhos

como mestres e inseri-los no mundo escolar local através da contratação dos mesmos. Talvez os netos desses e dessas senhoras que estudam ali, já tenham esse conhecimento, sendo necessário encontrar espaço para expandi-lo e não reprimi-lo. E caso não tenha, aprenderá a valorizá-lo, pois compreenderá a sua importância.

Neste caso, cabe mencionar a reflexão de Boaventura Souza Santos sobre o pensamento descolonizado. Para o autor existe uma linha abissal entre o pensamento moderno ocidental e o pensamento daqueles que estão à margem da sociedade a quem ele chama de o outro: “refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do falso ou verdadeiro,” (SANTOS & MENEZES, 2010, p. 33)

Quando pergunto ao senhor Afonso o que ele considera importante que se ensinasse na escola ele responde: “*Eu gostaria que eles sempre pensasse como penso hoje em dia, né?! Sempre ajudar um ao outro, sempre unido...*”. Perguntei se ele considera a educação quilombola importante, ele responde que “*sim, com certeza!*” Sua filha Vanda considera a educação quilombola importante porque:

Por causa das nossas origens, né?! Porque pra muitos, hoje em dia, a nova geração vê como se fosse uma vergonha. Vê como se fosse uma marca negativa. Mas a gente sabe que não é uma coisa negativa. É uma coisa positiva. Hoje mesmo tava falando, inda agora pouco com minha filha, uma com cabelo mais negro, outra com cabelo mais claro. Aí eu falei assim: antigamente, a gente tinha vergonha do nosso cabelo crespo... ah, meu cabelo é duro! Se alguém falasse: ah! Você é neguinha! A gente se sentia humilhada. Aquilo machucava! porque a gente se lembrava logo do sofrimento do ser negro. Hoje em dia a gente vê que nós somos ser humanos como todos os outros. Só somos de tons de pele diferentes. Aí eu pego e falo assim, pra ele [seu pai] assim: gente, eu tenho orgulho! Maior orgulho da minha cor, da minha raça, da minha origem, mas principalmente de uma coisa: do meu caráter! Que eu aprendi com ele [aponta para o pai], que é o nosso caráter da honestidade, do uma mão ajuda ao outro, como ele sempre falou, e eu tava pensando: uma coisa que eu sempre gostei muito desde criança, que eu via, é essa coisa do ajudar: poxa fulano ali, tá com uma plantação e não tem ninguém. Vamos lá, vamo ajudar a plantar! Vamo ajudar a colher!

Até pra fazer farinha era coletivo! Vinha quatro, cinco homens pra ajudar a tirar a mandioca, pra ajudar... A gente que é mulher, se unia todas as mulheres pra raspar ali, aí fazia um café, cozinhava um aipim, um fubá, uma banana e comia. Aquilo ali virava festa! Lembro quando a gente era criança, qualquer coisa era motivo de festa, até um pão, que tinha na mesa, a gente fazia uma fogueira no quintal! Eu e meus irmãos fazia uma fogueira no quintal e ele tocando violão à noite, à luz de lamparina. E a gente dançava, cantava, ficava com o pezinho russo... dez e pouca da noite, de

pique-esconde nas bananeiras e não... ninguém fazia mal a ninguém! Tinha aquela proteção, um protegia o outro. (...) Eu aprendi da união! Eu tenho orgulho! Valores que ninguém vai tirar e dinheiro nenhum vai comprar, nem vai pagar! (Entrevista concedida a Gessiane Nazario, em 22/11/2019).

Com o depoimento, acima, Vanda nos apresenta qual o maior valor na história dos quilombolas da Caveira: a união. Não tenho pretensões de afirmar que na Caveira não exista desavenças entre eles e romancear o conceito de união para eles. As desavenças existem, mas o fator “união” sempre foi evocado e reverenciado nas entrevistas com os mais velhos. Historicamente foi a união que os permitiu resistirem às inúmeras tentativas de expropriação de suas terras pelos fazendeiros, como vimos atrás. Sendo assim, podemos dizer que a construção de uma educação quilombola é uma ato político, que depende não apenas da situação política, mas do interesse daqueles que estão na linha de frente, que são as/os professoras/es, que por sua vez, precisam da colaboração da comunidade para a construção de um novo saber, um novo currículo descolonizado e isso não pode ser conquistado por indivíduos isolados, como apenas uma liderança, um/uma professor/professora, apenas alguns funcionários da secretaria de educação... este é um trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABA. Documento da ABA sobre o decreto 4887/2003. In: LEITE, Ilka Boaventura (org). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005.
- ACCIOLI, Nilma. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio**. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.
- _____. Praia de José Gonçalves e Praia Rasa – Armação dos Búzios – RJ. In: **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da História dos Africanos escravizados no Brasil**. Niterói: PPGH – UFF, 2014.
- _____. Pagando dia para morar. Considerações sobre a ocupação Quilombola na Região dos Lagos – Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Diálogos Mercosur**. Num. 5. Enero – Junio (2018), ISSN 0719-7705 pp. 22-37.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- _____. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum. In: **Terra de Quilombo, terras indígenas, “babuçais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Brena Costa de. **O fogo apagou(?) A pesca fracassou (?): Identidade e pesca na Rasa, em Armação dos Búzios, no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2014.
- ALMEIDA, Mauro. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19 no. 55 junho/2004.
- ALVES, Solange Maria. **Freire e Vigotski: um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural**. Chapecó: Argos, 2012.
- ANTUNES, Marta de Oliveira. **A terra que volta: gerindo territórios, memórias, conflitos e normas em Conceição das Crioulas**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2016.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000a.

- _____. A análise da cultura nas sociedades complexas. In _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000b.
- BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a Prerrogativa Pós-Colonial In: **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. **Falando da Sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O sociólogo em questão. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.
- _____. *Le mort saif le vif*. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: _____. **O poder simbólico**. Difel: Lisboa; Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BRAGA, Suzana. **Tatiana Leskova: uma bailarina solta no mundo**. São Paulo: Globo, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2004.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **CNE. Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012**.
- BRUM, Mário Sergio. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a “culpa” do governo. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL**, 11, 2012, Rio de Janeiro.
- BURAWOY, Michael. O estudo de caso ampliado: raça e classe na África pós-colonial. In: **Marxismo Sociológico: Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo: Alameda, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

- CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CORRÊA, Maria Letícia. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- CONAQ & TERRA DE DIREITOS. **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Athalaia Gráfica e Editora/Ford Foundation/Open Society Foundation, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume, 2002.
- ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria de processos sociais. In: NEIBURG, Federico. WAIZBORT Leopoldo(orgs.). **Escritos e Ensaio; 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ESCOBAR, Arturo. Introducción: Otros saberes, otros mundos. In: **Sentipensar com la Tierra: Las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías Del sur**. Revista de Antropología Iberoamericana. Volumen 11. Número 1. Enero-abril, 2016. p.11-32
- FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. In: RIFIOTIS, Theophilos. SEGATA, Jean (orgs.) **Políticas Etnográficas no Campo da Moral**. Porto Alegre: ABA, 2019.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: **Revista ANPEd**. Jan/Fev/Mar/Abr, Número 10, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011b.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. **Política e Educação**. São Paulo: Villa das Letras, 2007.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GLUKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro do Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, Maria das Graças. Subjetividade e Negritude. In: OLIVEIRA, Iolanda. GONÇALVES, Maria das Graças. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. (orgs). **Cadernos Penesb**. Rio de Janeiro: Alternativa/ EdUFF, 2010.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean. DESLAURIERS, Jean- Pierre. GROULX, Lionel-Henri. LAPERRIÈRE, Anne. MAYER, Robert. PIRES, Álvaro P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GRYNSPAN, Mário. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. **Sociologias**. Ano 1, n. 1, jan./jun. 1999, pp. 146-167.

GRYNZPAN, Mário. DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Arão (ogs.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAECHT, Anne Van. **A Escola à Prova da Sociologia**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Que “Negro” é esse na cultura negra? In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; UNESCO/Brasil, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **História Social do Jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (organizadores). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONORATO, Cezar. Os Guinle: Riqueza, Poder e Glamour. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta(orgs). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

hooks, bell. Introdução: atitude revolucionária. In: _____ **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean. DESLAURIERS, Jean- Pierre. GROULX, Lionel-Henri. LAPERRIÈRE, Anne. MAYER, Robert. PIRES, Álvaro P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 1998.

IANNI, Otávio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004

LEITE, Ilka Boaventura (organizadora). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Nuer/ABA, 2005.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick. LENOIR, Remi. MERLLIÉ, Dominique. PINTO, Louis (orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: 1996.

LUZ, Andréia Franco. **Relatório Antropológico: “A comunidade Remanescente de Quilombo da Caveira”**. Rio de Janeiro: INCRA/RJ/Fundação Euclides da Cunha, 2009.

MAIA, Aline Borghoff. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio: de posseiros a quilombolas. In: Medeiros, Leonilde Servolo de. **Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, Método e Alcance Desta Pesquisa. In: BERREMAN, BOHANNAN, CICOUREL, EVANS-PRITCHARD, FOOT-WHYTE, GLUCKMAN, STRAUSS, MALINOWSKI, RAADCLIFFE-BROWN. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves editora, 1980.

MATTOS, Hebe. RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: Medeiros, Leonilde Servolo de. **Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTIER, Miguel(org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio e a montagem da primeira elite fluminense – séculos XVI e XVII. In: _____. RIBEIRO, Flávia Maria Franchini (orgs). **Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015**. Brasília: IBRAM, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis,RJ: 1980.

_____. Introdução. In: **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris Ed. 2012

NASCIMENTO, Márcia Juscilene do. **Por uma Pedagogia Crioula: Memória, identidade e resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília. Brasília: Maio, 2017.

NAZARIO, Gessiane. **“Isso é uma questão muito política!”: Relações Étnico-Raciais e Memória Quilombola no Espaço Escolar em Armação dos Búzios**. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFF/RJ. Niterói, 2015.

_____. Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico. In: **Mulheres Quilombolas**. São Paulo: Póles Livros, 2020.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os instrumentos de Bordo: Expectativas e Possibilidades do Trabalho Antropológico em Laudos Periciais. In: SILVA, Orlando Sampaio. LUZ, Lúcia.

HELM, Cecília Maria (orgs.). **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1994.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (org.) **A viagem da volta**. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Mundo Negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza. MENESES, Maria Paula. Introdução. In: _____ (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SHAPPER, Ilka. CARDOSO, Michele Duarte Rios. NASCIMENTO, Mislene Carvalhais do. CESTARO, Patrícia Maria Reis. ARAÚJO, Viviam Carvalho de. Sentidos e Significados compartilhados sobre o brincar no grupo de pesquisa EFOPI: um encontro entre educadoras de creche e pesquisadoras. In: SILVA, Léa Stahlschmidt Pinto. LOPES, Jader Janer Moreira. **Diálogos de Pesquisas sobre Crianças e Infâncias**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. São Paulo: Cortez, Campinas, 1993.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSTA, Alessandra. **Contando Histórias: Uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós –Graduação em Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Fevereiro, 2005.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social Da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos[A onda punitiva]**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. **Weber: Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1979.

_____. Os tipos de dominação. In: _____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

XAVIER, Giovana. **“Vocês vieram para o grupo de autoajuda de usuárias de drogas?”** Coluna para o Jornal Nexo em 30 de Abril de 2018.

Jornais consultados e citados.

A Noite, 09/02/1949.

Correio da Manhã, 04/09/1912.

Correio da Manhã, 07/09/1912.

Correio da Manhã, 11/05/1969.

Correio da Manhã, 13/05/1969.

Correio da Manhã, 15/03/1969.

Correio da Manhã, 15/06/1951.
Gazeta de Notícias, ?/02/1927.
Gazeta de Notícias, 02/05/1918.
Gazeta de Notícias, 08/06/1918.
Gazeta de Notícias, 08/12/1924.
Gazeta de Notícias, 12/02/1917.
Gazeta de Notícias, 14/03/1918.
Gazeta de Notícias, 17/09/1902 e 15/08/1911.
Gazeta de Notícias, 22/06/1918.
Imprensa Popular, 11/11/1954.
Imprensa Popular, 24/03/1955.
Jornal do Brasil, 04/12/1990.
Jornal do Brasil, 04/12/1990.
Jornal do Brasil, 05/03/1978.
Jornal do Brasil, 07/06/1988.
Jornal do Brasil, 08/06/1988.
Jornal do Brasil, 08/06/1988.
Jornal do Brasil, 26/08/1961.
Jornal do Brasil, 10/12/1990.
Jornal do Comércio, 02/07/1950.
Luta Democrática, 01/02/1964.
O Fluminense, 01/11/1986.
O Fluminense, 02/07/1973.
O Fluminense, 02/07/1988.
O Fluminense, 02/10/1956.

O Fluminense, 02/11/1979.
O Fluminense, 03/12/1977.
O Fluminense, 04/07/1973.
O Fluminense, 06/07/1973.
O Fluminense, 07/04/1978.
O Fluminense, 09/03/1981.
O Fluminense, 10/01/1981.
O Fluminense, 10/06/1989.
O Fluminense, 10/11/1989.
O Fluminense, 11/03/1991.
O Fluminense, 11/10/1990.
O Fluminense, 12/03/1983.
O Fluminense, 12/03/1983.
O Fluminense, 13 a 19/07/1993.
O Fluminense, 13/03/1981.
O Fluminense, 14/04/1978.
O Fluminense, 15/07/1991.
O Fluminense, 16/11/1979.
O Fluminense, 17/01/1984.
O Fluminense, 17/07/1991.
O Fluminense, 17/08/1989.
O Fluminense, 17/08/1989.
O Fluminense, 17/10/1989.
O Fluminense, 18/04/1983.
O Fluminense, 18/05/1982.
O Fluminense, 18/08/1989.
O Fluminense, 21/02/1983.
O Fluminense, 21/12/1981.
O Fluminense, 22/02/1991.

O Fluminense, 22/11/1986.
O Fluminense, 23/08/1986.
O Fluminense, 23/11/1990.
O Fluminense, 24/11/1990.
O Fluminense, 26/06/1980.
O Fluminense, 28/06/1973
O Fluminense, 28/06/1973.
O Fluminense, 28/12/1979.
O Fluminense, 29/02/1980.
O Fluminense, 29/09/1982.
O Fluminense, 30/11/1989.
O Fluminense, 31/03/1983.
O Fluminense, 18/08/1989.
O Fluminense. 19/07/1991.
O Fluminense. 27/10/1995.
O Jornal, 27/06/1964.
O Observatório Econômico e Financeiro (1939).
O Observatório Econômico e Financeiro (1943).
O País, 09/02/1919.
O Paíz, 27/03/1915.
Tribuna da Imprensa, 05/07/1988.
Tribuna da Imprensa, 09/06/1988.
Tribuna da Imprensa, 11-12/06/1988.
Tribuna da Imprensa, 23/03/1981.
Tribuna da Imprensa, 28-29/01/1989.
Última Hora, 04/07/1964.
Última Hora, 17/07/1964.
Última Hora, 18/02/1965

ANEXOS

Autoria: Ilson dos Santos⁹⁵

Campos Novos é nome novo, mais é velho o meu lugar
Eu vou contar o que foi ele, no tempo do arraiar
Santo Inácio de Loiola padroeiro do lugar
Já fez padre dizer missa e santo descer do altar
Folião e seresteiro já teve no arraiar
Quando era mês de julho era só para Santo Inácio esmolar
Quando chegava o mês de julho era só para festejar
Com a esmola, com a esmola do povo fazia a festa no arraiar
Vinha gente de toda parte, que posso te explicar
Da Rasa e da Peraúna, da Fazendinha e do Garguá
Do Rumo de Botafogo, da Caveira e do Araçá,
Todo mundo se alegrava com a festa no arraiar
Folião cantava baixinho para as morenas requebrar
Os velhos batiam palmas para as velhas sapatiar
Os senhores prestem atenção a tudo que eu vou contar
Um estrangeiro invejoso foi morar no arraiar
Fez um contrato avistoso e deu para o povo assinar
Foi um golpe de traição que matou nosso senhor
Mais o ranchinho do povo o malvado desmanchou
Santo Inácio tão amado desprezado ficou
Sua igreja tão bonita ficou sem zelador
Corujão e rato velho dentro dela se apousou
A velha religiosa foi à igreja rezar,
Corujão e rato velho correu com ela de lá
As velhas só murmuravam: perdemos nosso lugar!
Padre foi dizer missa lá naquele altar
Olhando de lado a lado, corujão foi lhe ajudar
Saiu todo assustado porque ouviu coruja rezar
Foi na disparada e missa sem terminar
Foi assim que se acabou o nosso querido arraiar.

95 Poesia retirada do trabalho de Dissertação de Mestrado de Alessandra Tosta (2005).

Versos de Dona Rosa⁹⁶

“Por causa da nossa luta,
Na minha cara apanhei
Vou contar com muito orgulho
Porque não me envergonhei.
Se eu fosse uma grileira,
Ele me premiava com uma medalha.
Mas eu sou uma camponesa
Me tratou como canalha.
Se for pros meus companheiros poder ter a terra pra trabalhar
E uma reforma agrária honesta,
Valeu a pena apanhar!”

“Palavra de ordem: nunca mais pagaremos renda!
Morre a palavra patrão.
Todos juntos lutaremos,
Por um pedaço de chão.
Nosso líder? Não temos líder!
Nosso líder é a liberdade!
Nossa bandeira é o chão!
Nosso ídolo é o trabalho,
Nosso símbolo, a união.”

“A luta rural nunca se encerra,
Com a terra sem homem
Com o homem sem terra.
Nós vamos a luta com esse refrão:
Quereemos a terra para os nossos irmão.”

“Assim é a vida de todos no campo
Que não tem a terra pra ser lavrada.
Nação desunida, tem guerra, tem fome,
Tem fome, tem guerra.
Tem desnutrição.
Entregue a terra ao homem do campo!
Acabe com a miséria da nossa nação!”

“Tragam sementes de jaca, manga
Tamarindo, cajá, caju, de abacate
Vamos plantar e colher!
Vamos mostrar nossas artes!”

96 Disponíveis no documentário “A Conquista – Projeto AutoDoc do IPHAN/RJ na Região dos Lagos”

“⁹⁷Eu vou pedir a vocês, vocês me permitirem,
Um pouco da sua atenção,
Que eu vou contar uma história,
Que se deu lá no sertão!
Em Cabo Frio e São Pedro,
Onde vivem os lavradores.
Por causa de tanta injustiça,
Nós nos tornamos lutador.
Foi na década de 50
Nós começamos a lutar
Contra um grupo de grileiro
Que veio para nos expulsar.
Conhecido por Marquês,
Um tal de Antônio Paterno,
Quis transformar nossa vida
Quase num verdadeiro inferno!
Chamou o Velho Severino
E o senhor Marcelo Gaspar
Quando foram pagar renda
Pra um tal papel assinar.
Os velhos não aceitaram
A ordem que estava lá:
Vocês só vão tomar água,
Se meu jagunço mandar.
“Tira o cachimbo da boca!”
“Você não pode fumar!”
Se não obedecer às ordens,
Já pode se retirar.
Tinha dois meninos menores,
Que iam os dois meninos,
Pra pagar dois dias de cada um
Pra fazer um dia de um adulto.
Os dois meninos menores
Responderam sem demora:
Ou os velhos ficam aqui
Ou todos nós vamos embora!
Pediram pra Santo Inácio
Que nos cubra com eu manto,
Pois José Joaquim Silveira
E o menor Afonso dos Santos.
Saímos dali pra casa
Pensando numa união:
Chamamos os trabalhadores
E fizemos uma união.

97 Poesia transcrita, por mim, do depoimento de Dona Rosa em outubro de 2004 em um evento do IFCS/UFRRJ entre os dias 18 e 19 do mês e ano mencionado.

Uma palavra de ordem:
Morre a palavra patrão!
Todos juntos lutaremos
Por um pedaço de chão.